

Revista NERA

n. 50



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

TENDÊNCIAS NOS ESTUDOS AGRÁRIOS CRÍTICOS A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA NERA

Camila Ferracini Origuéla, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Lorena Izá Pereira e Bernardo Mançano Fernandes

TERRA E GEOGRAFIA

Guilherme dos Santos Claudino e Eliseu Savério Sposito

BREVE REVISITAÇÃO ACERCA DO CAMPESINATO BRASILEIRO

Jesiel Souza Silva

O PARADIGMA ORIGINÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS DISPUTAS DE TERRITÓRIOS MATERIAIS/IMATERIAIS COM O AGRONEGÓCIO

Rodrigo Simão Camacho

OS GIGANTES DOS PÉS DE BARRO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DOS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA I E II POR MEIO DO DEBATE PARADIGMÁTICO

José Sobreiro Filho, Messias Alessandro Cardoso e Valmir José de Oliveira Valério

QUESTÃO AGRÁRIA, CONFLITOS E VIOLÊNCIAS NO CAMPO BRASILEIRO

Eduardo Paulon Girardi

COOPERATIVISMO E DISPUTAS TERRITORIAIS NO PARANÁ: O CASO DA COCAMAR E COROL

Fábio Luiz Zeneratti

¿OTRO CONSUMO ES POSIBLE? LA EXPERIENCIA DE GRUPOS DE CONSUMIDORES Y SU VÍNCULO CON LOS PRODUCTORES AGROECOLÓGICOS EN URUGUAY

Walter Oreggioni Marichal e Matías Carámbula Pareja

AS TÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA UM MELHOR GERENCIAMENTO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT

Valéria do Ó Loiola e Tânia Paula Silva

GEOPARQUE BODOQUENA-PANTANAL (MS)

Cláudio Ribeiro Lopes e Napoleão Miranda

LAND GRABBING FOR AGRO-EXTRACTIVISM IN THE SECOND NEOLIBERAL PHASE IN BRAZIL

Bernardo Mançano Fernandes

FROM SUBSISTENCE TO FINANCIAL ASSET: THE APPROPRIATION OF THE BRAZILIAN CERRADO LANDS AS A RESOURCE

Samuel Frederico

FINANCIAL CAPITAL AND LAND CONTROL: NEW RENTIERS ON THE BRAZILIAN AGRICULTURAL FRONTIER

Rodrigo Cavalcanti Nascimento, Samuel Frederico e Yuri Martenauer Saweljew

**Set./Dez.
2019**



Revista NERA nº. 50

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

NERA

**Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2019**

Revista NERA (RNERA) nº. 50

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elienai Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio de Oliveira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCuyo, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)

Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodríguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
1999 – interrompida	2015 – ano 18, nº 27
2000 – ano 3, nº. 3	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2001 – interrompida	2015 – ano 18, nº 29
2002 – interrompida	2016 – ano 19, nº 30
2003 – interrompida	2016 – ano 19, nº31
2004 – ano 7, nº. 4	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 5	2016 – ano 19, nº33
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº35
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº37
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 12	2017 – ano 20, nº 40
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 41
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 15	2018 – ano 21, nº 43
2010 – ano 13, nº. 16	2018 – ano 21, nº 44
2010 – ano 13, nº. 17	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 46
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2012 – ano 15, Dossiê	2019 – ano 22, nº 49
2012 – ano 15, nº. 21	2019 – ano 22, nº 50
2013 – ano 16, nº. 22	
2013 – ano 16, nº. 23	Quadrimestral
2014 – ano 17, nº. 24	ISSN 1806-6755
2014 – ano 17, nº. 25	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19

Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	TENDÊNCIAS NOS ESTUDOS AGÁRIOS CRÍTICOS A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA NERA
8	TRENDS IN AGRARIAN STUDIES FROM JOURNAL NERA PUBLICATIONS TENDENCIAS EN LOS ESTUDIOS AGRARIOS DE LAS PUBLICACIONES DE LA REVISTA NERA Camila Ferracini Origuéla, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Lorena Izá Pereira e Bernardo Mançano Fernandes
	TERRA E GEOGRAFIA
21	LAND AND GEOGRAPHY TIERRA Y GEOGRAFÍA Guilherme dos Santos Claudino e Eliseu Savério Sposito
	BREVE REVISITAÇÃO ACERCA DO CAMPESINATO BRASILEIRO
40	BRIEF REVISION ON THE BRAZILIAN PEASANTRY BREVE REVISIÓN SOBRE EL CAMPESINADO BRASILEÑO Jesiel Souza Silva
	O PARADIGMA ORIGINÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS DISPUTAS DE TERRITÓRIOS MATERIAIS/IMATERIAIS COM O AGRONEGÓCIO
64	THE PARADIGM ORIGINATING IN THE COUNTRYSIDE EDUCATION AND THE DISPUTE OF MATERIAL/IMMATERIAL TERRITORIES WITH THE AGRIBUSINESS EL PARADIGMA ORIGINARIO EN LA EDUCACIÓN DEL CAMPO Y LA DISPUTA DE TERRITORIOS MATERIALES/INMATERIALES CON EN AGRONEGOCIO Rodrigo Simão Camacho
	OS GIGANTES DOS PÉS DE BARRO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DOS PLANOS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA I E II POR MEIO DO DEBATE PARADIGMÁTICO
91	THE GIANTS OF THE CLAY FEET OF AGRARIAN REFORM IN BRAZIL: CRITICAL ANALYSIS IN THE NATIONAL PLANS OF AGRARIAN REFORM I AND II THROUGH THE PARADIGMATIC DEBATE LOS GIGANTES DE LOS PIES DE BARRO DE LA REFORMA AGRARIA EN BRASIL: ANÁLISIS Y CRÍTICA A LOS PLANES NACIONALES REFORMA AGRARIA I Y II A TRAVÉS DEL DEBATE PARADIGMÁTICO José Sobreiro Filho, Messias Alessandro Cardoso e Valmir José de Oliveira Valério

**QUESTÃO AGRÁRIA, CONFLITOS E VIOLÊNCIAS NO CAMPO
BRASILEIRO**

- 116 AGRARIAN QUESTION, CONFLICTS AND VIOLENCES ON BRAZILIAN COUNTRYSIDE
QUESTION AGRAIRE, CONFLITS ET VIOLENCES DANS LA CAMPAGNE BRESILIENNE
Eduardo Paulon Girardi
-
- 135 **COOPERATIVISMO E DISPUTAS TERRITORIAIS NO PARANÁ: O CASO DA COCAMAR E DA COROL**
COOPERATIVISM AND TERRITORIAL DISPUTES IN PARANÁ: THE CASE OF THE COCAMAR ANDA COROL
COOPERATIVISMO Y DISPUTAS TERRITORIALES EN PARANÁ: EL CASO DE COCAMAR Y COROL
Fábio Luiz Zeneratti
-
- 152 **¿OTRO CONSUMO ES POSIBLE? LA EXPERIENCIA DE GRUPOS DE CONSUMIDORES Y SU VÍNCULO CON LOS PRODUCTORES AGROECOLÓGICOS EN URUGUAY**
OUTRO CONSUMO É POSSÍVEL? A EXPERIÊNCIA DE GRUPOS DE CONSUMIDORES E SUA VINCULAÇÃO COM PRODUTORES AGROECOLÓGICOS NO URUGUAI
IS ANOTHER CONSUMPTION POSSIBLE? THE EXPERIENCE OF CONSUMER GROUPS AND THEIR LINK WITH AGROECOLOGICAL PRODUCERS IN URUGUAY
Walter Oreggioni Marichal e Matías Carámbula Pareja
-
- 173 **AS TÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA UM MELHOR GERENCIAMENTO TERRITÓRIO NO MUNÍCIPIO DE CÁCERES-MT**
SUSTAINABLE TACTICS FOR BETTER TERRITORY MANAGEMENT IN THE MUNICIPALITY OF CÁCERES-MT
TÁCTICAS SOSTENIBLES PARA UNA MEJOR GESTIÓN DEL TERRITORIO EN EL MUNICIPIO DE CÁCERES-MT
Valéria do Ó Loiola e Tânia Paula Silva
-
- 193 **GEOPARQUE BODOQUENA-PANTANAL (MS)**
THE GEOPARK BODOQUENA-WETLAND (MS)
EL GEOPARQUE BODOQUENA-PANTANAL (MS)
Cláudio Ribeiro Lopes e Napoleão Miranda
-
- 208 **LAND GRABBING FOR AGRO-EXTRACTIVISM IN THE SECOND NEOLIBERAL PHASE IN BRAZIL**

ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA PARA O AGROEXTRATIVISMO
NA SEGUNDA FASE NEOLIBERAL NO BRASIL

EL ACAPARAMIENTO DE TIERRAS PARA EL AGRO-EXTRACTIVISMO
EN LA SEGUNDA FASE NEOLIBERAL EN BRASIL

Bernardo Mançano Fernandes

**FROM SUBSISTENCE TO FINANCIAL ASSET: THE APPROPRIATION
OF THE BRAZILIAN CERRADO LANDS AS A RESOURCE**

239

DE SUBSISTÊNCIA À ATIVO FINANCEIRO: A APROPRIAÇÃO COMO
RECURSO DAS TERRAS DO CERRADO BRASILEIRO

DE LA SUBSISTENCIA A LOS ACTIVOS FINANCIEROS: APROPIACIÓN
COMO RECURSO DE TIERRAS DEL CERRADO BRASILEÑO

Samuel Frederico

**FINANCIAL CAPITAL AND LAND CONTROL: NEW RENTIERS ON THE
BRAZILIAN AGRICULTURAL FRONTIER**

261

CAPITAL FINANCEIRO E CONTROLE DE TERRAS: A
MONOPOLIZAÇÃO NEORRENTÍSTICA DA TERRA

CAPITAL FINANCIERO Y CONTROL DE LA TIERRA: LA MONOPOLIZACIÓN
NEORENTISTA DE LA TIERRA

**Rodrigo Cavalcanti Nascimento, Samuel Frederico e
Yuri Martenauer Saweljew**

COMPÊNDIO DE AUTORES

287

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

318

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Resumo

A Revista NERA surgiu em 1998 no contexto de criação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, e do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), projeto de pesquisa e extensão que sistematiza dados sobre a questão agrária brasileira. Passados vinte e um anos, a Revista NERA publica em 2019 a sua quinquagésima edição. Para comemorar tal feito, o artigo tem como objetivo analisar as tendências dos estudos sobre a questão agrária a partir dos artigos publicados pela revista. Para isso, um banco de dados com as informações desses artigos foi organizado. Pode-se afirmar que a tendência que estuda a (re)criação, resistência e autonomia do campesinato é a que mais se destaca nos artigos publicados pela Revista. Dentre as temáticas, destacam-se os estudos sobre o avanço do agronegócio no campo, assim como as lutas camponesas por terra, água, reforma agrária, agroecologia e políticas públicas.

Palavras-chave: Questão agrária; revista NERA; debate paradigmático.

Trends in agrarian studies from Journal NERA publications

Abstract

The Journal NERA appeared in 1998 in the context of the creation of the Center for Studies, Research and Projects of Agrarian Reform (NERA), linked to the Department of Geography of São Paulo State University (UNESP), Presidente Prudente Campus, and the Land Struggle Database (DATALUTA), a research and extension project that systematizes data on the Brazilian agrarian question. Twenty-one years later, Journal NERA publishes its fiftieth edition in 2019. To commemorate this feat, the article aims to analyze the trends of studies on the agrarian issue from the articles published by the magazine. For this, a database with the information of these articles was organized. It can be said that the tendency that studies the (re) creation, resistance and autonomy of the peasantry is the one that stands out most in the articles published by the Journal. Among the themes, there are studies on the

advancement of agribusiness in the countryside, as well as peasant struggles for land, water, land reform, agroecology and public policies.

Keywords: Agrarian question; Journal NERA; paradigmatic debate.

Tendencias en los estudios agrarios de las publicaciones de la Revista NERA

Resumen

La revista NERA apareció en 1998 en el contexto de la creación del Centro de Estudios, Investigación y Proyectos de Reforma Agraria (NERA), vinculado al Departamento de Geografía de la Universidad Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente y la Base de Datos Luta por la Tierra (DATALUTA), un proyecto de investigación y extensión que sistematiza datos sobre la cuestión agraria brasileña. Veintiún años después, la revista NERA publica su quincuagésima edición en 2019. Para conmemorar esta hazaña, el artículo tiene como objetivo analizar las tendencias de los estudios sobre el tema agrario a partir de los artículos publicados por la revista. Para esto, se organizó una base de datos con la información de estos artículos. Se puede decir que la tendencia que estudia la (re) creación, resistencia y autonomía del campesinado es la que más destaca en los artículos publicados por la revista. Entre los temas se encuentran estudios sobre el avance de los agronegocios en el campo, así como las luchas campesinas por la tierra, el agua, la reforma agraria, la agroecología y las políticas públicas.

Palabras clave: Questiona agraria; Revista NERA; debate paradigmático.

Introdução

Em 2018, a Revista NERA completou vinte anos de existência. Neste ano, publica a sua quinquagésima edição. São mais de duas décadas de contribuições científicas sobre a questão agrária. Além das revistas Agrária, vinculada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), e Campo-Território, vinculada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Revista NERA é um importante veículo de divulgação e diálogo de estudos agrários críticos. Sendo a Revista NERA uma das três principais revistas de Geografia Agrária do Brasil, os mais de 430 artigos científicos publicados em quarenta e nove edições nos oferecem um rico material de análise das tendências nos estudos sobre questão agrária não só no Brasil, mas em diferentes países, sobretudo, da América Latina.

Mesmo que alguns estudiosos reiterem em suas publicações que a questão agrária é um assunto resolvido, ou, até mesmo, ultrapassado, os artigos publicados quadrimestralmente pela Revista NERA assinalam o contrário.

O objetivo deste artigo é analisar as tendências dos estudos sobre questão agrária a partir dos artigos publicados pela Revista NERA nestas duas últimas décadas. Para isso, foi organizado um banco de dados com informações de todos os artigos publicados. Nele constam os autores, as instituições, os títulos, as palavras-chave e os números de acesso dos artigos, além das citações. O texto foi organizado em três tópicos, além da introdução e

das considerações finais. No primeiro tópico é apresentado o histórico da Revista NERA desde a sua criação em 1998 até os dias atuais. No segundo tópico é abordada a relação entre a Revista NERA e o debate paradigmático, destacando o seu importante papel na difusão das discussões do Paradigma da Questão Agrária (PQA), com destaque para a tendência camponista. No terceiro tópico são analisadas as tendências nos estudos sobre a questão agrária, ou seja, os temas, as teorias, os conceitos e as categorias que mais se destacaram nas publicações.

Histórico da Revista NERA

A Revista NERA é uma publicação eletrônica de periodicidade quadrimestral elaborada pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), em vigência desde 1998. A Revista NERA surgiu no mesmo contexto de criação do grupo de pesquisa NERA e do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), um projeto de pesquisa e extensão que tem como principal objetivo sistematizar informações a respeito dos seguintes temas: ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, estrutura fundiária, manifestações e estrangeirização de terras. A proposta de sua criação foi propiciar um espaço de divulgação de pesquisas sobre a questão agrária num contexto em que a luta pela terra fazia com que a desigual distribuição fundiária brasileira ganhasse a atenção mundial.

Na Revista NERA são publicados artigos, resenhas, notas, traduções, entrevistas, transcrições de palestras e conferências ministradas em eventos científicos e relatórios de trabalhos de campo relacionados a temas como questão agrária, luta pela terra, reforma agrária, desenvolvimento territorial rural, movimentos socioterritoriais, camponato, agronegócio, agricultura, políticas públicas, educação do campo, agrocombustíveis, campo e cidade, gênero, trabalho, soberania alimentar e agroecologia. Esse espaço de diálogo possibilita a divulgação e o intercâmbio de compreensões desenvolvidas por pesquisadores adeptos a distintas concepções, não só na Geografia, mas em ciências como a História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia e Agronomia.

De 1998 ao início de 2019, foram publicadas 49 edições da Revista NERA. Na primeira, foram publicados apenas três artigos e uma nota, índices que aumentaram gradativamente até atingir a média de publicação que oscila entre oito e doze artigos, somados à uma nota e/ou resenha por edição. Nesta edição inicial e nas de número dois e três houve a reunião de trabalhos que contemplam os seguintes temas: luta pela terra, organização político-territorial dos assentamentos rurais de reforma agrária e assistência técnica, constituição de cooperativas agrícolas em territórios camponeses e, por fim, considerações a respeito do projeto Lumiar no estado do Paraná.

O diálogo com pesquisadores internacionais teve início em 2004, na edição de número cinco, com o artigo “Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature”, do historiador Clifford Andrew Welch. Deste número em diante, pelo menos um artigo internacional foi publicado em cada edição da revista, o que tem contribuído para sua divulgação no exterior.

Ainda na edição quatro, cujo título é “Território, ruralidades e desenvolvimento contemporâneo” (Jan/Jun 2004), deu-se início a adoção de capa, folha de rosto, expediente e apresentação. Neste número estão reunidos artigos que divulgam os temas território e transformações no espaço, além de amplas leituras sobre conceitos significativos para a Geografia Agrária como ruralidade e territorialidade.

Os títulos das revistas número cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze foram, respectivamente: “Dimensões da questão agrária e do território” (Jul/Dez 2004); “Políticas agrárias, teoria e territórios” (Jan/Jun 2005); “Teorias do campesinato: resistências e recriações” (Jul/Dez 2005); “Questão agrária, renda da terra e transformações atuais no campo brasileiro” (Jan/Jun 2006); “Processos socioterritoriais no campo: modernização, movimentos camponeses e ação governamental” (Jul/Dez 2006); “As novas territorialidades do campo formando uma nova questão agrária” (Jan/Jun 2007); “Rumos da resistência camponesa e da reforma agrária” (Jul/Dez 2007). Estas edições abarcam diferentes temas e concepções teórico-metodológicas sobre transformações recentes no campo, reforma agrária, Estado e políticas públicas, resistências e recriações do campesinato.

A partir da edição 12 (Jan/Jun 2008), a revista deixou de atribuir títulos às publicações. São apresentadas análises críticas sobre temas como: questão agrária, estrutura agrária, movimentos sociais, globalização e democracia; agronegócio; ideologia; resistências e memórias da luta pela terra; multifuncionalidade; pluriatividade, agroecologia; sustentabilidade; soberania alimentar; criminalização dos movimentos sociais; educação do campo; desenvolvimento territorial; tecnificação no campo; turismo rural; trabalho escravo; políticas públicas; neoliberalismo; entre outros.

Nos últimos anos, além das edições quadrimestrais, a Revista NERA também tem publicado dossiês. Com isso, visa-se dar maior visibilidade a problemas e processos contemporâneos atrelados à Questão Agrária, criando canais de discussão entre pesquisadores de distintas áreas do conhecimento. A primeira experiência desse tipo foi o número 18, que trouxe um dossiê sobre Educação do Campo. No número 26 foi publicado um dossiê sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O número 28, por sua vez, trouxe um dossiê sobre os processos de neoextrativismo e despojo no Sul Global. A soberania alimentar foi o tema do dossiê do número 32 ao passo que no número 34, o tema do dossiê foi meio ambiente e desenvolvimento territorial. No número 38 foi publicado um

dossiê sobre as dinâmicas agrárias de Moçambique e por fim, no número 40 foi apresentado dossiê sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais no campo e na cidade.

Além do processo de internacionalização dos artigos publicados, o conselho científico da revista passou a contar com a colaboração de pesquisadores de diferentes regiões e universidades do Brasil, França, Reino Unido, EUA, Colômbia, Espanha, Argentina, Uruguai, Zimbábue e Canadá. Esses pesquisadores compõem o conselho científico da revista. A revista não adota a política de consulta a revisores *ad-hoc*, o que pode ocorrer futuramente devido ao fluxo de artigos recebidos.

No que se refere ao conselho editorial, até 2015 ele se restringia a professores e pós-graduandos da UNESP. Todavia, desde então ele é composto por dois professores da UNESP (Bernardo Mançano Fernandes e Eduardo Paulon Girardi), uma professora da University of British Columbia, Vancouver, Canadá (Hannah Wittman), uma professora da Cornell University, Nova Iorque, Estados Unidos (Wendy Wolford) e um professor da Cardiff University, Cardiff, País de Gales (Antonio Augusto Rossotto Ioris). O intercâmbio com esses pesquisadores de instituições do exterior tem sido de grande valia para a internacionalização da Revista NERA.

A Revista NERA é mantida por professores, mestrandos e doutorandos colaboradores ou coordenadores de dossiês. Bernardo Mançano Fernandes é fundador e foi editor no período 1998 – 2000. A partir de 2001 contamos com o trabalho de diversas editoras e editores: Anderson Antonio da Silva, Eduardo Paulon Girardi, Tânia Paula da Silva, Karina Furini da Ponte, Eraldo da Silva Ramos Filho, Matuzalem Cavalcante, Eliane de Jesus Teixeira Mazzini, Clifford Andrew Welch, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Camila Ferracini Origuéla, Djoni Ross, Francilane Eulália de Souza, Rodrigo Simão Camacho, José Sobreiro Filho, Lara Cardoso Dalpério, Hellen Charlot Cristancho Garrido, Luis Felipe Rincón Manrique, Wendy Wolford, Hannah Wittman, Mônica Schiavinatto, Davis Gruber Sansolo, Messias Alessandro Cardoso, Paulo Roberto Rosa, Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva, Juliana Grasiéli Bueno Mota, Adolfo de Oliveira Neto, Ivanio Folmer, Ane Carine Meurer e Silvia Aparecida de Sousa Fernandes.

Desde 2015, a revista possui três editores: um professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) (Estevan Leopoldo de Freitas Coca), uma pesquisadora do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP) (Camila Ferracini Origuéla) e uma pós-graduanda, nível doutorado, da UNESP (Lorena Izá Pereira). Todos eles possuem vínculo com o NERA. Por sua vez, o conselho científico da revista é formado por 66 professores, sendo 70% brasileiros e 30% estrangeiros. Dos brasileiros, 55% atua na região Sudeste, 22% na Centro-Oeste, 13% na Sul, 5% na Norte e 5% na Nordeste. No caso dos

estrangeiros, a maioria é da América Latina, mas também constam pesquisadores da América do Norte e Europa.

Ao avaliar a evolução da revista, é possível notar que os temas abordados nos trabalhos publicados acompanham a ascensão de novos elementos no debate sobre a questão agrária em escalas nacional e internacional, demonstrando que a revista está em consonância com o movimento da realidade, atualizando perspectivas e debates.

Na avaliação realizada em 2006 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o QUALIS Periódicos atribuído à revista foi A Nacional. Em 2009, este conceito foi alterado para B2, que, de certa forma, equivale ao conceito A, lembrando que a CAPES reestruturou os critérios e padrões de avaliação. Na avaliação de 2011, a Revista NERA manteve o QUALIS B2 (Geografia). Em 2013 atingiu o QUALIS B1 (Geografia). Por fim, na avaliação referente ao período 2013-2016, a Revista NERA alcançou o QUALIS A2 (Geografia), se consolidando como o periódico de Geografia Agrária com melhor desempenho no Brasil. Ainda se referindo ao período 2013-2016, a Revista NERA apresentou bons indicadores nas seguintes áreas: Interdisciplinar (B2), Planejamento Urbano e Regional/Demografia (B2), Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (B3), Antropologia/Arqueologia (B3), Ciência Política e Relações Internacionais (B3), Ciências Ambientais (B3) e Sociologia (B3).

Estes avanços contribuíram com a indexação da Revista NERA na base de dados GeoDados e GALE em 2009, no Portal de Periódicos da CAPES em 2010, nas bases Sumários e Latindex, em 2011 e Diadorim e REDIB, em 2018. Além desses, a revista tem se empenhado na indexação do Scielo, o que contribuirá para a ampliação do seu alcance.

Desde 2012 a Revista NERA está disponível no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), um *software* desenvolvido para a editoração e publicação periódica eletrônica. Isso tem possibilitado com que o trabalho de recepção, avaliação e editoração dos artigos ganhe maior dinamicidade, agilizando a publicação da revista, além de permitir o acompanhamento online, pelos autores e avaliadores, das etapas dos seus respectivos manuscritos.

Em suma, ao completar 20 anos em 2018, a Revista NERA tem se consolidado como um importante fórum de discussões sobre processos atrelados à Questão Agrária em diversas escalas e perspectivas. Percebe-se que no decorrer de sua história ela tem ampliado seu alcance, de modo que, além de possuir um ótimo desempenho dentre os periódicos de Geografia, também tem se tornado referência em demais áreas do conhecimento.

A Revista NERA e o Debate Paradigmático

A construção do pensamento é um processo teórico-político de interpretação das realidades que resulta em diferentes conhecimentos que podem ser conflitantes. Foi com esta compreensão que construímos o debate paradigmático para estudar os mundos agrário e rural (FERNANDES, 2018). Os paradigmas são abordados como visões de mundo, que possuem interesses, discursos e ideologias. Fernandes (2013) aponta os paradigmas como expressões e representações da materialidade e da imaterialidade, “são pensamentos socializados e compartilhados por pesquisadores que, por meio de seus estudos científicos, constroem interpretações e visões de mundo sobre os temas selecionados” (VINHA e FERNANDES, 2012, p. 39). Por meio do debate paradigmático é possível observar a conflitualidade presente no pensamento geográfico (VINHA e FERNANDES, 2012; FELICIO, 2011).

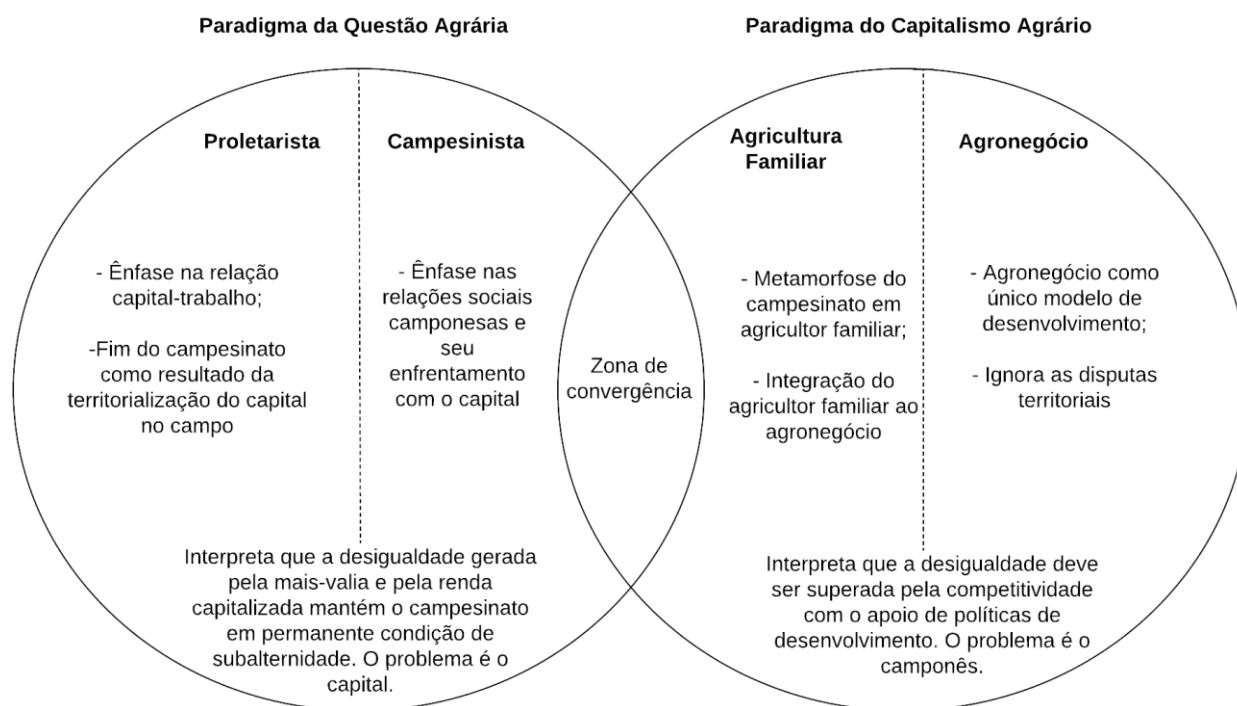
Vinha (2012) e Fernandes (2013) propõem dois paradigmas para entender os modelos de desenvolvimento relacionados ao espaço agrário. O primeiro corresponde ao Paradigma da Questão Agrária¹ (PQA), que compreende a questão agrária como um problema estrutural engendrado pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A resistência é a marca deste paradigma, o camponês resiste na terra, que é o seu território. O camponês ocupa e luta pelo seu direito de acesso à terra, de estar na terra, é uma luta por território, pelo território de moradia, pelo território de reprodução da família, pela sua história. O camponês resiste, uma vez que a integração é condição de continuidade e ele não deseja isso, a luta é pela mudança. Para este paradigma o camponês não vende a sua força de trabalho, a lucratividade não é o foco principal da Questão Agrária. O PQA apresenta duas tendências, proletarista e campesinista, conforme expressa o Organograma 01.

O segundo corresponde ao Paradigma do Capitalismo Agrário² (PCA), no qual a questão agrária é compreendida como algo conjuntural e pode ser superada com a integração do camponês ao mercado e a sua transformação em agricultor familiar. Este paradigma entende que os conflitos no campo são uma barreira ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Assim como o PQA, o PCA também apresenta duas tendências, uma vinculada a agricultura familiar e outra ao agronegócio como único modelo de desenvolvimento possível (Organograma 01).

¹ As principais expressões do PQA são Vladimir Lênin (1899), Karl Kautsky (1899) e Alexander Vasilovich Chayanov (1974 [1925]).

² No Paradigma do Capitalismo Agrário, o primeiro autor a escrever sobre o tema foi o sociólogo francês Henri Mendras, que em 1967 publicou o livro *Le fin des paysans*, onde defende que o modelo camponês clássico estaria perdendo sua significação e importância, mas que estes continuam a se reproduzir nas sociedades atuais a partir da integração. Outros pensadores do PCA são Hugues Lamarche (1992 e 1993) e Ricardo Abramovay (1992).

Organograma 01: Elementos e tendências do debate paradigmático.



Fonte: Adaptado de FERNANDES (2014); Org.: Os autores (2019).

A Revista NERA não está aquém do debate paradigmático, pois é um periódico que visa veicular as pesquisas no âmbito do Paradigma da Questão Agrária, sobretudo da tendência campesinista. Ao mesmo tempo, as contribuições publicadas na Revista NERA buscam dialogar criticamente com o Paradigma do Capitalismo Agrário.

Tendências nos Estudos Agrários Críticos

Nestes vinte anos, o total de 466 contribuições foram publicadas na Revista NERA, sendo: 433 artigos, 11 resenhas, oito entrevistas, cinco notas, cinco polêmicas e quatro relatórios de campo. Além dos números regulares – três ao ano – a Revista NERA organiza e publica dossiês com temáticas específicas. Nestes vinte anos de história, foram organizados 12 dossiês com os seguintes temas: Educação no campo (2011); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (2015); (Neo) extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios (2015); Soberania e segurança alimentar (2016); Meio ambiente e desenvolvimento territorial (2016); Território, campesinato, trabalho e resistências (2017); Questão agrária e cooperação sul-sul em Moçambique (2017); Movimentos socioespaciais e

movimentos socioterritoriais do campo e da cidade (2017); Amazônia (2018); Desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe (2018); avanço do agronegócio e resistência no MATOPIBA (2019); Território em movimento (2019). É interessante notar que as temáticas dos dossiês evoluem de acordo com o movimento da realidade.

Em termos de número de acessos, alguns artigos se destacam, como: “Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar”, de Miguel Altieri³; “As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar”, de autoria de Raimundo Pires Silva⁴; “A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recursos natural”, de Nathalie Drumond⁵; “Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números”, de autoria Flávia Lorena Brito e Odimar Peripolli⁶ e “A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: MST e o protagonismo da luta na atualidade” de Danilo Souza Melo⁷.

Em termos de citações, segundo o *Publish or Perish*⁸, destacam-se os artigos: “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”, de autoria de Bernardo Mançano Fernandes⁹; “A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista”, de Theodor Shanin¹⁰ e “A atualidade do uso do conceito de camponês”, de Marta Inez Medeiros Marques¹¹.

Dentre os 433 artigos científicos publicados nesses últimos vinte anos, as temáticas que mais se destacaram de acordo com as palavras-chave elencadas pelos autores dos artigos são agronegócio, reforma agrária, assentamento rural, questão agrária, camponês/campesinato, políticas públicas, MST, resistência, educação do campo e agricultura familiar. Já a categoria geográfica mais utilizada é o território. Através das palavras-chave elencadas pelos autores (as) dos artigos publicados na Revista NERA, classificamos as temáticas da revista em dez abrangentes blocos: questão agrária, avanço

³ Artigo publicado no número 16, ano 13 (2010). Artigo disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

⁴ Artigo publicado no número 23, ano 16 (2013). Artigo disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2175/2389>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

⁵ Artigo publicado no dossiê “(neo) extrativismo e despojo no Sul Global”, número 28, ano 18 (2015). Artigo disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3998/3050>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

⁶ Artigo publicado no número 40, ano 20 (2017). Artigo disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4490/4016>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

⁷ Artigo publicado no dossiê “movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais do campo e da cidade”, número 39, ano 20 (2017). Artigo disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4204/3971>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

⁸ É um *software* que que extrai dados do Google Scholar para o cálculo de número de citações e diferentes métricas, como o índice H. Para download gratuito: <<https://harzing.com/resources/publish-or-perish>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

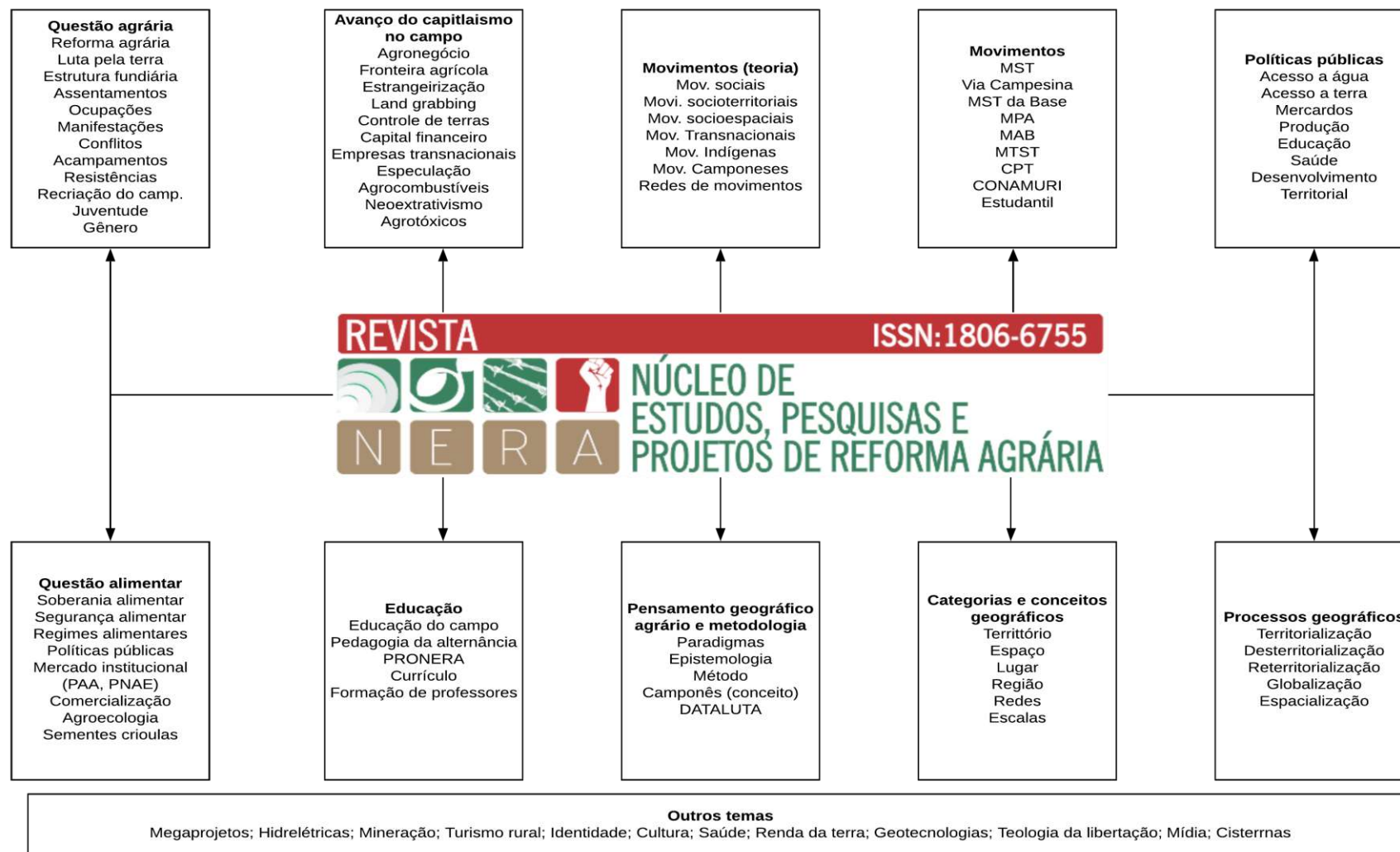
⁹ Artigo publicado no número 6, ano 8 (2005). Artigo disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436>> Acesso em: 26 jul. 2019.

¹⁰ Artigo publicado no número 7, ano 8 (2005). Artigo disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

¹¹ Artigo publicado no número 12, ano 11 (2008). Artigo disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399/1381>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

do capitalismo no campo, movimentos (teoria), movimentos, políticas públicas, questão alimentar, pensamento geográfico agrário e metodologias, conceitos e categorias geográficas e processos geográficos (territorialização, desterritorialização, reterritorialização e espacialização). O Organograma 02 evidencia as temáticas dos artigos publicados na Revista NERA nos últimos vinte anos.

Organograma 02: Temáticas publicadas na Revista NERA (1998-2019).



Org.: Os autores (2019).

Ainda no que tange aos temas, é possível fazer um paralelo com o movimento da realidade. As temáticas relacionadas a reforma agrária, campesinato, movimentos socioespaciais e socioterritoriais permanecem atuais, porém há questões que emergiram recentemente. Exemplos são os debates acerca da soberania alimentar (com aproximadamente vinte artigos publicados), agroecologia alimentar (com 21 artigos publicados), estrangeirização da terra (oito artigos publicados) e neoextrativismo (aproximadamente 15 artigos publicados).

As contribuições publicadas na Revista NERA são multiescalares, variando desde análises locais, como de assentamentos e acampamentos, até globais. Destacamos que a Revista NERA possui uma importante interlocução com pesquisas sobre a América Latina, sobretudo aquelas que tem como foco o desenvolvimento territorial, movimentos socioterritoriais e avanço do agronegócio no campo.

Este número 50 segue a tendência da Revista NERA. Apresentamos aos leitores treze artigos que permeiam desde questões teóricas até estudos de caso. Os artigos deste número possuem como tema a questão agrária, educação do campo, conflitos territoriais, questão ambiental e agroecologia, evidenciando a multidimensionalidade do território. Ademais, a presente edição conta com quatro artigos que correspondem a resultados do projeto “A comparison of the regional dynamics of large-scale land acquisitions or land-grabbing, food security and food sovereignty in Australia, South America and South East Asia”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Considerações finais

A Revista NERA se consolidou nessa última década como uma das principais revistas sobre geografia agrária do Brasil. São cinquenta edições e mais de quatrocentos artigos publicados em um pouco mais de vinte anos. Tal acervo nos oferece um rico material para compreender as tendências nos estudos sobre questão agrária em diferentes escalas, conforme abordado nesse trabalho. Também nos mostra o quanto essa temática é de interesse de pesquisadores nacionais e internacionais. No decorrer destas cinquenta edições é possível observar a evolução das pesquisas relacionadas com a questão agrária em múltiplas dimensões e escalas. Que nas próximas edições a Revista NERA possa continuar contribuindo com esse debate.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

CHAYANOV, Alexander Vasilovich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011 (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente, 2013, 344 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos. **Terra Livre**, v. 2, n. 42, p. 23-46, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano, Transformaciones en el Brasil agrario en las fases neoliberales y posneoliberal: construyendo una política agraria para un desarrollo sustentable, in Rubio, Blanca (Org.) **América Latina en la mirada: las transformaciones rurales en la transición capitalista**. Ciudad de México - Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2018, p. 63-92.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1986.

LAMARCHE, Hugues. **L'Agriculture Familiale**: comparaison internationale - une réalité polymorphe. L'Harmattan: Paris, 1992.

_____. **L'Agriculture Familiale**: d'utopie à la réalité. L'Harmattan: Paris, 1993.

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural (1899), 1985.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012, 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: unidade, diversidade e diferencialidade. **Terra Livre**, v. 2, n. 39, p. 37-66, 2012.

Terra e Geografia

Guilherme dos Santos Claudino

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: guilhermeclaudinogeo@gmail.com

Eliseu Savério Sposito

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: essposito@gmail.com

Resumo

Este artigo trata do conceito de terra em uma perspectiva histórica e contextual. Nesse quadro, o texto dialoga com filósofos, historiadores, sociólogos e geógrafos e as suas relações com os estudos do rural. Realizou-se um exercício de ordem didático-teórica, uma vez que as noções de rural e, concomitantemente, agrícola e agrário são adjetivações que fluem da *terra*, porém são pouco explícitas em suas diferenças conceituais. Pretende-se, portanto, entender a terra e sua relação com o saber geográfico por meio do diálogo interdisciplinar, mirando a construção de uma agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Terra; rural; saber geográfico.

Land and Geography

Abstract

This article deals with the concept of land in a historical and contextual perspective. In this framework, the text dialogues with philosophers, historians, sociologists and geographers and their relations with rural studies. A didactic-theoretical order exercise was performed, since the notions of rural and, concurrently, agricultural and agrarian are adjectivations that flow from the *earth*, but are not explicit in their conceptual differences. It is intended, therefore, to understand the land and its relationship with geographic knowledge through interdisciplinary dialogue, aiming at the construction of a research agenda.

Keywords: Earth; Rural; Geographic knowledge.

Tierra y Geografía

Resumen

Este artículo trata del concepto de tierra desde una perspectiva histórica y contextual. En ese cuadro, el texto dialoga con filósofos, historiadores, sociólogos y geógrafos y sus relaciones con los estudios del rural. Se realizó un ejercicio de orden didáctico-teórico, ya que las nociones de rural y, concomitantemente, agrícola y agrario son adjetivaciones que fluyen de la *tierra*, pero son poco explícitas en sus diferencias conceptuales. Se pretende, pues, entender la tierra y su relación con el saber geográfico a través del diálogo interdisciplinario, mirando la construcción de una agenda de investigación.

Palabras clave: Tierra; rural; saber geográfico.

Introdução

Terra é uma palavra que carrega muitos significados. Todo objeto que percorre os tempos tende, naturalmente, a se modificar, adquirindo, passo a passo, tonalidades diferentes em cada período histórico. A terra, enquanto conceito, pode ser interpretada por meio de metafísicas imanentes e transcendentais, variando com o social que lhe determina. Assim, cada tempo e sociedade conferiram-lhe certo sentido existencial e, concomitantemente, de poder.

Para discorrermos sobre o assunto, de modo geral, propomos um diálogo com algumas manifestações da terra no âmbito da Geografia e, de modo específico, no conjunto dos estudos da geografia rural. Na primeira parte, discutimos “o que é terra?”, com o intuito, sinteticamente, de abrir o diálogo sobre a natureza da questão. Posteriormente, destacamos algumas relações do binômio terra/Brasil, com ênfase nas reverberações à Geografia. Num terceiro momento, abordamos os conceitos de rural, agrícola e agrário, destacando-os como objetos de análise da história.

O propósito deste exercício é, didaticamente, abrir um debate sobre um conceito que historicamente faz parte do discurso geográfico, mas de forma diminuta recebe atenção pelos geógrafos. O conceito de terra precisa ser resgatado e debatido para além de sua condição realística e material de uma mera superfície onde as coisas acontecem.

Que é Terra?

Diferentemente da procura (ainda inacabada) *existencial* do clima e da forma, no âmbito das ciências naturais, a terra por si mesma figura-se como um *ser*. Uma entidade com vida própria, se ficarmos aqui com as relações indígenas e quilombolas. As relações vernaculares estabeleceram um vínculo com a terra antes das investigações científicas. A terra como uma categoria de análise científica (e mesmo ontológica), transmutada através dos signos espaciais (paisagem, território, regiões, lugar), vem depois das relações cotidianas da humanidade com o fato terrestre.

Na intenção de uma breve introdução à “terra-categoria”, na Geografia, demonstraremos algumas aparições que julgamos recorrentes à sua noção. Nossa escolha pela terra é uma estratégia de recorte no leque que cobre o rural nos estudos geográficos. Outros recortes poderiam ser feitos e, por tal motivo, este não é um fim em si. É apenas um elemento entre outros, tal como o homem e a cultura, e a própria economia agrícola. Os caminhos são inúmeros para ler o rural, o que revela a inviabilidade de pretensão do todo. O reconhecimento das nossas limitações pela abundância do objeto responde à escolha por determinados pedaços do fato rural.

Cabe um destaque quanto a esta escolha. A noção de terra, todavia, pode representar um dado mais abrangente que o rural, o que acreditamos que possivelmente seja. Neste sentido, pode-se cair em uma armadilha, correr do rural e estacionar num outro todo, ainda mais enigmático. Dado que a terra atravessa a religião, a ciência e a filosofia. Antecede, por assim dizer, o próprio humano. Nosso recorte, contudo, dialoga com outros recortes, isto é: a Geografia produzida no Brasil.

A terra pode ser concebida de diversos modos. Como uma categoria do pensar, no maior das vezes, é sinônimo de *rural*, tomando o *social* como relação do seu fundamento. A *raiz* do rural como um objeto e conceito científico é a *terra*, que lhe antecede como uma materialidade. Também o é com o *urbano*, suas qualificações e adjetivos, quaisquer que sejam, estão sobre um *chão*, isto é, sobre uma terra ou matéria, que seja, enfim, o espaço (embora não seja nesta questão que almejamos chegar). O próprio conceito de território não antecede o de terra, sua constituição objetiva compreender e obriga um determinado “conteúdo” para surgir junto às relações de poder. A terra, em seus sentidos correntes, representa uma superfície sólida da crosta terrestre, de um planeta no sistema solar e, muitas vezes, como sinônimo de “mundo”. Aparece, ainda, como um presente de Deus, como é possível detectar no Antigo Testamento, com a Terra Prometida (de Canaã) ao povo hebreu¹. Deus, aliás, personificará um dos pilares da matriz cognitiva dos camponeses para com a terra. É difícil arriscar se o tom subjetivo e mítico tenha vindo antes da concepção física, por intermédio da noção de matéria. Ambas – terra e matéria – percorrem a história do pensamento humano.

A ideia de “matéria” talvez anteceda a noção de terra, porém suspeitamos que a “matéria” represente uma concepção irradiada pelo científico e filosófico, o que, se assim o for, sucederia a ideia de terra. Um exemplo pode ser constatado no filósofo pré-socrático Empédocles (490 a.C. - 430 a.C.), com sua teoria das quatro *raízes* da matéria ou *phýsis*. Para este filósofo, o fogo, a água, o ar e a terra são um *rizómata* (ou rizoma no sentido de um “tufo de raízes”), que constituem a “matéria”, ou seja, tudo que existe. Essas raízes, de acordo com Chauí (2002), são misturadas e indiscerníveis, pois constituem o Uno. Outro exemplo podemos encontrar no filósofo Gaston Bachelard, em suas obras *A terra e os devaneios da vontade* e *A terra e os devaneios do repouso*, ainda que tenha se dedicado aos outros elementos, a terra recebe atenção singular na sua construção filosófica, entendida como uma extroversão e introversão da imaginação criadora. A matéria e o subjetivo eclipsam-se à terra. De modo ainda mais fascinante, para ficarmos ainda com os filósofos, a terra aparece em Nietzsche com um tom muito curioso. Davim e Marandola Júnior (2018, p. 732) destacam cinco visões sobre a terra em Nietzsche, a saber:

¹ Em hebreu a terra é traduzida como *èrets*, significando mundo, solo, entre outras acepções.

[...] (1) terra como mundo-aquém, (2) terra como *cosmo*, (3) terra como subaneidade, (4) terra como *topos*-poético e (5) terra como horizonte humano. Cinco perspectivas e sentidos sobre o mesmo termo ou palavra. Uma luta entre pontos de vista que edificam a terra como um modo de pensar geofilosófico que cremos ter muito a contribuir para o conhecimento em geral, sobretudo para o pensamento geográfico e seus debates epistemológicos.

Caminhando nas mesmas trilhas de Bachelard e Nietzsche encontra-se o geógrafo Éric Dardel (2011). A terra, em Dardel, em especial na obra *O homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica*, é um texto a ser decifrado, não se definindo necessariamente como um objeto ou planeta reduzido a objetificação científica e material. A terra é o algo que conduz o homem aos sentidos, qualificando, então, o que chamou de geograficidade². Outro geógrafo deste mesmo cabedal é Paul Claval (2010), com a obra *Terra dos Homens: a geografia*. Partindo do período grego, em que a geografia era uma “descrição da terra” por meio da qual os gregos “liam no céu a forma da Terra”, chegamos ao período contemporâneo, que demonstra as relações do homem com a terra e o mundo digital. Tanto Dardel quanto Claval relacionam a ideia de uma terra-matéria, com a dimensão do subjetivo, da imaginação e do saber. Com esses, e muitos outros, é possível (e de diferentes modos) rastrear as concepções e sentidos da terra, lançando o exercício a outro patamar. Este objetivo, ainda que sedutor, lança-nos a outros caminhos os quais o presente texto não irá se deter. Cabe adentrar, agora, nas produções da Geografia brasileira.

Terra e Brasil

A Geografia produzida no Brasil também revela algumas manifestações da “terra”. Para ficarmos aqui com três casos aleatórios, lembramos das obras de Manuel Correia de Andrade, Aroldo de Azevedo e Carlos Walter Porto-Gonçalves. O primeiro com *A Terra e o Homem no Nordeste*, da década de 1960, demonstrando o contraste geográfico e conflituoso da terra na região nordestina. O segundo com *Brasil: a Terra e o Homem*, também da década de 1960, configurando-se como coletânea³ e considerada como uma das últimas obras de caráter “geral” do Brasil, na tentativa de caracterizar e retratar a

² “É dizer que essa história só faz sentido se compreendermos que a Terra não é um dado bruto a medirmos como ele ‘se dá’, mas que sempre transita entre o Homem e a Terra uma interpretação, uma estrutura e um ‘horizonte’ de mundo, ‘um esclarecimento’ que mostra o real, uma ‘base’ a partir da qual a consciência se desenvolve” (DARDEL, 2011, p. 48).

³ “Quem quer que os venha a ler – estudantes ou professores, militares ou integrantes das profissões liberais, homens do comércio ou da indústria, do campo ou das cidades, pessoas cultas ou de mediana cultura – conhecerá, com a possível exatidão, os fatos essenciais a respeito da **Terra e do Homem brasileiro**” (AZEVEDO, 1972 [1962], p. XI, grifo nosso).

“Geografia do Brasil” no seu quadro completo, sendo a *terra* e o *homem* os sustentáculos do respectivo edifício. E o terceiro, diferente dos anteriores, deu atenção à ecologia na produção de 1984, *Paixão da Terra*⁴, revelando o drama do homem frente à luta ecológica que se figurava nas derradeiras décadas finais do século XX. É identificável, assim, que a terra tem uma história na Geografia⁵, revelando “algo mais” do que a mera condição de objeto a ser descrito⁶.

De qualquer forma, sendo terra ou matéria, ambas são signos linguísticos edificadas pelo humano. A terra na Geografia, então transmutada em rural no nosso presente caso, compreenderia um *universo*, que ultrapassa a circunscrição de um mero “objeto”, representando, pois, uma “totalidade do real”, traduzindo, assim, certa fração da existência da matéria coberta por uma respectiva de ordem cultural. Colidindo com a ideia de *campo* e inserindo, na sequência, a concepção de *cidade/urbano*. Sendo estes dois últimos uma nervura infinita no debate acadêmico por meio do conjunto inesgotável de publicações sobre o tema.

A compreensão da terra no Brasil reclama algumas considerações referentes ao processo de ocupação e colonização. Ambos os processos desenharam a geografia brasileira do presente. Antes, uma terra “vazia”, pronta para a exploração material e, sucessivamente, humana, firmando o que Sérgio Buarque de Holanda (2000) chamou de *Visão do Paraíso*, um espaço com terra abundante e mão de obra barata. A ideia de “vazio” representou uma das justificativas para a desenfreada exploração das terras brasileiras. Os povos originários quando do primeiro contato com o europeu foram caracterizados como nada, num sinônimo de selvageria. Os negros trazidos de África também marcaram a terra no Brasil. Indígenas, africanos e europeus, assim, deram os primeiros sentidos à terra. Ora como mercadoria, ora como resistência e luta, ora o retrato da barbárie humana.

No brutal genocídio e etnocídio da história do Brasil restara apenas a partilha de terras ao branco europeu, cabendo ao indígena e ao africano o massacre interminável pelos primeiros. A Lei das Sesmarias consistiu no exemplo mais cristalino, pois, por meio das capitanias hereditárias, a terra passou a ter um dono. Outro episódio foi a Lei de Terras de 1850, substituindo o antigo modelo de sesmaria, essa lei propiciou o regime de propriedade privada; a terra, então, só poderia ser adquirida e utilizada por meio da compra. O espaço brasileiro, lugar dos povos originários, passou a território do branco. Hectares infinitos de terras foram postos à mesa do mercado. E o mercado, assim, como outro significante da terra.

⁴ “A Terra, antes de ser conhecida, explorada, fincada ou perfurada, é palco, mora e companheira. É para ser amada” (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 13).

⁵ Élisée Reclus é outro exemplo caso desçamos no tempo, basta consultarmos *La terre: description des phénomènes de la vie du globe* (1868) e *L’Homme et la Terra* (1906), para citarmos alguns.

⁶ “Mais coisas sobre nós mesmos nos ensina a terra que todos os livros. Porque nos oferece resistência”. (SAINT-EXUPÉRY, 1972 [1939], p. 2).

Com esses condicionantes originados na colonização é que surgem duas categorias basilares: a do latifúndio e a dos sem-terra⁷. O termo *sem-terra* é tão emblemático que é possível conjecturarmos um programa filosófico de pesquisa: Como pode um sujeito nascer da terra e a ela não pertencer? A mãe separada do próprio filho figura o cateter que percorre as raízes do acesso à terra no Brasil. Pensamos que a categoria sem-terra pode representar muita coisa, juntamente com aquela que a funda, o latifúndio. O “todo latifúndio”, senhor da terra, explica a “não-parte” pelo absurdo da ganância e do massacre na sua lógica fraticida.

A “não-parte” personificada pelos sem-terra, todavia, não se inclina diante do “todo latifúndio”. A *resistência* representada pelo *conflito* é o outro vértice que qualifica a noção de terra no Brasil, sendo a nervura mais latente, irradiando até mesmo na produção científica. O conflito é uma categoria que explica a produção acadêmica em geografia agrária/rural no Brasil, e não poderia ser de outra forma, até porque o “objeto terra” é quase sinônimo de luta e guerra. Basta observarmos a história de lutas dos quilombos, tendo Palmares como um dos seus melhores exemplos, tal qual Canudos, Contestado e Trombas e Formoso. O conflito é uma via explicativa dos estudos rurais no âmbito da geografia brasileira.

É fundamental que entendamos como a terra se manifesta para além do latifúndio. Na história do Brasil, outras formas coexistiram em relação às formas totalitárias. Algumas delas são as terras indígenas, terras de preto, terras de santo, também entendidas como terras de uso comum (ALMEIDA, 2009). As terras de preto, por exemplo, correspondem às aquisições que remontam aos ex-escravos, ligando-se, na maioria das vezes, aos quilombos. As terras de santo, por outro lado, qualificam-se pela desestruturação das terras pertencentes à Igreja, nestas terras o(s) santo(s) é(são) considerado(s) o(s) proprietário(s) verdadeiro(s)⁸, o sobrenatural, neste caso, tem certa determinação na matéria.

A relação dos indígenas com a terra, por outro lado, é a de um ente. Os rios, as árvores, os animais, todos são dotados de vida, não sendo, necessariamente, ingredientes da matéria ou meros dados geográficos. Os Guarani, por exemplo, denominam a terra de Yvy⁹, um ente que possui alma, uma espécie de espírito que necessita ser cuidado e não alterado. A Terra (Yvy), enquanto espírito, precisa ser respeitada para que continue protegendo aqueles que dela necessitam.

O camponês é outro caso que merece algumas considerações. Primeiramente, por sua condição de nervura, o camponês é um dos temas mais caros aos estudos rurais, sua *existência* é uma das questões mais proeminentes. Como o tempo é um elemento fundante

⁷ O camponês poderia substituir o termo sem-terra neste caso, porém julgamos importante trabalhar um pouco com a noção de sem-terra. Mais adiante discutiremos o camponês e as concepções de terra que deste conceito emanam.

⁸ Almeida (2009) ainda destaca as terras de herança e as terras soltas ou abertas.

⁹ Podem aparecer também como *Ibí*, *Ybi*, *Yby*.

para os estudos do saber, a existência do camponês para nós não é nenhum problema nevrálgico, visto que o saber enquanto tradição e modo de vida não se diluem tão facilmente como alguns autores querem crer. Klass Woortmann (1990), em tenaz análise do camponês sugere o termo *campesinidade*, uma qualidade que existe em diferentes tempos e lugares regida por um saber que lhe é próprio. De todo modo, o debate inaugurado com os estudos de Hugues Lamarche e Ricardo Abramovay, para ficarmos com dois exemplos, não é de todo descartável. A formulação do conceito de agricultura familiar em contraposição ao de camponês vem movimentando de modo muito eficaz a produção acadêmica nas ciências sociais e humanas e a Geografia não se furta de tal discussão, representando uma das frentes mais vivas nesta intrigante nervura. Pilares temporais e proféticos são evocados pelas diferentes visões dos intelectuais referentes ao camponês; ora é propugnado seu fim, ora sua efetiva existência, por vezes um renascimento, uma adaptação, enfim, as lentes são várias.

A campesinidade que mencionamos anteriormente é um termo que se qualifica por meio de uma ordem moral, de uma ética camponesa. Woortmann (1990) desloca o movimento que privilegiava a dimensão econômica e objetivista de conceber o camponês para uma mirada ao subjetivo dos sujeitos que compõem tal *mundus*¹⁰. Sugere, também, que algumas categorias são nucleantes nesse mundo, sendo elas a terra, o trabalho, a família, a liberdade e Deus. Dessas categorias, a terra, o trabalho e a família são as principais, uma vez que são coexistentes, nenhuma existe sem a outra. A terra, por exemplo, não é uma matéria, enquanto solo, apenas para ser explorada, ela expressa uma ordem ética e moral, como um patrimônio (*traditio*) da família, provinda de Deus. A ordem moral, enquanto campesinidade, só se efetiva por meio do trabalho, criando as noções de *terra de trabalho* e *terra de Deus*. Dessa forma, não se concebe a terra como um dado isolado, ela se faz existir pela coexistência das outras categorias. O isolamento dessas categorias e a perda da *traditio*, se continuarmos com o pensamento de Woortmann, é algo próprio da modernidade, em que reina o individualismo e a lógica mercantil, num processo de destituição dos sentidos tradicionais, a terra torna-se uma coisa e a família um fator. Quando a terra deixa de ser um ente ou um morar para o acontecer da vida, ela apenas vira um receptáculo, no qual as coisas acontecem, até mesmo um *cativeiro*, como argumentou José de Souza Martins¹¹.

A fusão entre terra e capital entra em choque com a terra-sentido. A inversão ética e política, que há dezenas de anos vem ocorrendo no território brasileiro com suas terras é, em síntese, a eliminação de uma ordem moral que, no caso dos indígenas, vem sendo

¹⁰ “um *mundus* camponês cercado pelo (mundo) *imundus* da mercadoria, da propriedade privada mercantil desvinculada do trabalho, da ambição; mundo que ameaça a ordem moral, mas com o qual é preciso também saber lidar” (WOORTMANN, 1990, p. 22).

¹¹ Conceito que origina o título de seu livro *O Cativeiro da Terra*, de 1979.

dizimada juntamente com seus saberes. A terra-capital estabelece uma nova ordem moral do homem com a terra, criando outros sentidos. O “ser” passando à “coisa”, um sentido que, no fundo, é um não-sentido.

A terra, portanto, apresenta-se de diferentes formas, variando com as contradições. No “Nordeste, a *terra de trabalho*, condição de realização do pai trabalhador, tem sua localização ideal no *sítio* (e dentro do *Sítio*), espaço por excelência de realização do *pai de família* e da liberdade” (WOORTMANN, 1990, p. 42, grifos do autor). Em outra localidade, como em Sergipe, “a *terra de trabalho* se opõe à *terra de gado*, espaço onde o trabalho foi expulso”, outra situação semelhante aconteceu na Paraíba, “a *terra de agricultura* se opõe à *terra de engenho*, espaço onde não se pode realizar o trabalho” (WOORTMANN, 1990, p. 42, grifos do autor).

A *tradição*, para se realizar como uma ordem moral e ética, depende justamente do saber, afinal, “a transmissão da terra sem o saber não transformaria essa terra em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai governa, dá a direção do processo de trabalho” (WOORTMANN, 1990, p. 43). O pai, “por ser dono do saber que ele é dono do sítio e pai de família. Ele não é um velho, mas um sábio” (WOORTMANN, 1990, p. 48). Mas em que, de fato, perguntemos, consiste este saber camponês?

A matriz cognitiva do camponês (terra, trabalho, família, natureza, Deus) entra numa articulação criando o simbólico que rege a prática, conformando-se, assim, o saber. Com a prática e o saber “estabelece-se um diálogo, uma ‘negociação’, entre as potencialidades da terra ‘o que ela quer dar’ e as necessidades da família” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 12). Portanto, “é pela transmissão desse patrimônio, em duplo sentido – a terra como objeto de trabalho e o saber que constitui o sujeito trabalhador – que se faz o novo pai de família. A mãe, por seu lado, transmite à filha o saber relativo ao domínio da casa” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 14-15). A hierarquia composta pelas relações de gênero também ganha relevo no saber camponês, o que, todavia, requer outra discussão. O que é preciso ficar posto é a existência de um saber que qualifica e comanda os sentidos da terra, conforme já detectara Alexander Chayanov em outras ocasiões, ainda que imerso em uma perspectiva econômica.

O saber camponês não é sinônimo de imobilismo ou arcaísmo, ele se metamorfoseia conforme a dinâmica da história, tampouco podemos reduzi-lo a um saber que não luta pela existência, basta lembrarmos aqui das Ligas Camponesas. Esse saber que regula e comanda práticas e mundividências tem componentes essencialmente espaciais (sítio, mato, casa, céu, terra), que no âmbito da Antropologia vêm sendo dissecados em diferentes leituras. Um saber que se relaciona com o espaço, portanto, também um saber geográfico. De um modo ou de outro, é uma das raízes do saber

geográfico brasileiro, perpassando os posseiros, foreiros, pequenos proprietários, sitiantes, entre outros.

Além da manifestação cultural, que qualifica as terras que acabamos de mencionar, há outras aparições com vieses mais políticos, que denotam outras perspectivas para se pensar a terra, como é o caso das *terras devolutas* e das *terras griladas*. O termo devoluto, originário do latim *devolutu*, é definido nos dicionários como “desocupado”, “desabitado”, “vago”, em outros termos, uma “terra vazia”. Geralmente, em termos do presente, essas terras estão no poder do Estado, mas isso não impediu que fossem ocupadas e muitas vezes engolidas pelo latifúndio e pelo próprio capital. O latifúndio é constituído pela posse das terras devolutas, criadas por ele mesmo. O vazio ou devoluto, como já dissemos brevemente, foi uma ideologia eficaz. A terra no Brasil, como é sabido, continha os chamados povos originários na figura dos indígenas. As terras griladas, todavia, correspondem à arte de criar uma fábula sobre a ideologia do vazio para a posse das terras. Cabe mencionarmos, entretanto, que o Brasil já possui muita informação das terras devolutas, imprescindíveis à Reforma Agrária. A grilagem e o descompasso dos poderes entre os senhores da terra e os povos originários não permitiram uma verdadeira distribuição da terra.

A concentração de poder e a dinâmica do mercado, próprios do modo de produção capitalista, conferiram à terra outras atribuições e sentidos, e sem nenhuma dúvida o mais importante deles é o que a economia política veio a chamar de *renda da terra*. A renda da terra pode ser entendida como uma categoria analítica ou como uma teoria, variando com o enfoque dos autores. Na história do pensamento econômico, autores como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Thomas Malthus (1766-1834) e Johann Rodbertus (1805-1875) podem ser considerados uma espécie de teóricos ou iniciadores do que se concebe como teoria da renda da terra, mas foi com Karl Marx que o debate teve maior expressividade, com ele a renda da terra pressupõe propriedade privada. O capital na agricultura será uma das formas que tingirá a terra com outras cores, no que podemos chamar de *capitalização da terra*.

No âmbito da renda da terra não há espaço para *sentidos existenciais*, o que define o jogo é a *terra-mercadoria*, inserida na lógica do modo de produção capitalista. Percebe-se que terra é um bem finito e nesse sentido ela tem um preço, com isso se torna uma propriedade privada. A terra como um bem capitalista é o sentido que a define a partir da modernização e da monopolização do capital. A terra, assim, pode gerar lucro e mais-valia. Marx, então, compreende a terra no capitalismo mediante três noções: a *renda da terra absoluta*, própria da propriedade privada; a *renda da terra diferencial 1*, entendida como uma renda oriunda da fertilidade dos solos, da localidade das terras e da quantidade de terras possuída; e a *renda da terra diferencial 2*, perfazendo os capitalistas que melhor

administrassem a terra e o processo de produção das mercadorias. Para a Geografia vem sendo muito úteis as formulações de Marx sobre a renda da terra, a geografia agrária, por exemplo, será uma das áreas que irão se destacar na incorporação do pensamento marxista, cuja luta de classes será o ângulo mais luminoso do cristal.

Ainda nesse plano do político e econômico, outras noções vêm surgindo para qualificar a terra. A *colonização da terra*, que durante muito tempo respondia à compreensão da história e posse da terra, vem abrindo espaço para outras abordagens no período contemporâneo, tais como a *financeirização da terra*, a *estrangeirização da terra* e um dos mais emblemáticos e polêmicos: o *land grabbing*¹². No fundo, as relações de poder resumem essas diferentes expressões, que vem para enriquecer a maneira de pensarmos a terra em sua lógica capitalista.

A terra, como já mencionamos, guarda muitas significações. O carácter *fúnebre* também é um deles, e ninguém melhor do que Josué de Castro para ter detectado este outro sentido em *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, de 1967. Com uma metafísica distinta das anteriores, Castro (1967, p. 27) com denodo expressa a fabulação da terra com a lógica capitalista num só ritmo, narrando as motivações das Ligas Camponesas:

Por que esta desvairada aspiração de possuir, depois de morto, sete palmos de terra, por parte de quem na vida não dispusera, de seu, nem de uma polegada de solo pertencendo quase todos, aos imensos batalhões dos sem-terra que povoam o Nordeste Brasileiro? E por que este desespero em possuir um caixão próprio para ser enterrado, quando em vida esses deserdados da sorte nunca foram proprietários de nada – nem de terra, nem de casa, nem mesmo do seu próprio corpo e de sua própria alma, alugados a vida inteira aos senhores da terra?

A narrativa de Josué de Castro é coberta por diversas metáforas geográficas, interconectando a fome, a morte e o homem, chamando atenção “desta estranha geografia, onde não é a terra que dá de comer ao homem, é antes o homem que nasce apenas para dar de comer à terra. Para alimentar esta terra-cemitério, que engorda com sua matéria orgânica” (CASTRO, 1967, p. 42). Além dessa terra-cemitério, menciona a *paisagem defunta*¹³, definindo-se pela “presença constante da morte, da expectativa da morte, da fraternal promiscuidade dessa gente com a morte” (CASTRO, 1967, p. 41). Morte, homem, Deus, luta, conflito, e capital são alguns conceitos que detectamos com maior recorrência quando o assunto é terra no Brasil. Com esse quadro pretendemos construir um raciocínio que revele a polissemia do entendimento da terra, embora alguns elementos sejam comuns às abordagens, como o homem e o conflito.

¹² O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) vem somando um número expressivo de publicações sobre esses dois últimos processos. Consultar Pereira (2017).

¹³ O termo *paisagem defunta* foi retirado do um poema de João Cabral de Melo na obra *Duas águas: poemas reunidos*, 1956).

O trinômio terra, homem e luta, neste sentido, representou, durante muito tempo, o estilo da literatura brasileira na descrição do “homem do campo”, conjugando o estilo regionalista de retratar e pensar as relações humanas. O melhor exemplo desta tradição é a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. O tripé detinha uma lógica muito objetiva: a terra *influenciava* o homem, e este *influenciava* a luta. Uma relação de determinação conduzia este triângulo. Primeiro a terra, conduzindo e interpenetrando o homem, o *lugar sendo requisito do ser*. Ainda neste modelo, o *ser* feito pela terra desdobrava-se em lutas e confrontos pela sobrevivência. O estilo regionalista, todavia, ganhara outros contornos com a figura de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, o triângulo que explicava as relações humanas com a terra não teria mais determinação, mas seria apenas equivalente: a luta determina o homem; o homem determina a terra; a terra determina a luta; o homem determina a luta; ou seja, as três categorias são equivalentes, interconectando-se, intrinsecamente. O tripé terra, homem e luta (ou conflito) detém um potencial explicativo dos estudos rurais ainda muito atual, longe de qualquer relação de determinação esse triângulo representa a história do rural.

Há diferentes caminhos para compreender a Geografia e os estudos do rural no Brasil, a escolha pela terra e em menor grau o conflito é apenas um desses. A terra como rural ou agrícola desenhou campos de investigação em diferentes ciências, é preciso, pois, tocar brevemente nesse assunto.

O Rural, Agrícola, Agrário e a História

Se a terra, enquanto rural, é uma categoria da vida e da matéria, logo, da ciência, é necessário que entendamos algumas diferenças fundamentais. A primeira consiste na sua condição de objeto histórico. No campo da história é possível fazer uma história da terra/fabulação (imagens espaciais) aproximando-se da geografia histórica e, também, da história rural. Na geografia histórica, por outro lado, é privilegiado o entendimento da terra superfície (estratos) por meio do tempo geológico e suas eras. Na Geografia, além da geografia histórica propriamente dita, há estudos que privilegiam as relações territoriais, desenhando a chamada história territorial na formação do Brasil¹⁴. Enquanto objeto histórico, é possível, enfim, realizar uma variedade de estudos dependendo dos objetivos almejados. O interesse pela Sociologia também demonstra outro modo de pensar o rural. A sociologia rural, com figuras como Henri Lefebvre e José de Souza Martins, demonstra como o rural e as relações humanas constituem um objeto profícuo à Sociologia. A terra,

¹⁴ Como podemos detectar na produção acadêmica de Antônio Robert Moraes, notadamente em *Território e História do Brasil* (2008).

enquanto rural, portanto, é mais do que um “palco” ou superfície dos acontecimentos, e o olhar histórico vem provando isso de diferentes modos.

Faz-se necessário destacarmos, também, outro elemento de ordem conceitual. Trata-se dos conceitos de agrícola, que privilegiou as relações técnicas e econômicas na compreensão do campo, e o agrário, as lutas e conflitos sociais, respectivamente. O rural, todavia, é uma síntese de ambas as noções, conforme salienta Andrade (1995), em sua reflexão sobre a geografia rural. Essa mesma divisão pode ser constatada no plano da história: história agrícola (ou da agricultura), história agrária e história rural (mundo rural). A dimensão rural na história, todavia, sempre esteve ligada à história econômica e social.

O interesse da história pelo rural praticamente se acende com os estudos da geografia humana na França. No Brasil, o historiador Ciro Flamarion Cardoso se destaca com o seu clássico estudo de 1979, *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*¹⁵. Baseado nos historiadores Jean Meuvret e Emmanuel Le Roy Ladurie, Cardoso realiza uma divisão muito próxima de Andrade (1995). A diferença do primeiro para este último, além dos 16 anos que separam os textos, é que Cardoso estabelece quatro perspectivas para investigar o rural na história, indo um pouco mais além, a nosso ver, que Andrade (1995) com suas três perspectivas¹⁶. A proposta de Cardoso (1979) distribui-se do seguinte modo: *história da agricultura*, ocupando-se das tecnologias agrícolas e das técnicas; *história agrária*, mirando o caráter jurídico e social da terra e relações de trabalho; *história econômica do mundo rural*, consistindo em uma síntese das duas anteriores. Até este ponto, como podemos perceber, a proposta é bastante semelhante à de Andrade (1995), porém Cardoso inclui mais uma dimensão – a *história da civilização rural* – que traz uma síntese histórica global que, para existir, dependerá das três anteriores¹⁷.

Cardoso (1979) demonstra, ainda, como a Geografia foi fundamental para a existência da história agrária e agrícola na França. Figuras como Sorre, La Blache, Demangeon ilustram os importantes nomes nesse processo de influência, sobretudo em sujeitos como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel e Pierre Vilar¹⁸. A despeito da qualidade do referido texto, alguns juízos sobre a Geografia (como o possibilismo e determinismo) são um pouco apressados e generalistas, merecendo um aprofundamento mais consistente na questão.

¹⁵ Consultar o capítulo *História da Agricultura e História Regional*

¹⁶ É importante destacar que Manuel Correia de Andrade, no respectivo texto, estava lidando com a geografia e não com a história.

¹⁷ “No campo de estudos da civilização rural, Le Roy Ladurie inclui um panorama imenso: técnicas, população, sistemas de parentesco, sistemas agrários, economia, revoltas agrárias, religião, cultura, folclore. Ou seja, encontraríamos aqui, no pior dos casos uma síntese histórica global, integrando todos os aspectos possíveis do mundo rural numa visão de conjunto” (CARDOSO, 1979, p. 16).

¹⁸ “É preciso notar que, apesar das afinidades evidentes, existem diferenças mais ou menos notórias entre a atitude do geógrafo e a do historiador, mesmo quando o primeiro se debruça historicamente sobre um tema qualquer. Os pontos de referência principais do geógrafo são o presente e a Terra” (CARDOSO, 1979, p. 37).

A história agrária é um dos campos mais promissores quando se pensa em rural (no tempo) no Brasil e, nesse sentido, se destaca outro tripé analítico. De acordo com Linhares (1997), três categorias se sobressaem na história dos sistemas agrícolas: a terra, o homem e a técnica¹⁹. A associação desse trinômio possibilita historiar o rural em sua relação econômica e social, permitindo, então, uma história agrária segundo a respectiva historiadora.

Essas breves considerações são importantes para entendermos as diferenças entre uma história do rural propriamente dita e uma história da geografia agrária. Neste texto, estamos mais próximos da história da geografia agrária (disciplina), mas essa diferenciação, todavia, vale apenas para um exercício de enfoque de pesquisa, é sabido que a história da geografia agrária não é desvinculada da história do rural (que é bem mais ampla).

Em face dessas diferenças, é possível compreendermos, por exemplo, propostas como a de Mazoyer e Roudart (2010), com a *História das Agriculturas no Mundo*. Apesar da amplitude da obra, à tensão, enquanto nervura dos conflitos no campo, não é conferida tanta atenção, e isso se justifica, em partes, pela dimensão conceitual que abarca a noção de agricultura, que em termos restritos define-se como *técnicas para trabalhar a terra*. O ponto alto da obra é a proposta teórica que lhe sustenta. O desenvolvimento da *teoria dos sistemas agrários* elaborado pelos autores permitiu detectar, comparar e analisar os sistemas agrícolas desde o período Neolítico até o momento recente, evidenciando, ainda, as revoluções que ocorreram na história da agricultura. Outra contribuição da respectiva proposta é a diferenciação da agricultura enquanto *objeto real de conhecimento* e, por outro lado, “o que o observador **pensa** desse objeto real, o que diz sobre ele, constituindo um **conjunto de conhecimentos abstratos**, que podem ser metodicamente elaborados para construir um verdadeiro objeto concebido, ou **objeto teórico de conhecimento e de reflexão**” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71, grifo nosso). Vemos, portanto, que o pensar e o conhecer sempre estão associados²⁰.

No Brasil, em especial, destaca-se a obra de Linhares e Silva (1981), ainda que tenham feito uma espécie de historiografia dos modos como se pensou a história da agricultura no Brasil, os autores detectam diversas nervuras no conjunto das interpretações, uma delas é a ideia de *produto-rei*, que majoritariamente predominou nas propostas históricas da agricultura brasileira. O *produto-rei* é a imaginativa ideia de que um produto possa dominar todo um território, como se não houvesse outros produtos coexistindo. Por intermédio da ideia de *produto-rei* cria-se a sensação de que existiu apenas o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o ouro, o café, entre outros. Nessa lógica, concebida como *ciclos*,

¹⁹ É interessante observar como se repete esses trinômios em diferentes ciências.

²⁰ “Plantar e colher são atividades muito antigas na história da humanidade, mas elas só conseguiram tornar-se frutíferas a partir e **por meio do pensamento**” (SZMRECSÁNY, 1990, p. 8, grifo nosso).

inexistiriam na história brasileira as agriculturas indígenas, quilombolas e camponesas, por exemplo. Caso existam, são consideradas meros pontos num certo todo. Linhares e Silva (1981, p. 15) recomendam que, para se explicar a “agricultura brasileira no conjunto da sociedade, ontem e hoje, é preciso atentar para o fato de ser impossível tomar a totalidade das ideias – ou todas as ideias – elaboradas – ou todas as diferentes explicações que foram dadas”.

As ciências agrárias, sobretudo a agronomia, constituem um campo pouco explorado nos estudos da produção do saber geográfico brasileiro em sua condição temporal e, por isso mesmo, pode enriquecer nosso debate. Captar e relacionar o desenvolvimento das ciências agrárias e a Geografia nessa relação pode surtir resultados interessantes. O agrônomo Amílcar Bairdi (2004), por exemplo, compreende o desenvolvimento das ciências agrárias em seis momentos epistemológicos. Para este autor, o primeiro momento tem na Antiguidade Clássica suas raízes, sobre os auspícios da filosofia helenística, e o escritor Lucius Junius Moderatus (conhecido como Columella) representa um dos primeiros personagens neste período a dedicar-se aos estudos agrônômicos. O segundo momento é o da Idade Média, marcado pelo aprimoramento da hidráulica, irrigação, manejo dos solos e águas. O terceiro momento é o do Renascimento, pelo qual os estudos microbiológicos dos insetos permitiram conhecer e proteger o cultivo de diversas plantas. O quarto momento epistemológico é o da Revolução Científica propriamente dita, em que a mecanização e a indústria passam a fazer parte da agricultura. O quinto momento é o da Revolução Industrial, período que a química agrícola e a genética recebem um grande impulso em seu desenvolvimento, repercutindo, notadamente, na alquimia do cultivo de plantas. Por fim, o último momento epistemológico é o contemporâneo, marcado pelas perspectivas holísticas e sistêmicas à interpretação da agricultura, tal como é enfatizado por Mazoyer e Roudart (2010).

Esse quadro exposto teve como objetivo apresentar as diferentes terminologias que a *terra, enquanto rural*, pode se manifestar como objeto de análise historicamente considerado. O rural, como sugere Carneiro (2012), pode ser tanto uma categoria do pensamento como uma categoria analítica. O rural na condição de objeto na Geografia tem certas particularidades que se diferencia em relação às outras ciências, todavia é necessário entender como essa materialização se manifesta em meio à polifonia conceitual da terra.

Considerações finais para uma agenda de pesquisa

Os estudos que investigaram as pesquisas produzidas sobre rural como objeto têm uma história na geografia brasileira. Nunca será demasiado nos lembrarmos dos clássicos

textos de Migliorini (1950), Valverde (1961, 1964), Megale (1975), Diniz (1984) e Galvão (1987), autores que realizaram, de diferentes modos, periodizações da geografia agrária no Brasil, assim como delimitações do arcabouço que compreenderia os estudos rurais no âmbito da Geografia. Eles representam, portanto, os primeiros geógrafos a elaborar propostas de análise histórica da geografia agrária em termos de Brasil. A considerar a qualidade desses trabalhos, outros foram surgindo, como a detalhada pesquisa de Darlene Aparecida Oliveira Ferreira (1998), que, ainda hoje, pode ser considerada uma das melhores sínteses (periodização) da geografia agrária brasileira. Somando-se outros estudos que surgiram posteriormente, como o trabalho de Flamarion Dutra Alves (2010) e a inovadora proposta de Janaina Francisca de Souza Campos (2012), as temáticas investigadas, embora ligadas à geografia agrária, tiveram objetivos distintos e perspectivas específicas, conforme destacou Claudino (2017). O rural, como objeto da Geografia, e, sucessivamente, a geografia rural, não passaram despercebidos pelos geógrafos.

Acontece, todavia, que a *terra*, enquanto conceito, tem recebido pouca atenção por parte dos geógrafos. Ela se apresenta sobre outros nomes, diluída, muitas vezes, em agrário, agrícola e rural. Consideramos necessário, assim, que se desenvolvam programas de pesquisa objetivando a compreensão da *terra* em diferentes perspectivas e ciências, e, notadamente, em diferentes tempos. Uma agenda de pesquisa, portanto, é necessária.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras e Índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M.; MARIN, R. A. **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 2.

ALVES, F. D. **Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira**: A produção em periódicos científicos de 1939-2009. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, M. C. GEOGRAFIA RURAL: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

AZEVEDO, A. **Brasil**: A Terra e o Homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BACHELARD, G. **A terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, G. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAIARDI, A. A evolução das ciências agrárias nos momentos epistemológicos da civilização ocidental. In: MARTINS, R. A. *et al.* (eds.). **Filosofia e história no Cone Sul**: 3. Encontro. Campinas: AFHIC, 2004. p. 23-28.

BOMBARDI, L. M. Contribuição à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 8, p. 99-121, 2008.

CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CARDOSO, C. F. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**: Petrópolis: Vozes, 1979.

CARNEIRO, J. M. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. **Ruralidades Contemporâneas** – modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

CASTRO, J. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**. Ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CHAUÍ, M. **Introdução à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.

CLAUDINO, G. S. Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em geografia no Brasil. **REVISTA NERA** (UNESP), Presidente Prudente, v. 20, p. 13-55, 2017.

CLAVAL, P. **Terra dos homens**: a Geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, E. **Os sertões**: Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1950.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVIM, D. E. M.; MARANDOLA JUNIOR, E. J. Cinco visões sobre a terra na geofilosofia de Nietzsche. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 22, n. 3, p. 729-746, dez. 2018.

DINIZ, J. A. F. Evolução dos conceitos geográficos e o estudo da agricultura. In: DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. Cap 2, p. 35-36.

DINIZ, J. A. F. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. **Geosul**, ano 4, n. 7, p. 92-105, 1989.

FERREIRA, D. A. O. **O mundo Rural sob o ponto de vista geográfico**: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

GALVÃO, M. C. C. Contribuição ao debate sobre as perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Mesas Redondas e Comunicações [...]**. Barra dos Coqueiros: UFS, 1987.

GOMES, I. **(Re) pensando e (Re) qualificando o rural** – uma contribuição da Geografia ao debate. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T. História Agrária. *In*: CARDOSO, C. F. (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. **História da Agricultura Brasileira** – combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAIA, C. A. **História das ciências**: uma história de historiadores ausentes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEGALE, J. F. Geografia Agrária: objeto e método. **Boletim Geográfico**, São Paulo, ano 34, n. 247, p. 63-72, 1975.

MELO NETO, J. C. **Duas águas** : (poemas reunidos). - Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

MIGLIORINI, E. A Geografia Agrária no quadro da ciência geográfica. **Boletim Geográfico**, São Paulo, ano 8, n. 93, p. 1072-1091, 1950.

MISSE, M.; WERNECK, A. O interesse no conflito. *In*: MISSE, M.; WERNECK, A. (org.). **Conflitos de (grande) interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 7-28.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **Contribuição para o estudo da geografia agrária**: crítica ao Estado Isolado de Von Thünen. São Paulo: Iände Editorial, 2016.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. *In*: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

PEREIRA, L. I. Estrangeirização da terra: (des)construindo uma definição a partir da Geografia. **REVISTA NERA** (UNESP), Presidente Prudente, v. 20, p. 107-132, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Paixão da Terra**: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Rocco, Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, 1984.

RIBEIRO, W. C. R.; SOARES, P. R. R. Cidadania e Reforma Agrária no Brasil: A herança de Manoel Correia de Andrade. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales – Scripta Nova**, v. XIII, n. 288, abr. 2009.

ROSA, G. **Grande Sertão**: Veredas. Editora Nova Aguiar. Rio de Janeiro, 1994.

SAINT-EXUPÉRY, A. **Terra dos Homens**. Rio de Janeiro: LJE, 1972.

SUZUKI, J. C. Geografia Agrária: gênese e diversidade. *In*: MARAFON, J. C.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

VALVERDE, O. A escola de Geografia Agrária de Leo Waibel. Porto Alegre: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 28, p. 11-14, 2002.

VALVERDE, O. A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 2, p. 430-432, 1961.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. *In*: VALVERDE, O. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pesquisas Educacionais, 1964. v. 1, p. 11-37.

WOORTMANN, K. “**Com Parente Não se Neguceia**”: O Campesinato como Ordem Moral. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico/ 87).

WOORTMANN, K.; WOOTMANN, E. Campesinato e Saber Agrícola. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, XXVI., 1997, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 1997.

Sobre os autores

Guilherme dos Santos Claudino – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente (2015); Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-0331-3497>.

Eliseu Savério Sposito – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente (1974), Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (1983); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (1990); Atualmente é professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, São Paulo. **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0001-8887-8720>.

Como citar este artigo

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. Terra e Geografia. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 21-39, set.-dez., 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Guilherme dos Santos Claudino** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Eliseu Savério Sposito** pela aquisição de dados e suas interpretação e análise e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 28 de maio de 2019.

Aceito para a publicação em 27 de julho de 2019.

Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil

Jesiel Souza Silva

Instituto Federal Goiano (IFG) – Rio Verde, Goiás, Brasil.
e-mail: zielsilva@hotmail.com

Resumo

As formas de ocupação do campo brasileiro nos últimos anos tem negado a contribuição do campesinato para formação da sociedade brasileira. Este artigo objetiva revisitar, através de uma pesquisa bibliográfica, algumas discussões acerca de campesinato no Brasil, considerado por vários autores como um modo de vida, uma cultura. Presente em território Brasileiro desde o Brasil colônia, o campesinato contribui para a formação do espaço agrário brasileiro, mesmo na maioria das vezes, excluído das principais políticas públicas, se instalando em espaços precários de produção agropecuária. Esta categoria social é composta por agricultores não patronais e não latifundiários, que desenvolvem formas próprias de viver e trabalhar.

Palavras-chaves: Campesinato; espaço agrário; desenvolvimento rural.

Brief review of the peasantry concept in Brazil

Abstract

The forms of occupation of the Brazilian countryside in recent years have denied the contribution of the peasantry to the formation of Brazilian society. This article aims to revisit, through a bibliographical research, some discussions about peasantry in Brazil, considered by several authors as a way of life, a culture. Present in Brazilian territory from Brazil colony, the peasantry contributes to the formation of the Brazilian agrarian space, even in the majority of cases, excluded from the main public policies, being installed in precarious spaces of agricultural production. This social category is made up of non-landowners and non-landowners who develop their own ways of living and working.

Keywords: Peasantry; agrarian space; rural development.

Breve revisión sobre el campesinado brasileño

Resumen

Las formas de ocupación del campo brasileño en los últimos años han negado la contribución del campesinado para la formación de la sociedad brasileña. Este artículo objetiva revisar, a través de una investigación bibliográfica, algunas discusiones acerca de campesino en Brasil, considerado por varios autores como un modo de vida, una cultura. El campesinado contribuye a la formación del espacio agrario brasileño, incluso en la mayoría de las veces, excluido de las principales políticas públicas, instalándose en espacios precarios de producción agropecuaria. Esta categoría social está compuesta por agricultores no patronales y no latifundistas, que desarrollan formas propias de vivir y trabajar.

Palabras claves: Campesinado; espacio agrario; desarrollo rural.

Introdução

O campesinato, aqui entendido como uma categoria social de grande importância para a formação do sócio territorial brasileira se formou à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico do país e permanece existindo ainda nos dias de hoje. Por isso, seu conceito é atual e permanente, pois apesar de ser por muitas vezes negado, se faz presente na contradição das forças sociais e econômicas do mundo contemporâneo.

Mesmo que o conceito de camponês esteja relacionado à Idade Média na Europa, a formação do campesinato e da pequena produção no Brasil tem suas especificidades, sendo formado “no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” (MARQUES, 2008, p. 60), em uma relação de exclusão. Nessa mesma concepção, Martins (1990) afirma que o campesinato brasileiro dá-se às margens do sistema escravocrata, e sua sujeição ideológica e material posta a partir da lógica implantada pelo modelo agroexportador.

Desde o início da colonização, o modelo econômico implantado no Brasil foi pautado na propriedade instalada em extensas áreas, com latente concentração de terras, além da especialização produtiva pautada no cultivo de monocultura para exportação e o trabalho escravo – aspectos-chave para o modelo colonial.

Mesmo sem o devido destaque, a pequena propriedade produtora de alimentos sempre teve importante papel no território brasileiro. Inicialmente praticada dentro das terras de sesmarias, era considerada como agricultura de gêneros de primeiras necessidades, realizadas pelos moradores; pelos próprios escravos, que dedicavam seus esforços à lavoura, acarretando no beneficiamento do produto a ser exportado; e pelos agregados, que produziam em pequenas parcelas na periferia dos latifúndios, em solos que não eram propícios à cultura principal monocultora. Eram expulsos quando os fazendeiros necessitavam de terras (ERTHAL, 2000).

A produção de subsistência dentro do grande latifúndio seguiu o ritmo de expansão e o recuo da produção agroexportadora, ora provocando o aumento da expansão da produção de subsistência, ora provocando a sua retração, dentro ou fora dos latifúndios (CORRÊA, 2012). É preciso entender como estes sujeitos se organizam e se articulam na busca de sua existência e reprodução enquanto camponeses, mesmo estando à margem e ao mesmo tempo dentro de um sistema que o subjuga.

O campesinato brasileiro destaca, sobretudo pela forma de organizar pautado na mão de obra familiar e na forma com que se articula com os mercados agroalimentares locais e o mercado capitalista buscando sua reprodução enquanto classe camponesa, negando as bases da acumulação ampliada do capital.

Diversas teorias foram produzidas ao longo do tempo na tentativa de explicar, compreender e interpretar este modo de vida. Desta forma, este artigo objetiva revisitar na literatura a formação e importância desta categoria social, compreendendo as formas com que este conceito foi utilizado e reinterpretado ao longo do tempo. Para este entendimento, utilizamos de alguns clássicos que discute a existência ou não desta classe, como Lenin (1985), Karl Kautsky (1986) e Alexander Chayanov (1985, 1981), e outros autores contemporâneos que discute esta classe social, como Teodor Shanin (2008), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1995, 2013, 2014), José de Souza Martins (1990), Bernardo Mançano Fernandes (1994, 2004, 2008), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005, 2007), Marta Inez Marques (2002), José Vicente Tavares dos Santos (1978, 1981), Eliane Tomiasi Paulino (2006, 2008), entre tantos outros.

Breves abordagens clássicas sobre campesinato

Para entender a atualidade da questão agrária no Brasil, é preciso refletir sobre a própria condição camponesa no processo de expansão do capitalismo no campo. Tal discussão provoca verdadeiros embates dentro da Academia, em meio às entidades e nos próprios movimentos sociais de luta pela terra, evidenciando a inexistência de um consenso sobre a utilização e diferenciação – quando existente – entre os agricultores familiares e os camponeses.

Entre os principais autores clássicos que discutem a condição camponesa, é preciso fazer menção a Lenin, Karl Kautsky e Alexander Chayanov. Enquanto Lenin estudou a diferenciação social do campesinato russo a partir da introdução do trabalho assalariado, Kautsky destacou a subordinação da agricultura à indústria, em que o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado no contexto alemão. Chayanov defendeu a dinâmica não capitalista da economia camponesa na Rússia. Tais autores, historicamente, travaram divergências teóricas sobre a questão agrária e o destino do campesinato (CARNEIRO, 2009).

Padilha (2008) constata que, no marxismo, a questão agrária é apresentada no sentido estrito, a partir das relações de propriedade e de produção que estão em vigor no campo, e como um diagnóstico das estruturas sociais, entendendo o campesinato em três vias, quais sejam:

- a) uma classe em transição;
- b) uma classe que provem do feudalismo, mas que continua a existir no capitalismo; e

c) uma classe social de transição entre as duas classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado.

Kautsky e Lenin – duas referências marxistas – defendiam que todos os setores da sociedade eram regidos pelas leis gerais do capitalismo, inclusive a produção camponesa e a agricultura familiar. Já a análise de Chayanov – representante do pensamento populista russo – considerava que a produção camponesa não seguia as leis gerais da acumulação capitalista, uma vez que não estaria nos moldes da lógica capitalista, estando, assim, preservadas das relações produtivas que são determinadas pelo capital (EIDAM, 2014). Logo, a economia rural e as instituições camponesas resistiriam às relações capitalistas no campo.

Sobre a questão, Padilha (2008) afirma que, dentro do marxismo, Lenin (1870-1923) foi o primeiro autor a pensar – de forma mais deliberada – a questão agrária e camponesa, tendo seu pensamento influenciado inúmeras proposições de alternativa social, política, econômico e/ou cultural existentes, de diferentes naturezas e conotações. Lenin (1985), discorrendo sobre o capitalismo na Rússia, afirma que, no processo de desenvolvimento agrícola, a expropriação dos meios de trabalho do camponês faz com que ele seja forçado a vender sua força de trabalho, transformando-se em assalariado, ofertando sua mão de obra no mercado urbano ou rural e levando a extinção camponesa. Assim, era possível perceber o camponês como sujeito totalmente subordinado ao mercado e dele dependente e, portanto, vinculado ao capitalismo.

No processo de diferenciação, o camponês desapareceria, sendo substituído por novos tipos de população rural, que faria parte da burguesia rural, acumulando capital e sendo detentor dos meios de produção; ou do proletariado rural, empobrecido, vendendo sua força de trabalho, despossuído dos meios de produção. Tem-se, assim, a “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” (LENIN, 1985, p. 83).

A discussão no meio socialista consistia em compreender se era correto entender os camponeses pobres como proletários, ou se esses tinham capacidade de manter a sua condição social, considerada como entrave à passagem para o socialismo. Após fortes debates travados no seio da social-democracia alemã, surge, em 1898, a obra de Karl Kautsky, intitulada *A Questão Agrária*, que discute a posição que o partido deveria adotar diante da condição camponesa (CARNEIRO, 2009).

Kautsky (1986, p. 159), que se dispusera a elucidar o não lugar dos camponeses no capitalismo (ALMEIDA, 2009), destaca que, juntamente com o grande agricultor, “o grande capitalista é o que se encontra em melhores condições para [...] tirar partido das vantagens

proporcionadas pela aliança estreita entre a agricultura e a indústria”. Kautsky não dedica a mesma atenção dada por Lenin ao trabalho assalariado, uma vez que sua obra prioriza a teorização da exploração familiar no contexto da subordinação agroindustrial, tendo como ponto central a dependência da agricultura em relação à indústria – situação em que o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado, exercendo o mesmo papel dos trabalhadores assalariados, não desaparecendo como defendeu Lenin (CARNEIRO, 2009).

De acordo com Kautsky (1986), a divisão do trabalho agrícola modificaria as relações do camponês com o mercado, principalmente com a introdução do caráter industrial nas relações de trabalho no campo, aumentando, de modo considerável, a dependência da agricultura para com o comércio e fatores externos às propriedades.

Kautsky (1986, p. 160) considerava que a indústria capitalista dissolve aos poucos a indústria doméstica camponesa que produz para o seu próprio uso, principalmente no que tange aos alimentos, instrumentos de trabalho e suas roupas e, aos poucos, “o camponês deixa de ser, pois, senhor na sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências devem orientar-se. O camponês se torna um operário parcial da fábrica” e, ao mesmo tempo, dependente do mercado para sua subsistência, tanto na compra de insumos para produção como na compra de alimentos que não produzem em suas propriedades. Para atender às exigências do mercado, ele aumentaria a necessidade de expansão de terras e, quando da impossibilidade de tal ação, a família camponesa se reduziria com a migração a partir do trabalho fora da propriedade.

Kautsky e Lenin não conseguiram perceber que no próprio sistema capitalista moderno, o camponês, de forma contraditória, contribui para a reprodução do capital e, mesmo de forma subordinada às relações capitalistas, ele se reproduz.

Chayanov (1985) tem seu estudo com base nas economias de produção familiares na Rússia no início do século XX. Na obra *A Organização da Unidade Econômica Camponesa*, inicialmente publicada em 1925, é feita uma caracterização do campesinato a partir da organização familiar, com uma atuação camponesa que vai além da lógica de reprodução plena capitalista. Esse autor entendeu que a força de trabalho familiar busca a satisfação das necessidades da família.

Enquanto que o ponto-chave da teoria de Lenin está na constituição do trabalho assalariado no contexto russo para a compreensão da exploração agrícola capitalista, em Chayanov há uma concepção totalmente diferente, que “defende a inexistência do trabalho assalariado como um dos fatores que assinalam a economia camponesa e sua dinâmica não capitalista” (CARNEIRO, 2009, p. 53). Chayanov (1985), diferentemente dos autores marxistas supramencionados, não concordou com o desaparecimento do camponês a partir

da intensificação do modo de produção capitalista e não entendia o progresso técnico da indústria como uma ameaça para o campesinato.

O autor aponta que “preconizaram a continuidade camponesa por meio do desvendamento dos mecanismos internos de sua recriação” (ALMEIDA, 2009, p. 1). Ele não concordou com as teorias da desagregação camponesa e com a proletarização a partir da industrialização; considerava a unidade econômica camponesa como um modo de produção e não uma classe social, classificando-a como não capitalista, a partir da ausência de trabalho assalariado e pela ausência de acumulação de capital.

A tese de Chayanov (1985) tem a centralidade na relação entre o trabalho e o consumo, asseverando a permanência dos camponeses. Ele considerava como unidade camponesa aquele que não contratava mão de obra de fora externa, e, quando a contratava, era por um curto período que exigisse uma força maior. Para Souza (2012), Chayanov conseguiu captar, da teoria marxiana, elementos que a leitura realizada por Kautsky e Lenin negligenciou. Pontes (2005, p. 35) afirma que, para Marx, “a economia camponesa, [...] é uma economia mercantil: o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadorias, ou seja, M (mercadorias) – D (dinheiro) – M (mercadorias), tem como fim a satisfação de necessidades”.

A centralidade do discurso de Chayanov (1985) está no equilíbrio interno entre a unidade econômica produtiva e a força de trabalho familiar, em que a família é o fundamento dessa unidade. O principal objetivo de sua produção é a garantia da própria existência e reprodução enquanto unidade camponesa, que é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo.

Portanto, mesmo considerando que as principais características da agricultura familiar ou camponesa contemporânea podem ser explicadas pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, não existe uma homogeneidade nas formas de organização produtiva agrícola, mas sim uma variação e diversidade de situações no espaço agrário brasileiro que são desvendadas e que, por vezes, os modelos de análises não dão conta de explicar a multiplicidade do agrário brasileiro.

Debate atual do termo camponês

De fato, é fundamental compreender o lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro. Nos últimos 60 anos, são muitos os debates sobre a condição camponesa no Brasil e seu papel em um espaço agrário, onde cada vez mais é iminente a modernização agrícola. A intensificação das relações capitalistas tem provocado várias interpretações acerca do destino e papel dos camponeses. Para Oliveira (2007, p. 8), “o estudo da agricultura brasileira sob o modo

capitalista de produção tem-se caracterizado pelo debate político entre as muitas correntes de pensamento que dedicam atenção especial ao campo”.

Porém a história do campesinato brasileiro sempre foi dura e árdua. Várias foram às formas de lutas e resistências que contribuíram para a presença camponesa e para a discussão do próprio conceito de camponês no Brasil. Dentre estas, estão às lutas dos quilombos, as lutas indígenas, Canudos, Ligas Camponesas, dentre outras. As lutas pela terra remontam ao século XVI e vem até o nosso momento atual. Durante os séculos XVI e XVII, ocorreram diversas lutas indígenas contra a servidão e escravidão, dos índios contra os seus colonizadores.

De norte a sul, Potiguares, Tamoios e Guaranis lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão. Nesse tempo, a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão dos povos trazidos da África (FERNANDES, 2001, p. 01).

A grande propriedade se instalou desde a colonização (WANDERLEY, 2014) e as *plantation*, durante boa parte da história brasileira, foram um obstáculo ao desenvolvimento de camponeses (VELHO, 2009).

O processo de escravidão dos negros trouxe milhares de pessoas do continente africano para o Brasil para servir de mão de obra barata nas lavouras canavieira, mineração e nas lavouras de café (ANDRADE, 1997), fazendo surgir inúmeros quilombos que de acordo com Moura (1983), se constituíam em uma força de resistência a uma sociedade escravista e opressora. Assim, os quilombos surgiram da luta do negro contra o senhor de escravos.

Para Siqueira (1995), os quilombos foram uma das maiores expressões de lutas organizadas no Brasil em resistência ao sistema colonial – escravista, agindo sobre questões estruturais, em distintos momentos históricos – culturais do país, sob a liderança de africanos escravizados e/ou seus descendentes no Brasil. Fernandes (2001), fazendo uma análise sobre a luta pela terra e da resistência camponesa, afirma que essa resistência do campesinato brasileiro nunca cessou: das lutas messiânicas ao cangaço, das Ligas Camponesas ao MST. Para aquele autor, nesses cinco séculos de história do Brasil:

a resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais deferentes formas, construindo organizações históricas (FERNANDES, 2001, p. 01).

As disputas pela representação camponesa no Brasil também foi representada por Canudos, em 1893, na Bahia, que representou a luta dos camponeses que lutavam pelo

direito à terra como meio de assegurar um direito que por muitas vezes lhe foram negados: a reprodução do seu modo de vida.

Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Os camponeses sem-terra acamparam na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente (FERNANDES, 2001, p. 3).

A luta pela terra ganhou força com o advento das organizações políticas, como as Ligas Camponesas que “foram uma forma de organização política de camponeses que resistiram a expropriação e a expulsão da terra” (FERNANDES, 2001, p. 04).

No processo de resistência camponesa é preciso destacar também a participação e contribuição do Movimento dos Sem Terra – MST, um dos principais movimentos que atuam na luta pela terra e pela reforma agrária é o MST, criado em 1984 – período da redemocratização do país –, que tem como uma das estratégias de acesso à terra a ocupação das grandes propriedades que não cumprem a função social da terra. Assim como outros movimentos sociais do campo, a saber: Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e Terra Livre, e tantos outros, que vão se juntar à CPT – movimento de base da ICAR. Para Marques (2008), os movimentos supramencionados contribuem para o processo em curso de reafirmação do campesinato enquanto classe, reconhecido por movimentos sociais que passaram a adotar a identidade camponesa.

Tudo isso mostra que o debate do conceito de camponês no Brasil não é recente. Foi nos anos 1950 que o termo camponês ganhou destaque no Brasil, na Academia, quando de sua afirmação como identidade em nível nacional, intensificada a partir dos debates colocados pelas Ligas Camponesas, que evidenciava a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social como frutos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2008). Para Wanderley,

A compreensão do que seja um campesinato no Brasil continua a ser objeto de um amplo debate e de acirradas disputas políticas, que envolve, entre outros, pesquisadores acadêmicos, formuladores de política e os distintos movimentos sociais (2014, p. 30).

Porém o conceito de camponês é anterior à sua formação no Brasil, pois tem relação junto à realidade vivida na Idade Média. Já a formação do campesinato brasileiro deu-se na periferia do latifúndio e no interior de uma sociedade escravista. Porém, há significativas diferenças entre a formação dos camponeses no Brasil e na Europa.

Para entender as mais diversas transformações que vêm ocorrendo no campo, têm-se muitas interpretações que explicam tais mudanças. Oliveira entende que essas, em geral,

[...] concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção (2007, p. 8).

As discordâncias amparam na interpretação do processo, pois, para alguns, ele provoca a homogeneização, formando um operariado único em um lado e, em outro, a classe burguesa; e, para outros, sendo esse um processo contraditório, heterogêneo, produzirá incoerências no processo de expansão do assalariamento no campo, como o trabalho familiar camponês, por exemplo (OLIVEIRA, 2007).

Assim, têm-se um conjunto de autores que entende o processo com base nos seguintes aspectos:

- a) a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios;
- b) a permanência das relações feudais; e
- c) a criação e recriação do campesinato e do latifúndio (OLIVEIRA, 2007).

A primeira interpretação a partir das teorias clássicas dá-se com as concordâncias e discordâncias na interpretação do processo de generalização das relações de produção especificamente capitalista dentro da produção agropecuária, conforme os caminhos que se seguem:

- a) a destruição do campesinato se daria pela diferenciação interna causada pelas contradições de sua inserção no mercado. O camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, ficaria mais sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros e dos baixos preços dos produtos agrícolas. Tal integração com o mercado levaria a duas classes sociais distintas, a saber: 1) os camponeses ricos, que se tornariam capitalistas rurais; e 2) os camponeses pobres, que venderiam a sua força de trabalho, tornando-se proletários (OLIVEIRA, 2007);
- b) para a vertente que trata da modernização dos latifúndios, ocorreria a evolução/transformação dos latifúndios em empresas capitalistas pela introdução de máquinas e insumos modernos, aproximando os interesses dos camponeses ricos aos interesses dos latifundiários. Nesse processo, os camponeses pobres seriam transformados em proletários, de modo que as relações não capitalistas são entendidas como resíduos em vias de extinção, assim como os camponeses e os latifúndios (OLIVEIRA, 2007).

Para aqueles que tratam da permanência das relações feudais, eles consideram que os camponeses são resquícios do feudalismo, e, para o campo se desenvolver, é preciso acabar com as relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo, considerando o processo de separação existente na produção camponesa em função das relações capitalistas no campo e a inserção do camponês na agricultura de mercado. O camponês se endividaria em função dos baixos preços que receberia pelos seus produtos, e dos altos preços que pagaria pelos produtos industrializados, em que teria o dinheiro a juros, se endividaria, venderia a propriedade e se tornaria trabalhador assalariado. Logo, sem os meios de produção, ele se proletarizaria, ocorrendo a ação de assalariamento no campo (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Paulino (2006), para aqueles que acreditam no fim dos camponeses, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura ou mesmo a sofisticação da base técnica seria suficiente para extinguir os camponeses enquanto classe, vendo-os como agentes a serem submetidos à hegemonia política do proletariado, como uma classe sem condição de construir um projeto político para a superação das condições de exploração e opressão imposta pelo modo de produção capitalista.

No Brasil, o debate atual sobre a questão agrária apresenta divergências, passando pelas correntes que partem de uma análise que considera a questão agrária fora das leis gerais da acumulação capitalista, seguindo as análises de Chayanov e as correntes que adotam a linha de Lenin e Kautsky com base na dependência da análise das leis capitalistas (EIDAM, 2014).

Alguns autores que bebem da tradição marxista, como, por exemplo, José Graziano da Silva, apoiados na teoria de Lênin, consideram que os camponeses estão fadados à extinção, dando lugar a trabalhadores assalariados, portanto, proletários. Outros autores, como José de Souza Martins, por exemplo, afirmam que no interior da agricultura capitalista têm-se a permanência da agricultura camponesa (MARQUES, 2008). Assim, apesar do respeito à posição dos autores que optam pela primeira concepção, é preciso observar com atenção a última posição em consonância e partilhando do entendimento de outros estudos realizados por Teodor Shanin (2008), José de Souza Martins (1990), Bernardo Mançano Fernandes (2004), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005), Marta Inez Marques (2002), Eliane Tomiasi Paulino (2006) e José Vicente Tavares dos Santos (1981).

Paradigmas: o capitalismo no campo e a questão agrária

Até final dos anos 1980, o debate acerca da permanência ou do fim do campesinato dominou o debate das vertentes teóricas do paradigma da questão agrária, que tem como

principais elementos de análise a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2008).

A tese de doutoramento de Ricardo Abramovay (1980), intitulada *De Camponeses a Agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*, publicada com o título *paradigmas do capitalismo agrário em questão*, influenciou a década de 1990, tornando-se referência para a discussão da questão agrária, bem como a pesquisa com agricultores familiares no Brasil, inclusive, influenciando diretamente a utilização do termo agricultor familiar em detrimento do termo camponês. Sob um novo paradigma – o do capitalismo agrário –, esse autor defendeu que o agricultor, na utilização de recursos e, a partir de sua integração com o mercado, não era mais um camponês, mas sim, um agricultor familiar.

A leitura do problema parte da questão de que, nos países capitalistas ricos, o desenvolvimento da agricultura atingiu estágios determinados e a agricultura familiar apresentou participação significativa e se solidificou.

Abramovay se diferencia do outro paradigma clássico, que considera a predominância do trabalho assalariado, trazendo um debate sobre a diferença entre o campesinato e o agricultor familiar. O paradigma do capitalismo agrário “trouxe uma diferenciação teórica e política que tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais dos trabalhadores, gerando conflitualidades” (FERNANDES, 2008, p. 11). E, ainda, trouxe também importantes contribuições para entender a questão agrária, sobretudo, quando da ênfase à participação familiar na agricultura, rompendo a visão de que o fim do campesinato seria a partir do assalariamento.

De acordo com Fernandes (2008), para o paradigma do capitalismo agrário, a permanência ou fim do campesinato não seria o assalariamento, mas a questão seria o fim do campesinato e a permanência do agricultor familiar. Nesse sentido, a permanência ou fim do campesinato é uma questão conjuntural, pois essa “depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo” (p. 14).

Pelo paradigma do capitalismo agrário, é defendida a integração da unidade familiar com o mercado, quando entende que a “agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33). Aqui se entende que, mesmo as previsões acerca do fim do campesinato não tendo se concretizado, não é viável sua manutenção em tempos contemporâneos.

Para Fernandes (2008, p. 53), “os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário disputam com suas interpretações da geografia agrária nacional, os espaços políticos, lócus de decisões para o desenvolvimento da agricultura”, desenvolvendo a conflitualidade tanto na teoria como na realidade. O autor entende que:

Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário possuem métodos diferentes e projetam visões de mundo distintas. Os métodos possibilitam que os estudiosos manipulem os elementos das realidades estudadas de acordo com suas lógicas. Estas são construídas pelas liberdades que os intelectuais possuem em escolherem seus referenciais teórico se assim construírem seus próprios pensamentos ou até de se subordinar aos pensamentos de outros cientistas (FERNANDES, 2008, p. 13).

Adeptos à tese do fim do camponês no Brasil, Graziano da Silva (1996) e Abramovay (2007) concordam entre si de que, a partir das relações ocorridas com as transformações do campo brasileiro, o camponês foi destituído, restando apenas sua adaptação à agricultura familiar. Para Fernandes (2008), em suas análises, Abramovay faz uso de distintos modelos analíticos para explicar a formação da agricultura familiar e sua diferenciação da agricultura camponesa, defendendo a importância da agricultura familiar e de sua atuação no desenvolvimento dos países ricos, assegurando ser um erro a busca pelos benefícios que somente uma classe possa obter no desenvolvimento da agricultura em países capitalistas avançados.

Abramovay, a partir de uma análise do desenvolvimento do capitalismo, nos países ricos, afirma que o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo com a consolidação das estruturas nacionais de mercado, por ser incompatível com tais ambientes econômicos que fazem uso de relações mercantis. Logo, as estruturas nacionais de mercado destruiriam os laços sociais, destruindo o próprio caráter camponês da organização social (FERNANDES, 2008).

Fernandes (2008) afirma que, para Abramovay, o problema está no campesinato e tampouco no capitalismo, invertendo o sentido dado pelo paradigma da questão agrária. Desse modo, para Abramovay, o problema não está no capital que expropria, mas no camponês que não se adequa ao capitalismo, ao ter uma integração parcial aos mercados incompletos.

Segundo Fernandes (2008), a forma linear com que esse paradigma tem de ver o processo de desenvolvimento do capitalismo impossibilita a compreensão de sua contradição. Nele, o camponês deve vivenciar uma metamorfose do campesinato ao capitalismo, e sua única condição de permanecer como ele verdadeiramente é. Do contrário, ocorrerá sua morte. Nisso existe apenas uma diferença entre a visão de Kautsky e a de Abramovay: a maneira que o campesinato pode acabar. De fato, têm-se uma distância enorme entre o camponês e o agricultor familiar nas análises de Abramovay.

Na prática, a questão do fim dos camponeses nem sempre tem seu término, uma vez que esses, ao invés de se proletarizarem, passam a lutar pela continuação da condição de camponeses, estando em constante luta ou pela terra ou para continuar na terra, sendo

que o capital cria condições para os camponeses se reproduzirem enquanto camponeses. Tal fato encontra-se no bojo do processo combinado e contraditório do desenvolvimento capitalista, estando nessas contradições a recriação do campesinato (PAULINO, 2006).

Nesse sentido, “o capital os incorpora diferenciando, expropriando e recriando – os, vamos encontrar camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos, [...] resistindo, construindo estratégias de reprodução” (FERNANDES, 2008, p. 17). Em suma, de acordo com Fabrini (2004), os camponeses constroem o seu lugar social por meio de suas lutas e resistências no interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, desafiando as teses que defendem seu desaparecimento.

Para Wanderley (2014), têm-se atualmente e, principalmente, no interior dos movimentos sociais a revalorização das categorias camponês e campesinato, a partir da crescente valorização das práticas agroecológicas. A autora ainda argumenta que:

[...] grupos cada vez mais numerosos de camponeses se organizam, em todas as regiões, com o objetivo de afirmar a autonomia dos agricultores familiares, considerando-os portadores de uma experiência camponesa, que os torna capazes de assumir, sob outros moldes, o progresso da agricultura e do meio rural brasileiros (WANDERLEY, 2014, p. 31).

Wanderley destaca que, apesar desta heterogeneidade, é importante entender que existem no mundo rural brasileiro

[...] produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (2014, p. 31).

Esse autor ainda entende que o campesinato é uma forma social de produção, de viver e trabalhar no campo, tendo como um dos seus pilares o caráter familiar nas finalidades da atividade produtiva que, em geral, tem seu norte para as necessidades da família e a organização do trabalho, que pressupõe a participação dos membros familiares, correspondente a um modo de vida e a uma cultura.

Em seus estudos, Martins (1990) destaca a questão da forma contraditória de reprodução do capital, a subordinação do trabalhador, a sujeição da renda ao capital e as formas não capitalistas de produção. Segundo o autor, para a reprodução e ampliação do capital, a produção não precisa necessariamente ocorrer sob o modo de produção capitalista, pois não é sempre que as forças produtivas desenvolvem-se nos estabelecimentos agrícolas; nem sempre os trabalhadores transformam-se em assalariados.

Discutindo a questão agrária brasileira, ele buscou entender os camponeses e seus processos de resistências, mesmo subjugados e sujeitados.

A produção camponesa pode ser expressa pelas relações não capitalistas de produção. Seu fortalecimento dá-se como resultado das contradições do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que cria relações extremamente capitalistas, cria também relações não capitalistas de produção, como, por exemplo, as relações camponesas de produção.

Santos (1981) também define a produção camponesa pela presença da força de trabalho familiar, que tem por característica ser um trabalho coletivo, a apropriação da terra pelo regime familiar ou de posse, a apropriação dos instrumentos de trabalho – aspectos que possibilitam a produção direta dos meios de vida, ajustados com a produção simples de mercadoria. Em concordância, Oliveira (2007, p. 40) afirma que a produção camponesa dá-se pela circulação simples de mercadorias. Nesse processo, o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadorias, ou seja, $M (mercadorias) - D (dinheiro) - M (mercadorias)$, tem como fim a satisfação de necessidades.

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Santos (1981) observa que as diversas formas da reprodução subordinada do campesinato expressam o vínculo de apropriação do trabalho excedente camponês, o que implica também em uma subordinação política. Essa, por sua vez, ficou evidente ao longo dos anos. Ser camponês não representa a independência das relações capitalistas de produção e tampouco dos fatores que as caracterizam, uma vez que estão subordinados aos diversos tipos de capital e suas relações pela sujeição da renda, do trabalho, da produção etc.

Martins (2002, apud PAULINO, 2008) destaca uma essencial diferença entre os proletários e camponeses: o trabalho do operário somente se dá por interesse do capitalista, que estabelece uma relação de dependência, de modo que o fruto desse trabalho lhe pertença desde a origem, culminando em um trabalho que lhe é subordinado. Quanto ao trabalho camponês, esse se dá de modo inverso, pois é um trabalho independente. O que o camponês vende não é o trabalho, mas é o fruto do seu trabalho, que nasce como propriedade sua, e não como propriedade do capitalista.

Antes de tudo, o campesinato corresponde a um modo de vida a partir de um conjunto de elementos próprio dos camponeses (SHANIN, 2008). Os camponeses mostram certo equilíbrio entre o consumo e os indivíduos que trabalham e mantêm a luta pela continuação na terra, mesmo essa sendo pequena, e nela produzem a maior parte dos alimentos que os brasileiros consomem. Sobre a questão, Welch e Fernandes (2008, p. 166) apontam que a unidade camponesa é condição fundamental para a produção de sua existência e da produção de alimentos. Para eles,

Compreender o campesinato como um sistema subalterno não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura e identidade, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital. Condições essenciais para continuar sendo camponês (WELCH E FERNANDES, 2008, p. 166).

Fabrini (2007, p. 4) considera que “os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, que transfere renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia”, como fazem os operários das fábricas. Nas relações de troca em escala mercadológica (local, nacional, internacional), o produto do camponês é transformado em mercadoria. O autor entende que

Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção (FABRINI, 2007, p. 24).

O campesinato brasileiro refere-se às mais diversas formas sociais, que, além de serem pautadas na relação de trabalho familiar, têm por base diferentes modos de acesso à terra por meio do posseiro, do parceiro, do foreiro, do arrendatário, do pequeno proprietário etc. – formas que têm em comum “a centralidade do papel familiar na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra” (MARQUES, 2008, p. 60). Assim, o campesinato brasileiro é caracterizado a partir de inúmeros *status* jurídicos, refletindo a heterogeneidade do espaço agrário brasileiro e dos diversos momentos de intensificação da luta pela terra no Brasil.

Para Marques (2008, p. 60), no Brasil, os camponeses receberam várias denominações locais próprias¹, tais como: “caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul – dependendo de sua origem, se imigrante ou não”. Nesse sentido, Martins (1990) destaca que, no Brasil, o tipo social que

¹ Para Schneider (2013), pelo território brasileiro ainda é possível encontrar diversas definições para o que seria um camponês ou pequeno agricultor, como, por exemplo, colono, sitiante, morador, ribeirinho, geraiseiro ou até mesmo lavrador rural.

mais se aproxima do camponês tradicional europeu é encontrado em diversas regiões do País por várias designações depreciativas, tais como: caipira, caiçara, tabaréu, caboclo etc. – denominações próprias específicas de cada região. Assim,

[...] tornou-se o *caipira*, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista este mesmo trabalhador é denominado de *caiçara*. No nordeste do país, chamam-no de *Tabaréu*. Noutras partes é conhecido como *caboclo*, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares [...] (MARTINS 1990, p. 21).

De forma antagônica, os grandes proprietários de terra também recebiam diversas designações de acordo com a região em que se localizavam, sendo “estancieiros no Sul; fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná; senhores de engenho no Nordeste; seringalistas no Norte. [...] passaram a ser designados como latifundiários” (MARTINS 1990, p. 21-22).

Martins (1990, p. 22) assevera a importância política presente nos conceitos camponeses e latifundiários, que refletem as lutas pela terra e os confrontos entre tais categorias e as classes sociais de longa data. Para esse autor,

[...] camponês e latifundiário — são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas o espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

Para Oliveira (2007), será neste processo de reprodução simples e ampliada do camponês que se dará o processo de diferenciação interna do campesinato, que, por sua vez, explicará as diversas situações vividas pelos camponeses a partir da articulação de nove elementos estruturais da produção camponesa enumerados por Santos (1978), a saber:

- a) a força de trabalho familiar, que rege todo o processo de trabalho camponês;
- b) a ajuda mútua entre os camponeses, utilizada para suprir, em alguns períodos, a força de trabalho familiar, sobretudo pela falta de rendimentos monetários para a remuneração de trabalhadores assalariados;

- c) a parceria, que também, na decorrência de recursos financeiros, permite a contratação de um parceiro, dividindo com ele custos e ganhos. Uma ação estratégica para os pequenos camponeses;
- d) o trabalho acessório, em que o camponês transforma-se, parcialmente, em trabalhador assalariado temporário, recebendo por período de trabalho e se caracterizando como uma fonte de renda monetária importante para a unidade camponesa;
- e) a jornada de trabalho assalariada, que surge como complemento da força de trabalho familiar na unidade de produção camponesa em momentos nos quais o ciclo agrícola exige rapidez e muitos braços, e em que o camponês pode, de forma permanente, combinar a força de trabalho familiar e a assalariada;
- f) a socialização do camponês, por onde as crianças se iniciam como papéis da divisão social do trabalho nas unidades produtivas camponesas;
- g) a propriedade da terra, que, de modo diferente da propriedade privada capitalista, visa à exploração do trabalho do outro na propriedade familiar, configurando-se em terra de trabalho, não sendo instrumento de exploração; pode ser camponês proprietário, camponês-rendeiro² ou camponês-posseiro³;
- h) a propriedade dos meios de produção (exceto a terra), que são adquiridos como mercadorias e/ou produzidos pelos próprios camponeses; e
- i) a jornada de trabalho, que geralmente não segue uma rigidez de horário diário, como na produção capitalista, e varia de acordo com a época do ano e segundo os produtos cultivados.

Altafin (2007, p. 2) afirma que, na produção camponesa, “a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva” e produz “tanto para sua subsistência como para o mercado”. A terra, o trabalho e a família formam uma tríade que compõe a racionalidade camponesa. Na terra, dá-se a relação entre a vida e o trabalho, a partir da composição e integração familiar.

Welch e Fernandes (2008, p. 166) definem o “campesinato como os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar e não exclusivamente”. Para aqueles autores, a predominância do trabalho familiar é uma característica própria do campesinato e não do capital.

Para Brandão (1999, p. 43-44), as unidades camponesas são, portanto, unidades familiares onde todos os integrantes exercem algum tipo de trabalho, desde que em idade e com condições de fazê-lo:

² Paga a renda para poder ter acesso à terra (OLIVEIRA, 2007).

³ Recusa-se a pagar a renda e apossar-se da terra (OLIVEIRA, 2007).

[...] os períodos em que os filhos e filhas podem começar a ser convocados ao trabalho doméstico e dividem com os pais os encargos da reprodução da vida do grupo. [...] entre adolescentes e jovens solteiros, os filhos não apenas ajudam os pais, mas realizam com eles a plenitude do próprio trabalho; filhas beneficiam alimentos, cozinham, lavam roupas, cuidam de irmãos menores, limpam a casa e cuidam das alquimias do quintal; filhos ordenham vacas, tratam do gado, lavram a terra, semeiam, fazem à limpa, colhem e participam também dos muitos e não raros difíceis serviços de reparos de material de trabalho ou da própria residência.

Welch e Fernandes (2008, p. 166) afirmam que, enquanto o capital supera os limites de tempo e espaço para realizar a sua reprodução ampliada – o que possibilita o crescimento e a concentração para continuar crescendo –, o campesinato não promove diferentes tipos de concentração, seja fundiária, da terra, do capital ou poder. Sobre a questão, Marques (2008) destaca que a ordem social da modernidade é produzida pelo mercado capitalista, fundamentada na competição onde as categorias terras, trabalho e família são definidas de modo independente umas das outras, como se fossem explicáveis por si mesmas, de forma mecânica e automística da realidade.

Os camponeses mantêm a autonomia sobre os meios de produção e se inserem no circuito mercantil como produtores e consumidores de mercadorias, e esses, por sua vez, têm uma grande capacidade de produzir os próprios meios indispensáveis para a sua sobrevivência (PAULINO, 2006). Porém, esses não têm autonomia total, pois são dependentes de fatores externos e afetados pelas condições circunvizinhas. Assim, a autonomia camponesa manifesta-se no controle de seu tempo e espaço, diferentemente da lógica existente no capitalismo.

Almeida desvenda essa autonomia camponesa ao afirmar que essa é:

[...] uma espécie de reivindicação-aspiração que se constrói no plano específico da produção. Esse fenômeno representa de uma certa forma um espaço de autonomia no interior da sociedade industrial em geral e da agricultura industrial e moderna em particular; um espaço limitado e aparentemente em não expansão, mas talvez um pouco mais confortável que outros, mesmo que não constitua uma via maior de evolução para a economia e a sociedade (2001, p. 3).

Existe um conjunto de atividades coletivas entre os camponeses que são realizadas não apenas na esfera da produção coletiva e divisão do trabalho, mas em um coletivo diferente da visão tradicional, que passa pelas relações de vizinhança, que permite uma sociabilidade forjada em um pequeno círculo de famílias que vivem próximas; pela importância que a Igreja assume indicando uma relação local, lugar da socialização; pelas festas e ajuda mútua que também surgem como exemplos da territorialização camponesa; e por sua capacidade de desenvolvimento e realização de ações comunitárias e coletivas,

que são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas (FABRINI, 2007).

A reprodução camponesa ocorre de modo simples, repondo, por meio da produção direta ou compra a cada ciclo produtivo, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição da atividade produtiva. O camponês que alcança uma posição privilegiada com o mercado, a partir do acúmulo monetário, pode garantir a possibilidade de os filhos se reproduzirem enquanto camponeses, garantindo, assim, o processo de reprodução ampliada do campesinato (OLIVEIRA, 2007).

Wanderley (2014) demonstra que a referência de campesinato no Brasil assume duas conotações, quais sejam:

- a) o entendimento de que o campesinato corresponde às formas mais tradicionais de agricultura, em pequena escala, de poucos recursos, de pouca integração com o mercado e a cidade; e
- b) atraso social e econômico.

Desse modo, tem-se a diferença da agricultura familiar, que estaria mais integrada tanto à cidade como ao mercado. Aquela autora ainda acrescenta que, por outro lado, há o entendimento de que o termo camponês é imbricado de forte conteúdo político, repetidamente associado ao movimento camponês e severamente perseguido pelo regime militar, com o uso de outras denominações, tais como: pequenos produtores, agricultores de subsistência e produtores de baixa renda – resultado da procura de expressões mais neutras.

De acordo com Paulino (2006), nem todas as unidades produtivas familiares são unidades camponesas, uma vez que, para assim classificá-la, é preciso entender as diversas relações envolvidas na reprodução familiar do ponto de vista social, cultural, político e econômico.

Entretanto, para Wanderley (2013), a análise da decomposição do campesinato é esvaziada quando se entende o agricultor familiar como um ator social no mundo moderno. É preciso considerar que este tipo de agricultor possui uma determinada capacidade de resistência e adaptação aos novos contextos socioeconômicos. Não se têm aí duas categorias distintas, mas sujeitos diferenciados de uma mesma classe.

Para melhor entender a atualidade do conceito de camponês e agricultura familiar no Brasil, também é preciso entender a atualidade da questão agrária e a luta pela terra e pela reforma agrária – aspectos que ajudam a elucidar a realidade agrária brasileira e a estrutura da sociedade em que estão inseridos. A questão fundiária mostra-se evidente em

vários momentos da própria formação do território brasileiro, além de contribuir com o desvendar da formação da pequena produção no Brasil.

Considerações Finais

O conceito de camponês e sua continuidade enquanto classe social no Brasil provoca ainda muitas divergências. Isso faz com que são estabelecidas várias correntes que buscam entender a criação, presença e reprodução desta classe social no campo. A intensificação das relações capitalistas tem levado a diversas interpretações acerca do destino e papel dos camponeses. Estas interpretações, por vezes, apresentam divergências, passando ora pelas correntes que partem de uma análise que considera a questão agrária fora das leis gerais da acumulação capitalista, ora passando pelas correntes que consideram a dependência da análise das leis capitalistas.

Alguns autores compreende este processo com base nos seguintes aspectos: a) a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios; b) a permanência das relações feudais; e, c) a criação e recriação do campesinato e do latifúndio (OLIVEIRA, 2007).

Esta mesma compreensão pode ser definida a partir de três paradigmas nos estudos do campesinato, a saber: 1) o paradigma do fim do campesinato, que acredita no fim dos camponeses a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo; 2) o paradigma do fim do fim do campesinato, que entende que os agricultores se mantêm e se reproduzem pelas estratégias de resistência às relações capitalistas no campo; e, 3) o paradigma da metamorfose do campesinato, que compreende que os camponeses se transformam em agricultores familiares – uma nova forma de organização adaptada aos tempos modernos (FERNANDES, 2004)

Porém a presença dos camponeses nos dias atuais tem mostrado que esta categoria explicita as contradições do processo histórico de formação do território brasileiro. Assim, é essencial compreender o lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro.

Os camponeses, mesmo presente no mundo contemporâneo, tem suas atividades baseadas em outra lógica de reprodução, que não a capitalista de acumulação ampliada de capital. Sua organização social é caracterizada por uma organização específica de relações de trabalho e apropriação da terra, que os diferenciam dos outros trabalhadores rurais e urbanos, utilizando princípios do trabalho e organização familiar, reciprocidade, forma de organização da propriedade e social, buscando uma condição de vida e de reprodução de sua família, enquanto camponeses.

Esta produção camponesa pode ser ilustrada pelas relações não capitalistas de produção. Seu fortalecimento dá-se como resultado das contradições do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que cria relações extremamente capitalistas, cria também relações não capitalistas de produção, como, por exemplo, as relações camponesas de produção.

Assim, os camponeses estão articulados a partir da força de trabalho familiar; da ajuda mútua entre os camponeses; da parceria; do trabalho acessório; da jornada de trabalho assalariada, como complemento da força de trabalho familiar na unidade de produção camponesa; da socialização do camponês; da propriedade da terra, como terra de trabalho; da propriedade dos meios de produção (exceto a terra); e, da jornada de trabalho, que geralmente varia de acordo com a época do ano e segundo os produtos cultivados.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007, 294 p.

ALMEIDA, Jalcione. Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social (o caso do sul do Brasil). **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá - Colômbia, v. 1, n.45, p. 35-68, 2001.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideu: Egal, 2009. (Mimeografado).

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ANDRADE, Tania. (Org.). **Quilombos em São Paulo: Tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território**. Uberlândia. v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: SILVA, José Graziano da (org.), STOLKE, Verena (org.). **A Questão Agrária**. Brasiliense, 1981. São Paulo. P. 133-163.

CORRÊA, Lucelinda S. chamm. As Transformações no Sistema Colonial e Suas Repercussões: a colonização alemã na Bahia do Século XIX. In: Coloquio Internacional de Geocrítica, 12., 2012, **Anais...** Bogotá, 2012.

EIDAM, Vanessa. O debate clássico da questão agrária: Karl Kautsky, Lenin e Bulgákov. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA, 1, Uberlândia, 2014. **Anais...** Uberlândia, 2014.

ERTHAL, Rui. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. **Geographia**. Ano 2, n. 4, 2000. p. 49-75.

_____. **A dispersão dos imigrantes suíços e alemães da área colonial de Nova Friburgo: uma abordagem geográfica**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 356 p.

FABRINI, João Edmilson. A Contradição Como Parâmetro de Compreensão da Existência Camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, n. 2, 2004.

_____. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Ano 10, nº. 11. Presidente Prudente, p. 08-32, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo)**. 1994. Dissertação [Mestrado em Geografia] - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Cultura Vozes. , v.93, 2001

_____. Delimitação conceitual de campesinato. 2004. **Mimeo**. s.l.: 2004.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antonio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora Unicamp, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, Wladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do conceito de camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIII, 2002. João Pessoa. **Anais...**João Pessoa: 2002.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA (UNESP)**, v. 11, p. 57-67, 2008.

MARTINS, José de Souza; **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOURA, Clovis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Salvador: Afro-Ásia,1983.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. O MST como Movimento Sócioterritorial Moderno. **Revista USP**. São Paulo, 2005. nº 64.

_____. **Etanol, o novo mito do agronegócio**. Texto elaborado para o Jornal Sem Terra (08/04/2007).

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007. 184 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi, **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 353 p.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PADILHA, Tânia Mara de Almeida. A Questão Camponesa: Lenin e os Meandros da Questão Camponesa entre os Anos de 1893 e 1923. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008. **Anais...** Marília: Unesp, 2008.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, 7, 2005, pp. 35-47.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

_____. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2 (2): 109 - 117, 1981.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Plamares**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. *Geo. Élisée*. UEG, Goiânia, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013, nº 21, [p. 42-62];

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014 .

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Sobre o autor

Jesiel Souza Silva – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB); Docente do Instituto Federal Goiano (UFG), campus de Rio Verde. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-6682-3750>

Como citar este artigo

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

Recebido para publicação em 03 de outubro de 2018.
Devolvido para revisão em 15 de março de 2019.
Aceito para a publicação em 02 de abril de 2019.

O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio¹

Rodrigo Simão Camacho

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: rogeo@ymail.com

Resumo

A territorialização da Educação do Campo é produto e, concomitantemente, instrumento da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses. A Educação do Campo se desenvolve, simultaneamente, à intensificação das disputas territoriais no campo. É a conquista e a resistência dos/nos territórios camponeses permitindo a criação e a reprodução da Educação do Campo. A territorialização da Educação do Campo se origina no conflito/ disputa com a territorialização do capital monopolista no campo (agronegócio). Por isso, o Paradigma Originário da Educação do Campo é, necessariamente, um projeto de oposição ao agronegócio que reflete a luta de classes no campo. Nosso objetivo é demonstrar, sobretudo, por meio das narrativas dos educandos do Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo), que esta experiência de Educação do Campo, foi, na prática, instrumento do campesinato de resistência ao capital.

Palavras-Chave: Disputas; educação do campo; territórios; campesinato; agronegócio.

The paradigm originating in the countryside education and the dispute of material/immaterial territories with the agribusiness

Abstract

The territorialization of Countryside Education is a product and, concomitantly, an instrument of the struggle of the socio-territorial movement's peasants. The Countryside Education is developed, concomitantly, the intensification of territorial disputes in the countryside. It is the conquest and the resistance off/in territories peasants that allow the creation and reproduction of Countryside Education. The territorialization of Countryside Education it originates in the conflict/dispute with to territorialization of the monopoly capital in the Countryside (agribusiness). The Paradigm Originally from the Countryside Education is, necessarily, a project of opposition to agribusiness. The opposition of Countryside Education to agribusiness reflects the class struggle in the countryside. Our objective is to demonstrate, above all, through the narratives of the students of Special Course Undergraduate Geography (CEGeo), this was an Education of the Countryside experience and went, in practice, the instrument of the peasantry resistance of capital.

Keywords: Disputes; countryside education; territories; peasantry; agribusiness.

El paradigma originario en la educación del campo y la disputa de territorios materiales/inmateriales con el agronegocio

¹ O artigo é resultado de uma tese de doutorado em Geografia.

Resumen

La territorialización de la Educación del Campo es un producto y, concomitantemente, un instrumento de la lucha de los movimientos socio-territoriales campesinos. La Educación del Campo se desarrolla, simultáneamente, a la intensificación de las disputas territoriales en el campo. Es la conquista y la resistencia de los campesinos en sus territorios que permiten la creación y reproducción de la Educación del Campo. La territorialización de la Educación del Campo se origina en el conflicto/disputa con el monopolio territorial del capital en el campo (agro-negocio). El Paradigma Originario de la Educación del campo es, necesariamente, un proyecto de oposición al agro-negocio. La oposición de la Educación del Campo al agro-negocio refleja la lucha de clases en el campo. Nuestro objetivo es demostrar, sobre todo, a través de las narraciones de los estudiantes de Curso Especial Pregrado en Geografía (CEGeo), que se trataba de una experiencia de Educación del Campo y fue, en la práctica, el instrumento de la resistencia de los campesinos al capital.

Palabras-Clave: Disputas; educación del campo; territorios; campesinado; agro-negocio.

Introdução

A Educação do Campo tem origem concomitante com as disputas/conflitos territoriais no campo. O capital transnacional se territorializa no campo acirrando a luta de classes e causando a expropriação dos camponeses (CALDART, 2010). Mas, também, ao mesmo tempo, temos a desterritorialização do capital nos territórios conquistados pelos movimentos socioterritoriais. A conquista e a resistência nestes territórios permitem a criação e a reprodução da Educação do Campo. Tendo em vista a luta de classes manifestar-se espacialmente no embate pelo controle territorial, o território passa a ser para a geografia a categoria de análise fundamental, sendo assim, devem ser reveladas as lógicas antagônicas existentes na produção desses territórios. Logo, entender o *território camponês* e o *território do agronegócio* são de suma importância para a construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo adequada a lógica material e simbólica de reprodução da *territorialidade do campesinato*, e que contribua em seu processo de resistência ao capital.

Todavia, para a existência dos territórios camponeses e para a territorialização da Educação do Campo, também, se faz necessário *romper com a lógica capitalista de produção*. Este é o ponto central da discussão da Educação do Campo pensada a partir da lógica dos movimentos socioterritoriais camponeses. A territorialização da Educação do Campo está em constante conflito/disputa com a territorialização do capital monopolista no campo (agronegócio). A territorialização do capital, concentrando a terra, desterritorializa os camponeses de suas terras. Assim, neste processo de territorialização da Educação do Campo, estão intrínsecas a concepção de resistência e de ruptura ao capital no campo.

A territorialização da Educação do Campo é produto e, concomitantemente, instrumento da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses e, portanto, a territorialização de um significa, também, a territorialização do outro. A territorialização camponesa é o enfrentamento aos territórios do agronegócio, logo, o projeto de Educação do Campo é projeto de luta de classes, da classe camponesa contra a classe dos empresários do agronegócio. Para Caldart (2004), a Educação do Campo é pensada a partir de uma *perspectiva de classe* e da *experiência político-pedagógica dos movimentos socioterritoriais camponeses*.

A Educação do Campo – na perspectiva do Paradigma da Questão Agrária (PQA) - é, necessariamente, projeto de *oposição ao agronegócio*, pois é formada pelos sujeitos da resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista no campo que os desterritorializa. A oposição da Educação do Campo ao agronegócio reflete a luta de classes no campo, bem como a disputa territorial da classe camponesa com os empresários do agronegócio no espaço rural.

É importante frisar a relação da Educação do Campo com a luta de classes no campo. Tendo em vista que experiências educativas que não tenham este pressuposto como base de constituição, não podem ser consideradas oriundas do Paradigma da Educação do Campo.

Uma importante experiência de Educação do Campo foi o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo), construído junto com os militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses, estabelecendo-se uma relação entre Universidade, Movimentos Sociais e Estado. Foi organizado a partir de uma parceria construída entre a *Via Campesina* – Brasil; a Escola Nacional Florestan Fernandes – *ENFF*; a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – *UNESP - Campus* de Presidente Prudente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário – *MDA* e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – *INCRA* por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – *PRONERA*.

Os estudantes eram oriundos dos seguintes movimentos socioterritoriais ligados à Via Campesina: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) e PJR (Pastoral da Juventude Rural), RACEFFAES (Rede de Amigos e Colaboradores das Escolas Família Agrícola do Espírito Santo). Além dos movimentos: MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo), EDUCAFRO (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) e o MCP (Movimento Consulta Popular).

Nas disputas entre o campesinato e o capital, o Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo) é um exemplo significativo de conquista da Educação do Campo para a

classe camponesa. Por meio das entrevistas podemos destacar o viés político-ideológico expressado na fala dos educandos-camponeses com relação à luta de classes no campo e a participação que o CEGeo teve na formação desses sujeitos envolvidos diretamente nestas disputas entre campesinato e agronegócio.

Nosso objetivo é demonstrar, sobretudo, por meio das narrativas dos educandos do Curso Especial de Graduação em Geografia, que esta foi uma experiência de Educação do Campo, que pode ser, na prática, instrumento de resistência do campesinato ao capital na forma do agronegócio, seja por meio da militância desses educandos nos movimentos camponeses, ou na prática docente nas escolas dos assentamentos.

Com relação à metodologia, num primeiro momento, fizemos um levantamento bibliográfico com a finalidade de elaborar uma reflexão acerca da Educação do Campo, o conflito/disputas de classes e territórios no campo, o campesinato e o agronegócio. Lemos o Manual de Operações do PRONERA (2011), a fim de entender sobre o PRONERA e o Projeto Político Pedagógico do CEGeo, para entendermos os objetivos, metodologias e funcionamento do Curso. No segundo momento, entre 2010 e 2011, na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), entrevistamos - utilizando a metodologia das fontes orais com questionário semiestruturado - os sujeitos envolvidos no processo de funcionamento do CEGeo: educadores-professores, educandos-camponeses-militantes, coordenadores do curso, monitores etc. Entrevistamos nos trabalhos de campo, 41 estudantes do total de 46 formandos.

A Educação do Campo: o conflito/disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio

A relação entre a materialidade e a imaterialidade do conhecimento está embasada em Marx e Engels (1984) que afirmam que a essência do processo de construção do pensamento são as relações materiais. Isso porque para a dialética materialista, as nossas ideias são reflexos da nossa realidade objetiva, ou seja, a produção da consciência humana está, estreitamente, relacionada com a produção material da vida. Isto é, com as nossas experiências vividas/vivenciadas na realidade ao nos relacionarmos com o território/territorialidades que vivemos. A consciência, a produção das ideias, o pensamento, as representações simbólicas etc. todos esses elementos imateriais estão diretamente ligados, a princípio, com a realidade material nas quais os seres humanos interagem.

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início,

diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. [...]. (MARX; ENGELS, 1984, p.36).

De acordo com Moraes (2005) a produção espacial não se faz separadamente da visão de mundo inerente aos sujeitos que o produziu, ou seja, a materialidade do espaço está intrinsecamente relacionada com os territórios imateriais. Os sujeitos são movidos e/ou condicionados pelas suas intencionalidades: projetos, necessidades, interesses, desejos, utopias etc.

No processo de construção do conhecimento científico temos diferentes interpretações da realidade que formam conceitos, teorias, categorias, paradigmas, métodos, ideologias, etc., elementos que compõem a formação do pensamento científico. Essas diferentes leituras da realidade disputam a hegemonia do processo de avanço do conhecimento científico. Devido a essa disputa construída a partir da pluralidade de concepções existentes, podemos denominar esse conjunto de elementos que formam o conhecimento científico de *territórios imateriais* (FERNANDES, 2009).

O território é marcado pelas relações de poder e pelas correlações de forças que estão implícitas e explícitas nas relações sociais. O conceito de território carrega no seu interior noções como o poder, a ideologia, a disputa e o conflito. Existe uma relação dialética entre os territórios materiais e os territórios imateriais, tendo em vista que na medida em que os territórios imateriais influenciam as mudanças sociais, na formação das leis, nas políticas públicas, na direção da economia etc. estes influenciam a formação de territórios materiais e na mesma medida, dialeticamente, o processo de construção/desconstrução/reconstrução de territórios materiais influenciam na construção/desconstrução/reconstrução de territórios imateriais.

Para superar a compreensão do território como uno, singular, discutimos diferentes formas do território, como pluralidade. Temos *territórios materiais e imateriais*: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de *pensamentos, conceitos, teorias e ideologias*. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela *intencionalidade*. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. [...]. (FERNANDES, 2008, p. 8, grifo nosso).

Com relação, especificamente, à questão agrária, as teorias, as manifestações, as ocupações, as políticas públicas, as diferentes experiências de Educação do Campo, os *agrishows*, entre outros instrumentos dos movimentos socioterritoriais, das organizações

patronais e do Estado, territorializam os seus objetivos diariamente e, assim, criam e recriam territórios imateriais, através do aparato simbólico, que, por sua vez, irão influenciar na consolidação/manutenção ou rompimento de uma determinada lógica nos territórios materiais (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2010).

As reivindicações para a construção da Educação do Campo só são possíveis devido a forma como os movimentos socioterritoriais camponeses organizam-se e conquistam diversos direitos, historicamente excluídos. Assim, a Educação do Campo demonstra mais uma etapa de avanço da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses, iniciados pela luta pela terra e chegando à Educação do Campo.

A característica primordial desse Movimento de Educação do Campo é a luta da sociedade civil organizada em oposição ao modo de vida imposto pela *sociabilidade-territorialidade do capital* (MOLINA, 2012). A Educação do Campo se desenvolve, concomitantemente, à intensificação das disputas territoriais no campo. O capital transnacional se territorializa no campo acirrando a luta de classes e causando a expropriação dos camponeses (CALDART, 2010).

A educação é diretamente afetada na medida em que se desenraizam os povos da terra, da cultura e das formas de produção. [...]. A nova consciência política carrega uma orientação humana nova, que se contrapõe ao esvaziamento humano do agronegócio. [...]. O reconhecimento dessa nova dinâmica humana que se revela no campo poderá ser o alicerce de novas políticas educativas. (ARROYO, 2004, p.96-97).

A negação a este processo de desterritorialização está no cerne da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses. Esta luta leva a conquista de assentamentos, que significa, na prática, a desterritorialização do capital-latifundiário e a territorialização camponesa. A resistência nestes territórios permite a criação e a reprodução da Educação do Campo nas escolas dos assentamentos. Logo, a conquista dos territórios camponeses pode significar a territorialização da Educação do Campo.

Tendo em vista a luta de classes manifestando-se espacialmente no embate pelo controle territorial, o território torna-se categoria de análise fundamental para a Geografia pela necessidade de revelação das lógicas antagônicas existentes na produção dos territórios. Logo, entender as disputas territoriais entre o *campesinato* e o *agronegócio*² é importante para a construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo em

² O conceito de agronegócio, na língua portuguesa, deriva da palavra agribusiness, e foi cunhado em 1957 por Davis e Goldberg e significa um complexo de sistemas que integra todas as dimensões da economia capitalista: agricultura – indústria – comércio - finanças. Esses sistemas estão sob o controle das transnacionais (FERNANDES, 2008).

consonância com a lógica material e simbólica de reprodução da territorialidade do campesinato e que contribua em seu processo de resistência ao capital.

A territorialização camponesa significa, também, a territorialização da Educação do Campo. Todavia, para a existência de territórios camponeses e para a territorialização da Educação do Campo, também, se faz necessário romper com a lógica capitalista de produção. Este é o ponto central da discussão da Educação do Campo, a partir do Paradigma da Questão Agrária: *a territorialização da Educação do Campo e as disputas/conflitos com o agronegócio*, pois quando o capital se territorializa, concentrando a terra, os camponeses são desterritorializados. Neste processo de territorialização da Educação do Campo estão intrínsecos a concepção de resistência e de ruptura ao capital no campo.

A territorialização da Educação do Campo é produto e, concomitantemente, instrumento da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses e, portanto, a territorialização de um significa, também, a territorialização do outro. Partindo do princípio da territorialização camponesa buscar a destruição dos territórios do agronegócio, logo, o projeto de Educação do Campo é projeto de luta de classes, da classe camponesa contra a classe dos empresários do agronegócio. Esta é uma característica fundamental definidora da especificidade da Educação do Campo no Paradigma da Questão Agrária. Para Caldart: “[...] A Educação do Campo precisa pensar a educação do conjunto da população do campo, mas seu projeto educativo está sendo construído desde uma *perspectiva de classe* [...]”. (2004, p.30, grifo nosso).

A Educação do Campo – na perspectiva do Paradigma da Questão Agrária– é, necessariamente, um projeto de *oposição ao agronegócio*, pois é formado pelos sujeitos da resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista no campo que pretende desterritorializar os camponeses. A oposição da Educação do Campo ao agronegócio reflete a luta de classes no campo, bem como a disputa territorial travada pela classe camponesa com os empresários do agronegócio no espaço rural.

A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria *contradição de classe no campo*: existe uma incompatibilidade de origem entre *a agricultura capitalista e a Educação do Campo*, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda. [...]. (CALDART, 2005, p. 2, grifo nosso).

A Educação do Campo se contrapõe ao agronegócio porque este é predador e explorador, desterritorializa e mata camponeses, produz agroecossistemas simplificados em seus latifúndios de monocultura, desterritorializando a cultura camponesa para a produção de *commodities*. Em seu lugar os movimentos socioterritoriais camponeses propõem a territorialização da agricultura camponesa, da Reforma Agrária, da agroecologia popular, da

soberania alimentar etc. Por isso, a Educação do Campo é instrumento de combate ao agronegócio-latifundiário e de auxílio à territorialização de um modelo popular de agricultura, valorizando o trabalho, a economia e a cultura camponesa.

A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular. E é este, pois o debate político que nos interessa fazer: como combater o latifúndio e a agricultura centrada no negócio; e como fortalecer um modelo popular de agricultura, identificando as características da produção camponesa [...]. (CALDART, 2004, p. 23, grifo nosso).

Dessa forma, qualquer tentativa de se relacionar com o agronegócio como parceiro da Educação do Campo é diretamente antagônico ao projeto de Educação do Campo proposto inicialmente a partir do seu Paradigma Originário. A Educação do Campo não se constitui apenas enquanto visão pedagógica do processo de ensino-aprendizagem. Não tem como pensarmos a Educação do Campo sem refletirmos de maneira teórica-política-ideológica a respeito de que *campo* queremos. O campo dos territórios do agronegócio-latifundiário, não é o da Educação do Campo. O campo da Educação do Campo é onde estão territorializados os movimentos socioterritoriais camponeses, a Reforma Agrária, a agroecologia, a Soberania Alimentar, os agroecossistemas complexos, a cultura camponesa etc. (FERNANDES; MOLINA, 2005). Conforme destaca Roseli Salete Caldart:

[...] a maternidade de origem da Educação do Campo projeta/constrói uma determinada totalidade de relações que lhes são constitutivas. Antes (ou junto) de uma concepção de educação, ela é uma concepção de campo; porque, neste caso, como pensamos o campo pensamos a educação; se pensarmos o campo como latifúndio não temos como pensar a Educação do Campo. [...]. (apud MOLINA, 2004, p.62-63).

O campo da Educação do Campo deve ser entendido como território onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar, enfim, viver com dignidade. O campo é o lugar de efetivação da identidade territorial camponesa. É a antítese do campo do latifúndio, da grilagem de terras, do agronegócio, da exploração do trabalho, da monocultura, da produção de *commodities*. É onde estão os territórios dos camponeses, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos etc. e, logo, é lugar de realização da educação desses sujeitos, da Educação do Campo – camponesa, indígena, quilombola, ribeirinha etc. Esta perspectiva teórica-política-ideológica acerca do campo é fundamental, pois, pelo contrário, não há como se constituir a Educação do Campo. Não se justifica a Educação do Campo no campo do agronegócio, no campo visto como o lugar do atraso, como o lugar que sobra depois do perímetro urbano, o lugar esvaziado

pelo êxodo rural, o lugar da monocultura etc. (FERNANDES, 2003).

A partir destas características, inerentes à gênese e consolidação da Educação do Campo, é possível entender a existência da relação intrínseca entre a vertente camponista do Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma Originário da Educação do Campo. Pensamos a possibilidade de construção de uma *Educação do Campo libertadora* a partir da interpretação da realidade do campo por meio da concepção teórica-política-ideológica-utópica da tendência camponista do Paradigma da Questão Agrária. Esta concepção, ao entender o desenvolvimento do capitalismo no campo, como produto do seu processo desigual e contraditório, permite pensar a possibilidade de reprodução do campesinato. Obviamente, esta é condição primordial para podermos construir a Educação do Campo: *sem camponeses não há Educação do Campo*. Outra característica fundamental desta tendência é a afirmação da permanência camponesa no campo por meio da luta e a resistência contra o capital.

Pelo contrário, se pensarmos o campesinato como classe em vias de extinção, não será possível de entender a necessidade de construção da educação adequada às especificidades do campesinato. Não faz sentido pensar a construção da educação para o modo de vida e a classe social que estaria condenada ao desaparecimento, mesmo que este não seja o desaparecimento físico, mas de sua condição de *modo de vida* e de *classe camponesa*.

Ao justificarmos teórica-política-ideologicamente a existência da Educação do Campo em dois paradigmas, partimos da premissa de que o Paradigma da Educação do Campo está em disputa porque o campo está em disputa por modelos distintos de desenvolvimento territorial e de educação. O Paradigma Originário da Educação do Campo nasceu da luta dos movimentos camponeses, mas foi apropriado pelo Estado e pelas grandes empresas e seus institutos de responsabilidade social. Muitas destas práticas intituladas de Educação do Campo são reacionárias e romperam com o caráter revolucionário, essência da Educação do Campo. Estas experiências têm reforçado a alienação no que concerne aos interesses de classe. Se a sociedade é formada por classes antagônicas, logo, os territórios materiais e imateriais estão em disputa por modelos antagônicos de desenvolvimento no campo. No interior dessa disputa se encontra a Educação do Campo. Dito de outra maneira:

Sobre a superação da visão ingênua a respeito do papel transformador da educação na luta social, é preciso considerar que, depois de dez anos de luta pelo acesso à educação, o *próprio conceito e a práxis da Educação do Campo estão em disputa* no imaginário social, chegando a ser apropriado pelo *Estado* e por *grandes empresas*, colado a *práticas conservadoras* e autoritárias que esvaziam o *caráter revolucionário histórico da Educação do Campo*, e reforçam a alienação dos trabalhadores em relação aos seus *interesses de classe*. Isso

acontece porque *o campo está em disputa*, entre dois modelos antagônicos de desenvolvimento. (SÁ; MOLINA, 2010, p. 76-77, grifo nosso).

Caldart (2010) explica quais são as contradições principais da Educação do Campo para com o agronegócio e porque o agronegócio entrou nesta disputa pelo território imaterial da Educação do Campo. Apesar do campo na lógica do agronegócio ser entendido apenas como “território de negócio” e, portanto, não necessitar de escolas neste “campo do negócio”, a questão da educação entra na agenda política do país e isto tem envolvido o agronegócio. A autora aponta três razões principais para explicar a entrada do agronegócio na disputa pela Educação do Campo.

O primeiro motivo está no fato de a *reestruturação produtiva* no campo requerer mão-de-obra mais qualificada, apesar da demanda pequena, nos trabalhos não estritamente agrícolas. Neste contexto, os empresários do agronegócio discutem a necessidade da educação profissional aos moradores do campo, inserindo com este objetivo: reajustes na “vocação” das escolas agrotécnicas, novos currículos para os cursos de agronomia e cursos superiores voltados diretamente à gestão do agronegócio.

Para Menezes Neto (2009), as mudanças no campo são acrescidas de novas ideologias pregando a necessidade de novas formações técnicas. Dito de outra forma: “Esses novos tempos virão acrescidos de uma *nova ideologia*, ou seja, da substituição do ‘trabalho artesanal e da enxada’ pela nova ‘empregabilidade’, que exigiria ‘novos conhecimentos, novas mentalidades, *novas formações técnicas*’”. (2009, p. 27, grifo nosso). O conhecimento é caracterizado, ideologicamente, como o principal *insumo* para a moderna agricultura. Este é o discurso do presidente do Banco Mundial, o conhecimento como o mais importante insumo de desenvolvimento (MENEZES NETO, 2009).

O segundo motivo, é a formação educacional do *agricultor familiar*. O principal discurso do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) é a necessidade de *modernizar* a agricultura familiar, tornar os sujeitos do campo técnicos-profissionais e *integrá-los ao mercado* para a competição. Todavia, este discurso esconde intencionalidades além da simples formação educacional destes sujeitos: o capitalismo compreende estes sujeitos camponeses como *exército de reserva*. Em outras palavras:

[...] contexto de “*modernização da agricultura*”, onde a chamada “*agricultura familiar*” deve se *inserir para sobreviver* (sobreviverão os melhores, “os mais modernos”, é a afirmação) já não parece tão ruim que estes agricultores tenham acesso à escolarização básica, pois serão uma espécie de “*exército de reserva*” para as demandas das empresas que comandam os negócios agrícolas, mas isso sem excessos, é claro, porque, afinal, é sempre bom poder contar com a alternativa do trabalho escravo em alguns lugares, e o Estado precisa dar

prioridade às demandas específicas do capital e não gastar recursos na construção de um sistema público de educação no próprio campo, que necessariamente atenderiam às demandas do pólo do trabalho. (CALDART, 2010, p. 115-116, grifo nosso).

A educação no campo, engendrada a partir desse paradigma, permite manter as *relações desiguais do capitalismo* se perpetuando, como o trabalho escravo e os gastos do dinheiro público para atender as demandas do capital ao invés de se investir em escolas do campo na lógica camponesa e revolucionária. Para o PCA, essa educação é uma forma de adequar o camponês ao “novo rural”, sem questioná-lo, objetivando fazer com que os camponeses se integrem/subordinem ao agronegócio de forma acrítica. Esta educação no campo conservadora e conformista estaria cumprindo o papel de abertura ideológica para as novas relações sociais no campo. Como explica Menezes Neto (2009):

[...] discutem-se formas educativas de *integração do agricultor* nessas novas realidades e se busca mudar as mentalidades para que o morador do campo possa se adequar ao “novo mundo rural”, sem questioná-lo. Ou seja, que de forma acrítica, *subordina-se* ao novo processo produtivo vinculado ao agronegócio. (2009, p. 28, grifo nosso).

A terceira via utilizada pelas empresas do agronegócio – discurso de responsabilidade social ou mesmo discursos humanitários –, é a utilização da educação como forma de difusão de sua ideologia: modernização, monocultura, energia limpa, revolução verde, transgênicos etc., inclusive com o financiamento de materiais didáticos. Para Caldart (2010), o modelo de educação produzido pelas...

[...] *empresas “humanitárias”*, elas podem ser (já foram em outros tempos) um bom *veículos de difusão da ideologia do agronegócio* [...]. Em muitos Estados, esse tipo de investida já tem se materializado em *material didático ou paradidático produzidos pelas próprias empresas*, muitas vezes com recursos próprios. (2010, p.116, grifo nosso).

Tendo em vista que a agricultura moderna é poupadora de trabalho humano, o agronegócio não teria interesse em nenhum projeto de expansão da escolarização, mesmo um projeto educativo nos moldes capitalistas, a não ser com a intencionalidade de inculcação ideológica. Por exemplo: a empresa Monsanto, ligada ao agronegócio, realiza investimentos na educação brasileira, além de Programas de Saúde, de preservação do cerrado, de construção de moradias populares, apoio aos programas de Ações Afirmativas, Programa Cidadãos Mirim, na preservação do Patrimônio Histórico, em Programas diversos de Meio Ambiente e em educação. Com relação aos investimentos em educação, a Monsanto produz materiais didáticos descrevendo a agricultura no Brasil, as técnicas agrícolas no uso do solo e a

importância de sua conservação, por meio de parcerias com universidades e secretarias de educação, a partir de cursos de formação continuada aos professores, com ênfase na agricultura e meio ambiente (MENEZES NETO, 2009).

O agronegócio impõe sua territorialidade nas relações de produção e no debate da Educação do Campo, por meio do discurso ideológico do campo como o local da produção moderna-tecnológica-capitalista e a educação contemplando o modo de vida moderno em oposição, ao considerado pelo PCA, como atraso do modo de vida camponês. No território da Educação do Campo, o *agronegócio* defenderá a formação centrada na *competição*, no *mercado de trabalho*, na *eficiência produtiva*, na *integração ao mercado* etc. Por outro lado, o modelo *camponês* de Educação do Campo, desenvolvido pelos movimentos socioterritoriais camponeses, está centrado no direito à cidadania, ao conhecimento crítico, ao conhecimento científico, à formação para o mundo do trabalho e o trabalho como princípio pedagógico, enfim, é uma educação para a emancipação dos seres humanos (MENEZES NETO, 2009).

Podemos dizer que o debate da Educação do Campo é permeado por interesses distintos das classes sociais. Estes interesses definem diferentes projetos para o campo, representados pelo agronegócio, de um lado, e pelo projeto camponês de Educação do Campo, do outro. Como são propostas antagônicas, resultam em interesses político-pedagógicos distintos: a educação para o campo, vista sob a ótica do agronegócio, tem a intencionalidade de formar sujeitos funcionais à reprodução do capital, a fim de inculcar ideologias dominantes, contribuir para a perpetuação das desigualdades sociais e manter a sociedade de classes; a educação camponesa busca formar indivíduos não fragmentados na sua totalidade e que compreendam as relações humanas tanto na sua diversidade cultural quanto nas desigualdades sociais, econômicas e políticas, geradas pelo capital.

As ações da Confederação Nacional da Agricultura (CNA, do movimento patronal), por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), efetivam as estratégias no campo das disputas dos *territórios imateriais*, pela perspectiva da educação do agronegócio, contrapondo-se à perspectiva de Educação do Campo camponesa, principalmente operando políticas públicas de formação dos camponeses. Do ponto de vista político, isto significa que o Estado introduziu a intervenção antagônica ao campesinato na luta de classes assumindo a opção da inevitável e/ou desejável eliminação progressiva da agricultura familiar-camponesa. Este cenário de investidas das classes dominantes no território da educação tem o objetivo de confundir a sociedade para que todos pensem que os representantes do agronegócio se preocupam em superar as desigualdades, cessar o fechamento de escolas no campo e garantir boa formação aos trabalhadores rurais e camponeses. Estas investidas atuais confirmam o

papel importante da educação para a ampliação e manutenção do agronegócio. A principal problemática é o fato da apropriação das reivindicações da classe camponesa pelo agronegócio ter esvaziado o debate sobre como o modelo de desenvolvimento capitalista no campo agrava as desigualdades sociais. A materialização desse projeto do agronegócio foi a criação, pela CNA, do Projeto Escola Viva (FONEC, 2012).

Dessa forma, se faz necessário reafirmarmos a essência da gênese do Movimento de Educação do Campo neste momento histórico de disputa da concepção de Educação do Campo por dois projetos distintos de sociedade. A essência da concepção de Educação do Campo foi gerada na prática de luta dos movimentos socioterritoriais camponeses, na luta pela reforma agrária, na luta contra o latifúndio, e pela superação das contradições da lógica do capital. A conflitualidade inerente à lógica de reprodução do capitalismo no campo, desembocando na disputa por territórios materiais e imateriais, entre o agronegócio e os movimentos socioterritoriais camponeses, é um dos elementos centrais que fundamenta a produção de nossa análise teórica a respeito do campo e da Educação do Campo. A contradição de classe, movimento da história, resulta na produção do conhecimento científico a partir de diferentes perspectivas (SÁ; MOLINA, 2010).

Portanto, a nossa intencionalidade reafirma a necessidade de contextualizar a *práxis* da Educação do Campo a partir do pressuposto da existência de *dois projetos de campo em conflito e em disputa*. O debate acerca da disputa teórica-política-ideológica em torno da Educação do Campo traz avanços para a construção de conhecimento científico crítico e propomos a produção do conhecimento científico com caráter revolucionário. Assim, concordamos com Sá e Molina (2010), pois temos que delimitar claramente o território teórico da Educação do Campo, na perspectiva revolucionária, fazendo-se necessário que a produção do conhecimento esteja ligada à luta de classes, assim como na perspectiva do Paradigma da Questão Agrária. Assim, compreendemos as diferenças existentes entre os dois projetos e qual é o papel da Educação do Campo nesta disputa. A Educação do Campo só pode ser compreendida a partir da totalidade, contemplando, concomitantemente, a *teoria* e a *ação política*.

Para Molina (2012), existem algumas instâncias governamentais que, ao pensarem o projeto de Educação do Campo, tendem, ideologicamente, a excluir a questão do conflito presente no campo, pois o enxergam como negativo, devendo ser eliminado, pelo menos do debate. Esta é uma das tensões existentes quando pensamos em políticas públicas de Educação do Campo. É como se pudéssemos pensar a Educação do Campo sem o campo, sem as contradições, os conflitos, as disputas territoriais, a violência, a expropriação, a

resistência e, principalmente, sem os movimentos socioterritoriais camponeses, precursores da Educação do Campo. Estas ações não dizem respeito ao Paradigma Originário da Educação do Campo. Não se pode retirar da Educação do Campo o objetivo de construção de outro projeto de sociedade, nem é possível se fazer Educação do Campo sem inserir a práxis dos sujeitos, as suas necessidades materiais e simbólicas de reprodução.

Para Caldart (2010), alguns órgãos públicos difundem um modelo de Educação do Campo, muitas vezes, afastado dos movimentos sociais e de suas bandeiras de luta. Em suas palavras:

[...] porque hoje existe nos governos a “pasta” da Educação do Campo, “viva a Educação do Campo!” Apenas é preciso tratar de afastá-la desses “agitadores pré-modernos,” ou de “Movimentos Sociais como o MST”, que ainda continuam empunhando a bandeira da Reforma Agrária, da soberania alimentar e energética, da biodiversidade, do respeito ao meio ambiente... (2010, p. 116).

Na Educação do Campo, construída a partir do Paradigma da Questão Agrária, a conflitualidade é parte constituinte da dinâmica da realidade, assim,

[...] ao contrário daquela perspectiva negativa dos *conflitos*, é preciso reconhecer sua dimensão instituinte: os conflitos devem ser trabalhados politicamente, pois são eles a possibilidade de construção de *superações*, de *mudanças*, de *transformações*. (MOLINA, 2012, p. 592, grifo nosso).

Para Molina (2006), além da conflitualidade, como característica inerente à Educação do Campo, entendemos que se a mesma estiver desvinculada da luta contra-hegemônica dos movimentos socioterritoriais, não será considerada como verdadeiramente a Educação do Campo. A essência da Educação do Campo está em ser contra-hegemônica. A divergência entre experiências de Educação do Campo está nas possibilidades e necessidades que temos com o processo de transformação social bem como a forma de convivência com determinadas características do modelo hegemônico vigente.

As experiências não relacionadas ao seu Paradigma Originário (alinhado ao Paradigma do Capitalismo Agrário), mesmo que, na melhor das hipóteses, se ancorando numa perspectiva *Educação do Campo para os agricultores familiares*, não contemplam a Educação do Campo libertadora (FREIRE, 1983), que afirma a necessidade/possibilidade de luta contra o capital por meio dos sujeitos do campo, tendo em vista a existência de um processo de *recriação do campesinato* e suas bandeiras de luta por meio dos movimentos socioterritoriais camponeses, como o MST, MPA, MAB, MMC etc. Os camponeses são sujeitos históricos ativos do seu processo de reprodução, isto é, não estão, apenas, subdimensionados/passivos à lógica estrutural destruidora do modo de produção capitalista, principalmente, sob a forma moderna e

bárbara do agronegócio. Logo, a Educação do Campo, construída juntamente com os movimentos socioterritoriais, passa a ser *produto* e *instrumento* de luta, pela/na terra, do campesinato contra a territorialização do capital no campo.

Dessa maneira, o Movimento da Educação do Campo tem a intencionalidade de afirmar a *identidade territorial* dos povos do campo na perspectiva classista – da *classe territorial camponesa* – cuja afirmação se dá na contraposição ao capital – agronegócio –, condenando sua lógica exploratória, excludente e hegemônica que expropria ou subalterniza o campesinato. Tem a proposta radical com intencionalidade de refletir a resistência cultural e política da classe camponesa e a educação é uma de suas dimensões. Esta perspectiva explicita a conflitualidade inerente ao capitalismo e legitima a luta dos sujeitos oprimidos pela conquista de seus direitos: terra, educação, reconhecimento cultural, étnico etc. Para Batista (2007), o Movimento de Educação do Campo:

[...] afirma uma *identidade* dos povos que vivem no e do campo, compondo uma categoria ampla de *camponeses*, entendidos na sua complexidade e multiplicidade, que, numa perspectiva histórica estrutural e *classista*, afirma-se na *contraditoriedade do latifúndio e do agronegócio*, modelo social hegemônico direcionador de relações sociais de produção impositivas, exploradoras, excludentes, que busca subjugar todos os povos do campo que não têm a propriedade ou são pequenos proprietários à sua lógica. (2007, p.181, grifo nosso).

Para Michelloti et al. (2010), a Educação do Campo deve ser entendida na contradição da *luta de classes*, como estratégia de luta dos movimentos sociais e como direito fundamental a ser garantido pelo Estado. Assim, a Educação do Campo deve conter a complexidade da luta de classes no campo e o conflito existente no contexto atual. Os princípios formativos dos movimentos sociais deve ser uma de suas bases e o objetivo central deve ser a emancipação humana e a construção de outro modelo de sociedade.

Segundo Leher (2007), a educação vinculada aos movimentos sociais trouxe o espaço privilegiado para os movimentos na “batalha das ideias”, na produção de conhecimento contrapondo-se ao neoliberalismo. Por isso, é indispensável o estabelecimento de diálogos entre a educação e os movimentos sociais, incitando nova *práxis* e estabelecendo nova epistemologia. A nova *práxis* advinda deste diálogo entre os movimentos sociais e a universidade deve colaborar na ruptura com 5 elementos presentes na realidade: a *colonialidade*, o *capitalismo*, a *supressão do público*, o *eurocentrismo* e a *perda de autonomia dos movimentos sociais*.

Caldart (2010) elabora uma síntese para pensarmos quais são as características centrais desta Educação do Campo que defendemos. Ela aponta cinco elementos centrais.

Primeiro, é a relação entre a *particularidade* e a *universalidade*, a Educação do Campo parte da particularidade, mas busca a inserção na universalidade enquanto novo projeto de sociedade. Segundo, ela nasce da experiência de classe dos *movimentos camponeses*, mas inclui na luta outras classes subalternas. Terceiro, a Educação do Campo mescla a radicalidade pedagógica dos movimentos sociais camponeses com a luta por *políticas públicas*. Quarto, a Educação do Campo é um projeto pedagógico da educação formal escolar e, concomitantemente, da *educação não-formal*, também. Quinto, a Educação do Campo é a luta pelo acesso das classes subalternas ao conhecimento produzido pela humanidade e, ao mesmo tempo, critica o paradigma de produção de conhecimento científico eurocêntrico-colonialista dominante que desconsidera o *conhecimento popular* produzido pelos sujeitos do campo na lógica não-capitalista. Em suas palavras:

[...] Sim, a Educação do Campo toma posição, age, a partir de uma *particularidade* e não abandona a perspectiva da *universalidade*, mas disputa sua inclusão nela (seja na discussão sobre educação ou projeto de sociedade). Sim, ela nasce da “experiência de classe” de *camponeses* organizados em *Movimentos Sociais* e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe. Sim, a Educação do Campo inicia sua atuação a partir da *radicalidade pedagógica dos Movimentos Sociais* e entra no terreno movediço das *políticas públicas*, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem. Sim, a Educação do Campo tem se *centrado na escola* e luta para que a concepção de educação que orienta suas práticas se *descentre da escola*, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela como projeto educativo. E uma vez mais, sim, a Educação do Campo se coloca na *luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade* e, ao mesmo tempo, *problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante* e à hierarquização epistemológica própria dessa sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do Campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma *outra lógica de produção* e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital. (CALDART, 2010, p. 105, grifo nosso).

Esta síntese esclarecedora, concernente aos pressupostos principais da Educação do Campo, fortalece nosso objetivo de defender o Paradigma Originário da Educação do Campo. A característica primordial do movimento de Educação do Campo é a luta da sociedade civil organizada em oposição ao modo de vida imposto pela *sociabilidade-territorialidade do capital* (MOLINA, 2012). Pelo fato da Educação do Campo ser uma *Educação Territorial* (FERNANDES, 2008), quando falamos que está ocorrendo a *territorialização da Educação do Campo* significa que esta educação está diretamente relacionada com a perspectiva de *criação de territórios* a partir de uma “*lógica camponesa*”, onde os mesmos sejam os sujeitos da

produção de seus *territórios/territorialidades* marcadas pelas suas vontades, capacidades, emoções, necessidades etc.

O curso especial de graduação em geografia (CEGeo)

Em meio a esse campo de disputas tem-se muito claro que esse curso é uma oportunidade imprescindível para possibilitar que parcelas da classe trabalhadora lutem também para recuperar o valor do estudo, do conhecimento, para capacitarem-se a interpretar o momento que estão vivendo, as contradições que povoam a sociedade nessa viragem do século XXI. Então, a luta pela Reforma Agrária e as disputas e embates contra o latifúndio e o capital não devem ser entendidas como algo distante da luta pelo acesso à Universidade Pública, à formação profissional em Geografia, à habilitação de qualidade, etc. Por esse caminho entendemos ser possível a busca de alternativas e saídas para os problemas cruciais da classe trabalhadora, e a formação universitária é uma das ferramentas fundamentais. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 8).

Na história de lutas dos movimentos camponeses pela Educação do Campo, está diretamente relacionada a conquista de políticas públicas como resultado destas lutas. Dentre as conquistas dos movimentos sociais na luta pela Educação do Campo temos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O PRONERA é um exemplo importante de Educação do Campo na esfera da política pública. Este programa foi criado no Brasil em 1998, como uma resposta aos esforços do movimento social e representantes de sindicatos rurais. O PRONERA pode ser considerado uma experiência inovadora, uma vez que foi implementado em um território que tem sido historicamente marcado pela exclusão social e pela ausência de políticas públicas na área da educação. Este programa tem como objetivo a construção de uma educação adequada à lógica do trabalho e da cultura nos territórios camponeses (BRASIL, 2011; CAMACHO, 2014).

A realidade no campo de exclusão é que justificou a criação do Curso de Graduação Licenciatura e Bacharelado em Geografia. A ausência de políticas públicas demonstra a forma de tratamento desigual e discriminatório com relação à população do campo. Esta ação negligente do Estado acarretou em problemas educacionais que perduram há séculos como: analfabetismo; defasagem idade-série; reprovação; conteúdos inadequados; problemas de titulação, salários e carreira dos seus mestres e um atendimento escolar, na maioria das vezes, reduzido a quatro primeiras séries do ensino fundamental (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004). De acordo com CI, estudante-camponês do CEGeo e militante do MST da região do Pontal do Paranapanema/SP, os problemas das escolas do campo ainda são grandes: “[...] questão da infraestrutura, poucos funcionários, falta de bibliotecas, falta de uma sala de

computadores [...]”. (Entrevista na ENFF, jul. 2010).

O CEGeo atendeu sujeitos das áreas de Reforma Agrária das regiões Sul e Sudeste do Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA) havia nestas regiões um número significativo de estudantes que concluíram ou estavam cursando o Ensino Médio, porém, a continuidade da formação em nível superior para os integrantes destas comunidades era inferior à demanda (UNESP, 2005). A construção do Curso Especial de Graduação em Geografia para Assentados (CEGeo), oferecido pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente (SP), deu-se a partir de uma parceria construída entre a *Via Campesina* – Brasil; a ENFF; a AESCA/SP; o MDA, o INCRA e o PRONERA. Os critérios para a seleção dos educandos foram os seguintes: ter o ensino médio completo; residir em assentamento dos Projetos da Reforma Agrária da região Sul ou Sudeste do Brasil; ser aprovado em vestibular específico; e ser classificado dentro do número de vagas concedidas. Por meio da resolução UNESP n. 6/87, ofereceu duas opções aos estudantes ingressantes: a Licenciatura e o Bacharelado. (UNESP, 2005).

Este curso baseou-se na metodologia da Pedagogia da Alternância, ou seja, alternando o Tempo Escola (TE) com o Tempo Comunidade (TC). Durante os anos de 2007 a 2011, nos meses de Janeiro e Fevereiro os educandos participaram do Tempo Escola/Universidade na UNESP (Presidente Prudente/SP) e em Julho e Agosto participaram do Tempo Escola/Universidade na Escola Nacional Florestan Fernandes (Guararema/SP). A Pedagogia da Alternância surge na França em 1935, é uma metodologia de ensino-aprendizagem que remete à primeira experiência na tentativa de construção de uma educação adequada à realidade concreta dos educandos do campo. Sua intenção foi criar uma metodologia pedagógica que pudesse interligar o trabalho, a cultura e a vida no campo com o conhecimento escolar. A alternância significa que se alternam dias com o trabalho familiar na propriedade do educando com os dias na escola. A intenção é criar uma relação entre teoria e prática em que os educandos não se desvinculem do modo de vida de origem (CAMACHO, 2014). Caracteriza-se pela distribuição do processo ensino-aprendizagem ao longo do curso em dois momentos: *Tempo Escola* - tempo de estudo desenvolvido nos centros de formação (70% da carga horária do curso). *Tempo Comunidade* - tempo de estudo desenvolvido na comunidade (30% da carga horária do curso) (BRASIL, 2011).

No CEGeo, o Tempo Escola combinou atividades na FCT/UNESP e na ENFF. Este é o período em que professores e estudantes desenvolveram a parte presencial das disciplinas. No Tempo-Espaço Comunidade se realiza a pesquisa e a extensão. Os educandos

desenvolvem atividades nas comunidades de origem. O acompanhamento dos graduandos no Tempo Comunidade será realizado (à distância) pelos professores ministrantes das disciplinas e por apoiadores técnicos nos locais de origem dos estudantes. Tem-se a oportunidade privilegiada de realização dessas atividades nas áreas de assentamento, vinculando estas atividades ao currículo do curso sendo mediadas pelas disciplinas (UNESP, 2005).

Com a intenção de relacionar o bacharelado, a licenciatura e a especificidade da Educação do Campo, o CEGeo inclui, além da estrutura do Curso Regular, alguns componentes curriculares que se remetem aos objetivos dos cursos superiores do PRONERA, bem como à demanda dos movimentos sociais camponeses. Os componentes curriculares específicos são: Desenvolvimento Territorial Rural e Alternativas Produtivas para o Campo Brasileiro; Geografia dos Movimentos Sociais; Políticas Públicas e Direito Agrário; Trabalho de Campo: a relação cidade-campo e a processualidade sociocultural (UNESP, 2005).

Na perspectiva dos cursos do PRONERA, os princípios presentes no Projeto Político-Pedagógico do CEGeo foram: a docência como princípio articulador das atividades pedagógicas, a sólida formação teórica, o compromisso profissional com a realidade, a experiência prática como princípio articulador das atividades, a pesquisa como princípio formativo e a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável. Os conhecimentos adquiridos no bacharelado e na licenciatura objetivaram formar Geógrafos e Professores para auxiliarem no desenvolvimento territorial de suas comunidades, formando professores e geógrafos militantes dos movimentos sociais. Seus educandos, em sua maioria, eram integrantes dos movimentos sociais ligados a Via Campesina: MST, MPA, MAB, MMC, PJR, RACEFFAES, além do MTST, EDUCAFRO e MCP.

Em nossas entrevistas, que seguem a seguir, constatamos que no decorrer do CEGeo os estudantes-militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses entenderam que o Curso lhes auxiliava em vários aspectos de suas lutas, entre eles: visualizar as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio; qualificar o debate contra o agronegócio; entender as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo; compreender as relações naturais e sociais dos territórios camponeses; possibilitar uma atuação docente qualificada e emancipatória nas escolas dos assentamentos etc.

Do ponto de vista de se pensar, mais especificamente, como os conhecimentos científicos-geográficos influenciaram/influenciam a qualificação da luta dos movimentos socioterritoriais contra o agronegócio, ocorreram vários argumentos dos camponeses-militantes. Uma liderança da coordenação nacional MST que, atualmente, atua no setor da frente de massa no Estado de Goiás, afirmou que:

[...] Na minha cabeça *tava* justamente como é que a Geografia pudesse nos ajudar pensar coisas que tinha a ver com o território, com a conquista do território, com o controle, então, sempre *tava* essa vinculação, né, dentro de uma estratégia de... enfim, da luta. Então, (imaginava) que a Geografia pudesse dar elementos para nos ajudar. *E no Movimento tava entrando essa ideia do território, da disputa, o conceito do território estava começando a aparecer nas discussões do Movimento*, [...] Então, o curso tinha, na minha perspectiva essa questão de contribuir *pra* gente pensar justamente essa ideia dos territórios, né, no fundo era os assentamentos [...]. (JV, entrevista na ENFF, Jul. 2010).

Na continuidade de sua fala, pensamos na relação existente entre o CEGeo e a luta dos movimentos socioterritoriais camponeses, pela descrição acerca da possibilidade de a Geografia possibilitar ler a realidade e traçar estratégias contra o capital, além de teorizar sobre a prática do Movimento no sentido de *disputar, conquistar, organizar, controlar e manter os territórios camponeses*. Nesta narrativa, fica clara a absorção do conceito de território, mais especificamente, de disputas territoriais e visualizamos como na prática essa teoria materializa-se na conquista, na organização e na manutenção do território. Neste sentido, o educando-militante do MST descreve as contribuições do curso para a luta do seu Movimento:

O curso vai nos ajudando, dá um conjunto de elementos, de compreensão, de *teoria*, de contato com muita coisa que ajuda a gente *pensar nossa prática*, nossa estratégia, nossa ação. Como nós somos militantes políticos, com responsabilidades, com tarefa no Movimento, no meu caso vinculado justamente com essa frente [frente de massa] que é a preocupação maior *conquistar novas áreas*, essa é a tarefa principal [...] é justamente em construir *estratégia* para avançar, para conquistar novas áreas. O curso nos ajuda trazer elementos, teorias, né, que ajuda a gente explicar, compreender, ter elementos de *qualificar nossa intervenção*, e a nossa elaboração de estratégia de ação. Então o curso tem sido bastante importante, tem ajudado inclusive nas reflexões, nas elaborações, nos debates, nas proposições, [...] quer dizer, ela ajuda a gente na discussão da *conquista do espaço, na conquista do latifúndio, na disputa do território, e na organização desse espaço*, essa que é a combinação que a Geografia nos dá elementos *pra conquistar e se organizar nesse espaço conquistado*. Então, por isso, que eu penso que no Movimento nós precisamos inclusive trabalhar melhor essa questão de como que as ciências geográficas, a Geografia, pode ajudar *pra* gente poder *potencializar a conquista e o controle do território*, acho que essa é a grande contribuição que a Geografia pode nos dar, quer dizer, e eu penso que [...] a grande contribuição desse curso é justamente a gente perceber que é isso, quer dizer, conhecimento geográfico nos ajuda nessa perspectiva de *conquistar e de manter a conquista*. Nós temos que saber combinar isso, (...) não basta conquistar, é preciso depois cuidar dessa conquista, controlar ela. (JV, entrevista na ENFF, Jul. 2010).

A Geografia, por meio de sua categoria de território, e seu debate a partir do Paradigma da Questão Agrária, acerca das disputas territoriais, tem relações diretas com o debate sobre a conquista de novos territórios, alicerces do setor de frente de massa. Este setor

do Movimento pensa as estratégias de espacialização do MST: os acampamentos, as ocupações (latifúndio, prédios públicos e bancos), as marchas, as obstruções de rodovias etc., com maior visibilidade na mídia e chamando a atenção da sociedade. Com as disputas territoriais entre o campesinato e o capital na atualidade, a formação para os militantes é necessária para avançarem nas disputas de territórios materiais e imateriais. Assim, para o outro educando-militante:

Frente de massa é... o setor que faz as ocupações de terra, as marchas, as ocupações de prédio, do banco, que mantém os acampamentos, né. Então, é um setor que trabalha muito com a organização da luta e até muito pouco tempo era as pessoas que era aguerrida e iam na vontade, na coragem, e hoje elas dependem muito da formação, porque a luta pela terra ela ganhou uma amplitude muito grande, de disputa com o capital, de disputa entre os camponeses [e o agronegócio] pelo território, então ela exige também uma formação política de seus próprios militantes pra poder avançar. (JCA, entrevista na ENFF, Jul. 2010).

Na compreensão de outro educando-militante, o CEGeo trouxe a possibilidade de entender quem é o verdadeiro inimigo dos camponeses-assentados, ou seja, o capital, e como ele tem agido para explorá-los. Dessa maneira, ele acredita que possa trazer resultados concretos para as famílias assentadas, além de o curso contribuir tanto na organização para a conquista da terra, quanto para a organização do território conquistado, sobretudo, na produção e educação.

Enquanto Movimento social nós temos nos últimos anos enfrentado grandes dificuldades na questão da organização dos assentamentos, de ver, de fato, qual que é o inimigo das organizações sociais, nós entendemos hoje que é o capital, então, *nós precisamos compreender a complexidade do capital, do agronegócio, pra fazer nossas ações*, porque não adianta você fazer uma ação, fazer uma ocupação simplesmente por fazer, você tem que montar estratégias pra que de fato as ações tragam resultados concretos para as famílias. *E um dos objetivos do curso é nós estudar, estudar pra trazer melhores condições de vida pras famílias camponesas, ou seja, nos assentamentos, nos acampamentos, entendendo essa lógica ai, uma lógica mais completa de como que o capital tá agindo, quais as artimanhas que ele utiliza pra explorar os trabalhadores. [...]* Eu acredito que ele já tá contribuindo desde o seu início pras organizações sociais que tem os militantes que estão envolvidos no curso, porque muitas ações que a gente fazia assim espontânea, hoje em dia, você não faz mais, hoje em dia você consegue sentar, fazer uma análise mais profunda de quais que são de fato os problemas, aonde que são, quais as pontas que você deve atacar, pra ir resolvendo a questão dos problemas que são alimentados pelas famílias camponesas. *Então, o curso ele tem dentro disso, também, propiciado pra que nós montássemos, ou montem ainda, as nossas estratégias de ação, sejam elas nas caminhadas, nas ocupações, mas principalmente também, na questão da produção que é um dos gargalos enfrentados pelos camponeses e, também, na educação, seja ela na educação formal ou informal que a gente tem trabalhado, além disso, contribuir nos*

debates, né, dentro das organizações mesmo. (Wd, entrevista na ENFF, Jul. 2011).

O educando-camponês e militante do MAB, diz que a especificidade da ciência geográfica permite a apropriação de ferramentas para qualificar a sua atuação como sujeito coletivo. A leitura de mundo proporcionada pelo curso permitiu-lhe mudanças de algumas concepções anteriores, refletindo em suas ações na sua comunidade, possibilitando-lhe a melhoria de vida dos assentados e fortalecendo o Movimento. Neste sentido, a Geografia propicia acesso a ferramentas, que vai lhe auxiliando na prática-militante, qualificando a intervenção do Movimento sobre a realidade.

[...] E eu acho que a Geografia ela permite, ela dá uma série de ferramentas que vai ajudar a qualificar essa minha prática enquanto sujeito coletivo, enquanto indivíduo na coletividade, essa é uma das intenções. [...] Eu acho que as leituras, a leitura de mundo que eu vou sair desse curso, ela é diferente da leitura de mundo que eu tinha antes, então, minha leitura de mundo ela vai refletir nas ações na comunidade, nas ações no Movimento. [...]. (Ir, entrevista na ENFF, Jul. 2010).

No âmbito da Educação do Campo, o educando do CEGeo e militante do MST – PR diz que o Curso representa para ele não só formação para professor, mas também, formação política, permitindo a atuação como educador não só nos acampamentos e assentamentos, mas também, nos cursos de formação de educadores do próprio Movimento, atingindo assim, todas as escolas itinerantes no estado.

[...] o curso não é só uma formação pra professor, ele é uma formação no âmbito do conhecimento político, econômico [...]. [permite] Ajudar não só a escola itinerante que eu estou, mas todas as (doze) escolas itinerantes do Estado do Paraná... porque eu posso não só trabalhar na escola como educador de Geografia, eu posso trabalhar nos cursos de formação que a gente tem com os próprios educadores dali. (GB, entrevista na ENFF, jul. 2010).

A estudante do CEGeo e militante da Pastoral da Juventude Rural - MS, diz que entre os problemas enfrentados pelas escolas do campo, está o fato de que a maioria dos professores que lecionam nas escolas do campo são da cidade e desconhecem a realidade de luta dos movimentos socioterritoriais camponeses. Mesmo que sejam a favor da luta dos movimentos sociais, os mesmos não conseguem estabelecer um diálogo entre a teoria e a realidade, bem como encontrar nos elementos da própria realidade o conteúdo para as aulas.

Porque os professores, na sua maioria, vêm da cidade, não passaram por nenhum processo de luta, de reforma agrária, de conquista... Açam bonito, tal, tal, mas não conseguem ainda dialogar entre a teoria e a realidade, não conseguem compreender que ela pode estudar geografia, a ocupação do

território, a partir do processo de luta pela terra. [...]. (Js, entrevista na UNESP, jan. 2011).

A educanda-camponesa do CEGeo, militante do MST - ES e professora-coordenadora, conta como é a sua experiência na escola estadual de seu assentamento, a E.E Valdício Barbosa dos Santos, no estado do Espírito Santo. Ela diz que é uma escola que busca a interação com toda a comunidade. Lá, eles conseguiram implantar a proposta de educação do MST, metodologia do plano de estudos e dos temas geradores.

Então, a escola ela é uma escola do Estado, mas que a gente trabalha com a proposta de educação do MST. Todas as escolas de assentamento do norte do Espírito Santo, a gente trabalha através do plano de estudo, que é a metodologia da proposta de educação do MST na escola, e a gente trabalha através dos temas geradores. E aí esse plano de estudo a gente tem que abranger não só os educandos na escola, mas também as famílias, esse é a proposta do setor de educação do MST. [...]. (Rn, entrevista na ENFF, jul. 2010).

Por meio dessas narrativas podemos pensar como o Curso Especial de Graduação em Geografia foi uma experiência de Educação do Campo no PQA, podendo ser, na prática, instrumento do campesinato de resistência ao capital na forma do agronegócio, seja na militância dos movimentos camponeses, ou na prática docente nas escolas dos assentados.

Considerações finais

A territorialização da Educação do Campo ocorre na medida em que os camponeses vão geografando/territorializando e historicizando/temporalizando as relações socioespaciais a partir de suas identidades/territorialidades. Vão escrevendo/grafando no espaço suas marcas de classe e modo de vida. Criando/recriando essas relações humanizadoras/socializadoras num processo dialético/dinâmico e, portanto, inacabável. Logo, a Educação do Campo é parte inerente ao processo de *recriação da identidade territorial camponesa* (CAMACHO, 2008, 2014).

O Paradigma Originário da Educação do Campo tem, necessariamente, os elementos do PQA, *o conflito, a superação do capitalismo, a luta de classes, as disputas territoriais, o modo de vida camponês, a crítica ao neoliberalismo* etc. como elementos inerentes da sua constituição. Busca-se a ruptura com a essência das estruturas de funcionamento do modo de produção vigente. Por isso, consideramos que não há possibilidades de se estabelecer relações com o agronegócio sem que o campesinato fique submisso e perca sua autonomia. O agronegócio, próprio da lógica do capital globalizado, é excludente, concentrador de terra e

renda, e provocador de impactos socioambientais.

Este debate permite-nos defender a Educação do Campo a partir de um território teórico. Demarcando as diferenças com outras experiências e concepções de Educação do Campo. A concepção de Educação do Campo como parte inerente aos conflitos/disputas de classes no campo, esteve presente na experiência do PRONERA: o CEGeo. Seus educandos-camponeses-militantes, por meio de suas narrativas, evidenciaram como esta experiência educativa iria auxiliá-los em práticas tanto de militância quanto de docência, mostrando a coerência entre os objetivos de seu Projeto Político Pedagógico e os anseios e necessidades desses sujeitos, que buscaram por meio do ensino superior formas de ampliar suas estratégias de resistência política-cultural ao capital.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n.21, p. 73-88, jul./dez. 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional: “Por Uma Educação do Campo”, 2004b. p. 91-109. (Por uma Educação do Campo, 5).

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação popular do campo (Re) constituindo território e a identidade camponesa. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007. p. 169-190.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Manual de Operações do Pronera**. Brasília: MDA/INCRA, 2011.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. (Série NEAD Debate, 20).

CALDART, Roseli Salete. **Momento atual da educação do campo**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=27>>. Acesso em: 02 jul. 2005.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago; GONÇALVES, Elienai. Agrocombustíveis, soberania alimentar e políticas públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato. **Boletim DATALUTA**: artigo do mês, p. 1-29, fev. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Apresentação. In: PEREIRA, J. H. V.; ALMEIDA, R. A. (Org.). **Educação no/do campo em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: UFMS, 2008. p. 135-160. (Fontes Novas).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 5. , 2003, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: Unesp, 2003. (CD ROM).

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 53-91. (Por Uma Educação do Campo, 5).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-40.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

FONEC. **Fórum Nacional de Educação do Campo**: notas para a análise do momento atual da Educação do Campo. Seminário Nacional, ago. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 169- 190.

LEHER, Roberto. Educação popular como estratégia política. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007. p. 19-32.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feurbach). 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MENEZES NETO, Antonio Júlio de. Formação de professores para a Educação do campo:

projetos sociais em disputa. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Izabel; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 25-37. (Coleção Caminho da Educação do Campo, 1).

MICHELLOTTI, Fernando *et al.* Educação do campo e desenvolvimento. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 13-25. (Série NEAD Debate, 20).

MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. In: _____ (Org.). In: _____. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 9-15.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

MOLINA, Mônica Castagna. Pronera como construção prática e teórica da educação do campo. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 61-85.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In: _____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158.

SÁ, Lais Mourão; MOLINA, Mônica Castagna. Políticas de educação superior no campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 74-83. (Série NEAD Debate, 20).

STEDILE, João Pedro. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. **Revista Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p. 17, abr. 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Relatório da 1ª etapa do curso especial de graduação em geografia**. Convênio Incra-Pronera/Unesp. Presidente Prudente: [s.n], 2007.

Sobre o autor

Rodrigo Simão Camacho – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3826-6248>

Como citar este artigo

CAMACHO, Rodrigo Simão. O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

Recebido para publicação em 15 de julho de 2018.
Aceito para a publicação em 15 de fevereiro de 2019.

Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático

José Sobreiro Filho

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Ananindeua, Pará, Brasil.

e-mail: sobreirounesp@gmail.com

Messias Alessandro Cardoso

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: messias_cardoso20@hotmail.com

Valmir José de Oliveira Valério

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: valjvalerio@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo promover uma análise crítica sobre os *Planos Nacionais de Reforma Agrária* (PNRA), elaborados entre os anos de 1985 e 2003, de maneira a destacar o arcabouço paradigmático responsável pela consolidação das diferentes perspectivas de desenvolvimento para o campo brasileiro (PNRA I, II PNRA-MDA e II PNRA-PLÍNIO). Para tanto, analisamos as principais concepções acerca dos conceitos de camponês e agricultor familiar, além dos contornos e características definidoras de cada Plano, o que fundamenta a qualificação paradigmática aqui proposta. Por fim, procedemos a uma análise comparativa entre os diferentes PNRA's, de modo a revelar variadas perspectivas, interesses e "visões de mundo" que referenciaram a elaboração de cada um dos Planos aqui analisados.

Palavras-chaves: PNRA; camponês; agricultor familiar; debate paradigmático; reforma agrária.

The Giants of the clay feet of Agrarian Reform in Brazil: critical analysis in the National Plans of Agrarian Reform I and II through the paradigmatic debate

Abstract

This article aims to promote a critical analysis of the National Agrarian Reform Plans (PNRA), elaborated between 1985 and 2003, in order to highlight the paradigmatic framework responsible for consolidating the different development perspectives for the Brazilian countryside (PNRA I, II PNRA-MDA and II PNRA-PLÍNIO). Therefore, we analyze the main conceptions about the concepts of peasant and family farmer, in addition to the outlines and defining characteristics of each Plan, which supports the paradigmatic qualification proposed here. Finally, we performed a comparative analysis between the different PNRA's in order to reveal varied perspectives, interests and "views" that referenced the elaboration of each of the Plans analyzed here.

Keywords: PNRA; peasant; family farmer; paradigmatic debate; agrarian reform.

Los Gigantes de los pies de barro de la Reforma Agraria en Brasil: análisis y crítica a los Planes Nacionales de Reforma Agraria I y II a través del debate paradigmático

Resumen

Este artículo tiene como objetivo promover un análisis crítico sobre los Planes Nacionales de Reforma Agraria (PNRA) elaborados entre los años de 1985 y 2003, de manera que se pueda destacar el marco paradigmático responsable para la consolidación de las diferentes perspectivas de desarrollo para el campo brasileño (PNRA I, II PNRA-MDA y II PNRA-PLÍNIO). Para esto, analizamos las principales concepciones acerca de los conceptos de campesino y agricultor familiar, además de los entornos y características que definen cada Plan, lo que fundamenta la calificación paradigmática aquí propuesta. Finalmente, hemos efectuado un análisis comparativo entre los diferentes PNRA's, con el fin de revelar diversas perspectivas, intereses y "visiones de mundo" que referenciaran la elaboración de cada uno de los Planes aquí analizados.

Palabras-claves: PNRA; campesino; agricultor familiar; debate paradigmático; reforma agraria.

Introdução

Com o foco no arcabouço paradigmático que os concebeu, este artigo busca desenvolver uma análise crítica dos *Planos Nacionais de Reforma Agrária* (PNRA). Para tanto, inicialmente, realizamos uma análise individualizada desses programas, na qual destacamos as principais características que estruturam os planos de reforma agrária elaborados no período de 1985 a 2003, que aqui denominados como PNRA I, II PNRA-MDA e II PNRA-PLÍNIO (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Nas análises aqui empreendidas, entendemos a reforma agrária enquanto "processo pelo qual o Estado modifica os direitos sobre a propriedade e posse dos bens agrícolas, a partir da transformação fundiária e da reformulação das medidas de assistência em todo o país, com vista a obter maior oferta de gêneros e a eliminar as desigualdades sociais no campo" (LARANJEIRA, 1983 apud OLIVEIRA, 2007, p. 69). Por conseguinte, a realização da reforma agrária pressupõe a implantação de, pelo menos, dois tipos de política: uma fundiária e outra agrícola. A primeira diz respeito aos princípios definidos pelas diferentes sociedades no processo de apropriação privada da terra, o que inclui, também, o aparato legal que referencia a tributação, os limites, os usos e os financiamentos (OLIVEIRA, 2007). Já a segunda está relacionada "ao conjunto de ações de governo que visam implantar nos assentamentos de reforma agrária a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização" (OLIVEIRA, 2007, p. 71). De tal modo, as políticas fundiária e agrícola compõem as bases da reforma agrária.

Nesse sentido, o capítulo I compõe uma breve caracterização teórica e conceitual, na qual buscamos analisar as principais ideias e os entendimentos acerca dos conceitos de camponês e agricultor familiar, fundamentais na qualificação paradigmática a que nos propomos adiante. No capítulo II, apresentamos as principais características dos PNRA's I,

II-MDA e II-PLÍNIO, destacando metas, objetivos e horizontes de concretização, considerados segundo sua constituição paradigmática, de maneira a revelar os principais contornos do paradigma estruturador desses planos. Após a exposição da forma como se apresentam os PNRA's, prossegue-se, no capítulo III, a uma comparação crítica entre eles, de maneira a revelar as suas influências paradigmáticas, o que possibilita destacar diferentes objetivos e "visões de mundo" quanto aos projetos de reforma agrária preconizados em cada Plano. É fundamental destacar que este artigo se dedica a analisar os planos por meio da leitura crítica de sua composicionalidade teórico-metodológica e das intencionalidades que os estruturam, ou seja, dedicamos nossas análises às propostas e não necessariamente aos desdobramentos e à condução, ou não, de suas implementações, bem como dos resultados e limitações.

A construção dos paradigmas e a imprescindibilidade do debate: por um instrumento de compreensão das unidades dos diferentes

No bojo da discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, diferentes vertentes teóricas clássicas e contemporâneas propõem distintos modelos de desenvolvimento territorial e analisam um mesmo sujeito social (camponês) sob diferentes enfoques. De um lado, para afirmar a pertinência conceitual e social do campesinato, sobretudo quanto ao seu caráter cultural e socioeconômico, e do outro lado para negar a sua existência, ao defender a ideia de integração e subordinação ao mercado, à indústria e à agricultura capitalista, por meio de uma "metamorfose" para produtor familiar¹. O debate sobre a definição desse sujeito social, tanto como "camponês" quanto como "produtor familiar", tem papel central no embate paradigmático, visto que carregam, em sua essência, um conjunto de características culturais, sociais, econômicas etc. e, nesse caso, principalmente um desdobramento econômico, que pode servir como crítica ou afirmação para esses sujeitos, que, em diversos trabalhos, são compreendidos como distintos.

É comum haver uma concepção de que o produtor familiar está ligado ao novo, ao moderno, ao sucesso e de que o camponês se refere a um sistema de produção arcaico, atrasado e incapaz de se sustentar (FELÍCIO, 2006; FERNANDES, 2004). Esse tipo de compreensão exemplifica a diferenciação de interpretações e a influência dos paradigmas que as estruturam. É evidente que o problema que pauta essa discussão não se restringe à diferenciação entre camponês e produtor familiar, mas o modo como sua existência e como seu *devoir* pode ser entendido (FELÍCIO, 2006).

¹ Esta visão está presente de modo muito forte nas ideias de Abramovay (1992).

O termo paradigma surge com Thomas S. Kuhn (1998), em sua obra seminal “*A Estrutura das Revoluções Científicas*”. Sua concepção acerca do significado do termo ressalta a qualidade propositiva e problematizadora:

Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. (KUHN, 1998. p.13)

Paradigmas divergentes podem coexistir em uma mesma ciência. As Ciências Humanas são exemplos objetivos dessa realidade. Entende-se que o conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar a realidade e dar substrato aos paradigmas são partes intrínsecas do processo de desenvolvimento da Ciência. Tomamos como exemplo as ciências que discutem o “campo” ou “meio rural”, ou melhor, os sujeitos sociais que habitam e desenvolvem relações sociais na zona rural. Há concepções divergentes que influenciam na transformação da realidade, sendo essenciais para o desenvolvimento de si mesmas e, por consequência, da Ciência. Todavia, em alguns casos, quando há negação de um paradigma perante o outro e este é compreendido como superficial ou infundado, nega-se, portanto, uma parte da leitura da realidade. Os desdobramentos da ausência da conflitualidade entre os paradigmas constituem uma realidade unidimensional e omissa quanto aos seus problemas e limitações.

Dentre as diversas concepções sobre os paradigmas, tomamos como referencial o modelo de análise proposto por Fernandes (2004). Sua proposição parte da separação em dois paradigmas principais. O primeiro é o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), que toma como elemento central de discussão, a integração do camponês ao mercado capitalista a partir da sua metamorfose para produtor familiar. O segundo é o Paradigma da Questão Agrária (PQA), que reconhece o campesinato como legítimo quanto a um modo de vida mais sustentável e multidimensional (social, político, ambiental, cultural e econômico). Esses dois paradigmas tomam como premissa a discussão e análise de um mesmo sujeito social sob enfoques diferentes: a realidade continua a ser uma, mas os modelos explicativos e produtores dela, não.

Historicamente, na perspectiva do Paradigma do Capitalismo Agrário, o avanço das relações capitalistas no campo levaria o campesinato a um fim inevitável, havendo apenas duas opções: o assalariamento (proletarização) ou a transformação em capitalista. Desse modo, fadado ao fim do campesinato, o Paradigma do Capitalismo Agrário vislumbra a existência desse sujeito social atrelada à ideia de metamorfose do camponês em agricultor familiar, ou seja, a única solução para que ele possa se reproduzir socialmente é a sua metamorfose para agricultor familiar. Assim, sendo inevitável a tendência de desaparecimento do campesinato, sua única possibilidade de (re)existência e reprodução

social residiria na plena inserção aos pacotes tecnológicos da agricultura “moderna” e do mercado perante a ordem neoliberal.

Na concepção do PCA, além do campesinato ser um modelo arcaico e insustentável, não existe uma questão agrária, como se entende no PQA, e muito menos sua origem estaria ligada aos problemas estruturais promovidos pelo capitalismo, ou seja, nesse paradigma, o problema não provém do sistema capitalista, mas do camponês, pois este é entendido como ineficiente, retrógrado, incompatível, etc. É evidente que esse modo de ver e analisar a realidade privilegia aspectos econômicos em detrimento de sociais, culturais e outros. Qualquer discurso relacionado à questão agrária no PCA, na realidade, atribui e dota o camponês de culpabilidade, bem como apresenta o mercado, a “modernização” e seus produtos enquanto uma “solução final”. Felício (2006) expõe que essa lógica de inserção plena no mercado e transformação do camponês em agricultor familiar fadaria o campo a três opções: a inserção do camponês ao mercado, a pluriatividade ou, então, às políticas compensatórias.

Para compreendermos a origem, a conformação e as idéias principais do Paradigma do Capitalismo Agrário, dentre outras referências, encontram-se Lênin (1899/1982), Kautsky (1986) e Abramovay (1992). Em Lênin (1982), a convivência da agricultura capitalista com o que descreve como *velho sistema de pagamento em trabalho ou semi-servidão*, representaria um obstáculo para a construção do socialismo, sendo que, somente com a expansão das relações capitalistas seria possível a transformação do campo, provocando uma revolução nas condições de vida das populações rurais (p. 340). Com isso, não haveria motivo para o parcelamento e a concessão das terras aos camponeses, devido ao fato de estarem em vias de extinção frente à generalização das relações capitalistas de produção. De modo semelhante, KAUTSKY (1986) afirma que o parcelamento das terras representaria um obstáculo à emancipação dos camponeses, de forma a defender o sistema cooperativo como pressuposto para a superação do modo de organização e de produção camponeses rumo à edificação do socialismo. Ademais, tanto Lenin (1982) quanto Kautsky (1986) apresentavam significativo interesse em compreender o campesinato e seu processo de “extinção” frente às possibilidades político-partidárias que essa enorme classe poderia verter para os partidos e para os processos revolucionários e reformistas.

Não obstante, é imprescindível destacar que, tanto para Lênin (1982) quanto para Kautsky (1986), o caminho no qual se verificava a eliminação da pequena propriedade agrícola, assim como das formas capitalistas de produção, estava condicionado à ascensão dos grandes estabelecimentos agropecuários socialistas ou, em outras palavras, vinculado à efetivação da revolução socialista e não enquanto prognóstico inevitável e irreversível (VALÉRIO, 2015).

Para Abramovay (1992), o mercado constituiria elemento fundamental para a compreensão das relações de produção no campo, elegendo unicamente o critério econômico como referência de análise. Assim, para o autor, o camponês seria portador de uma cultura e uma economia incompletas, o que impossibilitaria sua participação em “mercados completos”, desenvolvidos pela economia capitalista, asseverando que “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (p. 130).

Diferentemente, o Paradigma da Questão Agrária reconhece e legitima o campesinato como um modo de vida e classe que compreende um modo de produção, uma existência e uma reprodução/relação social. Sua perspectiva vai além da dimensão econômica, atribuindo qualidades em sua análise por relevar aspectos das dimensões social, econômica, cultural etc. Para o PQA, as lutas pela terra e pela Reforma Agrária constituiriam formas privilegiadas de criação e recriação do campesinato, gestado a partir da crise do regime escravista². A questão agrária e as contradições do capitalismo não somente são reconhecidas, como também constituem o elemento central de análise e o camponês é o sujeito social, reconhecido e valorizado pelas suas benesses, tanto na equalização das disparidades sociais quanto no retorno para a sociedade, por meio da produção agrícola. Em síntese, pode-se afirmar que, para o Paradigma da Questão Agrária, o problema não é o sujeito, mas o sistema, que é excludente e desigual (FERNANDES, 2004).

No que diz respeito ao Paradigma da Questão Agrária, encontramos em Chayanov (1974), Shanin (2008)³ e Fernandes (2004) algumas das principais referências que dão forma, significado e configuram a estrutura desse paradigma. Chayanov (1974) argumenta que, para além da possibilidade de descamponização, o processo de diferenciação do campesinato atuaria de maneira a fortalecer estratégias de manutenção do modo de vida camponês, indicando a existência de explorações econômicas sustentadas por lógicas diferenciadas daquelas típicas do modo capitalista de produção. Internamente ao que denomina “economia familiar”, o grau de “auto-exploração” seria determinado por um equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho, sendo a quantidade de produtos determinada pelo equilíbrio entre o montante de esforços da família e o grau de satisfação de suas necessidades (p. 139).

Shanin (2008) afirma que, diante do problema de como permanecer camponês frente às adversidades postas a partir da evolução do modelo capitalista de produção, as soluções encontradas seriam bastante flexíveis, inventivas e criativas. Assim:

² Cf. OLIVEIRA, 2001.

³ Texto originado a partir da edição da conferência ministrada pelo Professor Teodor Shanin na sessão de encerramento do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Desse modo, considerando o Estado Moderno, haveria a existência de dois padrões distintos de sobrevivência e organização econômica: o capitalismo e a organização estatal da economia, sendo possível identificar elementos de ambos os modelos de organização socioeconômica tanto no primeiro como no segundo. Aquilo que denominamos economia familiar seria representativo de um terceiro modelo de organização socioeconômica, ilustrando um tipo de economia tão *“poderosa, relevante, influente e capaz de resolver problemas quanto a economia estatal e a economia de mercado”*, não sendo possível o entendimento da economia nas sociedades capitalistas sem considerar a participação da economia familiar na consolidação do atual sistema vigente (SHANIN, (2008) p. 26.).

O I Plano Nacional de Reforma Agrária

O I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) caracterizou-se como uma proposta apresentada em contexto histórico político de reabertura democrática, pós-governos ditatoriais militares, frutos das pressões sociais no campo e da letargia da economia brasileira na década de 1980. O Plano em si, representou uma tentativa de iniciar uma caminhada rumo à amenização de uma enorme dívida social perante a sociedade brasileira. Em seu seio, a realização da Reforma Agrária era compreendida como um processo a ser promovido pelo Estado com o objetivo de impactar a estrutura fundiária e, com isso, colocar em uso terras agricultáveis em situação improdutiva, combater a concentração e desigualdade, estancar correntes migratórias predatórias e a saturação dos centros urbanos, evitar a multiplicação dos conflitos por terra e incluir e aproximar cidadãos afastados do convívio e desenvolvimento do país. Essa proposta de Reforma Agrária ressalta a necessidade de se realizar profundas alterações na estrutura fundiária do País para fim social, visto ser uma demanda politicamente reconhecida há décadas sob o intuito de *“Promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”* (p. 79).

A Questão Agrária foi abordada no I PNRA como uma consequência da intensa concentração de terras, onde o latifúndio era apresentado como o principal responsável pela deficiência e pelas distorções da estrutura fundiária e a tendência à concentração da posse da terra contribuía para acirrar problemas relacionados ao aumento dos conflitos sociais, à

exploração, à expropriação, a mortes e a violências de diferentes tipos. Para combater os problemas referentes à questão agrária, amparado no Estatuto da Terra, o I PNRA se ateve à importância de conceitos, princípios e definições que nortearam propostas governamentais como a de Reforma Agrária, apresentada da seguinte maneira: *“Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade. (p. 81)”*. A definição de Reforma Agrária foi fundamental no sentido de orientar as estratégias para combater os sujeitos que impediam a sua realização como, por exemplo, o latifundiário.

A Reforma Agrária proposta pelo Plano constituía-se como objetivo prioritário no conserto da política de desenvolvimento agrícola/agrário e sua realização cumpriria fim social no sentido de atender à população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de conflito social e trabalhadores sem terras. Desse modo, o objetivo do 1º Plano era mudar a estrutura fundiária do país, a partir da distribuição de terras com a finalidade de eliminar o latifúndio e o minifúndio, assegurando um regime de posse e uso que atenderia aos princípios da Justiça Social e ao aumento da produtividade com a finalidade de garantir a realização socioeconômica e o direito à cidadania.

Como objetivos específicos, o Plano visou, por meio da Reforma Agrária, contribuir para o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno; possibilitar a criação de novos empregos no setor rural; ampliar o mercado interno; diminuir a subutilização da força de trabalho; diminuir o êxodo rural para atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e proporcionar, a todos que nela trabalham como parceiros, arrendatários, assalariados, posseiros, ocupantes e pequenos proprietários, área suficiente para a produção do seu sustento e sua reprodução social. Nesse sentido, o I PNRA se baseava em metas que previam atender a 10,6 milhões de beneficiários potenciais diretos e indiretos pela Reforma Agrária (tabela 1).

Tabela 1: Trabalhadores Rurais sem Terra ou com pouca Terra Brasil, 1978 e 1984 (milhões)

TIPO	1978 (¹)	1984 (²)
Minifundistas		
Proprietários	1.469	1.872
Posseiros	505	644
Parceiros	273	433
Arrendatários	122	180
Assalariados Permanentes	1.104	2.147
Assalariados Temporários	2.560	4.260
Outros Trabalhadores não Assalariados	713	1.104
TOTAL	6.746	10.640

Fonte: (1) Cadastro de Imóveis Rurais – INCRA

(2) Estimativa com base nas Estatísticas Cadastrais de 1978 e nas Estatísticas Tributárias de 1984 – INCRA

O I PNRA apresentava, dentre a estimativa de beneficiários para assentamento, um contingente da ordem de 409,5 milhões de hectares de terras pertencentes a latifúndios por dimensão e exploração, além de uma estimativa de 71,7 milhões de hectares correspondentes a terras arrecadadas pela União. Dessa forma, eram previstos cerca de 7,1 milhões de trabalhadores rurais beneficiários para assentamento. Estimava-se que 3,5 milhões seriam retidos em empregos, pela dinâmica da agricultura empresarial brasileira, como assalariados permanentes (2.147 milhões) ou temporários (1/3 dos 4.26 milhões). Havia também a estimativa de que, no transcorrer do Plano, o número de beneficiários tenderia a decrescer, via resolução, e que novos contingentes de trabalhadores poderiam ser contemplados no processo de reajustamento periódico das metas estabelecidas.

As metas foram planejadas dentro de um horizonte de tempo exequível de 15 anos e seu desenvolvimento dependia da situação político-econômica do país e dos órgãos responsáveis. A redução do prazo dependeria da própria dinâmica das transformações econômicas, políticas e sociais do país com o processo de democratização. O horizonte de tempo estabelecido para este Plano seria de quatro anos, onde, no primeiro quadriênio, estimava-se atender a aproximadamente 1,4 milhão de trabalhadores rurais sem terra e com pouca terra conforme (tabela 2)⁴:

Tabela 2: Metas do 1º PNRA da Nova República para o período 1985/2000

Quadriênio/Triênio	Beneficiários (milhões)
1985-1989	1,4
1989-1993	2,0
1993-1997	2,0
1997-2000	1,7
TOTAL	7,1

Fonte: I PNRA

O primeiro quadriênio teria o menor impacto previsto por se caracterizar como o início das ações, sobretudo, construindo base evolutiva gradativa e crescente. Suas ações seriam focadas nos seguintes eixos: a) a contenção do processo de expansão do latifúndio; b) a garantia da destinação social das obras públicas no campo; c) o atendimento às demandas sociais mais urgentes; e d) a implantação de um setor reformado de dimensão significativa.

⁴ Será tomado como referência o ano agrícola que vai de agosto a julho.

Outro foco do Plano foram as ações sobre as áreas de conflito que demandavam intervenções específicas. Nesses casos o MIRAD/INCRA deveria identificar as áreas com tensões para promover a desapropriação e a resolução dos conflitos, fazendo valer a “Justiça Agrária”. O Plano previa, também, que a redistribuição das terras seria, sempre que necessário, acompanhada por programas complementares, valendo destaque para a colonização e a tributação como Políticas de Desenvolvimento Rural. Todavia, o espaço para a colonização correspondia às terras públicas e devolutas.

Previam-se ainda, que os programas pré-existentes se adequariam aos interesses do I PNRA, especialmente os de regularização fundiária. A implantação de infraestrutura e assistência seriam realizadas por meio da relação do MIRAD/INCRA com as outras áreas ministeriais. As áreas definidas como prioritárias de Reforma Agrária eram compreendidas por diversas características, como: incidência de conflitos pela posse da terra; incidência de complexo latifúndio/minifúndio; incidência de latifúndios próximos aos grandes centros urbanos ou áreas densamente povoadas que estivessem na iminência de serem utilizadas para loteamentos imobiliários especulativos; e a incidência de grande número de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, arrendatários, parceiros, posseiros, minifundistas e assalariados. A ocorrência de obras públicas, tais como barragens, açudes ou uso inadequado de bacias irrigáveis face à potencialidade de seus recursos e à sua função social, implicaria em ações de Reforma Agrária desde que se comprovasse a aptidão das terras.

Como descrito no I PNRA a Reforma Agrária modificaria substancialmente as formas de posse e uso da terra e as relações de trabalho. Essa mudança se materializaria a partir da criação dos assentamentos rurais, os quais seriam organizados de diferentes formas, como: unidade familiar, unidade de propriedade em comunhão, unidades associativas ou mistas, etc. As diretrizes que orientariam o processo de assentamento de trabalhadores rurais seriam: assegurar, nos termos da legislação vigente, o reconhecimento das formas de organização de produção e o sistema de apossamento pré-existent; enfatizar a participação efetiva dos beneficiários e dos seus órgãos de classe em todos os níveis de decisão; impedir a reconcentração de terras, evitando a transferência de domínio da propriedade a terceiros não participantes como beneficiários preferenciais; adotar o prazo mais curto possível para efetivar os assentamentos e re-assentamentos; evitar, ao máximo, o deslocamento de beneficiários de seus locais de origem no processo de redistribuição de terras e estimular a exploração cooperativista condominial e/ou comunitária da terra, da produção, da comercialização e da transformação agroindustrial.

O Plano ressaltava que a Reforma Agrária era parte essencial do processo de consolidação de uma sociedade democrática. Desse modo, a realização da Reforma Agrária integraria, por meio de políticas de inclusão e desenvolvimento rural, comunidades

excluídas. Esses cidadãos, além de integrados, teriam papel e atuação na própria definição dos objetivos do Plano. Nesse caso, a participação de diferentes instituições, sindicatos, grupos e movimentos da sociedade civil teriam como base o reconhecimento das identidades específicas e do direito à autonomia e representação direta dos interesses e reivindicações dos diferentes segmentos da sociedade de modo legítimo em sua forma de organização, ação e participação.

O Congresso Nacional seria o palco onde deveriam convergir as propostas formuladas por diferentes atores. A ênfase na participação da sociedade, principalmente dos trabalhadores rurais, devia-se ao fato de que eram os maiores interessados e beneficiários e, por isso, teriam papel central na sua efetivação. Essa atuação dos sujeitos não deveria ser vista como uma concessão do Estado, mas como um requisito necessário para que o Plano caminhasse adequadamente, resguardando sua identidade e não se materializando como uma política produzida e imposta pela *tecnocracia*.

O I PNRA seria executado de acordo com um conjunto de programas que tinham funções e graus hierárquicos diferentes. Todavia, com caráter complementar e dependente, assim, os demais programas teriam natureza acessória como, por exemplo, os Programas de Cadastro Rural e de Desenvolvimento de Recursos Humanos. O programa principal era o denominado Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais que embasaria as ações de desapropriação por interesse social, articularia e consolidaria todo o processo de organização socioeconômica dos beneficiários em unidades agrícolas de trabalho, produção, comercialização e industrialização, capazes de promovê-la social e economicamente. Esse programa planejava a organização dos trabalhadores rurais em novas unidades de trabalho e produção, que constituiriam os assentamentos. Caberia ao MIRAD/INCRA promover gestões para a participação de órgãos estaduais e administrativos do município e para o desenvolvimento dos assentamentos.

Sendo o I PNRA, um plano, fruto de várias tentativas de ampliação das bases legais para reverter problemas no campo e promover as alterações estruturais reclamadas por diversos segmentos da sociedade e movimentos socioterritoriais⁵, não nos restam dúvidas quanto à sua influência e vinculação paradigmática ao PQA – Paradigma da Questão Agrária. O reconhecimento de uma questão agrária, onde a compreensão de sua existência é respaldada no reflexo da intensa concentração de terras causadas pelos latifúndios, evidencia que a problemática se refere tanto à existência quanto à lógica de funcionamento do sistema capitalista no campo materializado no latifúndio. Em outras palavras, podemos dizer que, diferentemente do PCA, que atribui crítica ao sujeito social

⁵ Ver Sobreiro Filho (2016)

(camponês), o PQA, no I PNRA, aponta para o sistema capitalista e suas contradições estruturais como responsável pela instalação de tal problemática.

Como medida para se resolver a questão agrária, o Plano propôs uma reforma agrária desapropriatória por interesse social, que atacasse o latifúndio, ou seja, que atingisse as distorções, desmantelando a principal face da concentração no campo. Sua postura quanto às distorções na estrutura fundiária foi de combate intenso, por meio do planejamento de medidas, visando a distribuição e a redistribuição de terras, alterando a configuração da posse e do uso. Ademais, os focos de conflito e tensão também foram ponderados, bem como o favorecimento de beneficiários indiretos.

Outro ponto que chama à atenção é a potencial participação da sociedade na realização do Plano, pois esta era prevista como parte fundamental na sua efetivação. Contrariamente às propostas hierarquizadas e às imposições do PCA, o PQA propõe a participação da sociedade para a construção e realização de um PNRA representativo, visto que a Reforma Agrária é de interesse da maior parte da sociedade. Por fim, o plano previa a realização de uma Reforma Agrária, mediante a criação de assentamentos rurais que valorizassem as unidades produtivas autônomas e com programas que auxiliassem a sua organização e o seu estabelecimento, como parte de uma política de desenvolvimento rural.

O Paradigma do Capitalismo Agrário como estruturador do II PNRA-MDA

O que seria o II PNRA-MDA? Originalmente, o II PNRA-MDA foi proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e sancionado pelo presidente Lula em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília. Entre os objetivos presentes no Plano, estão: garantia do acesso à terra; geração de condições para que os homens e mulheres possam produzir; geração de renda; e acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde, educação, energia e saneamento (BRASIL, 2003).

Tais objetivos assemelhavam-se muito intimamente aos de projetos territoriais rurais espalhados pela América Latina, o que demonstrava o real poder de influência do paradigma do capitalismo no espaço rural, como podemos ver no exemplo abaixo:

(...) un Proyecto de País aspira a que la prosperidad rural cubra a la mayoría de la población, objetivo que se lograría fomentando la equidad, la promoción de oportunidades, la competitividad productiva, el manejo sostenible del ambiente, la estabilidad política y la gobernabilidad democrática. Dentro de este enfoque, el concepto de prosperidad tiene como referentes la superación de la pobreza. (IICA, 2003, p.2).

Nesse contexto, o II PNRA-MDA, apresentava como *slogan* “a construção do meio rural como um espaço de paz, produto e qualidade de vida”, e cujas metas principais e

promovedoras dessas mudanças seriam, até o final de 2006, o assentar de 400 mil famílias e a regularização fundiária de outras 500 mil.

Cabe a pergunta: com essas ínfimas medidas seria possível se concretizar o *slogan* proposto? Ou este situava-se apenas no plano do discurso? Para dissolvermos essas interrogações, gostaríamos de afirmar que o II PNRA-MDA encontrava-se estruturado sobre o aporte teórico-metodológico do Paradigma do Capitalismo Agrário. Entretanto, habilidosamente, esse plano utilizava-se do discurso conciliador e integrador na senda da retórica para promover a sua aceitação e evitar os questionamentos no meio rural brasileiro.

Assim sendo, foi apenas enquanto discurso que o II PNRA-MDA reconheceu a existência de uma questão agrária. Urgia realizar a Reforma Agrária para que a situação econômica e social da população do campo não assumisse gravidade ainda maior. Nesses termos a Reforma agrária era urgente, não apenas pela gravidade da questão agrária brasileira expressa nos conflitos no campo e por uma forte demanda social, mas, principalmente, pela sua contribuição à superação da desigualdade e da exclusão social de parte significativa da população rural (BRASIL, 2003, p.7).

Indo além, como afirma o Plano (BRASIL, 2003, p. 10), visava-se construir as condições para que o modelo agrícola pudesse ser alterado, introduzindo maior preocupação com distribuição de renda, ocupação e emprego rural, segurança alimentar, acesso aos direitos fundamentais e sustentabilidade ambiental. Novamente o Plano utilizou-se de argumentos em seu discurso que, o leitor mais despercebido, poderia ver como uma evidência de um enquadramento nos princípios do PQA. No entanto, a “bola da vez” do II PNRA-MDA foi utilizar-se de uma estratégia conciliadora, que intentava passar por aquilo que de fato não era, para, então, verter-se em cooptação das massas para atender às necessidades de seu projeto de sociedade.

Outros questionamentos se fazem pertinentes. Se o referente Plano tentava se passar por aquilo que realmente não era, o que de fato seria? Qual a sua vinculação teórico-metodológica? Conforme dissemos desde o início, esse Plano estava vinculado aos quadros preponderantes da ordem do PCA. Nesse sentido, o Plano não visou ao questionamento da estrutura contraditória sociometabólica do capital, à contestação da relação capitalista, mas apresentou-se tímida perante as metas, não avançou nas propostas de correções das distorções fundiárias e os elementos, em geral, apresentam-se quase sempre de forma submissa aos interesses das organizações internacionais e permissiva/passiva perante a integração ao mercado.

Como destaca o Plano, a elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações sociais, políticas e culturais cristalizadas em uma estrutura agrária inibidora do desenvolvimento. Como podemos perceber não havia o questionamento sobre o porquê da origem da concentração fundiária Alijada de suas responsabilidades sociais,

econômicas, ambientais, culturais e políticas avassaladoras, a concentração fundiária foi compreendida apenas como um processo conjuntural pelo qual a solução estaria representada na integração ao mercado capitalista, por mais que o discurso escamoteasse o processo. Ora, estávamos diante da omissão do fato de que era o capital o grande responsável pela concentração da propriedade da terra e da produção e parcela majoritária dos problemas que temos no campo brasileiro (MARTINS, 1980; FERNANDES, 2008). Em outros termos, essa omissão expressava a escolha e a aliança promíscuas, celebradas entre o Estado brasileiro e o capital, nas feições oligárquicas e transnacionais: do latifúndio ao agronegócio.

Via de regra, é no estabelecer das metas que podemos observar mais claramente a influência do PCA, pois a meta base era de assentar 400.000 novas famílias até o final de 2006. Indubitavelmente não havia o intuito de mudança da estrutura fundiária e os números não condiziam com a demanda real por reforma agrária porque, como expresso no Plano existiam no Brasil 200 mil famílias acampadas, 3,1 milhões de famílias sem-terra, 3,4 milhões de estabelecimentos agropecuários com insuficiência de área e 5 milhões de famílias no campo cuja renda mensal era inferior a 2 salários mínimos (BRASIL, 2003). A enorme disparidade entre demanda e proposta de ação pode ser compreendida como uma estratégia maliciosa de estancar, temporariamente, as pressões exercidas pelos movimentos socioterritoriais. Assim, esse número reduzido de 400 mil famílias assentadas refletia o “desejo de assentar para manter a estrutura de concentração”.

Diante disso, outros questionamentos também ganham pertinência: Que reforma agrária é essa? Sem massividade? Que poder contestatório e transformador da estrutura e dos processos vigentes tem o II PNRA-MDA? Respondendo às indagações anteriores, com base na análise paradigmática, afirmamos que o que estava em pauta nesse plano era muito mais uma ação regularizatória do que uma reforma agrária que atacasse radicalmente a origem do problema. É justamente desse modo que o plano introduz, no espaço rural brasileiro, a noção de Reforma Agrária Regularizatória como política. Como o próprio plano traz em suas metas, seriam apenas 400 mil famílias assentadas contra um número surpreendente de 500 mil famílias que teriam regularizadas suas posses de terra, ou seja, esse plano, aliado às ordens lógicas do PCA, não visou à mudança da estrutura agrária brasileira.

O Paradigma da Questão Agrária como estruturador do II PNRA-PLÍNIO

Tomamos para análise o II PNRA-PLÍNIO, apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário em outubro de 2003 pela equipe técnica encarregada pela sua formulação, cujo principal expoente foi Plínio de Arruda Sampaio. Em linhas gerais,

podemos dizer que esse plano se sustentou sob o aporte teórico-metodológico do Paradigma da Questão Agrária. Assim sendo, reconhece-se a existência da questão agrária e, sobretudo, os mecanismos regressivos da estrutura do sistema capitalista que a conformavam. Nesse sentido, de acordo com o Plano (SAMPAIO, 2003), “essa estrutura agrária, herança de 500 anos de história, gera pobreza, desigualdade e exclusão no meio rural” (p.9). Desde o regime das sesmarias, as terras economicamente exploráveis estiveram em poder de uma restrita classe de senhores de terras, que as dominavam sobre escravos, agregados e homens livres pobres. As características dessa dominação alteraram-se com o tempo, mas ainda continuam vigentes, porque sua principal causa – a extrema concentração da propriedade da terra – foi mantida nesses mais de 500 anos (SAMPAIO, 2003).

Portanto, no II PNRA-PLÍNIO a problemática do campo não é responsabilidade do campesinato e a questão agrária não é vista como conjuntural ou atemporal, mas como resultante de distintas relações regressivas, que encontram seus sustentáculos na estrutura do sistema do capital pelo qual está assentada boa parcela do espaço rural brasileiro e das políticas e ideologias para esse espaço, ou seja, o problema agrário é de responsabilidade do sistema capitalista desde sua composição estrutural até os pormenores do mercado.

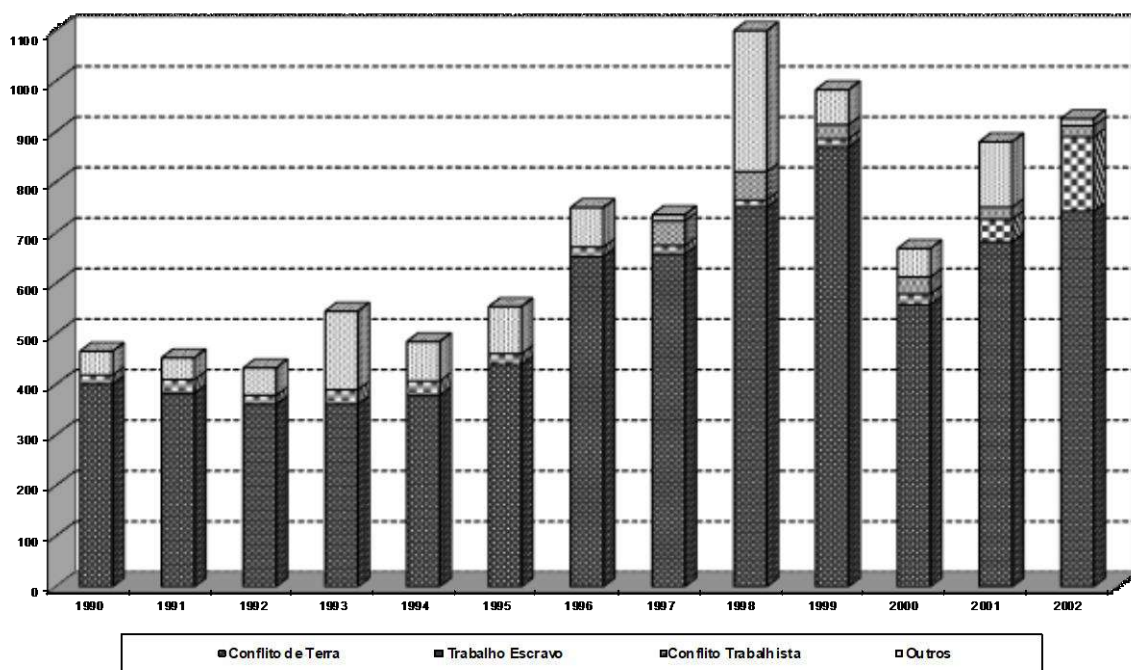
Sendo assim, o Plano propôs pensar a Reforma Agrária, via de regra, sob o limiar da mudança, ainda que futura, da estrutura do modelo agrário, ou seja, esse modelo precisava ser alterado. Contudo, tal alteração não poderia ser feita abruptamente, porque não haveria condições de substituí-lo a curto prazo. Sem que existissem condições transitórias, a alteração poderia criar o risco de desabastecimento com todas as implicações negativas que isso traz (SAMPAIO, 2003). O II PNRA-PLÍNIO visava construir as condições para que o modelo pudesse vir a ser alterado no futuro e introduzisse maior preocupação com a distribuição de renda, o emprego rural, a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

Porém, para que se efetivasse a referida mudança, o Plano chamava a responsabilidade do Estado para esse processo, ou seja o Estado teria que bancar a construção de condições de superação dessa estrutura, não devendo omitir-se, tendo que intervir diretamente na questão agrária. Como elucida o Plano, em situações desse tipo impõe-se a intervenção direta do Estado com o objetivo de alterar a estrutura agrária para criar condições de eficácia para as outras políticas de desenvolvimento. Tendo em vista que o fator determinante da estrutura agrária viciada é a concentração da propriedade da terra, a intervenção corretiva do Estado visaria a desconcentrá-la (SAMPAIO, 2003, p.15).

O Plano reconhecia a urgência de se realizar a Reforma Agrária e, indo além, também destacava a existência de conflitos no campo brasileiro, pois, a ocupação de imóveis rurais por grupos de trabalhadores sem terra agravou o conflito de terras, fato que

marca a história agrária brasileira desde os tempos coloniais. A CPT registrou dados de 8.980 conflitos em um período de treze anos (SAMPAIO, 2003, p. 11). Nos anos 90 do século passado e nos iniciais deste, os conflitos por terra apresentaram tendência de crescimento, como pode ser observado no **(Gráfico 1)** sobre conflitos no campo entre 1990 e 2002. Esses dados revelaram, também, que ocorreram 8.980 conflitos nesse período, sendo 7.240 conflitos por terra. Isso quer dizer que houve, em média, mais de dois conflitos no campo por dia, como podemos verificar no Gráfico 1.

Gráfico 1: Conflitos no campo - 1990 a 2002



Fonte: II PNRA – PLÍNIO, 2003.

Diferente do II PNRA-MDA, o Plano em análise não omite e nem sonega a existência do conflito por terras. Pelo contrário, reconhece que os processos de conflitualidade e o desenvolvimento caminham conjuntamente, sendo indissociáveis no âmbito da questão agrária. Nesse particular, a ocupação de terras é considerada como mecanismo de luta pela terra, que pressiona o governo para promover a reforma agrária em detrimento da ideia corriqueira que destaca essa ação como uma invasão associada ao retrocesso econômico, social, ambiental etc., tal como é corriqueiramente tratada nos meios de comunicação de massa.

Ademais, também é relevante a forma como o Plano previa obter terras para a Reforma Agrária. Estimava-se utilizar, como instrumento prioritário de obtenção de terras, a desapropriação por interesse social (p.20). Diferentemente do II PNRA-MDA, anteriormente analisado, neste Plano não se tratava de apenas discurso. A sua verdadeira face estava

expressa na meta essencial de dotar 1.000.000 de famílias de trabalhadores pobres do campo com uma área de terra suficiente para obter, com seu trabalho, uma renda compatível com uma existência digna, ou seja, o II PNRA-PLÍNIO defendia construir uma Reforma Agrária, por excelência, desapropriatória, enfrentando os interesses da estrutura de poder do sistema do capital: o objetivo real era a “*Reforma Agrária doa a quem doer*”. Ficava claro que existia terra suficiente para se fazer a tão prometida e distante reforma agrária e, mais do que isso, o II PNRA-PLÍNIO demonstrou que a sua proposta era racionalmente viável e pautada na materialidade. A título de comparação, no II PNRA, proposto pelo MDA, não se fez nenhuma menção quanto à disponibilidade de terras e omitia-se, conscientemente de acordo com seu interesse, ligado à seara do PCA, o diagnóstico de que havia terras de sobra improdutivas e devolutas suficientes para assentar toda a demanda por Reforma Agrária, como podemos comprovar na tabela abaixo:

Tabela 1: Brasil - Distribuição do total dos imóveis e dos improdutivos, segundo estratos de área.

UF	Imóveis grandes		Área grandes		Imóveis 50 a 100 MF		Área 50 a 100 MF		Imóveis mais de 100 MF		Área mais de 100 MF	
	Total	Improdutivos	Total	Improdutivo	Total	Improdutivos	Total	Improdutivos	Total	Improdutivos	Total	Improdutivos
Acre	441	353	2.718.677	2.269.762	122	96	784.693	640.386	54	44	1.249.148	1.094.856
Alagoas	714	310	498.374	222.618	99	43	118.281	47.446	36	16	90.051	50.571
Amazonas	856	698	3.941.191	2.777.254	226	103	1.751.594	678.524	38	30	730.144	707.487
Amapá	186	171	414.203	374.142	30	27	119.895	107.539	7	6	56.042	44.042
Bahia	6.808	4.846	12.830.061	9.559.964	982	733	3.681.698	2.835.959	367	284	2.725.942	2.190.898
Ceará	1.112	747	1.560.221	1.025.602	121	87	353.391	262.228	23	10	122.168	52.883
Distrito Federal	548	303	169.664	106.569	108	54	38.650	19.771	64	41	79.779	57.541
Espírito Santo	1.173	523	880.313	305.943	98	36	137.643	51.866	36	5	179.563	13.667
Goiás	11.280	4.219	16.058.885	6.314.949	1.366	495	3.799.826	1.490.998	426	163	2.697.976	1.151.168
Maranhão	2.885	2.267	7.739.509	6.163.219	403	323	1.866.737	1.506.517	147	121	1.759.273	1.454.382
Minas Gerais	10.798	5.022	13.586.629	6.514.351	1.149	530	3.085.512	1.506.871	362	160	2.326.408	1.206.574
Mato Grosso do Sul	10.757	2.697	25.621.956	5.902.890	1.985	450	6.554.032	1.694.125	1.035	180	9.273.895	1.493.126
Mato Grosso	13.768	9.750	47.998.309	34.345.625	2.140	1.541	12.918.845	9.480.692	843	617	10.849.996	7.429.785
Pará	7.785	5.364	29.099.723	21.521.217	1.757	1.374	7.729.920	6.037.823	469	304	9.560.829	7.649.876
Paraíba	796	510	787.169	511.130	96	56	143.480	89.566	50	32	133.106	81.536
Pernambuco	1.317	685	1.237.175	696.018	204	97	275.665	164.640	90	25	292.178	94.531
Piauí	1.856	1.611	5.142.707	4.437.074	273	226	1.208.155	1.006.555	123	112	1.540.176	1.360.106
Paraná	7.331	2.212	5.464.330	1.681.275	891	239	1.142.861	319.761	434	124	1.478.983	499.868
Rio de Janeiro	1.785	642	960.762	329.201	200	76	185.269	68.864	101	28	218.376	61.403
Rio Grande do Norte	772	530	1.075.955	753.010	92	73	232.726	188.250	32	20	196.616	116.261
Rondônia	1.245	981	2.603.878	1.957.632	87	67	378.098	286.739	47	32	440.672	254.070
Roraima	629	575	1.421.638	1.301.802	25	23	153.175	138.814	6	6	79.567	79.567
Rio Grande do Sul	7.300	1.697	6.292.878	1.217.620	880	128	1.364.042	182.348	331	40	1.221.649	180.092
Santa Catarina	2.754	1.357	1.783.566	822.700	298	144	347.746	163.065	120	55	363.860	145.175
Sergipe	439	285	315.161	203.309	52	38	70.797	54.158	19	12	39.667	27.044
São Paulo	12.263	3.885	8.821.907	2.558.874	1.606	448	1.942.109	517.068	738	226	2.302.356	690.385
Tocantins	3.897	2.541	10.220.629	6.562.453	432	279	2.340.707	1.488.239	101	66	1.163.954	674.936
Brasil	111.495	54.781	209.245.470	120.436.202	15.722	7.786	52.725.543	31.028.812	6.099	2.759	51.172.373	28.861.830

Fonte: II PNRA – Plínio de Arruda Sampaio, 2003.

Os dados nos permitem mostrar que, no grupo dos imóveis acima de 15 módulos fiscais, havia 120.436.202 hectares de terras suscetíveis à desapropriação. No grupo dos que têm mais de 50 e menos de 100 módulos fiscais, a cifra era de 31.028.812 hectares e, no grupo dos imóveis com mais de 100 módulos fiscais, a cifra era da ordem de 28.861.830. Em outras palavras, podemos dizer que teríamos, então, à disposição aproximadamente 180.326.844ha, somente no grupo das terras privadas passíveis de desapropriação por interesse social, considerando, exclusivamente, a causa econômica do descumprimento da função social. Constata-se, assim, que existiam terras disponíveis e suficientes para redistribuição ao público, que a séculos espera pela Reforma Agrária no Brasil.

Reforma Agrária: análise crítica e comparativa entre os PNRA's

Pretende-se, nesse momento, traçar uma análise comparativa entre os planos analisados. Para isso, tomaremos, como fio condutor desta discussão, a Reforma Agrária e suas concepções expressas nos planos. De modo genérico, pode-se dizer que o que foi proposto no I PNRA, da Nova República sob alínea do PQA, declarava como grande inimigo a ser combatido o latifúndio: nesses autos era o monopólio do território pela improdutividade que excluía milhões de brasileiros do acesso à terra. A concepção de Reforma Agrária empregada nesse plano foi ao encontro de uma reforma agrária exponencialmente desapropriatória, sobretudo, visando à desterritorialização do latifúndio.

Em contrapartida, o II PNRA-MDA desconsiderou a importância da questão agrária sob o aporte do PCA, propôs uma Reforma Agrária de caráter eminentemente Regularizatória e complementarmente de Mercado, pautada no mecanismo de compra e venda de terras. Em outras palavras, esse processo denotou uma ressignificação da reforma agrária que destruía o caráter estrutural, pautado e demandado historicamente pelos movimentos socioterritoriais contra-hegemônicos, e incorporou ações relacionadas à ordem jurídica do processo histórico-geográfico de ocupação territorial como a locomotiva de sua política.

Assim sendo, um dos grandes interesses desse plano foi de equiparar-se juridicamente, à situação do mercado, terras regularizadas para poder contar, também, com a possibilidade de incorporações futuras ao mercado e à lógica capitalista por meio da “desterritorialização regularizada”, ou seja, o plano não passou de uma ação estrategicamente organizada para avançar e assegurar a posse e o controle do território, da terra ao capital, encimado no agronegócio, tratando-se da fachada de assentar, para manter e garantir a exclusividade de uso ao agronegócio.

Estamos entendendo o agronegócio, como indicado por Cardoso (2009), como uma expressão clara e atual do estágio latente de barbárie em que vivemos, que em combinação com uma conjuntura que exalta os pressupostos neoliberais, têm-se caracterizado por um forte caráter destrutivo, acarretando, entre tantos aspectos nefastos, uma enorme precarização do trabalho e degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza. Tal combinação, sendo conduzida por uma lógica societal que é movida pelos interesses do capital, se volta prioritariamente para produção de mercadorias para o mercado externo (*commodities*) às custas da destruição de formas de vida camponesas, de trabalhadores e do “meio ambiente” local. Em outras palavras, o agronegócio, enquanto um complexo de complexos (agrário, industrial, financeiro, ideológico, tecnológico etc.), atua pela caracterização da “extrema” produtividade e na busca pelo monopólio do território.

No entanto, em relação ao II PNRA-PLÍNIO, podemos dizer que o grande inimigo a ser combatido não era tão somente o Latifúndio, mas, sobretudo, o grande capital, encimado no Agronegócio. Portanto, o que se consubstancia nos anos 2000 é uma *Questão Agrária*, que inclui novos agentes de produção do espaço na correlação de forças em torno da questão da terra. O referido plano não poupou esforços para romper-se das amarras postergadas pelo capital, ou seja, dentro dessa perspectiva, pretendia a realização de uma Reforma Agrária massiva, baseada no instrumento da desapropriação e que pudesse resultar em mudança da estrutura agrária.

Outro fato surpreendente, que chama significativamente a nossa atenção e que foi possível observar analisando conjuntamente os PNRAs, foi a montagem de um processo de *metamorfose*: do II PNRA-PLÍNIO, pautado pelo PQA em II PNRA-MDA, estruturado pelo PCA. As evidências de que o “Plano Plínio” foi utilizado para a montagem do II PNRA-MDA estão expostas por todo o documento oficial. Assim sendo, detectamos, inclusive, partes idênticas, simplesmente transcritas do plano Plínio para o II PNRA do MDA, as quais exemplificamos abaixo.

Urge realizar esta reforma, antes que a situação econômica e social da população do campo assuma gravidade ainda maior e possa comprometer definitivamente a possibilidade de transformar o meio rural brasileiro em um lugar de vida economicamente próspera, socialmente justa e politicamente democrática (SAMPAIO, 2003, p. 15).

Urge realizar a Reforma Agrária para que a situação econômica e social da população do campo não assuma gravidade ainda maior, mas especialmente para não perdermos a oportunidade histórica de transformar o meio rural brasileiro em um lugar de vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável e democrática (BRASIL, 2003, p. 7).

É fato notório igualmente que parte significativa dos recursos aos desfavorecidos é desviada por máquinas políticas a que estão submetidas as populações pobres do campo. Além disso, ninguém

desconhece que a extrema pobreza da população rural frustra grande parte dos esforços de alfabetização e de instrução básica dos governos da União, dos Estados e Municípios. (SAMPAIO, 2003, p. 15).

É fato notório igualmente que parte significativa dos recursos aos segmentos mais pobres é desviada por estruturas políticas a que estão submetidas tais populações. Ninguém desconhece, também, que a extrema pobreza da população rural frustra grande parte dos esforços de alfabetização e de instrução básica dos governos da União, dos Estados e Municípios. (BRASIL, 2003, p. 12).

E:

A estrutura fundiária brasileira caracteriza-se pela elevada concentração da propriedade da terra. Esta característica dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em uma estrutura agrária inibidora do desenvolvimento, entendido este como: crescimento econômico, justiça social e extensão da cidadania democrática à população do campo. (SAMPAIO, 2003, p. 8-9).

A elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural. (BRASIL, 2003, p. 11).

Com isso, aventamos a hipótese de que o plano Plínio, apresentado em outubro de 2003, anteriormente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e recusado por este, sofreu um *processo de metamorfose*, apenas pontual, referente às questões que feriam os interesses do capital, leia-se agronegócio e, portanto, o localizavam no bojo do PCA. A estrutura formal do plano Plínio, pautado pelo Paradigma da Questão Agrária foi esvaziada e foram utilizadas somente as partes que condiziam com os interesses da aliança do Estado brasileiro com o grande capital. Portanto, ficou claro o porquê do II PNRA-PLÍNIO ter sido recusado pelo Estado brasileiro. Torna-se evidente, também, que a leitura de um ou outro paradigma pode ser distorcida, manipulada e até mesmo metamorfoseada para atendimento de interesses particulares.

É necessário que fique claro, aos interlocutores, que o horizonte de análise desse artigo se circunscreveu à filiação paradigmática do I e II PNRAs em si, ou seja, às diretrizes teóricas expostas nos referidos PNRAs. Devemos ressaltar que o processo de implantação e materialização de tais planos envolvem novas disputas, nas quais somente a filiação a um ou outro paradigma de análise da realidade não garante a concretização exequível dos intentos ancorados nas rubricas do papel.

Considerações finais

Refletir sobre o I e o II Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil nos possibilita entender que a *questão agrária* e a *reforma agrária* são temas vivos na

construção socioespacial da sociedade brasileira. Vivacidade que vem sendo negada em um contexto no qual o Estado brasileiro se afunda no lamaçal do Golpe parlamentar-jurídico-midiático-agrário de 2016 e que tem reforçado o poder político da Bancada Ruralista-Oligárquica e dos interesses internacionais no Congresso brasileiro.

Categoricamente, os PNRAs, enquanto políticas públicas, são indissociáveis do *modus operandis* do Estado. Nesses termos, Marx e Engels (1998, p.102) em “*A Ideologia Alemã*” conceituam o Estado como a “forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem a sua propriedade e os seus interesses [...]”. No “*Manifesto Comunista*” de Marx e Engels (1998, p.12), o Estado “[...] não é mais do que um comitê para gerenciar os negócios comuns de toda burguesia”. Não obstante, Mészáros (2011) defende que, antes de qualquer outra coisa, o Estado deve assumir para si a função de ser o comando político do capital, estando estruturado para atender às exigências desse capital.

Ora, estamos diante do fato de que é o capital o grande responsável pela concentração da propriedade da terra, assegurada pela aliança promíscua celebrada entre o Estado brasileiro e o capital nas feições oligárquicas e transnacionais: do latifúndio ao agronegócio. Sendo assim, a elaboração, a definição dos objetivos e a extensão das propostas de PNRAs, se conformam no bojo de um processo de disputa de visões de mundo, não só no plano da materialidade, mas, também, nas sendas do imaterial. O processo de construção do conhecimento e definição das diretrizes das políticas públicas é, também, uma disputa territorial (FERNANDES, 2009).

Defendemos a ideia de que, espaço-temporalmente, os diferentes paradigmas se conflitem, neguem-se, disputem territórios e políticas públicas. Ao invés da existência uma paradigmática, o que temos é o movimento da conflitualidade, expressa pela coexistência e luta pela hegemonia de distintos paradigmas numa mesma temporalidade. Neste artigo, demonstramos que, a partir da análise do I e II PNRAs, é possível identificarmos a diferenciação paradigmática que acompanha a definição e os instrumentos de ação de cada plano.

Do I PNRA para o II PNRA-PLÍNIO, verifica-se complementaridade, pois seus objetivos vislumbram a alteração da estrutura fundiária, ancorados no Paradigma da Questão Agrária. Diferentemente do I PNRA, a versão do II PNRA-PLÍNIO não chegou a ser aprovada, talvez em virtude do novo cenário que, em resposta aos interesses envolvidos no jogo político de então, retiraram o II PNRA-PLÍNIO para um “*recall*”, fazendo surgir outro plano, ligado ao intento de orquestrar a conciliação de classes e invisibilizar o conflito no espaço agrário brasileiro.

Rejeitado pela conspiração política e o conluio do Estado brasileiro com frações da burguesia que representam o latifúndio e o agronegócio, o II PNRA-MDA é resultado

de um processo de metamorfose, enquanto uma política de governo que busca governabilidade no intento de conciliação de classes, alterando estruturalmente a ideia e os objetivos da versão original apresentada pela equipe do II PNRA- PLÍNIO, filiando-se aos pressupostos do Paradigma do Capitalismo Agrário. Dessa forma, “tratado cirurgicamente” nos meandros tecnocráticos do cenário político, o que era para ser a continuidade em relação às ideias e objetivos postos a partir do I PNRA, foi revertido num “Frankenstein” que contém apenas partes do que era a versão seminal do II PNRA- PLÍNIO, com “membros” cirurgicamente implantados de forma a gestar e resguardar os interesses do capital em uma proposta de Reforma Agrária Regularizatória e de Mercado, em detrimento das desapropriações por interesse social.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, **II Plano Nacional de Reforma Agrária**, Brasília: MDA, 2003.

CARDOSO, M. A. Migração para o Capital nos Canaviais do Oeste Paulista: A Geografia do Trabalho e os Imperativos da Barbárie, In: **X Jornada do Trabalho: A importância da teoria para a transformação social e a imprescindibilidade da pesquisa para a materialização da práxis emancipadora da classe trabalhadora no século XXI**, Pres. Prudente, Anais Eletrônicos, 2009 Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/anaisxjornadatrabalhos.htm> > Acesso em: 26 nov. 2009.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J. STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-164.

FELÍCIO, J. M. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 14-30, 2006.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos**. Campinas: Editora da Unicamp. 2008. p. 173-224.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERREIRA, A. P. de M.; MESQUITA, Helena Angélica de. O sentido do desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo: paradigmas em debate. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 10, n. 1, 30 junho 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/02anapaula.pdf>>. Acesso em: 18/03/2010.

IICA, Desarrollo Rural Sostenible Enfoque Territorial. SINOPSIS febrero, 2003.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva. 1998.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo fase superior do capitalismo**. São Paulo: Alfa-Omega. 1982.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 04/10/2018.

REYDON, B; LEAL, L. **Reforma Agrária da Nova República**: contradições e alternativas. São Paulo: Cortez. 1986.

SAMPAIO, P. de A.(org). **Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária**, Brasília, 2003.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à Construção de uma Teoria Geográfica sobre Movimentos Socioespaciais e Contentious Politics**: Produção do Espaço, Redes e Lógica-Racionalidade Espaço-temporal no Brasil e Argentina. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

VALÉRIO, V. J. O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania**: expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

Sobre os autores

José Sobreiro Filho – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Ananindeua. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0002-4323-1314>.

Messias Alessandro Cardoso – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0002-0206-2999>.

Valmir José de Oliveira Valério – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0002-3540-7754>.

Como citar este artigo

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **José Sobreiro Filho** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico e conceitual; o segundo autor **Messias Alessandro Cardoso**, pela aquisição de dados, interpretação e análise crítica do IIPNRA e a proposição das considerações finais; o terceiro autor, **Valmir José de Oliveira Valério**, pelos procedimentos técnicos, revisão final, elaboração da introdução e resumo.

Recebido para publicação em 19 de abril de 2018.

Devolvido para revisão em 17 de abril de 2019.

Aceito para a publicação em 13 de maio de 2019.

Questão agrária, conflitos e violências no campo brasileiro

Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: eduardo.girardi@unesp.br

www.atlasbrasilagrario.com.br

Resumo

O objetivo neste artigo é analisar alguns aspectos da questão agrária brasileira e demonstrar que ela ainda é atual e um importante problema a ser resolvido. São examinados os eventos históricos que impediram uma formação agrária e social mais democrática no país e como esse problema foi deliberadamente mantido pela elite do país com o impedimento da realização da reforma agrária. Em seguida, são analisados elementos da atualidade que indicam a permanência da questão agrária, em especial os conflitos, violências e a política de assentamentos rurais. Essas análises subsidiam a comprovação do objetivo central do artigo. Como conclusão, indicamos que o Brasil ainda pode aproveitar a oportunidade para o desenvolvimento que a solução da questão agrária representa.

Palavras-chave: Brasil; questão agrária; conflitos; violências; desenvolvimento.

Agrarian question, conflicts and violences on brazilian countryside

Abstract

The objective in this article is to analyze some aspects of the Brazilian agrarian question and to demonstrate it is still current and an important problem to be solved. It examines the historical events that prevented a more democratic agrarian and social formation in the country and how this problem was deliberately maintained by the elite of the country with the impediment of the accomplishment of the agrarian reform. Next, we analyze current elements that indicate the permanence of the agrarian question, especially the conflicts, violence and the policy of rural settlements. These analyzes support the substantiation of the central objective of the article. As a conclusion, we indicate that Brazil can still seize the opportunity for development that the solution of the agrarian question represents.

Keywords: Brazil; agrarian question; conflicts; violences; development.

Question agraire, conflits et violences dans la campagne brésilienne

Résumé

L'objectif de cet article est d'analyser certains aspects de la question agraire brésilienne et de démontrer qu'elle est encore actuelle et qu'il s'agit d'un problème important à résoudre. Il examine les événements historiques qui ont empêché une formation agraire et sociale plus démocratique dans le pays et la façon dont ce problème a été délibérément maintenu par l'élite du pays en empêchant l'accomplissement de la réforme agraire. Ensuite, nous analysons les éléments actuels qui indiquent la permanence de la question agraire, en particulier les conflits, la violence et la politique des *assentamentos* ruraux. Ces analyses appuient la

vérification de l'objectif central de l'article. En conclusion, nous indiquons que le Brésil peut encore profiter de l'opportunité de développement que représente la solution de la question agraire.

Mots-clés: Brésil; question agraire; conflits; violences; développement.

Introdução

O objetivo neste artigo é analisar alguns aspectos da questão agrária brasileira e demonstrar que ela ainda é atual e um importante problema a ser resolvido. A questão agrária é compreendida como o conjunto de problemas do campo que está relacionado com a estrutura geral da sociedade, tendo impactos no campo e na cidade. A permanência da questão agrária ocasiona problemas para todos que não sejam da elite que se apropria das terras concentradas e da riqueza e do poder que dela emanam. A manutenção da concentração de terra, riqueza e poder no campo que ocasionou – e ainda ocasiona – a expulsão do homem do campo de forma descompassada com a oferta de trabalho nas cidades talvez seja o aspecto mais estrutural e prejudicial da questão agrária para o nosso país. O descompasso entre esses processos provoca ainda mais pobreza e desigualdade social, as quais são causa e consequência do caos social que é o Brasil atual.

Um dos motivos da União Europeia ter como o principal gasto o subsídio para a permanência do homem no campo de forma digna – a Política Agrícola Comum - é justamente não provocar esse descompasso entre a destruição do campesinato e a criação de novos empregos nas cidades. Mesmo assim, há que se registrar que aquele continente convive com altas taxas de desemprego, em alguns países maiores do que a do Brasil, mas lá não é um problema que provoque um rasgo na estrutura social, isso graças ao reconhecimento da necessidade de um sistema de seguridade social forte, o que também é rejeitado pela elite brasileira. Já nos Estados Unidos, as baixas taxas de desemprego conseguem contornar o problema. Contudo, mesmo que mitigados, há problemas no campo dos Estados Unidos e na Europa. Mas o Brasil não tem nenhuma das três coisas: pleno emprego, seguridade social forte e política de permanência do homem no campo. Isso é agravado pelo histórico de concentração e exploração no campo brasileiro, o que faz da questão agrária uma traça que destrói o tecido social deixando-o em farrapos. É a partir desta concepção de questão agrária que realizamos nossas análises neste texto.

Segundo a CPT - Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica¹ (CPT, 2018), em 2017 ocorreram no Brasil 1.431 conflitos no campo envolvendo 708.520 pessoas e 37.019.114 hectares de terra. Esses conflitos decorreram de disputas por terras, por água e por desrespeito à dignidade do trabalhador. Os conflitos por terra são os mais numerosos e somaram 1.168. Parte desses conflitos originam violência contra a pessoa, especialmente contra camponeses e povos tradicionais. Em 2017 eles resultaram em 71 assassinatos, 120 tentativas de assassinatos, 2 mortos em consequência, 227 ameaças de morte, 6 torturados, 263 presos e 137 agredidos.

A violência é cometida pelos grandes possuidores de terra (grandes posseiros², grileiros³, fazendeiros e empresários rurais) e até mesmo pela polícia durante o cumprimento de ordens judiciais de despejo. Os alvos das violências são os pobres e oprimidos do campo (camponeses, sem-terra, indígenas, quilombolas⁴, pequenos posseiros, dentre outros)⁵. Conforme pode ser visualizado no gráfico 1, desde 2014, quando a crise política e econômica começa a ser instalada no país, há uma tendência de aumento dos conflitos/pessoas envolvidas. Trata-se de um indicador de agravamento da questão agrária no Brasil.

¹ A Comissão Pastoral da Terra é uma instituição da Igreja Católica e foi criada em 1975 “para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização”. Desde 1986 ela documenta e sistematiza os conflitos e violências sofridos pelos povos do campo, com a publicação anual do Caderno de Conflitos no Campo. O trabalho é feito pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Todas as informações estão disponíveis em www.cptnacional.org.br

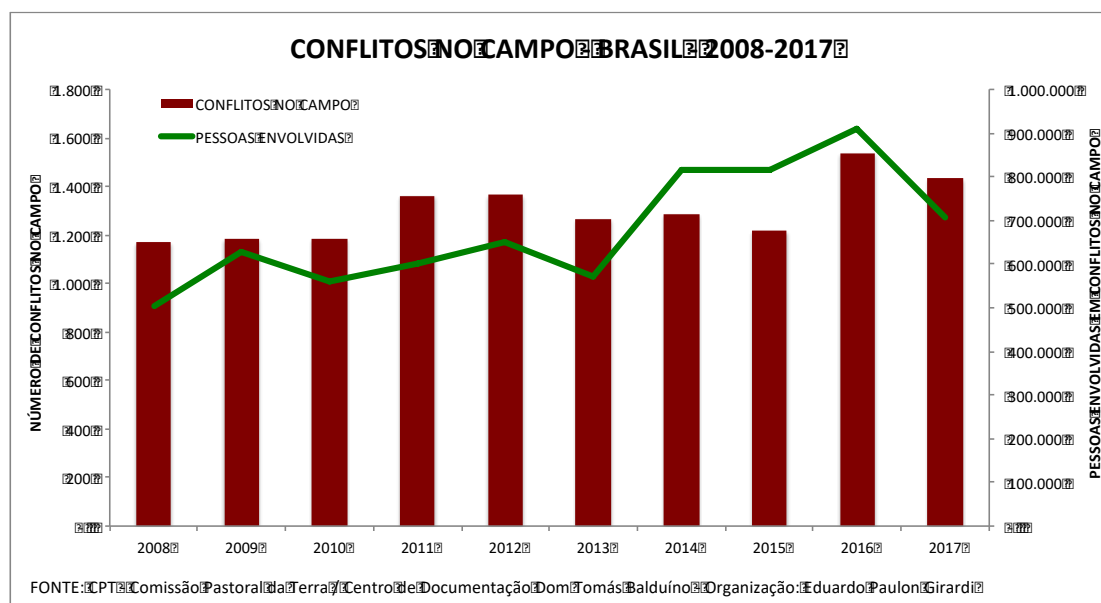
² Posseiro é quem se apropria de uma porção de terra, geralmente pública, e não possui a propriedade legal da terra. Há posses de vários tamanhos. As pequenas posses cujas terras são de fato utilizadas pelos agricultores são conhecidas como de *boa fé*, pois cumprem um papel social provendo a família que a cultiva. Já as grandes posses são tomadas com o objetivo ganhar dinheiro fácil com a venda futura da terra. Na história da formação agrária brasileira esses grandes posseiros sempre foram beneficiados pela lei, com o reconhecimento posterior da propriedade das terras apossadas. Outros, quando não conseguem fazê-lo legalmente, forjam títulos falsos. Esses são conhecidos como *grileiros* (ver nota seguinte). Por vezes, os grandes posseiros invadem terras indígenas e unidades de conservação. Eles também expulsam pequenos posseiros através da violência física.

³ Os grileiros são grandes posseiros que falsificam documentos a fim de que suas posses sejam transformadas em propriedades legais. Essa prática ainda ocorre no Brasil de hoje, mas a palavra teve origem no passado. O termo grileiro vem do inseto grilo. No passado os posseiros colocavam documentos falsos em gavetas cheias de grilos para que o papel adquirisse aspecto envelhecido e assim indicasse que a sua posse era mais antiga do que de fato. Isso ajudava na legalização de suas posses, já que os critérios legais eram sempre para posses mais antigas, pois visavam sempre cessar o processo de apossamento das terras.

⁴ Quilombolas são os membros dos quilombos, que são comunidades formadas por descendentes de negros que fugiram durante o período da escravidão ou até mesmo foram formadas depois da libertação. Como as terras não tinham documentação, essas comunidades por vezes têm as terras nas quais vivem ocupadas por outros, que tentam legalizá-las e expulsá-los. Isso gera um intenso conflito. Desde 2003 há esforços para a demarcação e legalização dessas terras tradicionais.

⁵ Para mais detalhes, ver a metodologia da CPT em: CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: CPT, 2018. Disponível em: www.cptnacional.org.br

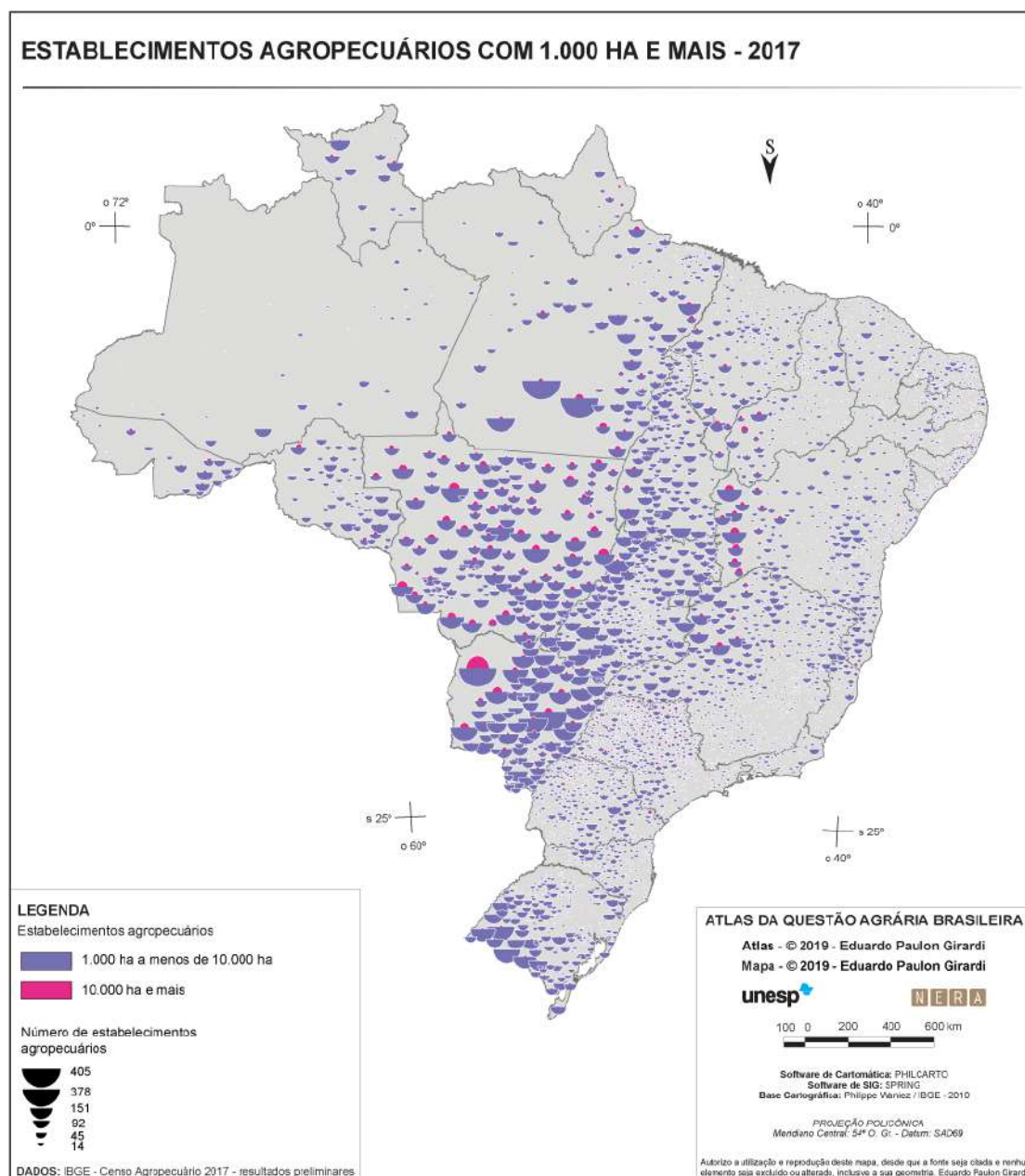
Gráfico 1



O Brasil possui 8,5 milhões de quilômetros quadrados e a sua estrutura fundiária está dentre as mais concentradas do mundo. O Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2018) contou 4,9 milhões de estabelecimentos agropecuários que perfazem 350 milhões de hectares. Os cálculos do Índice de Gini para a terra no Brasil figura sempre acima de 0,800⁶, o que indica uma grande concentração fundiária. Os dados do Censo Agropecuário 2017 mostram que os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que representam 1,01% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, concentram 47,5% das terras. A área média desses estabelecimentos é de 3.272,4 hectares. O mapa 01 mostra que esses estabelecimentos estão concentrados no sul do Rio Grande do Sul, metade noroeste de Minas Gerais, oeste do Nordeste, Centro-Oeste e na borda sul da Amazônia. Com exceção de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, as demais áreas são as frentes de expansão agropecuária abertas a partir da década de 1970, sendo a mais recente a região do MATOPIBA, que engloba os parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essas são as regiões core da agricultura baseada nos grandes e muito grandes estabelecimentos agropecuários.

⁶ O Índice de Gini varia de 0 a 1. Quanto maior for o índice, maior é a concentração. O cálculo para o ano de 2003 com dados do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi de 0,816 e para 2014 foi de 0,860. Os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2006 mostrava um índice de 0,854 naquele ano. Ver GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br

Mapa 1

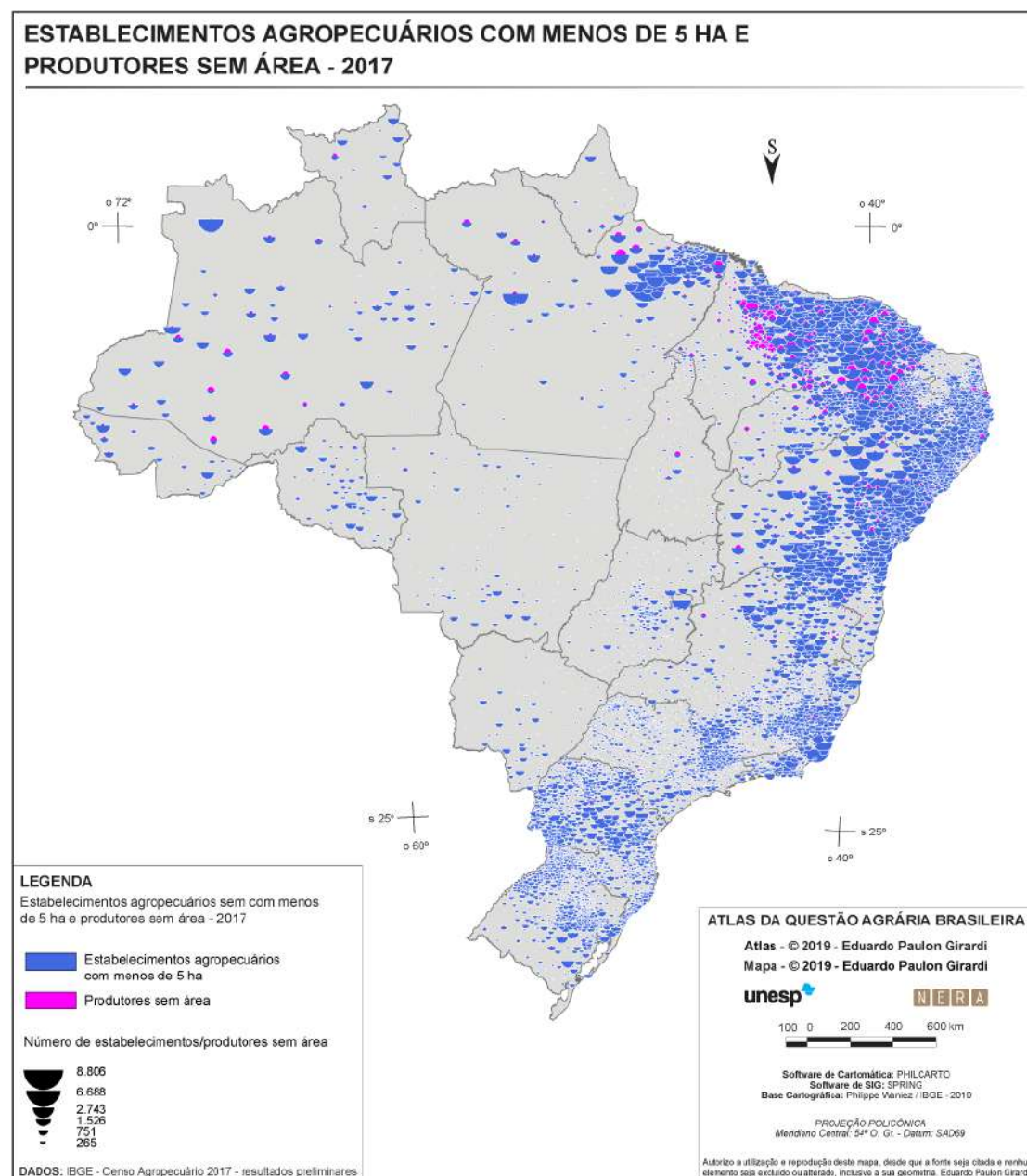


Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br . (GIRARDI, 2008a).

Por outro lado, há um grande número de estabelecimentos agropecuários cuja área é extremamente pequena, a exemplo dos estabelecimentos com menos de 5 hectares, que mesmo sendo 37,8% dos estabelecimentos, ocupam tão somente 0,98% da área total. Também há aqueles produtores que sequer possuem área para produção, contabilizados em 76.671 no Censo Agropecuário de 2017. Essas duas classes estão representadas no mapa 2 e a imagem regional mostra exatamente um “negativo” do mapa 1, já que os estabelecimentos muito pequenos e produtores sem área estão localizados nas demais regiões que não são aquelas com grande concentração dos grandes estabelecimentos.

Os dois mapas representam as duas questões principais da questão agrária no país: os estabelecimentos muito grandes, que representam a concentração econômica no campo, e os estabelecimentos muito pequenos, que na maioria dos casos inviabiliza a reprodução social do campesinato. A interpretação desses dois mapas deixa claro dois elementos: 1) que a questão agrária tem um aspecto regional que não pode ser desconsiderado; 2) que a fronteira agropecuária aberta pelo regime militar e seus desdobramentos conseguiram estabelecer uma estrutura fundiária (e em consequência agrária) muito mais concentrada do que aquela das regiões de ocupação antiga; atesta que a “reforma agrária” propagandeada pelos militares não passou de uma verdadeira formação agrária contrária ao que era necessário ao desenvolvimento social e democrático que era de fato necessário ao Brasil. A continuação da estrutura concentrada que marca todos os aspectos da sociedade brasileira e é a causa da maior parte dos seus males.

Mapa 2



Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br . (GIRARDI, 2008a).

O Censo Agropecuário 2017 do IBGE mostra que os 350 milhões de hectares dos estabelecimentos agropecuários, 63,4 (18%) milhões de hectares são utilizados com lavouras, 159,4 (45%) milhões de hectares são de pastagens, 101,6 (29%) milhões de matas e florestas e 26,6 (8%) milhões são de outros usos. Como explicar então a permanência da questão agrária com intensa disputa por terras e violência contra pobres do campo em um país continental, com níveis de concentração de terra inconcebíveis para a maior parte dos países do mundo; um país onde os estabelecimentos agropecuários perfazem 350 milhões de hectares, a agricultura utiliza apenas 18% dessa área e a pastagem extensiva domina 45% das

terras; um país em que a taxa de urbanização é elevadíssima e a população rural é de apenas 15,6% (29,8 milhões de pessoas), fruto de uma expulsão do homem do campo de forma descompassada com o desenvolvimento geral da economia e que resulta em taxas de desemprego constantemente elevadas? É o que tentarei responder neste texto.

A permanência da questão agrária

De forma geral, o Brasil é caracterizado por uma forte desigualdade social, concentração de renda e patrimônio e altos índices de violência e pobreza. Esses fenômenos são causa e efeito, respectivamente. A estrutura geral descrita acima e que caracteriza o Brasil tem origem na formação social, econômica e territorial brasileira, cuja raiz primeira é a forma concentrada como as terras do país passaram ao domínio privado.

A violência no campo brasileiro não deve ser entendida como uma continuação da violência que ocorre nas cidades do país. Suas causas são diferentes, embora tenham a mesma origem histórica/estrutural. Os conflitos e a violência no campo no Brasil têm relação com a permanência da questão agrária no país, um problema que nunca foi resolvido.

A questão agrária ainda existe no Brasil no transcorrer do século XXI? Sim, e de duas formas. A primeira é a questão agrária tradicional, que abarca a concentração da terra e do poder político e econômico de quem a detém; a desintegração do campesinato; os conflitos no campo; e a necessidade de uma efetiva e estrutural democratização do acesso à terra (reforma agrária) para otimizar a produção, o mercado interno e o trabalho no país, com o objetivo de desenvolver o próprio capitalismo. A solução de tais problemas no século XIX e até na primeira metade do século XX teria certamente dado rumos diferentes ao país, mas infelizmente a conservadora elite brasileira não permitiu.

A segunda forma da questão agrária no Brasil contempla novos elementos que surgiram no campo principalmente no final do século XX e início do século XXI, tais como as questões ambientais; de sanidade da produção de alimentos; soberania e segurança alimentar; a forma como o agronegócio se apropria dos recursos naturais de maneira extremamente predatória econômica e ambientalmente; a necessidade de manter o direito dos povos tradicionais; a estrangeirização da terra, dentre outros. Esses são elementos que tornam o conjunto de problemas no campo que formam a questão agrária ainda mais complexo e grave no país na atualidade.

A questão agrária no Brasil surge com o sistema de implantação da colônia. Considerando forte peso da terra e da produção agropecuária no estabelecimento do Brasil colônia, as capitânias hereditárias e sesmarias foram a base inicial para a instauração de uma estrutura agrária e social concentrada no Brasil colônia, ditando os moldes gerais da sociedade que seria construída pela coroa portuguesa do outro lado do Atlântico. A destruição dessa estrutura agrária concentrada seria um passo importante para dar destinos mais democráticos e equitativos à sociedade brasileira.

O primeiro impedimento para corrigir ou mesmo atenuar o problema da formação agrária concentrada originária da colonização e assim contribuir para a resolução da questão agrária ocorreu em 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras brasileira. A Lei de Terras de 1850 tornou propriedade privada todas as grandes extensões de terras concedidas pela coroa portuguesa até 1822 (ano da independência do Brasil) e também aquelas terras que foram apossadas entre a independência e 1850. A partir de então, o acesso à terra só poderia ser feito através da compra, seja de particulares, seja do Estado.

A lei tinha como objetivo impedir o acesso à terra aos escravos que seriam iminentemente libertos (1888) e principalmente aos imigrantes europeus que chegariam para substituí-los nas lavouras de café, já que ambos os grupos não possuíam recursos para comprar terras. Como afirma Martins (2010), em um país de trabalho livre a terra teria que ser cativa, pois o contrário permitiria que os imigrantes não se submetessem ao trabalho assalariado, e sim formassem propriedades familiares trabalhando em suas próprias terras. Assim, a Lei de Terras de 1850 impediu uma formação agrária mais democrática, o que poderia ter esculpido uma sociedade muito diferente da atual no Brasil.

A fim de comparação, doze anos depois da lei de terras, em 1862, os Estados Unidos colocavam em prática o *Homestead Act*, que visava justamente o contrário da lei brasileira – dar terras aos homens que nela quisessem trabalhar, em especial aos imigrantes e à população sem trabalho. Tanto no caso brasileiro quanto no caso estadunidense, as discussões sobre dar ou não acesso democrático à terra foram intensas nos parlamentos, com grupos com visões opostas (COSTA, 1999; GUEDES, 2006). O conservadorismo venceu no Brasil e a lei de terras tornou-se uma reafirmação e continuação do sistema concentrado de acesso à terra, agravando a questão agrária.

Contudo, conforme defende Osorio Silva (2008), na metade do século XIX apenas uma pequena parte das terras que formam hoje o território brasileiro tinha sido concedida ou apossada. A maior parte do território estava inexplorada e, pela lei, eram terras públicas que deveriam ser vendidas pelo Estado para subsidiar a

política de organização fundiária e a imigração de trabalhadores para as lavouras de café. Por isso, não se pode atribuir somente à Lei de Terras de 1850 toda a concentração da terra no Brasil. Ela foi importante, mas muitas outras situações continuaram o processo – até hoje.

A corrupção, grilagem de terras e a influência na elaboração das legislações agrárias que seguiram a Lei de Terras de 1850 possibilitaram a continuação da transferência das terras públicas para o domínio privado de forma concentrada, privilegiando os latifundiários e mantendo o padrão agrário concentrado. Trabalhadores rurais não proprietários, sem-terra e pequenos posseiros não tinham de poder econômico e político para terem suas demandas atendidas. Quando se apossavam de terras públicas, por vezes eram expulsos por grileiros. A propriedade camponesa só se desenvolveu de forma periférica e relutante – embora importante, pois desde o Brasil colônia até hoje é responsável pelo abastecimento interno - na formação agrária brasileira, com exceção dos estados do Sul do país, onde em algumas regiões o Estado promoveu a ocupação maciça com base na propriedade camponesa.

Em 1891 passou do Governo Federal para os Governos Estaduais a decisão sobre a forma como as terras públicas passariam para a esfera privada. Com isso, um processo ainda mais clientelista foi estabelecido e os pobres do campo foram alvo de violências e controle dos poderosos locais, mais uma vez impedidos de ter acesso à terra. Trata-se do coronelismo⁷, que teve forte influência durante o período da República Velha (1889-1930).

Impedida a democratização do acesso à terra no século XIX e início do século XX, as discussões sobre a necessidade da reforma agrária foram amplas e ganharam muita força nas décadas de 1950 e 1960. Para além de uma proposta de referência socialista, também haviam os defensores da sua necessidade para próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil, além de ser uma questão de democracia e de justiça social⁸. Na década de 1940 surgem as Ligas Camponesas, sob influência do Partido Comunista Brasileiro. As Ligas foram a primeira forma articulada de luta pela reforma agrária realizada por movimentos sociais no país.

⁷ Segundo Osorio Silva (2008, p. 239): “Como representante do mandonismo local, o coronel exercia sua influência, paternal se possível e coercitiva se necessário, sobre as camadas mais pobres da população, que vivia frequentemente como agregada nas terras dos poderosos locais. Desse modo, o coronel prestava serviços aos políticos estaduais nos períodos eleitorais, arregimentando seus leitores ‘de cabresto’, e esperava em troca os favores da política estadual para o seu município e a sua pessoa. Nessa relação entre o poder privado local exercido pelos coronéis e o domínio da política estadual pelas oligarquias, residia na substância do compromisso coronelista.”

⁸ Ver os diversos textos no livro: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

A reforma agrária era uma das reformas de base propostas pelo Presidente João Goulart que, em março de 1964, anunciou o início dessas reformas. No dia 31 daquele mesmo mês ocorreu o golpe civil-militar, que pôs fim às Ligas Camponesas e calou a parte progressista da sociedade brasileira até a década de 1980.

Embora durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) tenha havido a promulgação de leis – a principal delas o Estatuto da Terra - que previram algum progresso quanto a questão da terra no Brasil, nada foi feito nesse sentido. Pelo contrário, o que ocorreu de fato foi uma modernização conservadora da agricultura brasileira, com a manutenção da concentração da terra nas regiões de ocupação antiga e a abertura da fronteira agropecuária na Amazônia e nos Cerrados (Norte e Centro-Oeste), cujas terras foram apropriadas de forma ainda mais concentrada (ver mapa 1) e onde formou-se um importante foco - mas não exclusivo - dos conflitos e da violência no campo brasileiro, que permanece até hoje (ver mapa 3). A fronteira agropecuária estabelecida no Centro-Oeste e Norte foram válvulas de escape para os problemas agrários do Nordeste, Sul e Sudeste - “terras sem homens, para homens sem terra”, uma das propagandas do I Plano Nacional de Desenvolvimento.

Desarticulada durante a ditadura pela repressão, a luta pela terra estruturada em movimentos sociais só foi possível novamente na década de 1980 e sua expressão mais notável é o surgimento, no início daquela década, do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁹, o que incentivou o surgimento de vários outros movimentos com o mesmo objetivo: a reforma agrária.

Findada a ditadura, regime que agravou ainda mais a questão agrária no país, a reforma agrária esteve presente durante a elaboração da nova Constituição Federal, promulgada em 1988. Contudo, a forma como o tema está disposto não permitiu avanços, já que a sua realização ficou vinculada ao pagamento aos que tivessem suas terras desapropriadas. As terras susceptíveis à desapropriação para a reforma agrária são aquelas improdutivas ou não que cumprem a sua função social. O artigo 186 da Constituição Federal do Brasil diz que:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento adequado e racional; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

⁹ Veja mais informações no site do MST – www.mst.org.br.

As terras em regiões de ocupação antigas estavam todas ocupadas e de alguma forma já eram propriedade privada, necessitando ser compradas pelo Estado, cujos recursos são escassos. Assim, mesmo que prevista na Constituição, a realização de uma reforma agrária ampla estava limitada ao orçamento público. É uma reforma de fachada, pois não corrige a concentração da terra e do poder econômico e político que dela emanam, além de ser impraticável em larga escala por sua dependência de recursos para indenizar os proprietários.

A Constituição Federal de 1988 foi o último grande ato em que a elite brasileira conseguiu manter o padrão agrário concentrador e impedir a solução da questão agrária no país. Restou, portanto, a política de assentamentos rurais desenvolvidas desde então, e que é feita apenas sob grande pressão dos movimentos sociais e, embora importante para os assentados, não teve relevância estrutural para a solução da questão agrária no país, como será demonstrado no próximo tópico.

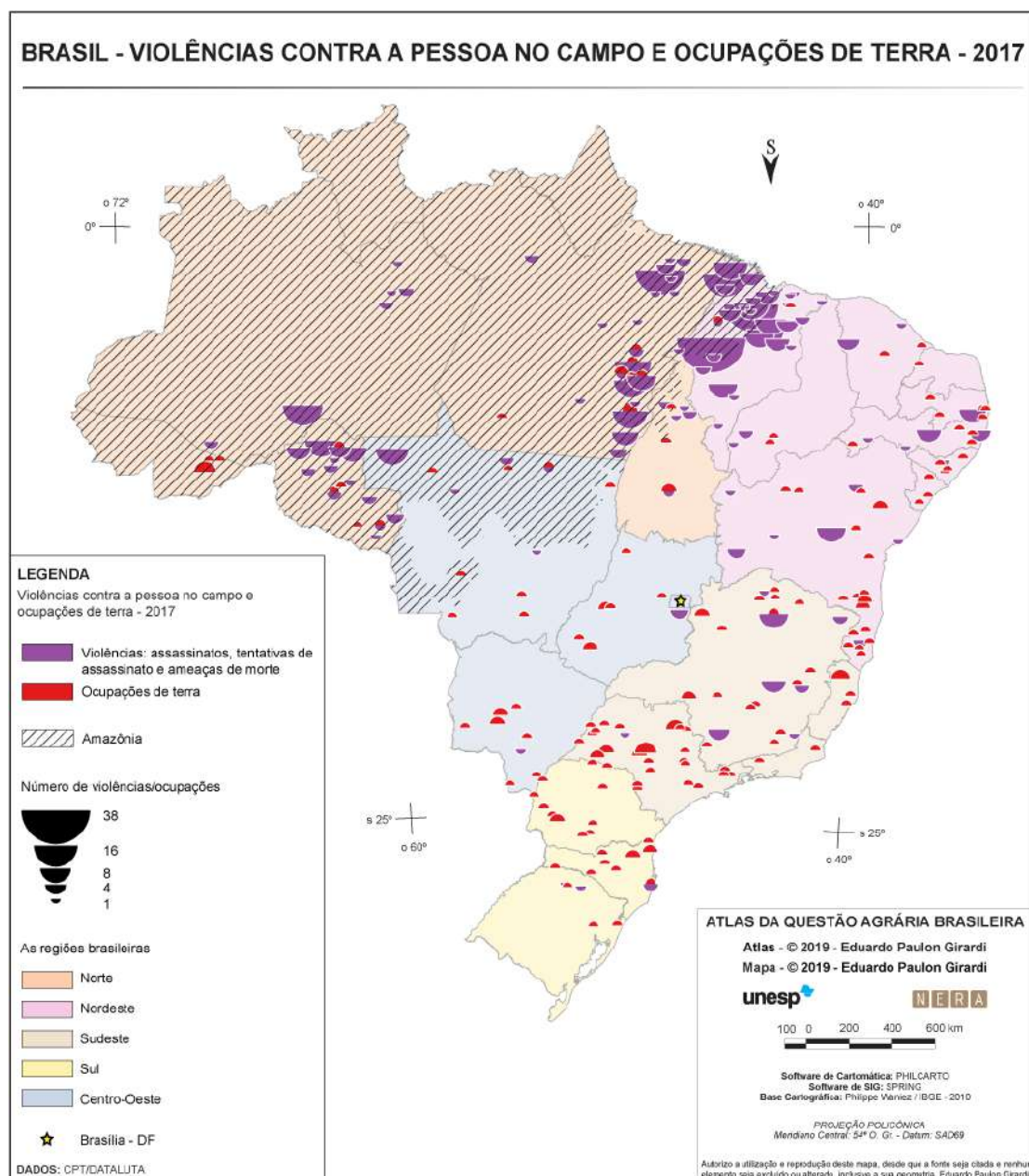
Luta pela terra, conflitos e violências

A estrutura agrária concentrada gera conflitos e violências no campo. Além da grilagem e a influência na elaboração de leis, os grandes possuidores de terra utilizaram amplamente a violência contra os mais fracos para monopolizar a terra. Historicamente, os primeiros a sofrer foram os indígenas, dizimados aos milhões na ocupação do território em verdadeiros massacres que adentraram o século XX. Na atualidade as terras indígenas já demarcadas sofrem constante invasões de grileiros e madeireiros e os povos indígenas que demandam o reconhecimento de novas terras sofrem forte violência, visto que grande parte dessas terras sob reivindicação está sob domínio de grandes possuidores. Em 2017 a CPT registrou cinco assassinatos, 16 ameaças de morte e 26 tentativas de assassinatos de indígenas. Da mesma forma que os indígenas, os quilombolas reivindicam o reconhecimento e delimitação de suas terras tradicionais, o que gera conflitos e faz com que sejam alvo de violência. Em 2017 foram assassinados 11 quilombolas, 4 outros sofreram tentativas de assassinato e mais 34 foram ameaçados de morte.

O mapa 03 representa as violências contra a pessoa e as ocupações de terras, ambas no ano de 2007. Além de atestar a permanência da questão agrária, o mapa também demonstra o caráter regional das necessidades de ação do Estado para resolver o problema. As violências ocorrem no Nordeste e principalmente na região amazônica – a fronteira agropecuária e fundiária. Já as ocupações de terra

estão concentradas nas regiões de ocupação antiga, onde a reforma agrária deve ser de fato executada; é aí que a reestruturação agrária tem sentido social e econômico, mas historicamente não é aí que os assentamentos têm sido criados, como veremos adiante. Contudo, para solucionar a questão agrária é necessário que o Estado atue nessas duas frentes: onde há violências, deve estabelecer o controle sobre os criminosos e assegurar a propriedade camponesa; onde há ocupações de terra, deve distribuir terras aos que nela querem trabalhar. Essas duas ações são necessárias para corrigir erros históricos, como demonstrado neste artigo, e para promover a fixação do homem no campo, uma grande oportunidade que o Brasil perde a cada dia.

Mapa 3



Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br . (GIRARDI, 2008a).

Os dados da CPT (2018) mostram que o grupo que sofre o maior número de violência é o dos camponeses, formado por pequenos posseiros, sem-terra, assentados e suas lideranças. Em 2017, desses quatro grupos foram assassinadas 49 pessoas, outras 74 foram alvo de tentativas de assassinato e 119 foram ameaçadas de morte. Vale ressaltar que no ano de 2017 ocorreram cinco massacres que foram responsáveis por 31 dos 71 assassinatos naquele ano. Desde 2015 há aumento da violência no campo, em especial no número de assassinatos: 2014=36; 2015=50; 2016=61; 2017=71. Algumas análises, como em Mitidiero Júnior e Feliciano (2018) e Porto Gonçalves et al. (2017), mostram que em períodos de

transição política importante há uma tendência de aumento da violência no campo por parte dos grandes possuidores de terra, seja por medo do próximo governo/orientação ideológica atacar seus patrimônios, ou então pelo sentimento de que estão em um ambiente político que lhes dá carta branca para cometer os crimes que almejam.

Este raciocínio ajuda a explicar o aumento da violência do campo a partir de 2014, quando se instaura a crise político-econômica no país, com a transição de poder com o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. Seguindo o mesmo pensamento, podemos esperar que haja um aumento significativo na violência no campo com o novo governo que assumiu em 2019, pois representa uma transição política maior, agora uma guinada à direita.

Um tipo de violência que a CPT registra é o trabalho escravo¹⁰. Trata-se de mais uma forma de violência que demonstra a mentalidade que permeia aqueles que possuem poder político e econômico que emana da terra. Embora a CPT denuncie e registre os casos desde 1986, apenas em 1995 o Estado brasileiro reconheceu o problema e desde então tem realizado ações para o combate, com a libertação de trabalhadores¹¹. Contudo, essas ações têm passado por forte ataque dos ruralistas, que em 2017 quase conseguiram dissimular as ações por meio de legislação, mas foram impedidos pelo poder judiciário (PLASSAT, 2018). Inicialmente a prática do trabalho escravo contemporâneo foi identificada no campo, mas na última década, com o crescimento econômico, a construção civil também incorreu ao crime. Os trabalhadores são provenientes de regiões pobres, sem emprego e são escravizados para a realização de atividades pesadas no campo ou na cidade. Entre 2011 e 2017 foram libertados pelo Ministério do Trabalho 7.955 trabalhadores escravizados no campo brasileiro, sendo 386 deles no ano de 2017.

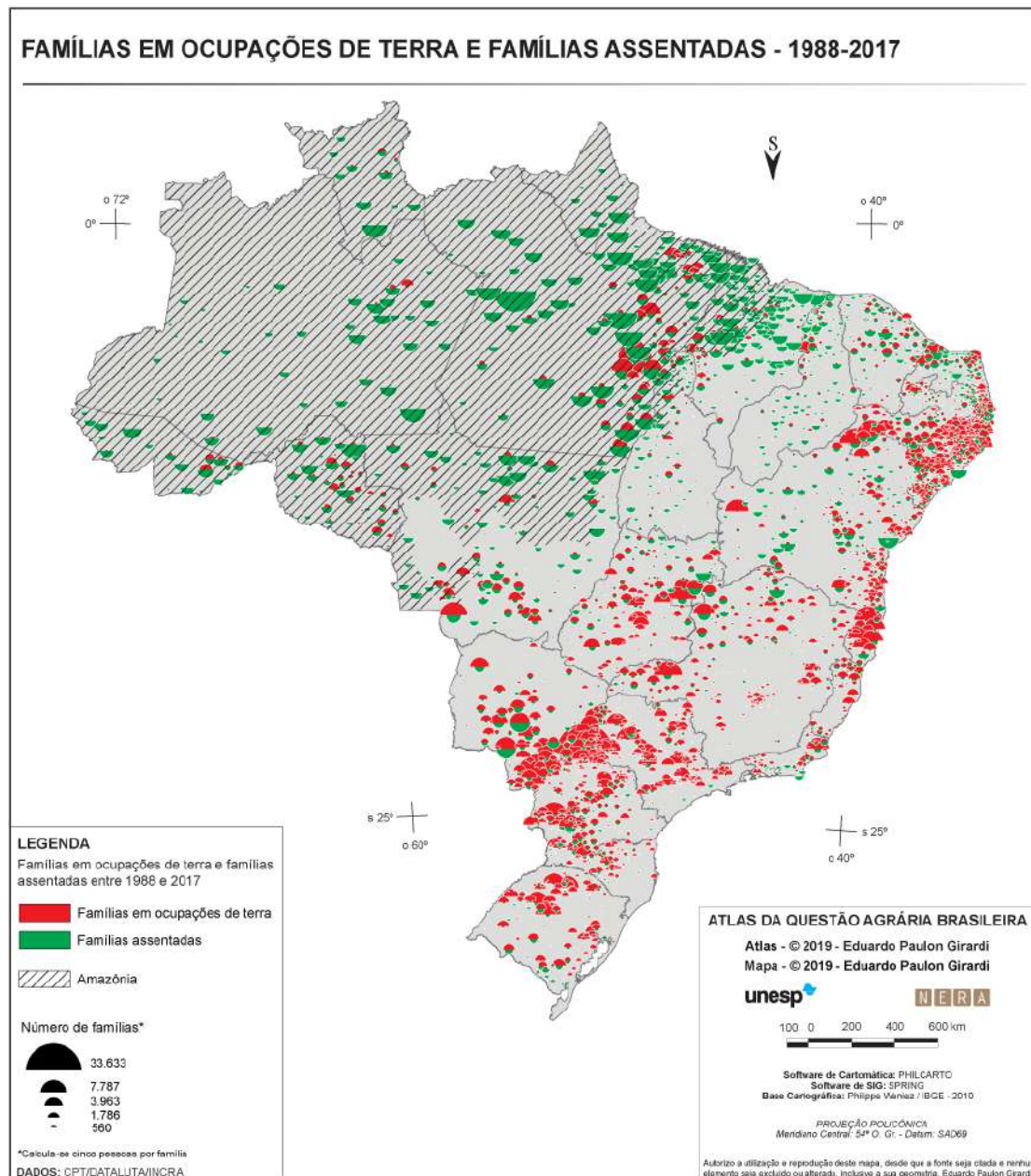
A ação dos movimentos sociais na atualidade tem como principal objetivo exigir a realização da reforma agrária prevista na Constituição Federal com a criação de assentamentos rurais. O principal instrumento de luta tem sido a ocupação de terras susceptíveis à reforma agrária por serem improdutivas, não cumprirem a função social ou então por terem documentação falsa (griladas). Essas ações forçam o Estado brasileiro a dar respostas com a criação de assentamentos. Segundo o DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA, 2018), entre 1988 e 2017 foram realizadas no Brasil 9.929 ocupações de terra com a participação de 1.362.576 famílias. No ano de 2017 foram 181 ocupações realizadas por 20.596

¹⁰ Ver mais detalhes em: THÉRY, Hervé et al. *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*. 2009. <https://www.amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>

¹¹ É possível ver o resultado das ações de libertação no site do Ministério do Trabalho. <http://trabalho.gov.br/fiscalizacao-combate-trabalho-escravo>

famílias. Além das ocupações de terra os movimentos sociais realizam vários tipos de manifestações para exigir outros elementos além do acesso à terra, como melhores condições de permanência na terra, crédito, infraestrutura, educação e saúde. Entre 2000 e 2017 foram realizadas 13.356 manifestações com a participação de 78.445.764 pessoas. No ano de 2017 participaram dessas manifestações 396.691 pessoas.

Mapa 4



Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br . (GIRARDI, 2008a).

O mapa 04 mostra mais um aspecto regional da questão agrária brasileira: a oposição territorial entre as famílias em ocupações de terras e as famílias

assentadas. Os assentamentos rurais criados a partir de 1988 concentram-se na região amazônica e aí são em grande parte assentamentos não reformadores, ou seja, não foram criados a partir da desapropriação de terras particulares, mas principalmente em terras públicas, reconhecimentos de posses ou então estão ligados à política ambiental que reconhece comunidades tradicionais como assentados para que tenham status de público da reforma agrária. Tudo isso é positivo para uma formação agrária mais democrática na região, mas não é reformador. O mapa também mostra que, ao contrário, as ocupações de terra ocorrem no Nordeste e Centro-Sul do país, regiões onde a reforma faz sentido. Há, portanto, um descompasso regional entre a demanda por reforma agrária e onde os assentamentos são criados. (ver GIRARDI, 2008b, pp. 274-292). Assim, a maior parte da política de assentamentos rurais nas últimas três décadas ocorreu na Amazônia, mantendo a região amazônica como válvula de escape e sem reformar o que era necessário – uma forma de dar alguma resposta numérica à demanda dos movimentos sociais para a criação de assentamentos. A mesma estratégia foi utilizada durante a ditadura militar, que criou vários assentamentos na Amazônia. A resposta à questão agrária no país continua inepta.

Conclusões

Para concluir, vou ater-me ao acesso à terra, embora a questão agrária tenha numerosas dimensões. Infelizmente o Brasil perdeu as grandes janelas históricas para promover uma formação agrária mais democrática ou para realizar uma reforma agrária estrutural que tivessem reflexos muito positivos na construção de um país melhor. Contudo, ainda hoje há muito que pode ser feito no campo brasileiro para a melhoria na vida de todos, do campo e da cidade.

O primeiro passo seria dar acesso à terra àqueles que querem nela trabalhar, produzir e morar. A ponta do iceberg são as 20.596 famílias que participaram de ocupações de terra em 2017; os 1,8 milhão de estabelecimentos agropecuários com menos de 5 hectares (muito pouca terra); e os 76.671 produtores que não possuem terras para realizar suas atividades que foram contabilizados no Censo Agropecuário de 2017. Contudo, dar acesso à terra para essas famílias na forma constitucional, que exige o pagamento das terras desapropriadas, é praticamente impossível por questões de orçamento. Por outro lado, fazer algo diferente disso resultaria em um barril de pólvora.

Em seguida, fornecer meios para que os que já estão na terra possam aí permanecer dignamente. Trata-se talvez da última oportunidade do país em aproveitar esta janela de oportunidade que a permanência do homem no campo pode trazer ao país, impedindo que o processo histórico de expulsão do campo continue. Isso ajuda a resolver problemas como o da criação de emprego, cujos incentivos governamentais para a criação nas cidades certamente não são mais baratos do que os gastos que haveria para gerar trabalho no campo, em especial o trabalho de base familiar. Essas medidas não são contrárias a manter o Brasil como uma potência agrícola e tudo isso pode ser feito sem avançarmos sobre terras indígenas ou sobre as matas e florestas. Há muita terra subutilizada (a própria pastagem como é manejada no Brasil é uma forma). O avanço sobre as florestas e terras indígenas não são mais do que estratégias de produção de fazendas; o objetivo com isso é produzir terras para vendê-las no futuro. É a continuação da apropriação privada concentradora de terras no Brasil.

Para que resolver os conflitos no campo brasileiro é necessário que a elite do país entenda que mudanças agrárias sérias são boas para todos. É quase certo que nada disso irá mudar, pelo menos no curto prazo. Assim, os conflitos e a violência no campo brasileiro continuarão. A questão agrária permanece no Brasil e enfrentá-la com soluções voltadas ao homem do campo é indispensável para o desenvolvimento do país.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 20 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: CPT, 2018. Disponível em: www.cptnacional.org.br

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. **Relatório Dataluta Brasil – 2017**. Presidente Prudente: NERA, 2018. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/>

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008a. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br

_____. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008b. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia,

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro. Análise comparativa do processo de transferência de terras públicas para o domínio privado no Brasil e EUA: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia**, v.32, n1, ano 30. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MITIDIERO JÚNIOR, Marcos; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva do capital. **Revista OKARA: Geografia em Debate**. vol. 12; n.2., 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara>.

OSORIO SILVA, Ligia. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Unicamp, 2008.

PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo: a queda de braço. In: CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: CPT, 2018. pp. 136-140. Disponível em: www.cptnacional.org.br

PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter et al. A contra reforma agrária na lei e na marra – Brasil (2015-2017). In: CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: CPT, 2018. pp. 26-48. Disponível em: www.cptnacional.org.br

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THÉRY, Hervé et al. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, 2012. Disponível em: <https://www.amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>

Sobre o autor

Eduardo Paulon Girardi – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Docente do Departamento de Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3039-5416>

Como citar este artigo

GIRARDI, Eduardo Paulon. Questão agrária, conflitos e violências no campo brasileiro. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

Recebido para publicação em 19 de dezembro de 2018.
Aceito para a publicação em 05 de julho de 2019.

Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da COCAMAR e da COROL

Fábio Luis Zeneratti

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil
e-mail: fabio.zeneratti@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o resultado de parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia; no presente trabalho o cooperativismo será analisado a partir das disputas territoriais entre cooperativas empresarialistas. É importante destacar que o termo cooperativa empresarialista, aqui utilizado, remete a posição ocupada por aquelas cooperativas que, inseridas no processo de modernização da base técnica da agricultura, assumiram uma gestão empresarial, típica de uma empresa capitalista, porém, a composição dos quadros associativos dessas organizações não permite dizer que o sejam, afinal os camponeses são a maioria. O recorte espacial delineado para esta investigação foi a mesorregião Norte Central paranaense, área de atuação de duas cooperativas empresarialistas, a COCAMAR e a COROL. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, o estudo de fontes teóricas e a utilização de matérias de jornais. A pesquisa demonstrou que a territorialização do cooperativismo é marcado por intensos conflitos, evidenciando ainda, que se por um lado as cooperativas são importantes mecanismos de compartilhamento de dividendos, por outro, o mesmo acontece com os prejuízos. Espera-se com essa pesquisa contribuir, mesmo que modestamente, para a compreensão dos limites e das possibilidades do cooperativismo empresarialista para os camponeses.

Palavras-chave: Cooperativismo; disputas territoriais; camponeses.

Cooperativism and territorial dispute in Parana: the case of the COCAMAR and COROL

Abstract

The purpose of this article is to present the result of part of doctoral research in geography. The cooperativismo will be analysed from the territorial disputes between *empresarialista* cooperative in the present work. It is important to emphasize that the term *empresarialista* cooperative, used here, refers to the position occupied by those cooperatives that inserted in the process of modernization of the technical basis of agriculture. These cooperatives assumed a business management, typical of a capitalista company, however, the composition of the associative frame of these organizations does not allow say it is a capitalista company, due to the majority is peasant people. The mesoregion of Central Norte of Paraná was the choosed area for this investigation. Area of operation of two *empresarialista* cooperatives, COCAMAR and COROL. Field research, the study of theoretical sources and the use of newspaper articles, was the methodology used in this work. The research demonstrated that the territorialisation of cooperatives is marked by intense conflicts, also showed that, if on the one hand cooperatives are important mechanisms for sharing of dividends, on the other hand, the same happens with the losses. It is expected that this research contribute, even modestly, for the comprehension of the limits and of the possibilities of the *empresarialista* cooperativism for the peasant people.

Keywords: Cooperativism; territorial disputes; peasant people.

Cooperativismo y disputas territoriales en Paraná: el caso de COCAMAR y de COROL

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar el resultado de parte de una investigación de doctorado en Geografía. En el presente trabajo el cooperativismo será analizado a partir de las disputas territoriales entre cooperativas *empresarialistas*. Cabe señalar que el término cooperativa *empresarialista*, aquí utilizado, remite a la posición ocupada por aquellas cooperativas que insertadas en el proceso de modernización de la base técnica de la agricultura, asumieron una gestión empresarial, típica de una empresa capitalista, pero, la composición de los asociados de estas organizaciones no permite decir que lo sean, al final los campesinos son la mayoría. El recorte espacial delimitado para esta investigación fue la mesorregión Norte Central de Paraná, área de actuación de dos cooperativas *empresarialistas*: COCAMAR y COROL. La metodología utilizada fue la investigación de campo, el estudio de fuentes teóricas y la utilización de noticias de periódicos. La investigación ha demostrado que la territorialización del cooperativismo está marcado por intensos conflictos. Ha comprobado también que, si por un lado las cooperativas son importantes mecanismos para compartir dividendos, por otro, también sufren con los perjuicios. Se espera que esa investigación contribuya, aunque modestamente, para la comprensión de los límites y de las posibilidades del cooperativismo *empresarialista* para los campesinos.

Palabras-clave: Cooperativismo; disputas territoriales; campesinos.

Introdução

Este trabalho busca demonstrar a atualidade das disputas territoriais entre cooperativas no Estado do Paraná. O recorte delineado para esta análise é a mesorregião Norte Central paranaense e leva em consideração a área de atuação de duas cooperativas, a Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR) e a Cooperativa de Cafeicultores de Rolândia (COROL). Evidentemente que a sutileza da dinâmica socioespacial dessa fração do território exigiu constantes transições de escala, sempre buscando evidenciar tais disputas.

O cooperativismo no estado, assim como no Brasil, apresenta significativa diversidade, fruto das possibilidades que a proposta permite. As cooperativas estão presentes no campo e nas cidades, nos mais diversos ramos cooperativos e se diferenciam basicamente pelos seus objetivos sociais, econômicos e políticos-ideológicos.

No setor agropecuário paranaense existem aquelas cooperativas vinculadas aos movimentos socioterritoriais, sendo que estas são representadas pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); há também aquelas cooperativas da agricultura familiar representadas pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e, por fim, existem as cooperativas empresarialistas, representadas pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), estas últimas se constituindo no escopo deste trabalho.

Portanto, no que se refere às cooperativas empresarialistas, elas se fortaleceram no Paraná durante o predomínio da cafeicultura, cujo papel inicial era eliminar os intermediários. Estas cooperativas seguiram o caminho de alinhamento às propostas estatais, desempenhando papel preponderante durante o processo de modernização da base técnica da agricultura, que se fez sentir mais fortemente após a década de 1970.

Esse processo de transformação pelo qual o campo passou teve como finalidade principal criar mercado consumidor para os produtos industriais, frente às propostas estatais de substituição das importações. A consequência mais imediata no Paraná foi a substituição dos cafezais por culturas temporárias, entre elas soja, milho e trigo, seguida da incorporação crescente de insumos industriais e maquinários no processo produtivo.

Nesse sentido, as cooperativas contribuíram para a dispersão desse modelo tecnológico, devido à inserção que tinham junto aos agricultores. Longe dessas mudanças atingirem somente os agricultores, elas também fizeram por mudar as cooperativas, a modernização dos parques industriais foi expediente utilizado por elas para competir no mercado de *commodities*.

A gestão dessas cooperativas também mudou, aproximando-se das práticas desenvolvidas pelas empresas de capital privado, mas sem perder as bases fundamentais do cooperativismo, mesmo que em alguns momentos o distanciamento seja evidente. A posição ambígua em que ocupa, com ingredientes de uma organização empresarial capitalista e uma estrutura cooperativa, permitem caracterizá-las como cooperativas empresarialistas, não no sentido de se apresentarem como uma empresa privada diferente, mas no sentido de continuarem sendo uma cooperativa mesmo com uma gestão empresarial (ZENERATTI, 2018).

É certo que o cooperativismo empresarialista, inserido no mercado capitalista, priorizou o compromisso com a renda capitalista da terra, ou seja, com os capitalistas do campo, dando a estas organizações um caráter de organização capitalista, o que ela não é. Afinal, contraditoriamente, os camponeses são a maioria numérica em seu interior. A título de exemplificação, na mesorregião Norte Central paranaense, 75,05% do quadro associativo dessas cooperativas é composto por agricultores com estabelecimentos de até 50 hectares, área em que os camponeses são predominantes. Logo, no quadro associativo dessas organizações aproximadamente três em cada quatro sócios são camponeses (IBGE, 2006).

No que diz respeito à metodologia desta pesquisa é importante destacar que ela tem como fundamento o trabalho de campo e de gabinete. Os dados empíricos que subsidiaram as análises, aqui apresentadas, foram obtidos por meio de entrevistas com os camponeses e funcionários vinculados à COCAMAR. Como a COROL foi incorporada pela COCAMAR, também foram entrevistados camponeses que no passado foram associados à

COROL, mas que na atualidade são associados à COCAMAR; foram ainda entrevistados técnicos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Embora todos tenham dado expressa autorização para publicação de seus nomes e conteúdos de suas falas, optou-se por mantê-los no anonimato, pois há informações que de algum modo podem levar à exposição dos sujeitos, razão pela qual se utiliza números para identificar a origem das falas transcritas e preservar os entrevistados. No geral qualquer referência mais específica que pudesse permitir a identificação do interlocutor foi suprimida.

Na elaboração das entrevistas optou-se pela metodologia de entrevistas não padronizadas, porém, para manter certa lógica que possibilitasse balizar todas as entrevistas realizadas, foi utilizado um roteiro pré-estabelecido.

Os trabalhos de campo foram realizados na área de atuação da COCAMAR e da COROL, onde foram visitados 49 estabelecimentos camponeses, nenhum deles com área superior a quatro módulos fiscais. Vale destacar que a sede da COCAMAR está localizada no município de Maringá e a sede da COROL está localizada no município de Rolândia.

O trabalho de gabinete teve como objetivo, primeiro ampliar o referencial teórico acerca do tema e, depois, para subsidiar a análise e interpretação dos dados obtidos em campo. Foram utilizadas diversas fontes, tais como: livros, artigos, matérias de jornais, entre outros.

Esses procedimentos teórico-metodológicos permitiram compreender as disputas territoriais entre cooperativas na região. Ademais, possibilitou identificar as contradições no processo de territorialização do cooperativismo empresarialista, evidenciando que a cooperação é um desafio no qual não há garantias de esquia dos insucessos, sejam eles econômicos, sociais ou políticos.

Territorialização do cooperativismo agropecuário no Paraná: aproximações necessárias

Ao analisar a territorialização do cooperativismo agropecuário no Paraná dois pontos merecem relevo: primeiramente não há como desconsiderar que ao longo do tempo as cooperativas foram se concretizando como importantes agentes de transformação do espaço rural, ao passo que encontraram condições favoráveis para a sua expansão, tornaram-se referência na captação da produção agrícola, comercialização, industrialização e distribuição de insumos.

Em trabalho de campo no município de Atalaia foi possível identificar que para uma parte dos camponeses a cooperativa é destino certo para a produção; o camponês entrevistado 23 explicou que toda a sua safra de soja e milho é comercializada pela cooperativa COCAMAR, cooperativa na qual ele também obtém os insumos necessários ao

cultivo. Na área de estudo delimitada para essa pesquisa é comum encontrar camponeses como o entrevistado 23, que entregam integralmente a produção na cooperativa e também adquirem todos os insumos utilizados na lavoura.

Em segundo lugar, há que se destacar o papel econômico que a atividade assumiu no estado, afinal a participação das cooperativas paranaenses na economia revela sua inequívoca importância. Segundo a OCEPAR (2015b, p. 7), em 2014, o conjunto dos ramos cooperativistas paranaenses fecharam seu ano contábil com movimentação econômica de R\$ 50,9 bilhões de reais. O PIB do estado no mesmo ano foi de 348 bilhões de reais (IPARDES, 2017), com isso o cooperativismo representou 14,62% de participação no PIB.

Já as exportações das cooperativas paranaenses, segundo dados oficiais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), atingiram a marca de US\$ 2,11 bilhões de dólares em 2014; vale destacar que as exportações das cooperativas brasileiras foram de US\$ 5,28 bilhões no mesmo ano (MDIC, 2016), ou seja, as cooperativas do estado foram responsáveis por 40,14% das exportações operadas pelo setor no país.

No que se refere às cooperativas agropecuárias os indicadores são expressivos em relação aos demais ramos, tanto no número de cooperativas quanto de cooperados, como pode ser observado na Tabela 01.

Tabela 01: Cooperativas no Paraná por ramo de atuação em 2015

Ramo	Cooperativas	Cooperados
Agropecuário	72	139.663
Consumo	1	2.298
Crédito	58	908.380
Educacional	13	482
Habitacional	1	98
Infraestrutura	9	9.429
Saúde	33	14.117
Trabalho	7	1.780
Transporte	25	3.005
Turismo e lazer	2	485
Total	221	1.079.737

Fonte: OCEPAR (2015a).

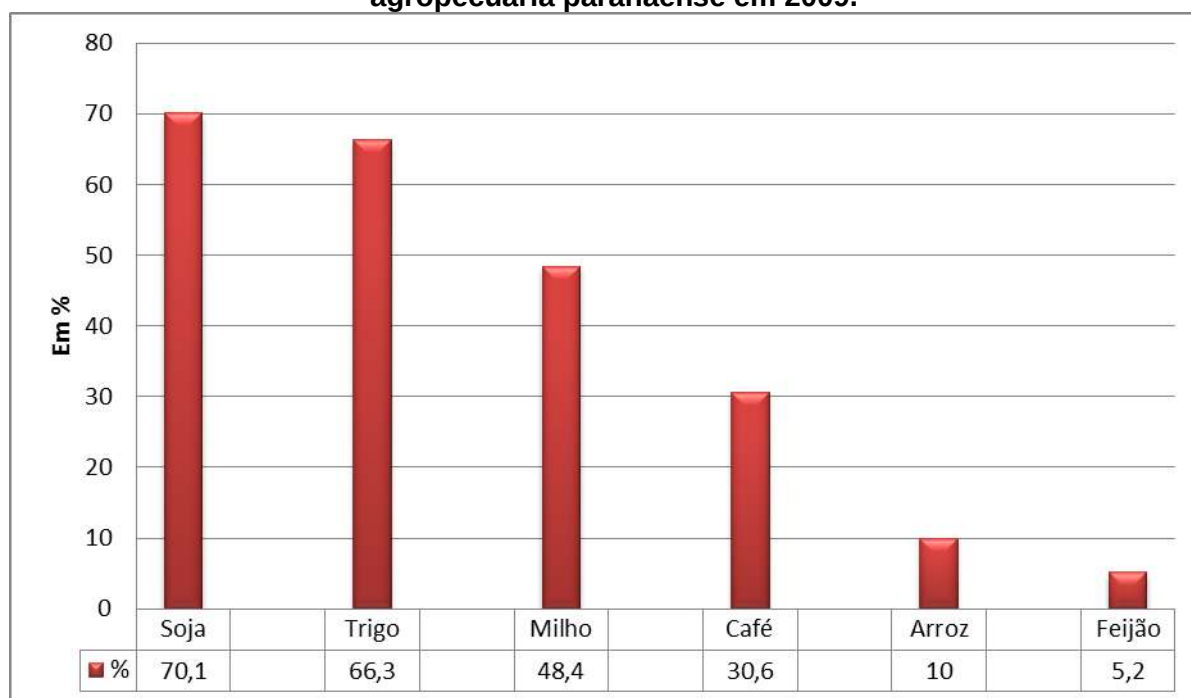
O setor agropecuário representa 32,5% do total de cooperativas, o que permite considerar que basicamente a cada três cooperativas no Paraná uma está no campo. Quanto ao número de associados esse setor congrega 12,9% do total de sócios, somente sendo superado pelo ramo das cooperativas de crédito que representa 84% dos associados.

O segmento das cooperativas agropecuárias responde pela comercialização de 56% do valor bruto da produção agropecuária do Paraná (OCEPAR, 2015b, p. 6). Em outros termos, podemos identificar que a maior parte da produção do campo - camponesa e

capitalista - produzida de maneira privada, passa por uma cooperativa para chegar ao mercado final.

Eis alguns dados relevantes para demonstrar a sua territorialização no campo, que não pode ser mensurado somente pela presença das cooperativas no território, mas por sua influência nas dinâmicas produtivas. Para tanto, o Gráfico 01 pode contribuir, pois apresenta os dados referentes à participação das cooperativas na comercialização da produção agrícola do estado, no caso da soja as cooperativas são responsáveis pela comercialização de 70% do volume da produção total da leguminosa, apresentando também números expressivos nas culturas que normalmente a ela são consorciadas, como o milho (48,4%) e o trigo (66,3%).

Gráfico 01: Participação das cooperativas na comercialização da produção agropecuária paranaense em 2009.



Fonte: Lima e Alves (2011, p. 07).

Esses números demonstram a capilaridade das cooperativas no campo, ou seja, embora elas não produzam diretamente, são responsáveis pela comercialização da produção dos cooperados, os sujeitos que efetivamente produzem no campo. Ademais, mesmo inseridas em um contexto de disputa pela captação da produção com as grandes empresas monopolistas, principalmente as do setor de grãos, sobressaem com elevados índices, sendo os da soja, do trigo e do milho os mais expressivos. Vale destacar, que entre as empresas monopolistas que atuam na área de estudo, estão as multinacionais Bunge e Cargill, além de empresas nacionais, como a Ferrari Zagatto.

Esses indicadores são evidências da envergadura dessa modalidade de organização da produção. O cooperativismo tornou-se um agente importante no campo, que atuando junto aos agricultores transformou-se na mesma medida em que as atividades agrícolas também mudaram, afinal assumiu contornos que reafirmaram seu potencial em termos econômicos, o que não exclui as contradições internas.

Espacialmente falando, sua territorialização pode ser expressa pela distribuição das cooperativas pelo estado, pois estão presentes em todas as regiões do Paraná. Essas cooperativas se diferenciam basicamente pelo tipo de produtos captados, como: leite, soja, milho, trigo, café, cana-de-açúcar, laranja, algodão, para citar somente os mais significativos do ponto de vista do volume.

Na área de estudo há 11 cooperativas empresarialistas, na Tabela 02 elas estão nominadas, com destaque para a localização da sede da instituição.

Tabela 02: Cooperativas empresarialistas com sede na Mesorregião Norte Central paranaense.

NOME	RAZÃO SOCIAL	CIDADE
CATIVA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE LONDRINA	LONDRINA
COCAFE	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ASTORGA LTDA	ASTORGA
COCAMAR	COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	MARINGÁ
COCARI	COCARI COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL	MANDAGUARI
COLARI	COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE MANDAGUARI LTDA	MANDAGUARI
COFERCATU	COFERCATU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PORECATU
CONFEPAR	CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL	LONDRINA
COOPerval	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO IVAÍ LTDA	JANDAIA DO SUL
INTEGRADA NOVA	INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	LONDRINA
PRODUTIVA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA PRODUTIVA	ASTORGA
VALCOOP	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VALE DO TIBAGI LTDA	LONDRINA

Fonte: OCEPAR (2015a).

Em números totais, a mesorregião Norte Central paranaense está em segundo lugar em termos de quantidade de cooperativas, ficando atrás apenas da mesorregião Oeste que contém 14 cooperativas empresarialistas. É importante apontar que as cooperativas do setor de grãos são a maioria na região, as quais sobressaem a COCAMAR, COCARI, INTEGRADA, COCAFE e NOVA PRODUTIVA.

O cooperativismo se expandiu na região atrelado ao desenvolvimento do setor agropecuário, ademais para Fajardo (2007), a capacidade de agregar valor por meio da agroindustrialização foi expediente decisivo.

Interessante observar que as cooperativas acompanharam as modificações no espaço rural paranaense ativamente, consolidando a implantação de lavouras modernas e da agroindustrialização. [...] As maiores cooperativas

do Estado adotam, então, as mesmas estratégias das grandes empresas, agregando valor por meio das atividades industriais (FAJARDO, 2007, p. 185-86).

A viabilização do cooperativismo por meio da industrialização da produção é uma das estratégias que ainda se mantém atual, tendo em vista os investimentos do setor, afinal em 2014 os investimentos das cooperativas paranaenses atingiram a marca de R\$ 2,8 bilhões de reais, dos quais 60% foram destinados ao ramo agropecuário, sendo que foram utilizados na ampliação da capacidade de armazenagem dos entrepostos de captação e modernização do processo de agroindustrialização (OCEPAR, 2015b).

Um exemplo elucidativo é o caso da COCAMAR, que entre os anos de 2010 e 2016 realizou significativo investimento na modernização dos seus entrepostos; segundo o entrevistado COCAMAR 01 no entreposto em que trabalha¹ a cooperativa investiu na construção de uma nova estrutura de captação, ampliando a capacidade de captação de 1.000 toneladas para 1.500 toneladas e o armazém de produtos passou de 600m² para 1.200m². Segundo ele vários entrepostos passaram por reformas no período, entre eles os dos municípios de Floresta, Ivatuba e Doutor Camargo, também com a mesma finalidade.

O Estado se mantém presente nesse processo, sendo que a prática de concessão de subsídios utilizada durante o processo de territorialização das cooperativas não faz parte do passado, em absoluto, entre os anos de 2011 e 2015 o volume de crédito destinado às cooperativas agropecuárias apresentou crescimento de 51,25% no país, passando de R\$ 4 bilhões de reais para R\$ 6,05 bilhões de reais (OCB, 2015b). Segundo a OCB (2015a, p. 57) esses recursos foram disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio de linhas de crédito destinadas à capitalização das cooperativas agropecuárias, ao desenvolvimento do processamento para agregação de valor à produção agropecuária e investimento em agroindústrias.

O resultado do acesso aos fundos públicos pode ser notado na capacidade de processamento das cooperativas, pois no Paraná 48% da produção agropecuária dos cooperados passa atualmente por algum tipo de transformação antes de ser inserida no mercado (OCEPAR, 2015b).

Entretanto, o desenvolvimento do cooperativismo no Paraná não é linear e tampouco harmônico, afinal há casos de êxito e de fracasso no processo de territorialização. Isso faz pairar entre os associados as incertezas da cooperação, que se por um lado proporciona o compartilhamento dos dividendos, por outro também o fazem com os prejuízos.

¹ Nome do município suprimido por razões metodológicas.

COCAMAR e COROL: a disputa territorial em movimento

A territorialização do cooperativismo está pautada em conflitos que nem sempre podem ser mediados pelas organizações, federações e confederações de cooperativas. No estado do Paraná há casos nos quais a expansão territorial de uma cooperativa significou o desaparecimento de outras, ou seja, para uma a disputa territorial significou êxito empresarial, já para outra significou o encerramento de suas atividades.

Entre os casos de êxito empresarial na mesorregião Norte Central paranaense vale destacar uma cooperativa que se fortaleceu por meio da modernização do seu parque industrial, trata-se justamente da Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR), que por meio da verticalização, expandiu-se significativamente, tornando-se uma cooperativa de referência na região, como demonstram as análises de Fajardo (2007).

É importante destacar que a verticalização da cooperativa pode ser caracterizada pelo controle do processo produtivo desde a produção no campo até o destino final, embora ela não produza diretamente no campo o fornecimento de matéria-prima é assegurado pelos cooperados, que posteriormente é processada por meio do parque industrial para subsequente distribuição.

A COCAMAR foi fundada em 1963 no município de Maringá, originalmente chamada de Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, com a finalidade de eliminar os intermediários que atuavam na captação da produção de café. Em 1979, já inserida no processo de modernização da base produtiva do estado, passa a atuar diretamente na industrialização de grãos, notadamente a soja.

A Cocamar, [...], entra para o processo de integração vertical da economia paranaense com a sua indústria de moagem de grãos e óleos comestíveis em 1979, concorrendo em um mercado muito disputado por grandes empresas multinacionais e nacionais, a exemplo, dentre outras, da Cargill, Anderson Clayton, Braswey e Sanbra (TEIXEIRA, 2002, p. 106).

A entrada da cooperativa no processo de industrialização demonstra que não bastava atuar na eliminação dos intermediários, ou seja, atuar repassando matérias-primas às indústrias, antes buscou auferir melhores vantagens econômicas por meio do processamento da produção. Foi nesse sentido que a COCAMAR iniciou o processo de esmagamento de grãos e processamento de óleos vegetais. A decisão de seguir nessa direção também expressa uma de suas estratégias frente ao novo modelo agrícola brasileiro marcado pela atuação no campo das empresas monopolistas mundiais, como destacou Oliveira (2015), para competir e inserir-se no mercado em condições mais vantajosas aos seus cooperados, adotou a industrialização da produção como estratégia de manutenção e fortalecimento.

Entretanto, esse caso não pode ser tomado como regra, mesmo que muitas cooperativas tenham se fortalecido via modernização de seus parques industriais, muitas vezes se aproveitando do tratamento estatal via políticas creditícias destinadas à difusão do modelo empresarial de cooperação, problemas ocorreram. Paulino (2006) destaca que as políticas de crédito subsidiado tiveram outros reflexos, pois aliadas a gestões corruptas ou incompetentes levaram muitas cooperativas a fecharem as portas.

Portanto, os insucessos demonstram que neste caminho não há garantias; o caso da Cooperativa de Cafeicultores de Rolândia (COROL) demonstra isso, seus problemas tiveram grande repercussão na região e os meios de comunicação atuaram significativamente na disseminação das informações.

A COROL assumiu dívidas ao longo do tempo, fruto do seu projeto de industrialização, que se estruturou em diversos setores, tais como: sucroalcooleiro; cítrico; torrefação de café; e fabricação de rações. Mas sua crise se aprofunda em 2009 com a implantação do moinho de trigo, que se viabilizou recorrendo aos cofres públicos via financiamentos subsidiados. Segundo noticiado na época, foram mais de R\$ 20 milhões de reais obtidos no Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) para essa empreitada, sendo que posteriormente foram liberados mais R\$ 30 milhões de reais para compor o capital de giro da cooperativa, este com seis anos para pagamento e com juros de 6,76% ao ano (COROL, 2012, p. 02).

A cooperativa entrou em crise financeira sem precedentes, os motivos são confusos e com informações desencontradas, sendo que até agora não foram esclarecidos. Contudo, a partir das discussões travadas na assembleia de 28 de abril de 2013 é possível identificar que parte dos cooperados atribuíram a crise à má gestão e à falta de planejamento no processo de expansão, assumindo riscos que não poderiam ser cumpridos (FARINA, 2013). Inclusive nessa assembleia a diretoria e o conselho administrativo foram destituídos, vale destacar que essa assembleia foi agendada por iniciativa dos próprios cooperados por meio de um abaixo-assinado com duas mil assinaturas; na ocasião o diretor da cooperativa não compareceu e, diante da crise, foi constituída uma nova diretoria de caráter provisório (FANTIN, 2013, p. 01-02).

Ao analisar as publicações dos meios de comunicação da época é possível identificar que a maior preocupação dos associados era em relação às dívidas da cooperativa referentes aos títulos (Nota de Crédito Rural - NCR) emitidos em nome dos agricultores. A cooperativa utilizou os nomes dos cooperados para buscar financiamentos, porém, os títulos não foram pagos, ocasionando o protesto de muitos deles, como foi amplamente noticiado na região pela imprensa (STUTZ, 2013, p. 03). Do total de aproximadamente 7.500 cooperados, havia cerca de 600 com títulos em risco de serem

protestados, sendo que 20 já haviam sido cobrados judicialmente e mais 150 com possibilidade de inserção do nome no SERASA².

Uma das principais reclamações vem dos cooperados que assinaram as NCRs (Notas de Crédito Rural), emitidas como garantia adicional ao crédito concedido à Corol. O problema é que o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) está cobrando os associados, depois que a Cooperativa não pagou as notas (IMBRÓGLIO, 2013, p. 01).

No campo o problema do protesto dos títulos é tema comum nas entrevistas, onde os camponeses afirmam que muitos foram os casos na região e descrevem como acontecia a solicitação dos dados pela cooperativa com o objetivo de buscar os financiamentos.

O gerente pediu o meu CPF, dava pra pegar R\$ 25 mil no meu CPF. Ele vinha aqui no sítio e trazia o papel pra assinar e autorizar, eu não assinei. Mas, meu irmão sim e o CPF dele foi bloqueado. Não tem jeito, agora tem que pagar no banco. O povo dava o CPF porque a COROL era muito forte, ninguém imaginava que ia quebrar (Entrevistado 06, município de Rolândia, 2017).

Os camponeses que forneceram os dados para a cooperativa captar os financiamentos confiavam nela, muitos pelo tempo de cooperação conheciam a diretoria, os técnicos e a estrutura da COROL, isso lhes permitia acreditar que os riscos eram reduzidos, engano que significou o protesto dos títulos emitidos em seus nomes, impondo a estes sujeitos a necessidade do pagamento das dívidas assumidas pela cooperativa. Até porque, para os camponeses, a não quitação das dívidas não configura em hipótese aceitável, primeiro não fazê-lo remete a uma ordem moral distante da qual os orienta, que tem no pai a figura de integridade, responsável por honrar os compromissos assumidos, depois devido à necessidade de obtenção de novos financiamentos e compras a crédito no comércio local, que torna necessária a quitação, pois essas transações são inviabilizadas toda vez que é realizada consulta no SERASA.

Cabe lembrar que a não liquidação dos financiamentos por parte dos camponeses, em regra, se deve à impossibilidade de fazê-lo, afinal há casos nos quais a falta de recursos monetários associada a problemas de saúde na família inviabiliza o pagamento: “o CPF do meu pai está devendo até hoje, está na justiça, mas nós não vamos pagar, é muito dinheiro [R\$ 30 mil], com esse dinheiro cuidamos do pai que tá doente” (Entrevistado 24, município de Rolândia, 2017). Todavia, no geral os camponeses, mesmo relutantes, buscam na medida de suas possibilidades liquidarem as dívidas.

² SERASA é uma empresa privada que recebe a maior parte das informações sobre quem tem dívida em bancos, ter o nome inserido em seu banco de dados impossibilita novas transações financeiras, como aquisição de financiamentos.

Como se pode notar esse é um caso no qual os associados acabaram assumindo as dívidas contraídas pela cooperativa, o que confirma a distribuição dos prejuízos entre os associados em momentos de crise. Ademais, remete à identidade cooperativa da COROL, que diferente de uma empresa privada na qual a falência acarreta prejuízos diretos somente aos proprietários, atingindo os fornecedores de matéria-prima indiretamente caso tenham contas a receber da empresa, que pela falência pode cogitar não pagar, na cooperativa os cooperados são chamados a arcar com os prejuízos por ela auferidos, ou seja, há uma socialização das perdas.

Vale destacar que a COROL tentou algumas estratégias para superar a crise, uma delas foi a fusão com a COCAMAR, mas que não foi concretizada (LINJARDI, 2013). Também tentou a fusão com a empresa privada Daimco Investimentos, sendo que esta assumiria totalmente as dívidas da cooperativa, mas também assumiria todo o patrimônio, entretanto, garantiria que o capital social dos associados, que estava em torno de R\$ 40 milhões de reais, fosse resguardado, porém, a fusão não foi concretizada (GALIOTTO, 2012). Nesses dois casos a justificativa divulgada foi a impossibilidade de renegociação com os credores da cooperativa, que cobravam suas dívidas na justiça e não aceitavam prolongar os prazos.

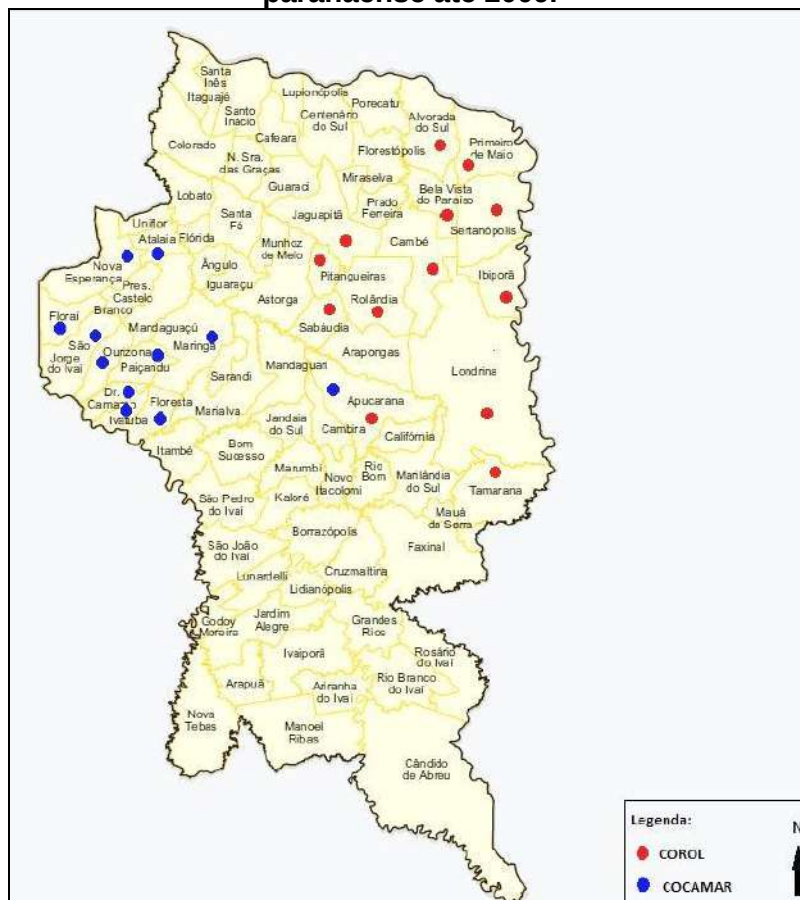
Em 2010, atuando com a prerrogativa de tentar salvar a cooperativa em crise, a COCAMAR arrendou as unidades operacionais da COROL. Com isso é possível inferir que para a COCAMAR a crise da COROL representou uma possibilidade de ampliação de sua área de atuação; isso justifica, em um primeiro momento, o controle de 26 unidades da cooperativa por meio do arrendamento, que nesse caso se estenderia até 2025.

Posteriormente, com a intensificação dos problemas financeiros e as frustradas tentativas de fusão, a COROL caminhava para o fechamento das portas, abriu-se então uma possibilidade estratégica da COCAMAR de se apoderar definitivamente das instalações por meio da compra judicial, uma vez que para saldar as dívidas a COROL iria a leilão.

Esses processos devem ser entendidos no campo das disputas territoriais, pois evidenciam que há uma disputa por território entre as cooperativas, afinal para a COCAMAR a decadência da COROL representava uma possibilidade de ampliação de sua área de influência, principalmente na região de Rolândia e Londrina, uma vez que os 34 municípios atendidos pela COROL passariam a compor a COCAMAR, assim como os associados.

Na Figura 01 é possível identificar a escala da disputa territorial em jogo, pois apresenta os municípios de atuação dessas cooperativas na região, fica evidente a significativa ampliação da área da COCAMAR a partir da obtenção das áreas da COROL. É necessário destacar que a atuação dessas cooperativas não se restringe a mesorregião Norte Central paranaense, assim como, elas não estão presentes em todos os municípios da região.

Figura 01: Área de Atuação da COCAMAR e da COROL na mesorregião Norte Central paranaense até 2009.



Fonte: Dados de Campo. Organizado pelo autor.

A título de demonstrar como operam essas disputas, torna-se necessário apresentar um fragmento de um jornal local no qual o presidente da COROL se manifesta sobre a atuação da COCAMAR em sua área de abrangência.

'Podemos pagar as NCRs desde que a Cocamar pague pelo o que está usando ou saia de nossa área de ação, para que possamos negociar com outras cooperativas, que têm interesse em nossa região e no nosso ativo', explicou Eliseu [presidente da COROL]. A relação entre as duas cooperativas atravessa o pior momento. O presidente da Corol afirma que 'falta ética' à empresa maringaense e pede sua saída da região de Rolândia. Nesta área, a Corol conta com cerca de 600 mil hectares e 7 mil associados. Eliseu afirmou que a dívida milionária da cooperativa só pode ser saldada no caso de a Cocamar deixar a área de atuação da Corol. 'É um jogo bruto. Se ela não quiser sair da nossa região, vamos para o campo jurídico, porque os credores da Corol vão para cima dela. A Cocamar já está pagando para um banco R\$ 1,5 milhão. Tem outras ações que estão tramitando. A Fertipar, que é um dos nossos maiores credores, vai fatalmente cair em cima da Cocamar, porque a dívida é de R\$ 170 milhões', afirmou de Paula. [...] 'Como a Cocamar não faz (a renegociação das dívidas), pela nossa leitura ela quer que a Corol vá para liquidação, podendo assim ocupar as unidades que achar mais interessantes, e o resto que se vire', avaliou Eliseu. 'Estamos cercados pelo mal, que é a Cocamar', ressaltou o presidente (IMBRÓGLIO, 2013, p. 01-02).

Nesse contexto de conflito, a COROL pereceu, sendo que a cooperativa foi a leilão em 2013; nessa ocasião as suas unidades operacionais foram arrematadas pela COCAMAR, com exceção da usina sucroalcooleira. Portanto, coube aos cooperados verem a COROL construída ao longo de 50 anos, desde sua inauguração em 1963, ser incorporada por outra cooperativa, restando para uma parte deles arcar com os prejuízos por ela assumidos, já a COCAMAR expandiu sua área de atuação pela região, atualmente estando presente em 57 municípios nos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Todavia, não estamos sugerindo apenas dois caminhos - ou as cooperativas se industrializam ou fecham as portas - em absoluto; antes esses casos citados apenas demonstram algumas especificidades do setor cooperativista na mesorregião Norte Central paranaense, apresentando evidências importantes que desmontam o discurso institucional, e por vezes científico, que afirma que as cooperativas nunca distribuíram prejuízos na região, algo que os dados de campo não atestam.

Em última análise, não há como contestar que o cooperativismo no Paraná se territorializou - hoje a cooperação é uma realidade no campo - não sendo exagero afirmar que ao andar pelo campo é comum se deparar com os entrepostos de captação de grãos, mas esse processo é contraditório e marcado por disputas territoriais, ora entre cooperativas ora entre elas e as empresas monopolistas. Essas disputas podem significar em alguns casos a expansão da área de atuação de uma cooperativa e o fechamento de outras, como ocorreu no caso da COROL, dinâmica que não pode ser compreendida genericamente, sob pena de obscurecer a realidade e refutar o papel científico de fornecer elementos capazes de contribuir para a luta dos camponeses.

A cooperação é um desafio, por isso é tarefa da ciência municiar os camponeses com a compreensão dos processos nos quais as cooperativas estão inseridas, processos esses repletos de conflitos e disputas; evidentemente que não se trata de tentar desestimular a cooperação, mas de contribuir no sentido de identificá-los com vistas a continuar a cooperar, tarefa talvez modesta, mas essencial.

Considerações finais

O cooperativismo nasceu como uma alternativa às relações de exploração do trabalho, especialmente devido a intensificação das precárias condições de vida durante a Revolução Industrial. Na contramão do que defendiam seus idealizadores, ele não foi capaz de superar o modo capitalista de produção; antes seu desenvolvimento se deu no sentido de

corrigir as falhas do sistema, evidentemente que neste processo conseguiu demonstrar também, para os sujeitos envolvidos, que é possível a produção em bases mais justas.

No Brasil, em particular no estado do Paraná, as cooperativas foram um importante instrumento estatal para a modernização da base técnica da agricultura. O resultado deste processo foi um modelo de cooperativismo assentado na industrialização, na circulação da produção e na dispersão de tecnologias no campo.

Esta pesquisa, longe de se ocupar com as contradições e os limites deste caminho trilhado, buscou demonstrar que o cooperativismo paranaense se territorializou mediante intensos conflitos territoriais. No caso em análise, a COCAMAR se fortaleceu ao longo do tempo, em parte devido a modernização do seu parque industrial, mas também porque teve no Estado um importante mecanismo de obtenção de crédito. Se para a COCAMAR a modernização e a industrialização tem sido exitosa, para a COROL os problemas decorrentes deste processo, ampliados pelos sucessivos empréstimos bancários, levaram-na ao fechamento.

O encerramento das atividades da COROL foi uma oportunidade para a COCAMAR ampliar a sua área de atuação, colocando por terra o princípio cooperativo da cooperação entre cooperativas (RECH, 2000). Em última instância, este conflito se situa no campo das disputas territoriais, dados os ingredientes envolvidos, base material de recursos e relações de poder em jogo.

Para uma parte dos associados da COROL restou arcar com os prejuízos deixados pela cooperativa, o que também demonstra o seu lugar como cooperativa, não podendo ser confundida como uma empresa capitalista, pois no caso em questão os prejuízos foram compartilhados entre parte dos cooperados.

Certamente que em um momento de crescimento e expansão territorial, como acontece com a COCAMAR, pensar em divisão de prejuízos pode ser algo distante, mas a realidade da cooperação não permite generalizações. Dito em outros termos, não é o cooperativismo da mesorregião Norte Central paranaense que nunca distribuiu prejuízos, são algumas cooperativas que podem não tê-lo feito ainda, mas outras já o fizeram.

A questão central, e que precisa ser aprofundada, é que o cooperativismo empresarialista está em um setor da economia dominado por empresas monopolistas, como mecanismo de competição, optou-se pela industrialização e modernização dos processos empresariais, associados à expansão de sua área de atuação, mas isso não fornece garantias de sucesso. Afinal, as disputas também ocorrem entre cooperativas, ou seja, a cooperação está inserida no palco dos conflitos territoriais, como isso, cabe à ciência, em especial a Geografia, desvendar estes processos e municiar os camponeses com a fina compreensão das contradições que permeiam a cooperação, sem generalizações.

Esperamos que, assim como nós, outros se sintam inquietados por essas questões e avancem na construção do conhecimento.

Referências

COROL recebe R\$ 10 milhões do BRDE. **Portal Rolândia**, Rolândia, 12 dez. 2012. Disponível em: <[http://portalrolandia.com.br/noticias/corol-recebe-r\\$-10-milhoes-do-brde-12-12-2012#.V6lrf9lrdV](http://portalrolandia.com.br/noticias/corol-recebe-r$-10-milhoes-do-brde-12-12-2012#.V6lrf9lrdV)> Acesso em: 15 jul. 2016.

FAJARDO, S. **Estratégias e territorialidades das cooperativas agropecuárias e das empresas globais do setor agroindustrial no Paraná**. 2007. 379f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

FARINA, J. C. **Assembleia da COROL**. 25 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fFGpKFDjCmg>> Acesso em: 03 ago. 2016.

FANTIN, R. Diretoria da COROL é destituída em assembleia. **Bonde**, Londrina, 28 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/economia/noticias/diretoria-da-corol-e-destituída-em-assembleia-273926.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

GALIOTTO, F. Corol e Daimco não entram em acordo. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/economia/corol-e-daimco-nao-entram-em-acordo-827601.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>> Acesso em: 10 jan. 2017.

IMBRÓGLIO: COROL Agroindustrial poderá ter duas assembleias. **Jornal de Rolândia**, Rolândia, 18 mai. 2013. Disponível em: <<http://jornalderolandia.com.br/siteantigo/detalhe-noticia.php?noticia=imbrglio-corol-agroindustrial-poder-ter-duas-assembleias>> Acesso em: 15 jul. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Produto Interno Bruto do Paraná e Brasil a Preços Correntes**. 2017. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=88> Acesso em: 11 jan. 2017.

LIMA, J. F.; ALVES, L. R. **Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio**. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/UFFS/Downloads/Cooperativismo%20e%20desenvolvimento%20rural%20no%20Paraná%20do%20agronegócio.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2016.

LINJARDI, F. Fusão COCAMAR-COROL sob ameaça. **O diário de Maringá**, Maringá, 12 abr. 2013. Disponível em: <<http://maringa.odiarario.com/parana/2013/04/fusao-cocamar-corol-sob-ameaca/737413/>> Acesso em: 10 jan. 2017.

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Balança comercial brasileira: cooperativas**. 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-cooperativas>> Acesso em: 11 jan. 2016.

OCB. Organização das Cooperativas do Brasil. **Dados diversos**. 2015a. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Organização das Cooperativas do Brasil. **Relatório de Gestão**: 2014. Brasília: OCB, 2015b.

OCEPAR. Organização das Cooperativas Paranaenses. **O cooperativismo no Paraná e o sistema OCEPAR**. 2015a. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> Acesso em: 21 out. 2015.

_____. Organização das Cooperativas Paranaenses. **Relatório de atividades e prestação de contas**: exercício social de 2014 e plano de ação para 2015. Curitiba: OCEPAR, 2015b.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp - Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

STUTZ, R. Cocamar X C.vale: a crise da COROL pode estar no fim. **Teto de Barro**, Rolândia, 04 mar. 2013. Disponível em: <<http://tetodebarro.blogspot.com.br/2013/03/cocamar-x-cvale-crise-da-corol-pode.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

TEIXEIRA, W. A. **O processo de desenvolvimento do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central Paranaense**. 2002. 363f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

ZENERATTI, F. L. **Cooperativismo e recriação camponesa**: contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião Norte Central paranaense. 2018. 268f. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

Sobre o autor

Fábio Luiz Zaneratti – Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2006); Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2012); Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) (2018); Atualmente é docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus de Laranjeiras do Sul, Paraná. **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0001-5630-3180>.

Como citar este artigo

ZENERATTI, Fábio Luiz. Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da COCAMAR e da COROL. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 135-151, set.-dez., 2019.

Recebido para publicação em 23 de novembro de 2018.
Devolvido para a revisão em 14 de junho de 2019.
Aceito para a publicação em 19 de junho de 2019.

¿Otro consumo es posible?

La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay

Walter Oreggioni Marichal

Universidad de la República – Montevideo, Uruguay.

e-mail: woreggioni@gmail.com

Matías Carámbula Pareja

Universidad de la República – Montevideo, Uruguay.

e-mail: mcarambula@fagro.edu.uy

Resumen

El artículo reflexiona sobre el proceso de politización del consumo de alimentos por parte de grupos de consumidores vinculados a productores agroecológicos de Uruguay. El marco conceptual se apoya en autores de perspectiva crítica y especialmente marxistas, que reivindican al consumo, subordinado históricamente a la esfera de la producción, como espacio posible para la construcción de conciencia emancipatoria. En este sentido destaca la idea de revalorizar el valor de uso en contraposición con la tendencia mercantilizadora de los alimentos y del resto de la reproducción de la vida. El abordaje metodológico es de tipo cualitativo, combinando entrevistas a integrantes de colectivos de consumidores y organizaciones de productores agroecológicos, revisión documental y observaciones. Como primeros resultados se evidencia una relación entre productores y consumidores que tiene su origen en el surgimiento del movimiento agroecológico en Uruguay, y que según los actores consultados, propone una valoración de los alimentos que los trasciende como tales, incorporando otras dimensiones: sociales, territoriales, de la salud y el ambiente, así como la intencionalidad de construir un precio justo para ambas partes de la relación.

Palabras clave: Consumo; politización; agroecología

Outro consumo é possível?

A experiência de grupos de consumidores e sua vinculação com produtores agroecológicos no Uruguai

Resumo

O artigo faz uma reflexão sobre o processo de politização do consumo de alimentos por grupos de consumidores vinculados a produtores agroecológicos no Uruguai. A base teórica está embasada em autores de perspectiva crítica e sobretudo autores marxistas, que concebem o consumo, esfera historicamente subordinadas ao âmbito da produção, como possível espaço potencial para a construção de consciência emancipatória. Nesse sentido, destaca-se a ideia de considerar o valor de uso em oposição à tendência de mercantilização dos alimentos e da reprodução da vida. A abordagem metodológica é qualitativa, combinando entrevistas com integrantes de grupos de consumidores e de organizações de produtores agroecológicos, revisão documental e observações. Como primeiros resultados se observa um vínculo entre produtores e consumidores que tem sua origem no surgimento do movimento agroecológico no Uruguai, de acordo com os entrevistados, propõe uma leitura dos alimentos que o transcende como tal, incorporando outras dimensões: sociais, territoriais, de saúde e meio ambiente, além da intencionalidade de construir um preço justo para ambas partes da relação.

Palavras-chave: Consumo; politização; agroecologia

**Is another consumption possible?
The experience of consumer groups and their link with agroecological
producers in Uruguay**

Abstract

The article reflects on the process of politicization of food consumption by consumer groups linked to agroecological producers in Uruguay. The conceptual framework is based on authors with a critical perspective and especially on Marxists, who intend to consume, historically subordinated to the sphere of production, as a possible space for the construction of the emancipatory consciousness. In this sense, the idea of revaluing the value of use as opposed to the tendency of commodification of food and the rest of the reproduction of life stands out. The methodological approach is qualitative, combining interviews with members of consumer groups and organizations of agroecological producers, documentary review and observations. The first results show a relationship between producers and consumers originated since the emergence of the agroecological movement in Uruguay and, according to the actors consulted, proposes an evaluation of food that transcends them as such, incorporating other dimensions: social, territorial, health and the environment, as well as the intentionality of building a fair price for both parties to the relationship.

Keywords: Consumption; politicization; agroecology

Introducción

El proceso globalizador ha tenido un impacto central en el sistema agroalimentario (MALASSIS, apud DA SILVA, 1994, p.216), generando una mercantilización creciente de diversas esferas de la vida. Produce una explosión del consumo que se expande por el mundo, homogeneizando a la vez que generando diferenciación y nuevas referencias identitarias, y complementariamente la exclusión de amplios sectores del acceso a elementos básicos para la reproducción de la vida (SEVILLA GUZMÁN et al., 2012).

Esta dinámica engloba a los procesos de producción, distribución y consumo de alimentos, que cada vez más se integran a las estructuras mercantiles, sustituyendo su característica de satisfactores de necesidades humanas por su valor como mercancía (MAGDOFF, 2012, p.26).

Holt-Giménez (2010) propone comprender al sistema alimentario como un régimen con diferentes características según el momento histórico. Actualmente se caracteriza por el poder monopólico del mercado y de las grandes corporaciones alimentarias, que obtienen mega ganancias, llegan a todo el planeta y ejercen efectiva presión sobre gobiernos y organismos multilaterales para mejorar las condiciones de su actividad.

La expansión de la agricultura industrial, encabezada por los agronegocios transnacionales, materializan la estrategia del capital (OYHANTÇABAL y NARBONDO, 2008, p.18). Asimismo, se generan grandes redes de distribución y consumo, que ofrecen

alimentos globalizados y con alto grado de procesamiento, para consumidores que se parecen cada vez más en sus preferencias, siguiendo patrones occidentales.

Los campesinos son impactados drásticamente por estos procesos, no logrando vislumbrar la posibilidad de sobrevivencia en términos económicos, políticos e ideológicos. (MARTINS DO CARVALHO, 2002, p.70) Pero históricamente los movimientos campesinos promueven y reivindican prácticas y modos de vida colectivos y comunitarios, intentando sobrevivir y resistir la tendencia diferenciadora y excluyente del mercado. En este sentido se reconoce a la agroecología y más recientemente a la soberanía alimentaria como la síntesis de conceptualizaciones y prácticas que permiten vislumbrar transformaciones radicales en los sistemas alimentarios, si bien está presente la amenaza de la cooptación de estos conceptos en función de los intereses del capital. (HOLT-GIMÉNEZ y ALTIERI, 2013; GIRALDO y ROSSET, 2016)

Asimismo el sistema agroalimentario globalizado incita a los consumidores a un consumo que aparentemente satisface y libera, en un fenómeno dialéctico de integración y diferenciación social. Comandado por grandes corporaciones, genera dinámicas guiadas por la generación de valor y ganancia, siendo los alimentos una mercancía más, sujeta a especulación.

Sin embargo, en diferentes lugares y momentos se han generado reacciones adversas a la consolidación de este proceso por parte de consumidores, que Soler y Calle Collado (2010) denominan desafección alimentaria, a raíz de sucesos de inseguridad alimentaria (alimentos contaminados, enfermedades transmitidas por alimentos o condiciones insalubres en la producción y elaboración industrial), además de efectos negativos para el ambiente y los trabajadores (p.260). Asimismo, procesos de crisis alimentarias generadas por alzas de precios, con el consecuente crecimiento de población mundial con hambre, generaron reacciones que han intentado evidenciar que el sistema alimentario global está en crisis. (HOLT-GIMÉNEZ y PATEL, 2009, p.12) En este sentido se han generado resistencias y también nuevas consideraciones y conceptualizaciones sobre qué debe considerarse para valorar los alimentos, que se incorpora en los debates académicos y también en las organizaciones y movimientos campesinos y de consumidores.

Los vínculos entre las esferas de la producción y el consumo surgidos con la intencionalidad política de cuestionar y modificar las relaciones hegemónicas establecidas en las sociedades capitalistas, son una preocupación recurrente de diversas organizaciones sociales a nivel mundial desde hace varias décadas. Organizaciones campesinas que sustentan la agroecología, en conjunto con diversos colectivos rurales y urbanos ponen un interés privilegiado en reflexionar y ensayar prácticas para materializar nuevas relaciones entre productores y consumidores, en lo que puede considerarse un proceso creciente de

politización del consumo alimentario. Politización que, enlazada con elementos de posmodernidad, encuentra bases en el pensamiento crítico anticapitalista, así como en las corrientes ambientalistas, en espacios de militancia social y política y en muchas prácticas que campesinos y productores familiares ensayan para viabilizar su subsistencia en el campo.

En Uruguay, esta politización del consumo de alimentos puede rastrearse en la segunda mitad de la década del 80 del siglo XX, con las primeras construcciones de organizaciones agroecológicas post – dictadura cívico militar (1973 – 1985), que tienen como un foco de atención la materialización de estos vínculos entre productores y consumidores.

El trabajo se enmarca en una investigación en marcha, como parte del programa de Doctorado en Ciencias Agrarias que cursa el autor, y que se plantea como objetivo general realizar una reflexión teórico – conceptual para comprender las formas de revalorización del valor de uso de los alimentos, en el marco de nuevas interacciones en los sistemas agroalimentarios que resignifican el papel del productor y el consumidor.

Marco teórico-conceptual

La construcción teórica sobre la producción y el consumo centran el interés sobre el problema de investigación planteado, y en este sentido se aborda una revisión que se posiciona en algunos autores que reflexionan críticamente sobre estas cuestiones.

Desde posturas afines al pensamiento marxiano, se parte de la premisa que el modo de producción capitalista constantemente, y con mayor énfasis aún, en su etapa de globalización de impronta neoliberal, ha sustanciado un proceso de mercantilización creciente de todas las esferas de la vida, donde las más diversas manifestaciones humanas son pasibles de ser operacionalizadas como mercancías. En este sentido toma centralidad en las disquisiciones teóricas el valor de cambio, y efectivamente la reflexión generada históricamente ha sido, en mayor medida, entorno a las características que toma la producción de valor en la sociedad mercantil, la distribución de los excedentes y las expresiones sociales como consecuencia de este proceso.

Dicha cuestión es analizada por Lukács, que señala el cambio cualitativo provocado por la dominación de la mercancía, penetrando el conjunto de las manifestaciones vitales de la sociedad. En este sentido se apoya en el carácter de fetiche de dichas mercancías expresado por Marx, que establecen una especie de cortina de humo que oculta detrás de los objetos materiales las relaciones sociales establecidas durante el trabajo y la producción de dichos objetos. (LUKÁCS, 1970, p.113) Esta “forma” de la mercancía que se configura en el floreciente capitalismo industrial del siglo XIX, en donde Marx construye su análisis, es

inherente al proceso de trabajo asalariado y su organización de manera científica y racional, y diagrama en forma profunda la percepción y la interpretación del mundo del trabajador. (LUKÁCS, 1970, p.116) Se constituye una actitud frente al mundo que tiene efectos en los vínculos con su comunidad o su clase, tendiente al aislamiento y la fragmentación, y “rompe también los lazos que, en la producción ‘orgánica’, ligaban a cada sujeto de trabajo con la comunidad”. (LUKÁCS, 1970. p.117) En síntesis, se determina lo que este autor denomina la cosificación del hombre.

Esta idea del trabajador que se especializa en su trabajo, que se despegas del proceso productivo como un todo, es la materialización de la explotación y la subordinación del trabajo por el capital, y es en su generalización a todas las esferas de la vida la naturalización de las leyes del capital, y la idea de su inmutabilidad. Pero es también la posibilidad de desarrollo de la conciencia para la liberación de dicha opresión.

En este sentido se ha generado buena parte de la reflexión teórica entorno a la producción y el proceso de trabajo, en donde se ubica el nudo de la posibilidad de construir la conciencia de clase. El proceso de consumo y por ende el consumidor son el espejo de la cosificación y la alienación del trabajador, pero en este caso desde la esfera del consumo no está en condiciones similares para superar dicha situación alienada y adquirir conciencia colectiva. Cómo observan Goodman y Dupuis (2002), el papel del consumo ha sido subordinado a la esfera productiva, sus determinantes son inherentes al proceso de producción y sus posibilidades de reconocer la esencia de las relaciones mercantiles más allá de la apariencia de la mercancía no parecen viables. El consumo es concebido como una acción individual y guiada por procesos económicos que se generan a nivel general en la sociedad, sin posibilidad de ninguna intervención por su parte. Para las perspectivas más ortodoxas el poder está puesto fuera del ámbito del consumo, desde donde se induce la demanda de una diversidad cada vez mayor de satisfactores, y se la identifica como una etapa pasiva, sin una dimensión política en sus prácticas. En efecto, en las posturas centradas en la producción, vinculadas a perspectivas marxistas más ortodoxas, el consumo está subordinado a los procesos productivos, y no es posible pensar que desde allí se genere acción política transformadora, sino desde la esfera de la producción. La conciencia política se construye en esta última, y el espacio de la circulación de las mercancías es donde se elabora el fetichismo. Goodman y Dupuis (2002) señalan, siguiendo a Buttel:

Marx insists, as Buttel rightly notes, that political power is located in the sphere of production only. The power to shape society depends, therefore on control over the sphere of production and the capacity to transform the relationships between worker and capitalist in the immediate labor process. (p.6)

Por otra parte, corrientes marxistas basadas en la dimensión cultural y desde la antropología y la sociología, han intentado reconciliar los estudios de la economía política con los estudios culturales de la perspectiva marxista. Del estudio de dichas corrientes se señala que el capitalismo globalizado actual presenta un nuevo conjunto de interacciones entre las fuerzas productivas y las relaciones de producción, surgiendo de esta manera nuevos sitios donde se expresan los antagonismos y las resistencias, nuevos sujetos y movimientos sociales y nuevas identidades colectivas que eventualmente ampliarían la esfera del movimiento político. Los consumidores de alguna manera pueden ser considerados sujetos que aspiren a transformar. (GOODMAN y DU PUIS, 2002, p.12) También desde la perspectiva feminista se señala la necesidad de poner atención sobre el rol histórico de las mujeres en la reproducción de la vida y la importancia que tiene para la acumulación capitalista, cuestión a la que muchos teóricos marxistas han prestado poca o nula atención (FEDERICI, 2014, p.103)

En el intento de buscar las pistas de estos enfoques que incorporan complejidad al vínculo producción – consumo, pero sobre todo las derivaciones políticas y los efectos en los movimientos sociales que concretan este vínculo, parece importante rastrear en los procesos de globalización de los sistemas agroalimentarios, iniciados en los años 70 del siglo XX, y complementariamente, en el papel del campesinado en dicho proceso.

En efecto, la globalización de los sistemas agroalimentarios ha operado en base a una expansión y generalización de las relaciones capitalistas a nivel mundial que, si bien fueron concebidas como un arreglo de la economía capitalista de la posguerra, tuvieron su mayor expresión en América Latina a partir de los años 70 con la consolidación de los modelos neoliberales y en varios casos la implantación de dictaduras en los gobiernos. Ha tenido drásticos efectos sobre los trabajadores rurales y campesinos, a la vez que una consolidación de la estrategia global del capital, comandada por las grandes corporaciones transnacionales (TEUBAL, 2001, p.46). Se han hecho evidentes dichos efectos en la marcada diferenciación social en el campo y la exclusión de importantes sectores de la población rural, y como contracara una notable concentración de los recursos productivos en grandes empresas.

En este mismo sentido, el papel del campesinado se pone sobre el tapete, ya que si bien ha sido considerado reiteradas veces como en desaparición en el modo de producción capitalista, históricamente ha resistido este proceso, además de que el capital lo ha refuncionalizado para asegurar sus condiciones de acumulación y reproducción, como lo señalan Piñeiro (1985, p.44) y Bartra (2006, p.55). Siguiendo a Bartra, la evolución del sector agropecuario y agroindustrial ha tomado el derrotero de la especialización y homogeneización productiva, en la búsqueda incesante de romper las barreras de los procesos biológicos y productivos, que le impiden al capital establecer sus leyes a cabalidad.

La concentración de recursos, los marcos políticos – jurídicos y los avances tecnológicos parecen ir en ese camino. Las innovaciones derivadas de la biotecnología son paradigmáticas en este sentido.

Pero los efectos negativos a nivel social, ambiental y económico hacen evidentes las contradicciones y los límites propios del modo de producción, y por ende las dificultades para promover sustentabilidad (BARTRA, 2006, p. 24).

Y en consecuencia, coloca la potencialidad del campesinado para superar esta dificultad sistémica:

Por definición, la nueva agricultura basada en paradigmas campesinos, deberá desobedecer los dictados del mercado, pues maximizar ganancias no puede ser la prioridad única de una producción comprometida con la equidad y el medio ambiente. (BARTRA, 2006, p.26)

Es decir, se habilita a pensar la producción de alimentos descentrada de la máxima valorización de capital, sino en lo que podríamos denominar la *revalorización del valor de uso* en contraposición a los valores de cambio, en términos marxianos (BARTRA, 2006, p. 28).

En sintonía con esta apuesta al valor de uso, se encuentra el pensamiento de Echeverría (1998a), que parte de la crítica a la modernidad capitalista para poner sobre el tapete la contradicción de la sociedad moderna:

En la base de la vida moderna actúa de manera incansablemente repetida un mecanismo que subordina sistemáticamente la 'lógica del valor de uso', el sentido espontáneo de la vida concreta, del trabajo y el disfrute humanos, de la producción y el consumo de los 'bienes terrenales', a la 'lógica abstracta del valor' como sustancia ciega e indiferente a toda concreción, y solo necesitada de validarse con un margen de ganancia en calidad de 'valor de cambio' (p. 63).

Este autor identifica en la obra de Marx como se concibe la contradicción fundamental en esta sociedad, la que denomina contradicción entre valor y valor de uso, señalando:

Marx identifica con claridad en qué consiste el modo contradictorio que tiene la humanidad moderna de producir y reproducir su vida. El absurdo básico de la vida moderna está en que los seres humanos sólo pueden producir y consumir bienes, crear riqueza y gozarla o disfrutarla, es decir, sólo están en capacidad de autorreproducirse, en la medida en que el proceso de producción y consumo de sus bienes sirve de soporte a otro proceso diferente que se le sobrepone y al que Marx denomina 'proceso de valorización del valor' o 'acumulación de capital' (ECHEVERRÍA, 1998b).

En concordancia con esta línea de pensamiento, es ineludible pensar que otras dinámicas de consumo se configuran, que le dan sentido político y crítico a las prácticas de consumir y producir, y desde estos sentidos es que Goodman y Dupuis (2002, p.18) reivindican la posibilidad de analizar las redes de producción y consumo como una totalidad integrada, en donde los dos ámbitos puedan ser analizados como posibles espacios para la conformación de sujetos políticos.

Entre las resistencias y alternativas se destaca la agroecología, cuya praxis conoce diversos sesgos y diferentes corrientes. Algunas la colocan al servicio de transformaciones radicales emparentada conceptualmente con la soberanía alimentaria. Así, Sevilla-Guzmán y Woodgate (1997) la destacan como una alternativa de “manejo ecológico de los sistemas biológicos a través de formas colectivas de acción social”, que se plantea explícitamente modificar los sistemas de producción y consumo que han provocado la crisis ecológica y social actual. Se apoya en los conocimientos locales, campesinos e indígenas, y en la “diversidad ecológica y cultural” (p. 93). Por otro lado, desarrollos más recientes impulsados por organismos multilaterales internacionales han pretendido enfatizar en la perspectiva técnica de la agroecología que permita generar mejores condiciones para recrear los sistemas alimentarios comandados por el capital, colocándola como una más de otras opciones técnicas (OGM, reducción del uso de químicos) soslayando su potencial radical transformador (FAO, 2015, p.12).

Giraldo y Rosset (2016), analizando las disputas que se desarrollan en la arena internacional, afirman:

Asistimos a una disputa entre dos formas radicalmente distintas de concebir la agroecología, una, estrechamente técnica, cientificista e institucional, y la otra, la de los pueblos, profundamente política que aboga por la justicia distributiva y el replanteamiento total del sistema alimentario (p. 17).

Dicha disputa se expresa en los movimientos campesinos y de consumidores de diversos lugares del planeta, y aún son inciertas las resultantes de las fuerzas en pugna.

Abordaje metodológico

Es una investigación de tipo cualitativo, buscando la comprensión y explicación del fenómeno, y se desarrolla en base a cuatro momentos, que no son estrictamente consecutivos, sino que en alguna medida se retroalimentan mutuamente, en el entendido de que teoría y práctica deben conjugarse constantemente, para la mejor comprensión de las situaciones y hechos abordados.

Primero, se realizó una revisión documental que permite afianzar la perspectiva teórica, así como un estudio de experiencias sistematizadas en diferentes ámbitos académicos y sociales sobre vinculación entre productores y consumidores.

En segundo lugar, se realizó un mapeo y caracterización de los principales circuitos comerciales agroecológicos en los cuales participan colectivos de productores y consumidores. Este trabajo consistió en la recolección de información en organizaciones e instituciones que están vinculados a estos circuitos, además de entrevistas a informantes calificados.

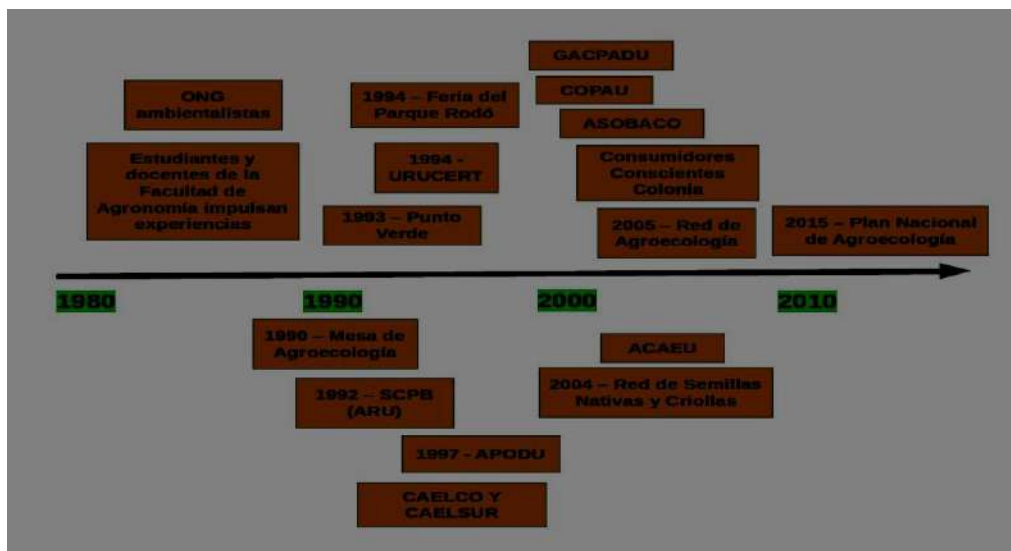
En un tercer momento, se seleccionaron los casos en base a los criterios de: objetivos de la organización y el vínculo construido entre productores y consumidores.

Por último se realizó un estudio de caso, con el objetivo de recabar evidencias acerca de la concepción del producto/alimento, cómo se construye la valoración de los mismos, así como los criterios que definen el vínculo. El estudio de caso resulta apropiado para esta investigación que intenta, a punto de partida de la teoría, discutir y reflexionar sobre alguno de sus postulados, tomando los casos como posibilidades de “comprender las dinámicas presentes en contextos singulares” (EINSENHARDT, 1989, apud MARTÍNEZ CARAZO, 2006. p. 174).

Análisis y discusión

Síntesis histórica de la producción y consumo agroecológico

En diferentes partes del planeta, y específicamente en Uruguay, el desarrollo de la agroecología, como ciencia, movimiento y práctica, toma fuerte impulso a mitad de la década de 1980, con las primeras experiencias impulsadas por estudiantes universitarios en vínculo con ONG ambientalistas y ecologistas. (BARG y QUEIRÓS, 2007; GAZZANO y GÓMEZ, 2015) En la Figura 1 se muestra sintéticamente una serie de eventos que jalónaron el desarrollo de la propuesta agroecológica y los formatos organizativos generados. Cabe señalar que desde los inicios, el vínculo entre productores y consumidores fue un foco prioritario de atención, por lo cual se implementaron diversas estrategias, tales como las ferias orgánicas, las canastas de alimentos con entrega a domicilio y más recientemente la venta de grupos de productores a grupos de consumidores, con entrega centralizada de los alimentos en un punto de acopio y la posterior distribución autogestionada por los propios consumidores.

Figura 1: Recorrido histórico de la Agroecología en Uruguay

Fuente: elaborado en base a Gómez, 2000; Berg y Queirós, 2007; redagroecologia.uy (consultado el 12/2/2017); www.redes.org.uy (consultado el 13/5/2017)

Referencias: SCPB: Sociedad de Consumidores de Productos Biológicos. Certificadora filial de la Asociación Rural del Uruguay; APODU: Asociación de Productores Orgánicos del Uruguay, CAELCO: Cooperativa Agroecológica Limitada de Colonia; CAELSUR: Cooperativa Agroecológica Limitada del Sur; GACPADU: Grupo de Amigos Consumidores de Productos Agroecológicos del Uruguay; COPAU: Consumidores Organizados de la Producción Agroecológica del Uruguay; ASOBACO: Asociación Barrial de Consumo; ACAEU: Asociación Certificadora de la Agricultura Ecológica del Uruguay. Certificadora de la Red de Agroecología del Uruguay, de carácter participativo.

La década del 90 se puede asociar a una fase en la cual se comienzan a desarrollar las primeras experiencias de producción agroecológica, el inicio de las propuestas de certificación de productos, así como los primeros esfuerzos de organización de productores. Ya a inicios del siglo XXI se identifican las primeras experiencias de organización de consumidores, integrando un nuevo actor colectivo en la redes de producción y consumo, así como la emergencia de organizaciones de productores de segundo grado en una propuesta/concepto de organización en red. Finalmente y en la etapa contemporánea, se identifican las primeras experiencias de ejecución de políticas públicas mediante proyectos de apoyo a la producción agroecológica, sintetizando este proceso en la aprobación en 2018 de la ley que crea el Plan Nacional de Agroecología.

En la actualidad en Uruguay se estima que hay unos 200 productores entre aquellos que se definen como orgánicos y los que se identifican como agroecológicos. Se ubican en todo el país, pero la mayor concentración está en el sur del país, y explotan todos los rubros productivos. De este conjunto, según datos de la Registro Único de Operadores de la Red de Agroecología, hay 89 productores certificados por la ACAEU a diciembre de 2018.

Los casos de consumidores organizados

Estas organizaciones se conciben en el proceso señalado en el ítem anterior, y representan dos tipos diferentes en función de su origen, estructura y dinámica de funcionamiento.

COPAU, surgida de una escisión de GACPADU en 2005, se propone consumir, promover y difundir la agroecología. Su predecesora cumplió un papel estratégico al asegurarle a la Red de Agroecología del Uruguay (RAU) la integración de los consumidores organizados, y establecerse como apoyo a espacios de comercialización de los productores, tales como la Ecotiendas¹ y la Feria Orgánica del Parque Rodó². Inicialmente tuvo un importante crecimiento en integrantes, que ampliaron los espacios de trabajo de la organización, siendo parte del sistema de certificación participativa desarrollado por la RAU con ACAEU, e integrando la Red Nacional de Educación Ambiental como organización de la sociedad civil.

Actualmente está muy disminuida en participación, y su funcionamiento se sostiene por muy pocos integrantes, funcionales a la dinámica de la Feria Orgánica, en algún caso a la certificación y en eventos urbanos promovidos por el Municipio B de la ciudad de Montevideo.

ASOBACO fue fundada en 2010, con la base de un conjunto de jóvenes que, mayoritariamente, confluyen desde su anterior vínculo a través de la militancia estudiantil universitaria en la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay y específicamente en la Asociación de Estudiantes de Agronomía. Militancia que además de los aspectos vinculados a lo universitario, despertaron preocupaciones e intereses entorno a la problemática de la producción y consumo de alimentos desde una perspectiva crítica. Progresivamente se fue extendiendo la propuesta a los vínculos de los integrantes fundadores, conformando una red que tuvo como uno de sus criterios fundamentales la cercanía territorial. De base asamblearia y territorial, está enfocada a desarrollar el vínculo directo con organizaciones de productores agroecológicos para el consumo de los alimentos que producen. Integra la RAU y participa en la certificación participativa.

Entre sus integrantes se han realizado entrevistas que permiten comprender cómo se han construido las conceptualizaciones acerca de la producción agroecológica familiar, el sistema alimentario global, valor de los alimentos; y en definitiva, como se concibe el estrecho pero complejo vínculo entre producción y consumo en clave política. Entendiendo

¹Tienda especializada en venta de productos orgánicos ubicada en Montevideo, gestionada por la cooperativa EcoGranjas. En sus inicios fue cogestionada por una comisión integrada por productores y consumidores agrupados en GACPADU, pero estos últimos dejaron de participar al poco tiempo.

²Feria dominical multirubro montevideana que cuenta con un corredor donde se establecen desde hace más de 20 años puestos de venta de productores orgánicos.

dicha clave como la posibilidad de trascender la alienación para montar sobre las prácticas cotidianas de consumir formas de interpretar el mundo y eventualmente las estrategias para adaptarse, o quizás, las utopías para su transformación.

Matrices de origen del consumo politizado

En este aspecto es interesante observar como se entrelazan diversas trayectorias y experiencias que varían según edades y procedencias de los integrantes de las organizaciones.

Es así que está muy presente la importancia puesta al cuidado de la salud, sobre todo en el sentido de reivindicar el derecho a la alimentación saludable. Dicha conceptualización está muy ligada, por un lado, a vivencias o relatos de afecciones de salud más o menos severas, en algunos casos a causa de exposiciones a agrotóxicos, y por otro lado a las decisiones sobre la alimentación de los hijos e hijas en la primera infancia y la consecuente preocupación por evitar alimentos generados por la agricultura industrial, de dudosa inocuidad. En este último aspecto una consumidora recuerda el momento en que se integraron a una organización de consumidores y comenzaron a consumir alimentos provenientes de la agroecología: “[...] fue cuando empezaron a comer los niños, cuidarles las primeras comidas”. (Consumidora. Entrevista 3)

Por su parte los productores también identifican esta motivación original, desde su experiencia en las ferias de venta directa: “[...] la producción orgánica tiene eso, que vos ves a los viejitos que van porque dicen ‘yo quiero comer como comía antes’, van con los niños y dicen ‘bueno, mirá, esto es medio caro. Pero yo para el puré de los niños quiero esto’. Vos sabés que te están comprando para el puré del bebé, o porque están enfermos, o porque están viejitos”. (Productor. Entrevista 4)

En varias entrevistas a personas de edades mayores se expresa una valoración por las formas tradicionales de producir y el consumo de alimentos en períodos anteriores a la generalización de la Revolución Verde. Dicha forma de producir es considerada más cercana al consumo y retrotrae a etapas de la niñez, a los sabores de los alimentos en un hábitat más cercano a la naturaleza, tanto en lo rural como en los propios barrios montevideanos, así como a una forma de reproducción de la vida no tan marcada por la mercantilización.

Otra matriz de origen parte de las experiencias de militancia política y social en diversas experiencias. Si bien no están directamente relacionadas, se señalan como ámbitos de encuentro de sensibilidades *de izquierda*, que habilitan rupturas a las lógicas capitalistas que conectan con la politización del consumo. También surge el reconocimiento de las formas asociativas y cooperativas como instrumentos que permiten viabilizar las

relaciones más cercanas entre producción y consumo. Las experiencias vividas en estos espacios permiten, por un lado, identificar la potencialidad para desarrollar en mayor grado este tipo de consumo, y por otro lado también generan una mirada crítica sobre las dificultades y limitaciones de este tipo de emprendimientos. Un hito destacado en la conformación de colectivos de consumidores es la Feria orgánica del Parque Rodó de Montevideo en 1994, destacado por un asesor técnico en la producción agroecológica: *“...después de la feria, con el tiempo aparece Ecotiendas. Porque había un grupo de consumidores que iban regularmente a la feria y se empezaron a conocer ahí, y se vincularon con los productores. Y ahí se formó GACPADU. Un poco ellos impulsaron que hubiera un local de ventas fijas, porque no les alcanzaba con los domingos en la feria”*. (Asesor técnico. Entrevista 6) Sin embargo, se reconocen algunos límites que encuentran este tipo de experiencias, en relación a la participación de los consumidores y a las diferentes dinámicas de funcionamiento que portan éstos y los productores, las expectativas depositadas por unos y otros en cuanto al desarrollo de acciones en la interfase urbano – rural, que condicionaron el devenir de las experiencias del movimiento agroecológico.

Por último, aparece el acercamiento tanto de consumidores y productores a las problemáticas ambientales y ecológicas, en el cual tienen un papel central algunas ONG como el Centro Uruguayo de Tecnologías Apropriadas (CEUTA), que desde la década de los 80 ha actuado en Uruguay en relación a estos temas. Es reconocida por su papel en la promoción, la formación y en el apoyo a la conformación y desarrollo de colectivos de productores y consumidores de la producción orgánica y agroecológica. Un productor lo destaca en su experiencia de acercamiento a la agroecología: *“El arranque fue bastante dirigido por la gente del CEUTA. El grupo de productores nació dentro de CEUTA, y la primer clientela era gente vinculada o propia de CEUTA. O iban a hacer cursos a CEUTA y siempre les decían lo importante que es comer orgánico. Y la gente decía ‘bueno, pero, ¿dónde los consigo?’, y ahí los mandaban a la feria del Parque Rodó o al sistema de canastas nuestro”*. (Productor. Entrevista 4)

Los vínculos

El valor fundamental es la confianza, que se construye intrínsecamente unida a la cercanía (geográfica y afectiva) entre consumidores y productores. Son procesos que en el tiempo incluyen el diálogo permanente sobre los alimentos, sus calidades y precios.

Así lo expresa un consumidor: *“El poder consultar a los productores por un producto que vino feo o muy chico, eso se logra desde la construcción de la confianza. Permite algo más allá de la visión puramente mercantilista. Permite construir juntos el proceso producción – distribución – consumo.”* (Consumidor. Entrevista 1)

En ese mismo sentido un productor explicita las bases de su vínculo con los consumidores: *“Antes certificaba como orgánico, ahora los canales en los que yo vendo no me requieren certificación. Lo manejo más en la confianza de los que me compran. Todos me conocen, vienen a mi campo, saben como cultivo. Los de ASOBACO, algunos han venido cuando certificaba. Ya son diez años que me conocen”*. (Productor. Entrevista 5)

Por su parte otro productor expresa esa confianza lograda con los consumidores en la feria, que trasciende el hecho de comprar un producto: *“Y se da en la feria también, que vos hacés una relación personal. Yo ahí empecé a entender, porque, a veces uno ve la dinámica de una feria. Hay puestos en los que hay cosas buenas, cosas malas, cosas más o menos. Vos pensás que el que vende (porque los precios son relativamente similares) es el que tiene todo bueno. Pero venden todos!, porque todos hacen su relación. Yo tenía clientes que venían y me pedían tal cosa y yo les decía ‘mirá no tengo, tengo esta otra cosa. Pero mirá, aquel y aquel otro productor tienen’. Y dicen ‘no, no. Pero yo te compro a vos, en vez de darme eso dame esto otro’. Y de repente cambiaban lo que pensaban comprar porque te compran a vos. Y así les pasa a los otros, a todos. Hacen una relación y vienen y te llevan lo que vos tenés, y te cuentan algunas cosas, y te preguntan otras, y está buenísimo”*. (Productor. Entrevista 4)

También instancias de encuentro en los hogares de los consumidores, en las ferias, en los espacios de debate y decisión conjuntos y en las visitas a los predios: *“Las visitas a los predios son muy esclarecedoras. Permite conocer cómo se produce y los riesgos que se asumen. En los propios acopios se intercambia con los productores que vienen a traer los pedidos, y eso te empieza a dar elementos para comprender la situación de la agricultura familiar. También puede decirse que este vínculo ha estimulado a los consumidores a producir alimentos en su casa.”* (Consumidor. Entrevista 1).

Las señales que se generan en este vínculo han provocado cambios en los sistemas productivos, buscando la incorporación de rubros productivos o modificar la organización del trabajo familiar para la gestión de los diferentes canales comerciales. Un productor entrevistado señala en relación a la carencia de algunos cultivos orgánicos: *“No hay fruticultura. Yo intenté el año pasado empezar con citrus, pero con la seca se me perdieron los árboles. Ahora compré los citrus y los voy a plantar [...] hay demanda, yo veo que la posibilidad de venta la tengo”* (Productor. Entrevista 5).

Dichos cambios inciden en la diversificación productiva y en la posibilidad de ampliar las posibilidades tanto de vender como de consumir otros productos: *“[...] hay una retroalimentación. Muchos productores terminan plantando cosas porque le piden los consumidores, o llevando yuyos, llevan carqueja o diente de león. Ellos están viendo que se vende, que no se vende, entonces eso realimenta mucho las decisiones de qué plantar, qué variedades”* (Asesor técnico. Entrevista 6).

Como parte de la formalización de esos vínculos, es de destacar que la Red de Agroecología del Uruguay ha generado su propio mecanismo de certificación participativa, en el que los consumidores han asumido su rol de garantes, pero además ha reforzado el vínculo y la comprensión de los sistemas productivos agroecológicos y su complejidad, ampliando el conocimiento mutuo. Algo que eventualmente puede permitir el ajuste de las herramientas organizacionales. De todas formas, es pertinente el señalamiento de un entrevistado de que *“[...] la certificación es importante, es la única herramienta que te da una garantía. Pero más importante que la certificación es ese vínculo de confianza”* (Productor. Entrevista 4).

Se evidencian también dificultades que tienen que ver con algunos aspectos operativos, con conceptualizaciones y hasta idealizaciones sobre el otro, pero también con las lógicas imperantes de las relaciones mercantiles capitalistas que atraviesan y desafían constantemente a estas experiencias.

En ASOBACO se enfatiza en lo complejo y en ocasiones desgastante que resulta toda la gestión del pedido de los alimentos a los productores. Es un mecanismo que requiere niveles de participación e involucramiento permanentes, que no siempre se logran. En una entrevista se reflexiona en este sentido: *“Constantemente hay que resolver problemas: transporte, envasado, acopios. Y yo medio que me cansé un poco ahí.”* (Consumidora. Entrevista 3) Dicha complejidad en los mecanismos de distribución y consumo establece limitaciones a la propuesta, lo que lleva a pensar que los procedimientos y el involucramiento con el acto de consumo pueden ser un factor explicativo del permanente señalamiento de algunos productores sobre el reducido volumen de demanda que tiene el colectivo de consumidores, considerado el potencial de consumo con que en teoría cuentan. Un entrevistado expresa en ese sentido: *“...cuando hay pedido de asobaco primero tenés que organizarte, armar la lista, mandarle un mail. Después tenés que ir un sábado de tarde, trasladarte a ir a buscar el pedido que hiciste, llevar dinero en efectivo que cada vez es más complicado... Y vos al super vas el día que querés, a la hora que a vos se te antoja, pasaste una tarjeta de débito o de crédito. Hay que estar bien convencido”*. (Productor. Entrevista 5).

Por otra parte esta opción seductora del mercado hegemónico, también tensiona las prácticas de comercialización de los productores, y esto es evidenciado en momentos en los que no se ha cumplido con lo acordado con los grupos de consumidores en cuanto a cantidad y calidad en los alimentos que previamente se había acordado comercializar. Una consumidora la ejemplifica: *“Creo que el grupo de productores de Sauce estaba en un momento que era medio lotería, y a veces te clavabas. Venían los sábados de tarde, y tá, yo tenía feria los sábados de mañana. No voy a la feria, llego el sábado de tarde. Pedí papas,*

no hay papas, pedí remolachas, no hay remolachas, pedí coles, no hay coles. ¿Qué hay? Boniato y calabaza, ¡y unas acelgas que vinieron con una tristeza! Entonces me voy con la mitad de los productos que había pedido, unos que no están tan buenos. Entonces a veces te daba como un poco de bronca, te defraudaba un poco. A mi, porque es mi momento para ir a la feria, el sábado a la mañana. No voy y ya me quedo toda la semana desfasada, sin comida. Arroz y fideos, o morís en lo primero que encontrás” (Consumidora. Entrevista 3).

Se afirma entonces la tensión existente entre el compromiso y la consecuencia que requiere dicho vínculo y las necesidades cotidianas de consumo y de obtención de ingreso familiar, lo que expone a las partes a la lógica mercantil dominante. Es interesante ver aquí como el planteo es recíproco: de parte de los productores, el reclamo a los consumidores por sus bajos niveles de compra; y por parte de los consumidores, los reclamos sobre calidad y disponibilidad de productos, ya que muchas veces los productores priorizan enviar sus alimentos al mercado tradicional. Estas situaciones ponen sobre la mesa las contradicciones y dificultades a las que se enfrentan las experiencias alternativas en el contexto del mercado.

La valoración de los alimentos y las prácticas de consumo

Resulta central comprender qué dimensiones son consideradas al realizar las prácticas de consumo y en qué medida se politizan. En este sentido surge de la investigación la intencionalidad expresada por los consumidores organizados: “[...] *teníamos una idea desde siempre de favorecer la producción familiar agroecológica, preferentemente de grupos de productores organizados*” (Consumidor. Entrevista 1). El estudio parece confirmar dicha intencionalidad en los colectivos de consumidores, que son los que más han politizado sus prácticas consuntivas, pero se relativiza en los consumidores que compran alimentos en ferias o por canastas, sin integrar ninguna organización de consumo. En algunos de estos casos aparece firme el criterio de comprar alimentos a productores locales, de carácter familiar y orgánicos, pero en otros el énfasis está puesto en las ventajas de consumirlos por sus beneficios en términos de salud, considerando lo intrínseco a la calidad del producto y no al contexto en que se producen. En este aspecto, la consideración de la dimensión social en la práctica de consumo, según un productor que vende en feria “[...] *es menos, mucho menos. Capaz por ser directo del productor, porque es el productor el que va a la feria*” (Productor. Entrevista 4). En relación al alimento en particular, se evidencia la preocupación que es destacada al consumirlo: “*Algunos lo consumen por conciencia, por los riesgos que puede tener consumir un alimento convencional, algunos porque decididamente le encuentran mejor sabor a las cosas*”. (Productor. Entrevista 5), y si bien el aspecto estético no parece destacarse en la elección, se entiende que lo ofrecido por los productores

agroecológicos ha ido rompiendo con la idea que antes tenían los consumidores de que los alimentos orgánicos carecen de calidad estética.

Para cerrar, cabe señalar que la definición de los precios es un campo de difícil resolución, y por lo planteado en las entrevistas no ha sido posible modificar sustancialmente las pautas del mercado global. Algunos consumidores entienden que un sistema de vinculación con los productores como el de ASOBACO no ha logrado resolver aspectos de la distribución y de la forma en que se ofrece el producto, que hace que estos últimos se perciban como caros. Un ejemplo se presenta por una entrevistada sobre la magnitud del gasto en alimentos en ASOBACO: *“En un mes es como un surtido, [...] no es despreciable en una economía familiar. Pero si me sumás \$20 de frascos, esto de no sé qué, este otro del fraccionamiento del queso, esto del flete... Se le incrementa el precio al producto, que se vuelve para mí muy caro. En una economía familiar es carísimo. [...] Entonces, está todo bien con lo orgánico, pero también hay una realidad económica familiar, que a veces me parece que no se si se tiene en cuenta”*. (Consumidora. Entrevista 3)

En contraposición, los productores que se vinculan con este colectivo de consumidores, señalan: *“Los precios que cobramos nosotros a ASOBACO no son nada fuera de lo normal, vas al supermercado y comprás mercadería convencional al mismo precio que nosotros le vendemos mercadería orgánica. Y probablemente en algunos casos el supermercado tiene mayor precio”*. (Productor. Entrevista 5)

Puede pensarse, en base a las evidencias que sustentan el presente estudio, de que en buena medida hay carencias en la información con la que cuentan los consumidores para entender cómo se construye el precio de los alimentos, así como a determinaciones que establecen la primacía y centralidad del valor de cambio por parte de los productores. Dichas carencias probablemente puedan abordarse al establecer los espacios y tiempos de intercambio y acuerdo necesarios entre ambos actores, que contemple integralmente necesidades y posibilidades, a la hora de vender y de comprar.

Esta temática debe profundizarse con el avance de la investigación, pero lo evidenciado hasta ahora sugiere que la conformación de un espacio que privilegie el valor de uso a la vez que permita sostener la producción, distribución y consumo en perspectiva agroecológica, requiere aún una mayor acumulación de saberes, prácticas y acción política.

Reflexiones inconclusas

La politización del consumo en un sentido crítico y transformador tiene en el pensamiento y la práctica agroecológica un sustento que habilita nuevas configuraciones del sistema alimentario. Sin embargo, resulta necesario comprender cuáles son sus

posibilidades y límites actuales, considerando las condiciones que establece la globalización capitalista en su etapa actual, los desarrollos científico - tecnológicos a su servicio en las más diversas esferas de la actividad humana, en la búsqueda de controlar todas las posibles disidencias, cooptándolas hacia la lógica del capital o aplicando las fuerzas de coerción necesarias para su supresión. Las propuestas y luchas por un otro consumo y por ende una nueva forma de producción se encuentra ante esta disyuntiva, como lo afirman Giraldo y Rosset (2016, p.17).

En las experiencias analizadas se identifican relaciones de larga duración, apoyadas en trayectorias individuales y colectivas que sostienen la politización mencionada, y que sin embargo expresan su inconformidad e incertidumbre ante los dispositivos organizacionales construidos. El modelo propuesto desafía en buena medida la cultura organizacional tradicional. Rompiendo las estructuras jerárquicas e impulsando organizaciones basadas en la horizontalidad y la democracia directa; incorporando nuevas tecnologías de la información y la comunicación a la vida cotidiana del colectivo; y en algunos casos, sin plantearse prescindir del Estado, servirse de él desde una estrategia que Giraldo identifica como “pragmatismo autonómico” (2018, p.146). Los mecanismos construidos parecen apoyarse en diversas prácticas no exentas de contradicciones, pero que habilitan aprendizajes colectivos y que, en su sustento teórico y político, ponen de relieve la revalorización de los alimentos en una lógica que busca desprenderse de la del capital, pero que en las acciones concretas debe intentar eludir la seducción de su aparente comodidad, facilidad y libertad, materializado en la góndola orgánica de algún supermercado.

Son movimientos que han ido reforzando la posibilidad de un consumo no alienado, y a pesar de esto, resulta a la vez desafiante no encontrar aún las claves de la participación y la popularización de la agroecología y del consumo politizado. Organizaciones de consumidores que no crecen o se debilitan, propuestas que no parecen efectivas al momento de llegar a los sectores populares, y estrategias de las grandes corporaciones alimentarias de conformación de *mercados orgánicos* que intentan mediatizar y opacar el sentido emancipador de la agroecología.

Parece interesante poder avanzar en el sentido de encontrar conexiones y nuevas conceptualizaciones entre las perspectiva agroecológica y de la soberanía alimentaria, y las elaboraciones teóricas y empíricas generadas en el campo de la economía solidaria, particularmente en América Latina. Si bien no son el foco de esta investigación, cabe señalar que en Uruguay se registran experiencias de consumo político que avanzan en este sentido.

Quedan planteadas las interrogantes: en los próximos tiempos ¿será posible construir redes agroecológicas locales, en base a acuerdos que prioricen las necesidades y posibilidades de productores y consumidores, y de fuerte arraigo popular?; ¿en qué medida

se consolidarán alianzas políticas para poner en cuestión el modelo productivo de la agricultura industrial con efectos duraderos?

Bibliografía

BARG, R.; QUEIRÓS, F. **Agricultura agroecológica – orgánica en Uruguay. Principales conceptos, ubicación actual y desafíos**. Montevideo, Uruguay: RAP-AL, 2007.

BARTRA, A. **El capital en su laberinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida**. México D.F: Itaca, 2006.

DA SILVA, GRAZIANO. Complejos agroindustriales y otros complejos. **Agricultura y Sociedad**, Madrid, n. 72, p. 205-240, 1994.

ECHEVERRÍA, B. **Valor de uso y utopía**. México D.F: Siglo XXI Editores, 1998a.

ECHEVERRÍA, B. **La contradicción del valor y el valor de uso en El Capital, de Karl Marx**. México D.F: Itaca, 1998b.

FEDERICI, S. La reproducción de la fuerza de trabajo en la economía global y la revolución feminista inacabada. **Contrapunto**, Montevideo, n. 5, 97-128, 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Final Report of International Symposium on Agroecology for Food Security and Nutrition**. Roma: FAO, 2015.

GAZZANO, I.; GÓMEZ, A. Agroecología en Uruguay. **Agroecología**, Murcia, año 10, n. 2, 103-113, 2015.

GIRALDO, O. F. **Ecología política de la agricultura. Agroecología y posdesarrollo**. San Cristóbal de las Casas, México: El Colegio de la Frontera Sur, 2018.

GIRALDO, OMAR; ROSSET, PETER. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Guaju**, Paraná, Brasil, año 2, n. 1, 14-37, 2016.

GÓMEZ, A. Agricultura orgánica: una alternativa posible. In: DOMÍNGUEZ, A.; PRIETO, R.; ACHKAR, M. (Ed.). **Perfil ambiental del Uruguay 2000**. (85-98). Montevideo: Nordan Comunidad, 2000. p. 85 – 98, 2000.

GOODMAN, DAVID; DUPUIS, MELANIE. Knowing Food and Growing Food: Beyond the Production-Consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, V. 42, n. 1, 5-22, 2002.

HOLT-GIMÉNEZ, ERIC. Food Security, Food Justice, or Food Sovereignty? **Food First Backgrounder**, Oakland, CA, v 16, n. 4, 1-4, 2010. Disponible en: https://foodfirst.org/wp-content/uploads/2013/12/BK16_4-2010-Winter_Food_Movements_bckgrndr-.pdf Consultado el: 5 de enero de 2019.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; ALTIERI, M. Agroecología, soberanía alimentaria y la nueva revolución verde. **Agroecología**, Murcia, año 8, n. 2, 65-72, 2013.

HOLT-GIMÉNEZ, E; PATEL, R. **!Rebeliones alimentarias! La crisis y el hambre por la justicia**. Oakland, CA., USA: Food First Books, 2009.

LUCKÁCS, G. **Historia y conciencia de clase**. La Habana, Cuba: Instituto del Libro, 1970.

MAGDOFF, F. Comida como mercadería. **Retrato do Brasil**, San Pablo: n. 55, 26-31, 2012.

MARTÍNEZ CARAZO, Piedad Cristina. El método del estudio de caso. Estrategia metodológica de la investigación científica. **Pensamiento y Gestión**, Barranquilla, Colombia: n. 20, 165-193, 2006.

MARTINS DO CARVALHO, H. **Desarrollo rural y agricultura familiar. Una perspectiva latinoamericana**. Montevideo, Uruguay: Facultad de Agronomía, 2002.

OYHANTÇABAL, G.; NARBONDO, I. **Radiografía del agronegocio sojero**. Montevideo, Uruguay: Redes – Amigos de la Tierra, 2008.

PIÑEIRO, D. **Formas de resistencia de la agricultura familiar: el caso del noreste de Canelones**. Montevideo, Uruguay: Banda Oriental, 1985.

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER, M.; GALLAR, D.; VARA, I.; CALLE COLLADO, A. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Sevilla, España: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, 2012.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. Sustainable rural development: from industrial agriculture to agroecology. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Ed.). **The International Handbook of Environmental Sociology**. Cheltenham, United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 1997. p. 83 – 100, 1997.

SOLER MONTIEL, MARTA; CALLE COLLADO, ÁNGEL. (2010). Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía. En CONSEJERÍA DE CULTURA DE LA JUNTA DE ANDALUCÍA, **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. Sevilla, España: Instituto Andaluz del Patrimonio histórico, 2010, p. 258 – 283.

TEUBAL, M. Globalización y nueva ruralidad en América Latina. In: GIARRACA, N. (Coord.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001. p. 45 – 65, 2001.

Sobre os autores

Walter Oreggioni Marichal – Professor da Universidad de la República, Uruguay **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-6475-398X>

Matías Carámbula Pareja – Graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidad de la República, Uruguay (2004); Mestrado em Ciências Agrárias pela Universidad de la República, Uruguay (2009); Doutorado em Estudos Sociais Agrários pela Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Atualmente é professor da Universidad de la República, Uruguay. **Orcid**: <http://orcid.org/0000-0002-8378-0094>

Como citar este artigo

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. ¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 152-172, set.-dez., 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Matías Carámbula Pareja** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o autor **Walter Oreggioni Marichal**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise, e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 22 de janeiro de 2019.

Devolvido para a revisão em 26 de maio de 2019.

Aceito para a publicação em 15 de junho de 2019.

As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT

Valéria do Ó Loiola

Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – Cáceres, Mato Grosso, Brasil.
e-mail: valeria.loiola@hotmail.com

Tânia Paula da Silva

Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – Cáceres, Mato Grosso, Brasil.
e-mail: tanggela@bol.com.br

Resumo

As formas de desenvolvimento cada vez mais tem se tornado importantes, uma vez que as práticas sustentáveis devem ser aplicadas e desenvolvidas em sociedade, em prol de um meio ambiente mais sadio e por um bem-estar coletivo. Esta pesquisa tem por escopo apresentar alguns projetos sustentáveis desenvolvidos por grupos sociais, organizações e ONGs no território cacerense, e que visam o bem-estar social e ambiental, objetivando visibilizar ações/lutas desenvolvidas por grupos socioambientais que atuam em defesa do ambiente pantaneiro. Utilizou-se como metodologia de estudo a revisão bibliográfica para o embasamento teórico, com autores que discutem os temas abordados; pesquisa documental em jornais e sites oficiais e visita *in loco*, com entrevistas, participação em eventos e atividades. Como resultados da pesquisa pode-se contatar que os grupos socioambientais envolvidos nesses projetos sustentáveis percebem o rio Paraguai e o meio ambiente em sua totalidade, como um bem de valor inigualável; sendo visível os cuidados ambientais e o sentimento de admiração por este bem natural. Todos lutam em prol de uma causa comum, preservar o ambiente pantaneiro para que as gerações atuais e futuras possam ter um lugar habitável e socioeconomicamente sustentável.

Palavras-chave: Ambiente pantaneiro; grupos socioambientais; conflito.

Sustainable tactics for better territory management in the municipality of Cáceres-MT

Abstract

More and more forms of development have become important, since sustainable practices must be applied and developed in society, for a healthier environment and for collective well-being. The purpose of this research is to present some sustainable projects developed by social groups, organizations and NGOs in the Cáceres territory, aiming at social and environmental well-being, aiming to make visible actions / struggles developed by socio-environmental groups that work in defense of the Pantanal environment. The bibliographic review for the theoretical basis was used as a study methodology, with authors discussing the topics covered; documentary research in newspapers and official websites and on-site visit, with interviews, participation in events and activities. As a result of the research, the socio-environmental groups involved in these sustainable projects perceive the Paraguay River and the environment in its totality, as an asset of unparalleled value; being visible the environmental care and the feeling of admiration for this natural good. Everyone strives for a common cause, preserving the pantaneiro environment so that present and future generations can have a habitable and socioeconomically sustainable place.

Keywords: Pantaneiro environment; socio-environmental groups; conflict.

Táticas sostenibles para una mejor gestión del territorio en el municipio de Cáceres-MT

Resumen

Las formas de desarrollo cada vez más se han vuelto importantes, ya que las prácticas sostenibles deben ser aplicadas y desarrolladas en sociedad, en pro de un medio ambiente más sano y por un bienestar colectivo. Esta investigación tiene por objeto presentar algunos proyectos sostenibles desarrollados por grupos sociales, organizaciones y ONGs en el territorio cacerense, y que apuntan al bienestar social y ambiental, con el objetivo de visibilizar acciones / luchas desarrolladas por grupos socioambientales que actúan en defensa del ambiente pantanario. Se utilizó como metodología de estudio la revisión bibliográfica para el embasamiento teórico, con autores que discuten los temas abordados; investigación documental en periódicos y sitios oficiales y visita in loco, con entrevistas, participación en eventos y actividades. Como resultados de la investigación se puede contactar que los grupos socioambientales involucrados en esos proyectos sostenibles perciben el río Paraguay y el medio ambiente en su totalidad, como un bien de valor inigualable; siendo visible los cuidados ambientales y el sentimiento de admiración por este bien natural. Todos luchan en pro de una causa común, preservar el ambiente pantanoso para que las generaciones actuales y futuras puedan tener un lugar habitable y socioeconómicamente sostenible.

Palabras-clave: Ambiente pantanal; grupos socioambientales; conflicto.

Introdução

Mato Grosso é um Estado que possui o privilégio de ter seu território formado por três grandes biomas, sendo: Cerrado, Pantanal e Floresta Amazônica, multiplicando assim, sua beleza natural, composta por extensas redes hídricas, com grande número de nascentes das bacias hidrográficas Amazônicas e Platina, um mosaico de riquezas naturais representadas por matas, florestas, savanas, cerrados, cerradões e pantanais. Além do patrimônio natural, o Estado conta com uma rica diversidade sociocultural, a saber: indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, pescadores artesanais, ribeirinhos, dentre outros grupos que se espalham pelo território, revelando a multiplicidade de identidades mato-grossenses e da cultura local/regional.

Em torno de toda essa riqueza ambiental e sociocultural do Mato Grosso existem diversos conflitos, principalmente em relação à questão ambiental, pois a política que move e orienta a plataforma de governo no Estado é um modelo de produção voltada para o agronegócio, baseado na monocultura à exportação. Essa busca pelo desenvolvimento desenfreado, com vistas ao crescimento e a inserção no mercado capitalista globalizante provoca uma série de impactos ambientais e sociais em Mato Grosso, sendo o desmatamento e a expulsão/expropriação de terras da população local os principais problemas.

Diante desse contexto, reconhecem-se no Estado, vários movimentos/grupos sociais que questionam o *status quo* e que contribuem de forma relevante para o projeto de construção de sociedades sustentáveis. Esses movimentos e grupos socioambientais são construídos por meio de mobilizações e discussões acerca da questão socioambiental em Mato Grosso. Assim sendo, é necessário desvelar os saberes e práticas na luta em defesa do meio ambiente pantaneiro e dos povos que nele vivem.

Dessa forma, na trajetória deste artigo pretende-se visibilizar e refletir sobre as ações/lutas desenvolvidas por grupos socioambientais que atuam em defesa do ambiente pantaneiro equilibrado e sustentável.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento desta pesquisa envolveram, de início, uma revisão bibliográfica para construção do embasamento teórico sobre o tema, utilizando livros, teses, dissertações e artigos científicos, buscando autores que discutem o tema em questão, sendo eles: Acserald (2004), Little (2001), Martinez-Alier (2007), Castells (1999), Haesbaert (2006), Porto-Gonçalves (2006), e demais autores que possuem discussões dentro da temática principal.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, sobretudo com publicações em periódicos. As principais vantagens da pesquisa bibliográfica são reunir dados muito dispersos em meio às infinidades de conteúdos existentes. No entanto, existem desvantagens devido ao possível comprometimento dos dados e da qualidade da pesquisa em relação à realidade.

Em seguida, lançou-se mão da pesquisa documental, buscando nos meios digitais, as principais manchetes publicadas sobre crimes ambientais. Utilizou-se também, fontes secundárias com análise de dados disponíveis em *sites* oficiais.

A pesquisa participante se mostrou fundamental, pois permitiu contato do pesquisador com os sujeitos, possibilitando melhor compreensão sobre os grupos, seus conflitos, suas lutas e desafios, sendo uma forma de aproximação às manifestações e formulações dos participantes em relação às dimensões socioculturais e ambientais, mas também de percepção das particularidades que podem conduzir a novas formulações e às novas perspectivas de análise (GUERRA, 2012).

Por fim, ressalta-se que os participantes desta pesquisa, em sua grande maioria, são lideranças dos grupos socioambientais do município de Cáceres/MT e possuem características singulares e relevantes que os qualificam como uma fonte rica em potencial

de informações sobre os conflitos socioambientais e as lutas dos grupos sociais em defesa do ambiente pantaneiro.

O ambiente pantaneiro e as disputas socioambientais

O Pantanal é o bioma com menor extensão pertencente ao território brasileiro, estendendo-se à Bolívia e o Paraguai. O bioma é detentor de uma rica biodiversidade e diversidade paisagística e ecossistêmica, está localizado no Brasil entre o Estado de Mato Grosso e o Estado de Mato Grosso do Sul. É considerado como uma das maiores planícies de inundação do planeta, apresentando uma rica fauna e flora e é um dos mais valiosos patrimônios naturais do mundo.

Como destaca Ishy (2011, p. 15), “o Pantanal é considerado um dos biomas mais conservados do mundo, com pulso de inundação e baixa fertilidade dos solos, impedindo a ocupação humana e uso intensivo da terra”. É considerado uma das 37 últimas grandes regiões naturais da Terra, com baixa densidade populacional. O autor destaca ainda que:

O Pantanal apresenta uma rica biodiversidade de fauna e flora e rara beleza cênica. A região caracteriza-se como um *hot-line*, um elo entre os biomas Amazônia, Cerrado, Chaco, Mata Atlântica e Bosque Seco Chiquitano, além de Relictos de Caatinga. (ISHY, 2011, p. 18).

Dessa forma, vislumbra-se a diversidade e riqueza cultural, presentes na população pantaneira, trazendo características culturais singulares, fruto da miscigenação de povos indígenas, descendentes de colonizadores e grupos de imigrantes de outras regiões do Brasil. (ISHY, 2011).

No entanto, alerta-se para a existência de grandes ameaças a este bioma, mais especificamente na região planáltica, como: o desmatamento nas áreas de nascentes, assoreamento dos rios, contaminação por agrotóxicos provenientes das lavouras de monoculturas, as pequenas centrais hidrelétricas instaladas ao longo dos principais rios que garantem a pulso natural das águas e a drástica diminuição na quantidade de peixes (SCHLESINGER, 2014). O autor alerta ainda para a expansão da soja que já se faz presente não somente na Bacia do Alto Paraguai (BAP), mas como também em todo o entorno da bacia e frisa que:

[...] O projeto de extensão da hidrovía Paraguai-Paraná até o município de Cáceres, em Mato Grosso, onde a soja seria o principal produto a ser embarcado. Ao mesmo tempo, com a presença da hidrovía, pode-se esperar um novo impulso à expansão da soja em todo seu entorno. (SCHLESINGER, 2014 p. 5).

A expansão da monocultura da soja em áreas pantaneiras acarreta graves prejuízos, não somente à integridade do Pantanal, como também à toda produção familiar das populações tradicionais e camponesas que vivem neste local, tornado em caráter de relevante urgência que haja mobilização por parte da sociedade civil em prol da garantia da conservação e da preservação deste bioma. Assim como destaca Silva (2011):

[...] O Pantanal vem sofrendo ameaças por causa do aumento do turismo, da pesca predatória, da concentração fundiária, do aumento das áreas destinadas à pecuária, convertendo a vegetação nativa em pastagem; como também com a implantação de projetos de exploração de minério e a monocultura. É constante às lutas dos grupos sociais pantaneiros na resistência ao projeto de implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná e as PCHs instaladas ao longo da planície pantaneira. (SILVA, 2011 p. 67).

Apesar dos graves problemas apresentados que afetam o Pantanal, diversas ONGs, Instituições, grupos sociais e socioambientais se organizam/lutam pela manutenção deste valioso recurso natural, fazendo-se necessária a união de grupos nacionais e internacionais para que conheçam e apoiem este movimento que tenta barrar esse visível processo de degradação.

Em Cáceres, cidade que detém o maior rebanho bovino do Estado, a história do plantio da soja é mais recente. Somente a partir do ano de 2005, as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passam a indicar uma área significativa do plantio no município: 3.000 hectares. As maiores áreas estão localizadas na comunidade da Gleba São Luiz, região da Morraria, na fazenda Morada do Sol, próxima à fronteira com a Bolívia e mais recentemente na Fazenda Ressaca.

O cultivo, em geral, ocupou áreas anteriormente destinadas à pecuária bovina ou que aderiram Integração Lavoura/Pecuária. O plantio, no entanto, vem crescendo nos últimos anos, principalmente sobre as áreas degradadas de pastagem. Uma das razões para isso é o valor do hectare de terra em Cáceres, comparado aos de regiões de maior concentração da soja no Estado. Assim sendo, além do valor da terra em Cáceres ser mais barato que em outras cidades de Mato Grosso, existe ainda uma proposta em curso sobre a construção do porto de Morrinhos, localizado nas proximidades de Cáceres, no rio Paraguai, empreendimento este que visa facilitar o escoamento da produção da soja da região, possibilitando a saída de grandes comboios para o Sul, em direção à Bacia do Prata.

Para o trecho entre Corumbá e Cáceres, estão previstas obras para permitir a navegação de grandes embarcações, tais como: dragagens, regularização do leito do rio, retirada de rochas e modificação no canal natural do rio (EVTEA, 2017). As obras previstas para os próximos 10 anos impactarão o trecho Cáceres-Corumbá, que servirá principalmente para o escoamento da soja, sendo que esse trecho abrange uma região muito sensível, com áreas bem estreitas, regiões com áreas bastante desmatadas e de solo

frágil e arenoso, consequentemente aumentando o seu potencial erosivo devido ao seu mau uso (CALHEIROS, 2014).

A questionável forma de desenvolvimento apregoado na atualidade vem cada vez mais tornando fundamental que tenhamos cuidados essenciais para a preservação do ambiente natural. Steffen et al., (2004), alertam que as mudanças nas relações que ocorrem entre o meio natural e as atividades antrópicas se intensificaram nos últimos séculos, acarretando complexas e profundas mudanças globais. Dessa forma, torna-se cada vez mais urgente que práticas sustentáveis sejam utilizadas e aplicadas pela sociedade. Costanza (1992), define sustentabilidade como “o ato de preservar o meio ambiente e ainda garantir a habilidade do sistema em manter sua organização e função com o passar do tempo”.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2010), ressalta que é necessário que se compreenda que a biota não fornece somente benefícios diretos à humanidade, como o suprimento de alimentos e combustíveis, como também é provedora dos processos essenciais à vida no planeta. Sendo assim, compreende-se que cada espécie são seres únicos e de importância fundamental ao planeta.

A Bacia do Alto Paraguai, de acordo com o relatório técnico elaborado pela WWF (1999), possui uma área de 361.666 Km², e abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abrigando ainda a maior planície inundável do mundo, o Pantanal. Ressalta-se, ainda, a importância do rio Paraguai como sendo o principal canal de drenagem desta bacia.

No entanto, todo esse patrimônio deixado à humanidade encontra-se em constantes ameaças. Em um diagnóstico realizado pela WWF-Brasil (2010), e, publicado pela revista Eco (2017), alerta sobre o desmatamento no Pantanal que já consumiu cerca de 18% do bioma. Ressalta-se ainda, que entre as causas da devastação estão a expansão das commodities, principalmente para a produção extensiva de gado, carregando um preço total dessa perda de 19 milhões de reais ao ano para a sociedade, pois, bem como denuncia Castrillon et al., (2017),

Os impactos ambientais e socioeconômicos têm se ampliado nos últimos anos no Pantanal que, apesar da importância ecológica e econômica, seus ambientes estão em alto processo de desmatamento e inadequado uso do solo, principalmente no planalto, onde nascem os principais rios que mantêm a planície. (CASTRILLON, et al., 2017).

Segundo Castrillon (op. cit.) o desaparecimento da mata das áreas que compreende o Cerrado e o Pantanal, modificam intensamente as condições climáticas, influenciando diretamente no regime das chuvas que regulam a umidade do ar e a temperatura. Alerta-se ainda, que o desmatamento para a agricultura ou a implantação de

pastagem para a pecuária retira um tipo de vegetação natural e expõe os solos aos impactos da chuva e raios solares. A autora destaca que:

O desmatamento também expulsa a fauna nativa para substituí-la por animais de criação (bovinos, porcos, ovelhas, cabritos, galinhas etc.), que impactam a superfície dos solos pelo pisoteio, a hidrografia pelo uso excessivo da água ou sua poluição e contaminação com coliformes fecais totais pelos dejetos. (CASTRILLON et al., 2017, p. 18).

Contudo, não apenas o desmatamento afeta a integridade do Pantanal e da população, como também problemas relacionados à exploração de monocultivos, poluição, contaminação por agrotóxicos, a implementação de obras de infraestrutura, como barragens (PCHs) e hidrovias, além de diversos outros problemas ocasionados pela ação antrópica,

O desmatamento e a forma de produção impactam o rio. Assoreamento e insumos como agrotóxicos descem por ele e se distribuem pelo sistema de áreas alagáveis do Pantanal, contaminando as águas e causando prejuízos ao estilo de vida das populações tradicionais. (SCHLENSINGER, 2014, p. 11).

Em Cáceres, os grupos e organizações socioambientais, juntamente com a comunidade cacerense, desempenham importantes ações/lutas para garantir a proteção ambiental no Pantanal Mato-grossense, que vem sofrendo sérios danos ambientais praticados em nome do “progresso”, e a valorização da cultura pantaneira. Vivenciam o desafio permanente de encontrar e promover alternativas para um desenvolvimento responsável, considerando o ambiente pantaneiro como um bem comum que deve ser usufruído pelas gerações atuais e futuras.

O dia do rio Paraguai: desenvolvimento na perspectiva dos grupos socioambientais

Segundo Souza (2004), o rio Paraguai possui uma extensão de 2.693 km em território brasileiro. Seus principais afluentes são os rios Jauru, Cabaçal e Sepetuba, localizados à margem direita; e os rios Cuiabá, Taquari, Miranda e Apa, na margem esquerda. Constitui um dos rios mais importantes do Brasil e sua área de planície pode ser considerada uma grande bacia de recepção de águas e sedimentos. Ainda segundo a referida autora, o rio Paraguai possui distinta importância para o Pantanal, exercendo a função reguladora do regime hídrico, provocando o retardamento e o escoamento da água.

O Rio Paraguai é a sustentação de todo um ecossistema, o Pantanal. As chuvas que regem o seu pulso de cheias e o fazem transbordar também são responsáveis pela transformação drástica e única da paisagem pantaneira, inundada por águas durante quatro meses e depois reaberta pela vazão dos rios na forma de campos, tomados por animais e pássaros –

um equilíbrio tão antigo quanto a formação da Cordilheira dos Andes. Alterar essa paisagem, moldada por milhões de anos, pode ser literalmente o fim do rio Paraguai e de todo o Pantanal (PROJETO BICHOS DO PANTANAL, 2014, s/p).

O rio Paraguai possui sua hidrovia natural, que integra o rio, já utilizada pela população desde o surgimento de Cáceres; mas, o projeto de construção da Hidrovia Paraguai-Paraná¹ vem causando vários debates e conflitos entre os grandes empresários e políticos que são a favor da consolidação da hidrovia, munidos de um discurso que isso faz parte do progresso e isso vai trazer desenvolvimento para Cáceres, e parte da sociedade civil que é contra essas construções no rio, entre eles grupos e movimentos socioambientais, comunidades pantaneiras, organizações governamentais e não-governamentais, ambientalistas e pesquisadores, que alertam sobre o grande impacto ambiental que a hidrovia Paraguai-Paraná pode trazer ao rio Paraguai e, consequentemente, sobre a vida das populações pantaneiras.

Esperam-se graves consequências negativas para as regiões situadas nas proximidades da hidrovia. Os pequenos agricultores que trabalham próximo ao rio e os pescadores devem ser os primeiros a serem atingidos. Com a modificação na condição das águas, suas técnicas tradicionais e equipamentos correm o risco de se tornarem obsoletos. É de se presumir que os trabalhos pesados nas margens e nas proximidades dos rios levarão à remoção de inúmeros moradores da região. Finalmente, se prevê um acirramento dos conflitos de terra e repressão aos pequenos agricultores como consequência da expansão da monocultura e grande porte, necessária para preencher a demanda do transporte (HEGEMANN, 1996, p. 50).

Nesse contexto de luta pela integridade do rio e da comunidade pantaneira, tem-se então, no ano de 2000, uma conquista histórica, a celebração em 14 de novembro do dia do Rio Paraguai. Data esta que entra definitivamente no calendário festivo de Cáceres e região e que constitui-se em um marco em defesa do Pantanal e simboliza a luta e resistência dos movimentos e grupos socioambientais, sindicais, organizações governamentais e não-governamentais, juntamente com parte da sociedade civil, em prol do ambiente pantaneiro.

A audiência pública do dia 14 de novembro do ano 2000 transformou-se em uma grande manifestação em que a sociedade civil conseguiu impedir que as decisões sobre a instalação do Porto de Morrinhos fossem votadas. O projeto foi embargado devido a intervenção popular junto ao Ministério Público e a data torna-se símbolo da luta em defesa do rio Paraguai. Toda essa luta em defesa do bem-estar das águas do Paraguai foi imprescindível para impedir que esse projeto viesse a se consolidar (VIANA, 2007, p. 54).

¹ A Hidrovia Paraná-Paraguai (HPP) é um projeto transnacional que visa criar um sistema de transporte capaz de integrar as economias dos cinco países da Bacia do Prata (Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina), prevendo um trecho significativo do percurso das águas do Pantanal Mato-Grossense (CASTRILLON, 2017).

Assim sendo, o Projeto de Lei que institui o Dia do Rio Paraguai foi deferido pelo então Governador do Estado de Mato Grosso, que teve como base a Art. 42 da Constituição Estadual, e sanciona a Lei:

Art. 1º – Fica instituído no âmbito estadual o “Dia do Rio Paraguai”, a ser comemorado no dia 14 de novembro, passando a constar no calendário comemorativo oficial do Estado de Mato Grosso. Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Esta Lei foi sancionada no dia 22 de março de 2001, justificada pelas manifestações do dia 14 de novembro de 2000, em Cáceres, sinalizando claramente a preocupação da população com o destino do rio Paraguai, da cultura pantaneira, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável da região (VIANA, 2007).

O que está em jogo é a sobrevivência do Pantanal Mato-grossense seriamente ameaçado pelo projeto do Porto de Morrinhos e pela hidrovia Paraguai-Paraná, ações pensadas pelos empresários e governantes para alavancar o agronegócio na região pantaneira. Esta é a motivação, a paixão e a razão da luta dos ambientalistas.

O dia 14 de novembro é uma conquista para nós, porque por meio das nossas ações e manifestações em defesa do Pantanal conseguimos embargar na justiça a implantação da hidrovia, que traria um enorme prejuízo ambiental e social para o município e região. [...]. Não há descanso para nós enquanto nosso ambiente e nosso modo de vida forem ameaçados. A luta não para, é uma batalha cotidiana contra diversas frentes que ameaçam nosso pantanal: luta contrapropostas de transformar o rio numa hidrovia para grandes embarcações; luta contra mais represas rio acima; luta pela melhoria do saneamento [...]. (GRUPO SOCIOAMBIENTAL FÉ E VIDA, 2017).

Calheiros (2014), ressalta ainda os impactos ambientais que seriam efetivados no Rio Paraguai, caso a construção do Porto e da Hidrovia fossem concretizadas:

O rio Paraguai é muito estreito e cheio de curvas (meandros). No projeto de 1990, previa-se: 1) a retificação de curvas, ou seja, deixar o trecho reto; 2) derrocamentos, isto é, tirar as formações rochosas que existem no leito do rio Paraguai, que quando afloram na fase hidrológica da seca impedem a navegação. Estas rochas funcionam como "gargalos" em vários trechos do rio e são um fator importante para que o fluxo de água no Pantanal seja relativamente baixo, pois o rio fica praticamente "preso" nestes trechos de afunilamento, fluindo mais devagar, formando áreas alagadas acima, tanto no Brasil quanto no país Paraguai; 3) dragagens, porque há trechos que sempre são assoreados, prejudicando a navegação, mas com as dragagens muda-se a hidrodinâmica nestes trechos e, como ultimamente o assoreamento é maior devido ao mau uso do solo no planalto adjacente (desmatamento sem respeito às Áreas de Preservação Permanentes - APPs, em solos frágeis, predominantemente arenosos), as dragagens têm de ser mais frequentes e em maior número de trechos. Assim, todas estas intervenções promovem o aumento das vazões (fluxos) de água no rio,

drenando o Pantanal de forma mais rápida do que o normal, em especial na seca, alterando, portanto, seu funcionamento hidroecológico².

Sendo assim, os movimentos e grupos socioambientais de Cáceres e região continuam o processo de mobilização e monitoramento do rio e do ambiente pantaneiro, por meio de suas ações buscam forçar a criação de políticas públicas necessárias para a preservação e proteção desse ecossistema.

Nesse contexto, comemora-se, todos os anos, o dia do rio Paraguai, organizado por integrantes do Grupo Raízes, Grupo Fé e Vida, Comitê Popular do rio Paraguai, grupos sociais que atuam no município de Cáceres de forma expressiva em defesa do rio Paraguai e da comunidade pantaneira. Diversas atividades são desenvolvidas no dia do evento (oficinas, exposições, debates, encontros, etc.), todas elas voltadas à preservação e manutenção do pantanal e das riquezas pantaneiras.

Algumas oficinas desenvolvidas são sobre: criação de peixes em viveiros escavados; apicultura, para a produção de mel com a utilização de abelhas típicas da região; criação de minhocas para a produção de húmus; confecção de Viola de Cocho, um instrumento musical tradicional típico dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, entre outras. (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Oficina de Apicultura



Fonte: Org. AUTORA, (2017).

² Entrevista com Debora Calheiros feita pelo Instituto Humanista Unisinos e publicada em 18 de junho de 2014. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/532441-projeto-da-hidrovia-paraguai-parana-uma-irracionalidade-entrevista-especial-com-debora-calheiros>>.

Figura 2: Oficina de confecção da Viola de Cocho



Fonte: Org. AUTORA, (2016).

Todas essas oficinas são desenvolvidas com apresentação e explicações de especialista, que orientava o público interessado a desenvolver essas atividades e a viabilidade econômica, social e cultural das mesmas.

As diversas faixas com mensagens de conscientização alertavam sobre as práticas prejudiciais que diversos grupos hegemônicos vêm praticando e contribuindo para a degradação do rio e cuidados que população deve ter com o meio ambiente. (Figura 1 A e B).

Figura 1 A e B: Faixas expostas no dia do evento na Chácara Tuiuiú
A)



B)



Fonte: Org. AUTORA, (2017).

Ressalta-se, ainda que, o primeiro dia do evento é destinado à realização das atividades preparatórias e que antecedem a limpeza do rio. No dia seguinte, dia do mutirão de limpeza do rio, barcos e chalanas reuniram-se na beira do cais, localizado na região central da cidade, onde é realizado as solenidades e demais avisos sobre a atuação dos envolvidos na limpeza do rio.

Figura 2: Mística realizada pelo grupo Raíces para os rios da região



Fonte: Org. AUTORA, (2017).

Em todas as edições do evento foram encontrados os mais distintos tipos de lixos, materiais em “acampamentos improvisados”, instalados nas proximidades das margens do rio, como: varas de pesca, linhas e anzóis, vasos sanitários, pias, chuveiros, mesas, cadeiras, cama, colchões, fogões, arames farpados, grandes tambores para fazer sevas, e, em sua grande maioria, com um odor muito forte devido ser feito da soja. São em média 7 chalanas participantes do mutirão e todas retornam ao cais da praça central carregadas de lixo. A população que faz do rio uma área de lazer, não se preocupa com os impactos que podem causar praticando atos que prejudicam e degradam o meio ambiente.

Todos os barcos despejaram o lixo recolhido para que outra equipe de limpeza da Prefeitura Municipal de Cáceres proceda com o recolhimento e carregamento até a empresa de reciclagem da cidade. Na Figura 3 é possível visualizar parte do lixo trazido pelas embarcações e as mensagens que os grupos organizadores do evento trazem na tentativa de uma conscientização da população.

Figura 3: Chegada das chalanas carregadas de lixo na 28ª edição do dia do rio Paraguai



Fonte: Org. AUTORA, (2017).

Atualmente, o evento já está em sua 30ª edição e obteve grande destaque frente a mídia local e entre a população, principalmente pelo fato dos organizadores nesta edição solicitarem que todo lixo recolhido no mutirão de limpeza do Rio Paraguai fosse depositado na praça central da cidade, para que assim todos pudessem ter conhecimento dos impactos causados ao rio e da necessidade de conscientização para sua preservação.

Restauração ecológica para conservação dos recursos hídricos no pantanal mato-grossense

O trabalho de restauração ecológica para a conservação dos recursos hídricos, consiste em um projeto desenvolvido por membros do grupo GAIA em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), dentre outras instituições, no município de Cáceres, mais especificamente no Assentamento Laranjeira I, por ser um local que apresenta graves problemas acarretados pelo avanço do desmatamento e por ser uma região onde se localizam algumas nascentes do Pantanal. Esse assentamento possui diversos problemas socioambientais que interferem na qualidade de vida dos moradores que sofrem principalmente com a escassez de água e a falta de tratamento desse recurso, bem como seu mau uso. (LEÃO, 2014). Esse projeto de pesquisa é denominado como “Recuperação das Nascentes e Fragmentos de Mata Ciliar do Córrego do Assentamento Laranjeiras I e Mobilização dos Recursos Hídricos no Pantanal Mato-grossense”. Também conhecido como “Projeto Laranjeiras”. (LEÃO, 2014).

A restauração ecológica é uma ação desenvolvida a partir de parcerias entre professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), integrantes do grupo GAIA/MT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres (STTR), Associação Sociocultural e ambiental Fé e Vida e Escola Antônio Conselheiro, ação financiada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) (CASTRILON et al. 2017). (Figura 4 A e B).

Figura 4: A – Restauração ecológica na bacia do Alto Paraguai; B – Plantio de mudas para a reflorestamento de nascentes do Pantanal.

A)



B)



Fonte: Castrillon et. al., (2017).

Castrillon et al., (2017), ressaltam que essa ação tem por meta realizar um diagnóstico ambiental multidisciplinar, para compreensão do suporte ecológico, em uma

região que compreende nascentes do Pantanal. Realizar a recuperação de nascentes e fragmentos de mata com o plantio de mudas de árvores nativas dessa região, fazer uma mobilização para a conservação do micro-bacia e diálogos ampliados no Pantanal.

E com base nesse diagnóstico, os grupos envolvidos além das atividades desenvolvidas nas nascentes do Pantanal, também publicaram uma cartilha intitulada de “Águas Escassas no Pantanal: Recuperação das nascentes e fragmentos de mata ciliar do córrego no Assentamento Laranjeira I e mobilização para conservação dos recursos hídricos no Pantanal mato-grossense” e o livro “Escassez Hídrica e Restauração Ecológica no Pantanal – Recuperação das nascentes e fragmentos de mata ciliar do córrego no Assentamento Laranjeira I, com o objetivo de expor à sociedade os principais problemas ambientais detectados, e com intuito em conscientizar a população quanto ao uso adequado dos recursos naturais. Ambos foram lançados no VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, realizado em 2017, em Brasília-DF.

Contudo, os grupos e organizações socioambientais agem não somente em defesa do ambiente pantaneiro, como também realizam significativas ações em defesa das comunidades rurais, assentamentos e população do meio urbano, com projetos que visam promover e disseminar o conhecimento e a importância da preservação para as gerações vindouras.

Incubação e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis do pantanal

O projeto Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana, está sob coordenação do representante do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, demonstra relevância para consolidação de parcerias com instituições de ensino superior e escolas de ensino fundamental e médio, fazendo um intercâmbio de produção do conhecimento (ZART, 2016).

O projeto ainda tem por finalidade interagir com entidades, movimentos e grupos sociais, mobilizando e gerando conhecimentos pertinentes a ciência e ações de planejamento e de governança das múltiplas situações que ocorrem nos territórios onde se localizam (ZART, 2016). O referido autor destaca ainda que a metodologia do projeto visa:

[...] Possibilitar a promoção da concertação institucional com órgãos públicos para o desenvolvimento e a avaliação de políticas públicas. As conquistas para a economia solidária resultam dos encontros de agentes econômicos e políticos e da confluência de proposição e das energias mobilizadoras que agregam pessoas, instituições e movimentos sociais na construção de consensos necessários para a construção de projetos de influência nacional. (ZART, 2016).

Zart (2016), ressalta ainda que este projeto tem como base para sua formação, as dimensões formativas diversas que abrangem conteúdos filosóficos sociológicos e econômicos, além da necessidade de saberes técnicos aplicados à produção, comercialização e gestão do empreendimento. Todos os conteúdos científicos são recriados para a devida comunicação com os sujeitos sociais (Figura 5).

Figura 5: Formação/capacitação com os trabalhadores rurais na região da fronteira com a Bolívia



Fonte: Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, (2017).

O Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, além de atividades formativas desenvolvidas com bolsistas e com as comunidades residentes nos assentamentos, desenvolvem importante trabalho de aproximação da população camponesa com a Universidade e a população do meio urbano a partir da consolidação da Feira de Economia Solidária e Agroecológica (FEISOL), bem como destaca Loiola e Martins (2017):

A FEISOL é realizada semanalmente, às quintas-feiras, no pátio da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) das 18:00 as 22:00, os feirantes são famílias provenientes de assentamentos que de forma geral vendem produtos agrícolas variados, bem como de pessoas da cidade que comercializam produtos alimentícios e artesanatos. A organização da feira partiu de uma atividade de extensão universitária por meio do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e conta com apoio de outras instituições como a FASE/MT, o Centro de Direitos Humanos (CDH) e a Empresa Mato-grossense de Extensão Rural. (EMPAER, 2017).

O movimento no ambiente (pátio) da Universidade a partir do momento em que se instalou a FEISOL tem aumentado consideravelmente e atraído novos públicos que antes não frequentava aquele espaço, ou seja, cria-se um vínculo entre a Universidade e a comunidade no geral, contribuí para isso, além da diversidade dos produtos, o modo como

ele é exposto, alguns prontos para o preparo, e as relações socioafetivas que são criadas entre os diferentes sujeitos (LOIOLA e MARTINS, 2017). Figura 6 A e B.

Figura 6: A e B – Feira de Economia Solidária e Agroecológica (FEISOL), na Universidade do Estado de Mato Grosso.

A)



B)



Fonte: Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, (2018).

O Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO, desenvolve ainda oficinas com o objetivo de capacitar a população de forma geral, alguns dos cursos oferecidos são: Desenvolvimento Territorial e Pedagogia da Cooperação; Organização e comercialização solidária formação de agentes da economia solidária; Formação em economia Solidária com mulheres camponesas; dentre outros. (ZART, 2016). Evidencia-se a importância do Núcleo para a efetivação das práticas sustentáveis no município de Cáceres.

Considerações finais

A conjuntura econômica e social do município de Cáceres vem se modificando e o município que, a pouco tempo atrás, era considerado uma das mais expressivas em Mato Grosso na produção agropecuária e turismo, atualmente vem ganhando um novo perfil econômico em função da produção de monoculturas, em específico a soja, desenvolvida em algumas fazendas de Cáceres.

Os grupos sociais, organizações e ONGs, percebem o rio Paraguai e o meio ambiente em sua totalidade, como um bem de valor inigualável, sendo visível o sentimento de admiração por este bem natural. Todos lutam em prol de uma causa comum, preservar o meio ambiente para que as gerações futuras possam ter a mesma oportunidade de desfrutar de riquezas naturais. Os saberes e as práticas dos grupos sociais contribuem para a

construção de uma sociedade mais sustentável, fazendo com que suas ações atenuem as injustiças ambientais e melhorem a qualidade de vida da população.

Portanto, é necessário se construir nessa região, uma transição agroecológica eficiente em termos de proteção ambiental, segurança alimentar e fixação com qualidade de vida de famílias agricultoras, e isso também implica na construção de novas bases argumentativas e mobilizações políticas que enfrentem as grandes monoculturas, a produção e o comércio de agrotóxicos, assim como valorizem a produção rural regional, familiar e agroecológica, pois, o compromisso é dar visibilidade aos movimentos socioambientais em Mato Grosso e a luta que empenham em prol do meio ambiente e da sociedade de forma geral.

Referências

CALHEIROS, D. **Projeto da hidrovía Paraguai-Paraná**: “uma irracionalidade”. Entrevista especial com Débora Calheiros. Instituto Humanistas Unisinos. 18 de jun., 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/532441-projeto-da-hidrovía-paraguai-parana-uma-irracionalidade-entrevista-especial-com-debora-calheiros>. Acesso em: 04 fev. 2018.

CASTRILON, S. I.; et al. (Org.) **Escassez hídrica e restauração ecológica no Pantanal**: recuperação das nascentes e fragmentos de mata ciliar do córrego no Assentamento Laranjeira I e mobilização para conservação dos recursos hídricos no Pantanal mato-grossense. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato Editorial, 2017.

COSTANZA, R. Toward an operational definition of ecosystem health. In: CONSTANZA, R.; HASKEL, B. D.; NORTON, B. G. (Orgs.). **Ecossistem health**: new goals for environmental management. Washington, DC: Island, 1992.

(EVTEA) Estudo de viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental. **Hidrovía do Rio Paraguai**. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Informativo, 2017.

GUERRA, J. **Saberes Culturais e Ambientais: Reinventando a vida na tessitura da Educação Ambiental para Assentamentos Rurais no Bioma Pampa, Sul do Brasil**. 2012, 225 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Biociências. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa sociais**. 6. ed. 4 reimpre. São Paulo: Atlas, 2008.

(IPEA) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sustentabilidade Ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Livro 7. Brasília, 2010.

ISHY, A. **Conhecer para preservar e participar**. Cenários pantaneiros. Rede Pantanal, Campo Grande, MS: Ecoa, 2011.

LEÃO, D. da. S. **O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) no Assentamento Laranjeira I, em região de nascente do Pantanal – Cáceres – MT**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), 2014. 92 p.

LOIOLA, V. do Ó. **A importância da feira de economia solidária e agroecológica – FEISOL no contexto do município de Cáceres/MT.** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba/PR, 2017.

PROJETO BICHOS DO PANTANAL. Pantanal: um dos últimos refúgios da natureza segue ameaçado em silêncio. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/537469-pantanal-um-dos-ultimos-refugios-da-natureza-segue-ameacado-em-silencio>. Acesso em: 30 jun. 2018.

SCHLENSINGER, S. **Pantanal por inteiro, não pela metade: soja, hidrovia e outras ameaças à integridade do Pantanal.** Mato Grosso, Brasil, 2014.

SILVA, R. A. da. **Do invisível ao visível: O mapeamento dos grupos socioambientais de Mato Grosso – Brasil.** Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos naturais). Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. 2011, 222 f.

SOUZA, C. A. **Dinâmica do corredor fluvial do rio Paraguai entre a cidade de Cáceres e a Estação Ecológica da Ilha de Taiamã, MT.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

STEFFEN, W.; et al. **Global change and the Earth System: a planet under pressure.** New York: Springer, 2004.

VIANA, G. (Org.) **A polêmica sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná e o Porto de Morrinhos.** Mato Grosso: Assembleia Legislativa. Coleção Eco-Cidadania, n. 3., 2007.

WWF. HUSZAR, P.; et. al. **Realidade ou Ficção: Uma Revisão dos Estudos Oficiais da Hidrovia Paraguai-Paraná,** 1999. 46 p.

ZART, L. L. **Incubação e Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Pantanal e Baixada Cuiabana.** Universidade do Estado de Mato Grosso, 2016.

Sobre os autores

Valéria do Ó Loiola – Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Mato Grosso; Mestrado em Geografia pela Universidade do Estado do Mato Grosso; Docente na Universidade do Estado do Mato Grosso. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-8785-9624>.

Tânia Paula da Silva – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Docente da Universidade do Estado do Mato Grosso; Docente na Universidade do Estado do Mato Grosso. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-4430-974X>.

Como citar este artigo

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula da. As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 173-192, set.-dez., 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Valéria do Ó Loiola** ficou responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados, procedimentos técnicos e tradução do artigo; a segunda autora **Tânia Paula da Silva**, ficou responsável pelas interpretação, análise dos dados e revisão final do artigo.

Recebido para publicação em 11 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 15 de fevereiro de 2019.
Aceito para a publicação em 08 de junho de 2019.

O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) Reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?

Cláudio Ribeiro Lopes

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: claudio.lopes@ufms.br

Napoleão Miranda

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

e-mail: napomir@gmail.com

Resumo

O Estado de Mato Grosso do Sul, além de contar com algumas unidades de conservação em nível federal, estadual e municipal, recentemente, lançou as bases legais e fáticas para a criação de uma nova modalidade, alheia ao SNUC, baseada na ideia de apropriação privada da natureza e, ao mesmo tempo, na visão idílica-parquística norte-americana. Neste trabalho se procurará problematizar se a criação do geoparque bodoquena-pantanal se apresenta como mais uma proposta de reificação da natureza e de sua apropriação privada pelo capital, travestida de proteção socioambiental, ou, se se trata, efetivamente, de uma ação ambientalista. Para tanto utiliza-se do método dedutivo, a partir de pesquisa a documentos estaduais, bem como, em atos normativo-legais que sirvam à identificação dos motivos e fundamentação da criação dessa nova figura ambiental-legal.

Palavras-chave: Parques; SNUC; geoparques; natureza reificada; políticas públicas preservacionistas.

The Geopark Bodoquena-Wetland (MS) Reification case of nature or a proposal for environmental preservation?

Abstract

The State of Mato Grosso do Sul, in addition to having some conservation units in federal, state and municipal level, recently launched the legal and factual basis for the creation of a new type, oblivious to SNUC, based on private ownership of idea nature and at the same time, the US -arquística idyllic vision. This paper will seek to discuss the creation of the Bodoquena-Marsh Geopark is presented as a further reification of the proposed nature and its private appropriation by capital, environmental protection travesty, or if it is , indeed, an environmental action. For this purpose, the deductive method is used, based on research to state documents, as well as normative-legal acts that serve to identify the reasons and justification for the creation of this new environmental-legal figure.

Key-Words: Parks; SNUC; geoparks; nature reified; preservationist policies.

El Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) ¿Reificación de la naturaleza o propuesta de preservación ambientalista?

Resumen

El Estado de Mato Grosso do Sul, además de contar con algunas unidades de conservación a nivel federal, estatal y municipal, recientemente, lanzó las bases legales y fáticas para la

creación de una nueva modalidad, ajena al SNUC, basada en la idea de apropiación privada de la naturaleza y, al mismo tiempo, en la visión idílica-parquística norteamericana. En este trabajo se procurará problematizar si la creación del geoparque bodoquena-pantanal se presenta como otra propuesta de reificación de la naturaleza y de su apropiación privada por el capital, travestida de protección socioambiental, o, si se trata, efectivamente, de una acción ambientalista. Para ello se utiliza el método deductivo, a partir de investigación a documentos estatales, así como, en actos normativo-legales que sirvan a la identificación de los motivos y fundamentación de la creación de esa nueva figura ambiental-legal.

Palabras-clave: Parques; SNUC; Geoparques; naturaleza reificada; políticas públicas preservacionistas.

Introdução

A ocupação territorial e o uso do solo revelam-se como um fator de acesso e manutenção do poder. Particularmente, no caso brasileiro, no que respeita à proteção ambiental, sabe-se que há determinadas especificidades que envolvem a seletividade do processo de acumulação capitalista, seletividade esta que tende a gerar níveis de tensão em decorrência da própria geração e administração de conflitos que suscita.

Nessa perspectiva, a ocupação e uso do solo, isto é, a conquista do território enquanto arena de disputas e manutenção do poder, além dos meios e mecanismos de produção (incluindo-se o capital e o *know-how* tecnológico) representa o diferencial que tende a provocar, como consequência necessária, a mudança de paradigmas da construção da sociedade contemporânea. A partir do método dedutivo com pesquisa às bases legais e documentos expedidos pelo governo sul-matogrossense, o presente trabalho se ocupa de uma crítica ao modelo de gestão pública ambiental levado a cabo pelo Estado do Mato Grosso do Sul mediante a criação de uma pretensa figura de proteção ambiental: os geoparques. A perspectiva metodológica tem como ponto central de ancoragem dados já presentes na bibliografia que existe sobre o tema, bem como, aqueles que se encontram na farta documentação que deu origem aos geoparques no Brasil e, principalmente, no estado de Mato Grosso do Sul.

O processo de ocupação do território sul-matogrossense e sua racionalidade expropriatória e degradante

A ocupação, incorporação e privatização do solo brasileiro tem obedecido à lógica territorial empresarial, isto é, ao modelo mercantil-capitalista. Terra é poder e quem a possui, só a possui porque precede em recursos, sejam eles econômicos, políticos, tecnológicos, enfim. Nesse sentido, pode-se afirmar que há espaços de comando e espaços de subserviência (SANTOS; SILVEIRA, 2002, 264-5).

As intrincadas relações de poder que se estabelecem em decorrência do modelo de funcionamento econômico-social e que encontram na concentração fundiária e na detenção tecnológica dos meios de produção, aliadas à manipulação política pelo mercantilismo capitalista formam o caldo de cultura que estabelece o rito de passagem para a perspectiva de uma sociedade que pouco enxerga a dominação e, mesmo visualizando-a, tende a acatar o mecanismo como inerente à própria condição existencial, naturalizando-a, em detrimento de sua própria condição e qualidade de vida.

Diante da perspectiva posta é possível inferir as relações dialéticas que suportam o objeto deste artigo, a saber, o problema espacial e dos mecanismos de controle espaço/economia, as necessidades de proteção ambiental e as tensões que daí decorrem.

Nesse sentido, emerge a questão do campo dos conflitos sociais decorrentes “do uso e apropriação do território e dos elementos sociais, bióticos e abióticos do espaço” (COSTA; BRAGA, 2004, 195-6) como arena de situação da justiça ambiental como mais um elemento caracterizador das discussões em torno da legitimação ou não de determinadas práticas.

Por óbvio, identifica-se nessas relações a dialética do conflito (OGBURN; NIMKOFF, 1984, 259). Em razão do conflito, inerente à sociedade, emerge a busca fetichista por uma determinada harmonia social, isto é, a ideia de que toda sociedade, para lograr o bem comum, necessitaria de normatização/regramento e encontraria uma possibilidade relativa de sua realização na expressão do conceito de que o Direito é uma ordem de paz. Essa ótica positivista de harmonização social esconde a ideia motriz de invisibilização das tensões e dos conflitos sob o manto da segurança jurídica, o qual tem se prestado a servir, muito mais, como caução aos investidores do que como primado da preservação das condições de vida e dignidade humana no país.

Todavia, não se olvide que as relações sociais são conflitivas, em essência. Isso se exacerba num regime de produção capitalista, onde poucos efetivamente encontram acesso aos benefícios do sistema social, com ênfase à produção e distribuição de riqueza, à custa, inclusive de interferências nocivas à sociedade e, principalmente, ao ambiente cujas consequências sempre são difusas.

O processo de acumulação de riquezas, de concentração de renda e recursos (principalmente a concentração fundiária sob o modelo monocultural), nítida e essencialmente expropriatório, tende a produzir menoscabo significativo dos meios de vida, realização social e cultural, produtiva e convívio com o ambiente nas áreas em que se instala, sujeitando a população às mazelas ambientais e sociais do perverso lado da exploração capitalista que, no Século XXI, ganha contornos mais vorazes em razão da Globalização e os compromissos, públicos e privados, com o mercado internacional de commodities que ela suscita, sujeitando os Estados nacionais ao direcionamento exigido

para a manutenção do modelo pelos grandes agentes do sistema de produção – empresas multi e transnacionais, bancos, órgãos gestores etc. (FURTADO, 1974, 33).

Os conflitos socioambientais, portanto, surgem em meio a essa dinâmica da sociedade, que pode, até, apresentar mesmo uma pequena parcela de pessoas ciente dos processos e prejuízos com os quais se vê obrigada a conviver, como parece ser o caso da cidade e região de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul (SCOTTO; VIANNA, 1997, 25-8).

Nessa perspectiva a expressão “conflitos distributivos e dívida ecológica” (MARTINEZ ALIER, 2014, 78-9) pode ser apropriada pelo discurso de enfrentamento do modelo imposto para marcar e acentuar que determinados investimentos promovem prejuízos ao meio ambiente e são, sim, fatores inexoráveis de degradação das condições de vida e relacionamentos sociais no planeta, ainda que isso tudo venha sendo feito tendo como pano-de-fundo a utilização de um complexo sistema de propaganda que apregoa o desenvolvimento e a noção de sustentabilidade, com o apelo, principalmente, às mídias nacional (CIRILLO, 2015, 30-7) e local (MININI, 2015, 44-60).

Nesse sentido, o conceito de passivo ambiental se apresenta recolocado no cenário social como mais um elemento caracterizador da exposição de um interesse que não se restringe, apenas, à questão do controle sobre a produção, mas, que perpassa essa ideia para abarcar as possibilidades de alusões às externalidades negativas como mensuráveis e dignas de reparação a partir da ambientalização de determinados conflitos sociais (LOPES, 2004, 216-222).

Nessa linha, pode-se identificar um campo de disputas pela pregação da legitimidade da detenção, manipulação, exploração e manutenção do território e dos modos sociais de apropriação do mundo material com vistas gerar acordos simbióticos que visem a naturalizar as externalidades negativas decorrentes da práxis dessa relação (ACSELRAD, 2004, 16-7).

A própria construção das noções de “progresso”, “desenvolvimento” e “sustentabilidade” engendra uma série de conflitos para a sua situação, que vão desde a lógica malthusiana de racionalização dos recursos, passando pela lógica da gestão burocrático-estatal do patrimônio natural, até os modelos de inclusão das noções culturais e de (in)justiça ambiental como fundamentadores/legitimadores dos discursos propostos.

Nessa perspectiva é relevante a necessidade de construção de uma racionalidade ambiental como um meio de resgate, ou, reapropriação de uma forma de a sociedade e se relacionar com o ambiente, isto é, de construir u’a outra noção de sustentabilidade que vá além do economicismo, ou seja, que seja capaz de superar a racionalidade do capital (LEFF, 2006, 248-9), que transformou o Brasil em uma mera plataforma de valorização financeira internacional (PAULANI, 2008, 41), principalmente, se se pretende fazer frente,

com algum nível de tensão, ao modelo exploratório que foi imposto ao Estado do Mato Grosso do Sul.

O processo de acumulação do capital via modelo de progresso desenvolvimentista-industrializante submetido ao Brasil nas últimas décadas e, em especial, ao Mato Grosso do Sul, é revelador de uma tomada de sentido com relação à reprodução do espaço territorial e dos meios inerentes à produção, com graves consequências socioambientais, como um todo.

Não por outro motivo é possível se estabelecer relações entre terra-território e poder. Desde muito se conhece que a distribuição histórica das terras no Brasil se deu tendo por pano de fundo o capital mercantil. No Mato Grosso do Sul, findo o processo de acesso a terra por meio das sesmarias, o que se viu foi a grilagem indiscriminada, muita vez, com incentivo e legitimação estatais. No rastro da boiada a terra foi ocupada, gerando latifúndios a perder-se de vista.

Em nome de um progresso, de uma ocupação territorial cujo lema era “integrar para não entregar”, moto de um regime político ditatorial-militar-empresarial que perdurou por mais de duas décadas no país, o cerrado foi posto abaixo no Estado do Pantanal¹.

A ocupação do Mato Grosso do Sul por fazendeiros pecuaristas remonta ao Século XIX, com incentivos por parte do Governo Federal, principalmente, tendo como pano-de-fundo o término da Guerra do Paraguai, em 1867 (TRUBILIANO, 2014, 174-5). Visando estabelecer ocupação não-indígena no sul do então Estado de Mato Grosso e buscando consolidar seu domínio territorial nas terras de Castella, Portugal estabeleceu construções militares fortificadas ali, em Corumbá (Forte Coimbra) e Miranda (Forte de Miranda), além de realizar o povoamento de Albuquerque (IDEM, 175).

Todavia, isso era pouco para assegurar esse domínio. Era, de fato, preciso povoar o Mato Grosso, então, inexplorado. O processo obedeceu, então, ao regime de criação de latifúndios, principiando por pecuaristas de Poconé (região mais ao norte do MT), que se estabeleceram no Pantanal para a criação de gado, constituindo extensas propriedades, pois, aonde o rebanho ia em busca de novos pastos, seguia-se a incorporação das áreas pelos fazendeiros, mediante posse física (IBIDEM, 176).

Segundo noticia o autor, as posses das glebas eram demarcadas a olho, pois “a facilidade na aquisição, por título gratuito, de glebas imensas, cujas divisas os vizinhos longínquos respeitavam, por não lhes minguar terreno bruto” (CORRÊA FILHO, 1955, 20), além da necessidade de se estabelecer dois tipos de terreno ali, um para a estação seca e outro para a das monções, justificava as ações e a prova da força e poder dos pecuaristas no Século XIX. Não sem motivo, foi chamada de *Época Heróica*.

¹ Essa denominação é a preferida por grande parte da população para a designação do Mato Grosso do Sul. Encontra dificuldades para implantação, vez que, o fenômeno do pantanal não é exclusivo desse Estado.

Em decorrência da prática maciça da pecuária extensiva, exigente de imensas porções de território para a sua reprodução lucrativa e, diante da expansão do modelo para o leste, atual região do Bolsão sul-matogrossense, os latifúndios grassaram, sendo mantidos até o presente momento.

Com isso, a vegetação foi sendo substituída por pastagem e, após a década de 1970, pela braquiária, que conquistou, por sua tecnologia, rusticidade e capacidade nutricional, os latifundiários e o homem do campo, como um todo, no país.

O custo disso foi a quase eliminação do Bioma Mata Atlântica, existente, principalmente, na região sul/leste do atual Mato Grosso do Sul e de parte significativa do Bioma Cerrado; apenas restam 32% de cobertura vegetal nativa ali (ICMBio, Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Bodoquena, 2013, 29).

A proteção jurídico-ambiental no Mato Grosso do Sul pela modalidade “parques” do SNUC

Em decorrência, principalmente, de pressões internacionais passou-se a considerar, fundamentalmente, a partir do último quarto do Século XX, a necessidade de se criar áreas para preservação ambiental.

Nesse sentido, o Mato Grosso do Sul, Estado criado em 1º de janeiro de 1979, estabeleceu algumas áreas de proteção ao ambiente que viriam, anos mais tarde, a ser abarcadas pela normatividade constitucional e pelo SNUC.

Assim sendo, é possível visualizar que o MS apresenta, atualmente, 84 unidades de conservação, nos três níveis federativos, as quais ocupam u'a área de 3.891.158,77 hectares do território total de Mato Grosso do Sul computado em 358.158,7 Km². Isso significa que esse Estado tem 10,1% do seu território protegido mediante áreas em unidades de conservação. As APA's representam 88,3% de área total de UC's no Estado e interessa destacar que, no Mato Grosso do Sul, os municípios são os entes federativos que mais criaram APA's. Destacam-se, para o que interessa ao presente artigo, apenas os parques, com relação completa das UC's ao final do texto.

1- Parque Nacional Serra da Bodoquena, com 76.481,00 ha e 295,62 Km de perímetro, criado pelo Decreto federal sem número, de 21/09/2000. Localiza-se no Bioma Cerrado, sem permissão de visitação e as maiores atividades conflitantes ali são a pecuária bovina, a caça e a pesca, as quais ocorrem a partir do seu entorno e adentram seus limites. Cobre, aproximadamente, 0,2% da superfície do Estado e 0,3% do Bioma Cerrado ali localizado (ICMBio, Plano de Manejo, 2013);

2- Parque Nacional da Ilha Grande, com 19.000,00 ha;

- 3- Parque Nacional das Emas, com 3.273,00 ha;
- 4- Parque Nacional do Pantanal, sem área estimada, ainda;
- 5- Parque Estadual Matas do Segredo, com 182,29 ha;
- 6- Parque Estadual Nascentes do Rio Taquari, com 30.613,57 ha;
- 7- Parque Estadual do Prosa, com 133,83 ha;
- 8- Parque Estadual do Rio Negro, com 78.536,31 ha;
- 9- Parque Estadual Serra de Sonora, com 7.937,44 ha;
- 10- Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema, com 74.297,67 ha;
- 11- Parque Municipal Cachoeiras do Apa, com 58,96 ha, localizado no município de Porto Murtinho/MS;
- 12- Parque Municipal Cumandaí, com 7,97 ha, localizado no município de Naviraí/MS;
- 13- Parque Municipal da Lage, com 6,36 ha, localizado no município de Costa Rica/MS;
- 14- Parque Municipal Lagoa Comprida, com 91,40 ha, localizado no município de Aquidauana/MS;
- 15- Parque Municipal de Naviraí, com 3.996,82 ha, localizado no município de mesmo nome;
- 16- Parque Municipal de Piraputangas, com 1.267,00 ha, localizado no município de Corumbá/MS;
- 17- Parque Municipal do Pombo, com 3.299,99 ha, localizado no município de Três Lagoas/MS;
- 18- Parque Municipal Salto do Sucuriú, com 54,59 ha, localizado no município de Costa Rica/MS;
- 19- Parque Municipal Sete Quedas, com 19,36 ha, localizado no município de mesmo nome;
- 20- Parque Municipal Templo dos Pilares, com 105,45 ha, localizado no município de Alcínópolis/MS.

São, ao todo, 06 (seis) parques estaduais, 10 (dez) parques municipais e 04 (quatro) parques nacionais, com áreas respectivas de 191.701,11 em ha. de parques estaduais, 8.907,90 ha de parques municipais e 99.774,57 ha de parques nacionais. Ao todo, essa modalidade de UC contempla, nas três esferas, 300.383,58 em ha..

Levando-se em consideração a dimensão territorial das demais UC's no Estado, vê-se que aquelas de uso sustentável ocupam 3.532.796,50 ha, enquanto as de proteção integral, apenas 358.362,18 ha.. Ou seja, a proteção integral, no Mato Grosso do Sul, não parece ser prioridade – ao contrário do que se vê, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro (ESTERCI; FERNANDEZ, 2009, 16) – seja do governo federal, seja do Estadual, ou, até mesmo, dos municípios. Isso é muito significativo e oferece várias leituras sob os mais

diversos olhares, como, por exemplo, uma que leva em conta o fato de que o Estado apresenta três dentro os seis biomas nacionais: Cerrado, com 218.476,80 km², Pantanal, com 89.538,68 Km² e Mata Atlântica, com 50.142,22 Km² (ICMBio, 2013, 29). Predominam as APA's, que somando-se as três esferas federativas, ocupam 3.436.400,97 ha..

O total de área protegida é pouco significativo, tendo-se em conta o território total do Estado, que ocupa quase 36 milhões de hectares. Sintomático é que as áreas com proteção integral representam apenas 1% dessa área toda.

O projeto Geoparque Bodoquena-Pantanal como uma proposta de reificação da natureza, ou, como uma ação ambientalista de preservação

Segundo a proposta do Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) elaborada pelo IPHAN em conjunto com o Serviço Geológico do Brasil:

A área proposta para o Geoparque Bodoquena-Pantanal inclui registros de valor científico, para o entendimento da evolução tectono-ambiental da Faixa Paraguai, em especial para o registro das mudanças globais do final do Neoproterozoico, quando teria ocorrido fragmentação do Supercontinente Rodínia, ou seja, abertura e fechamento de um oceano e posterior formação do Supercontinente Gondwana. Também para a discussão sobre glaciações globais pré-cambrianas, sobre a Hipótese da Terra Bola de Neve e à compreensão de como essas glaciações influenciaram na transição da evolução da vida: de formas microbianas mais primitivas, marcadas pela presença de estromatólitos associados à Formação Bocaina, até formas evoluídas representadas pelos fósseis *Cloudina* e *Corumbella weneri*. Esses registros justificam o slogan “O Alvorecer da Biodiversidade” criado para a proposição do Geoparque. (ROLIM; THEODOROVICZ, 2012, 223).

A referida proposta tem como origem a candidatura, em 2010, pelo governo do Estado do Mato Grosso do Sul em conjunto com o IPHAN e o Serviço Geológico do Brasil, junto à Rede Global de Geoparques Nacionais, da UNESCO. Declara o texto que se trata de uma proposta que engloba “um conceito totalmente diferente dos Parques do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC” (IDEM, 224).

Com efeito, no Mato Grosso do Sul, a ideia de sua criação teve sua eclosão pela região de Bonito, reconhecida, internacionalmente, por suas belezas cênicas e idilismo exacerbado.

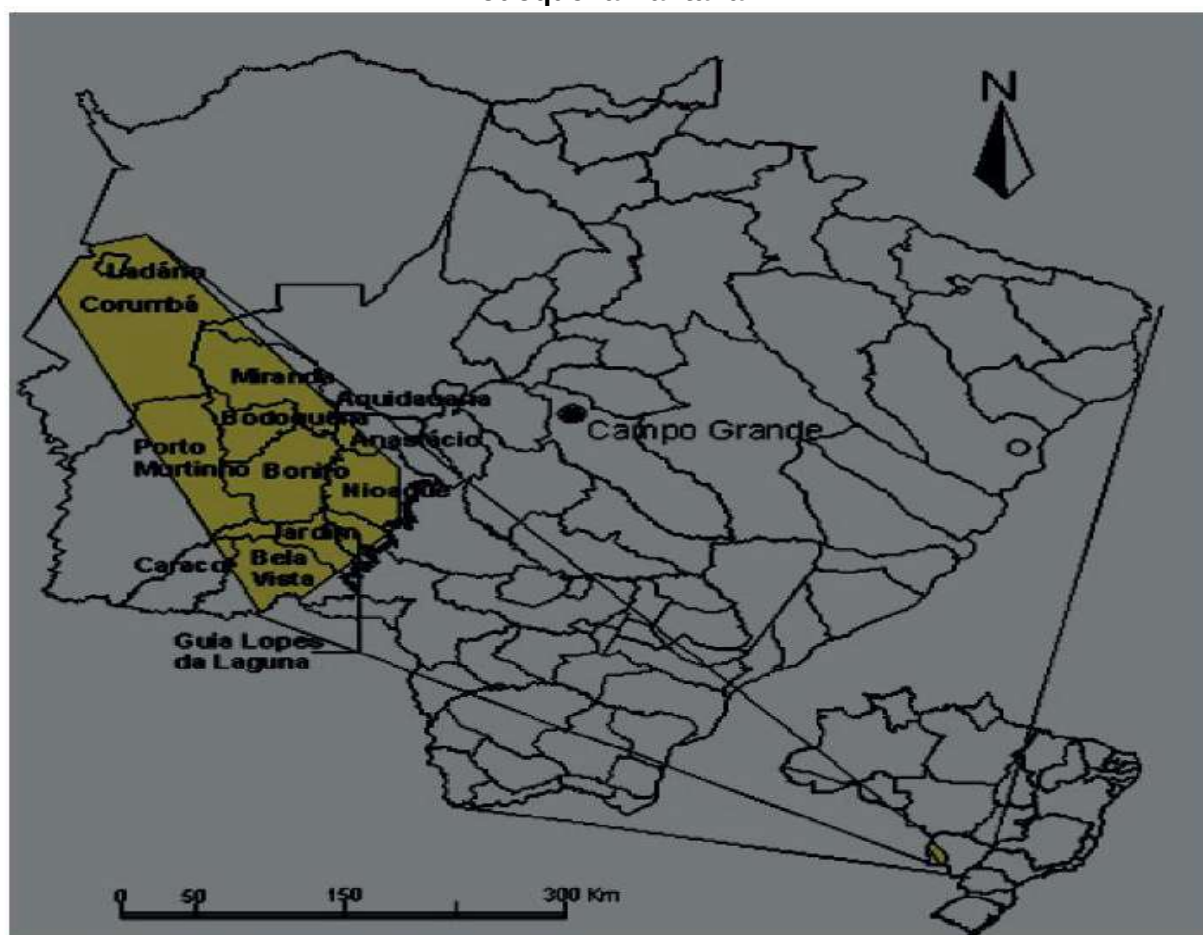
Daí surgiram, ainda em 2006, propostas de se estender a concepção do geoparque até o Pantanal e, mesmo, atingindo Corumbá, por suas jazidas ferromanganesíferas e fósseis do período pré-cambriano (IBIDEM).

Ato contínuo, a proposta elenca uma série de ações referentes a políticas públicas estaduais que objetivaram preparar empreendedores para atender ao mercado turístico, “integrando temas da Preservação, Educação e Desenvolvimento Sustentável” (IBIDEM),

como, cursos de capacitação em turismo, planos de manejo das Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, na região de Bonito/MS, estudos de identificação de sítios históricos da “Retirada da Laguna”, um dos momentos mais marcantes para a História brasileira e, principalmente, para o povo do Pantanal.

Inicialmente prevista para abranger 39.000 km², a área do Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) acabou sendo reduzida e apresentada com o total de 20.000 km² (IBIDEM, 226). Todavia, o Decreto Estadual n. 12.897, de 22 de dezembro de 2009, contempla a área originalmente prevista; logo, tem-se uma área de contorno ao geoparque, conforme se depreende da figura abaixo:

Figura 1: Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul contendo os limites do Geoparque Bodoquena-Pantanal.



Fonte: Adaptado de MATO GROSSO DO SUL (2009).

Ainda, na proposta do geoparque que se apresenta como justificativa do ato normativo de sua criação surgem os temas da preocupação com a “exploração turística mal conduzida e ao manejo inadequado nas frentes de dinamização da produtividade pastoril, agrícola e de mineração” bem como, as pressões exercidas pelo mercado do etanol (plantio de cana-de-açúcar), minério de ferro, soja etc. (IBIDEM, 265).

Ao que tudo indica, trata-se de uma proposta que objetiva conviver com o espectro capitalista de exploração agroindustrial no Mato Grosso do Sul, sob um formato que enxerga os “recursos naturais sendo definidos como o grande trunfo para o progresso futuro do país” (BARRETO FILHO, 2004, 53).

Logo, o Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) não é, em sua origem, uma proposta ambientalista de proteção integral, muito ao contrário, trata-se de um modelo que privilegia a exploração mercantilista das belezas cênicas, dos geosítios (são 45 ao todo), dos sítios de interesse cultural (são 02 e se referem, ambos, a episódios da Guerra do Paraguai – Ñandepá, em Bela Vista/MS e Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna, em Jardim/MS), da biodiversidade e do patrimônio natural do Mato Grosso do Sul.

O teor reificante-mercantilista extraídos dos documentos de criação do geoparque evidencia-se quando, em dado momento do texto, se passa a mencionar os “atrativos turísticos”, com uma relação deles (ROLIM, THEODOROVICZ, 2012, 270) e, fundamentalmente, com um capítulo específico intitulado “Atividades Econômicas e Plano de Negócios” (IDEM, 273-5).

Não se defende, aqui, uma proposta de isolamento como forma de proteção ambiental, mas, daí a estabelecer-se um roteiro turístico-acadêmico-empresarial como forma de se “regular” as atividades ilícitas praticadas a mais de século no Estado do Pantanal, há um abismo de distância.

Nesse sentido, problematiza-se o modo de vida pantaneiro e a sua extinção, pela proposta governamental. Soa como uma recategorização da vida social, feita por ato normativo e suas consequências jurídico-sociais-ambientais, nos mesmos moldes em que denuncia COSTA (2010, 10).

Agrava-se a questão quando se menciona que o Geoparque sobrepõe-se a cinco unidades de conservação: o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul e três Reservas Particulares do Patrimônio Natural, além de outras dezesseis RPPN’s em seu entorno, além da Terra Indígena Kadiwéu, esta, com cerca de 539 ha localizados entre Porto Murtinho/MS e Corumbá/MS (ROLIM; THEODOROVICZ, 2012, 266).

Aparentemente, o governo do Estado do Mato Grosso do Sul objetiva, de certa forma, mitigar a influência e os efeitos do SNUC em seu território com a criação do geoparque. Nesse sentido, parece, seria uma forma de se tentar rediscutir, fora do ambiente adequado (o Congresso Nacional e, antes, a sociedade), os vários matizes de opção político-legislativa que acabou definindo a lei que criou o SNUC, Lei n. 9.985/2000, buscando criar como que uma zona fronteiriça, nebulosa, com a sobreposição territorial da área do geoparque a áreas de outras UC’s (CREADO; FERREIRA, 2012, 24-5).

O direito como não-direito, ou, promotor e legitimador das noções de “desenvolvimento”, “progresso” e “sustentabilidade”

Preocupa perceber se e como o direito, enquanto ferramenta de controle normativo-social, termina sendo utilizado como um promotor das agressões ao meio ambiente e gerador de conflitos socioambientais. Nada do que se fez até aqui na construção do Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) foi feito à margem do direito. Na verdade, o direito acaba legitimando, até, as ações predatórias perpetradas no Mato Grosso do Sul pelo regime de apropriação latifundiária ao longo dos últimos dois séculos de exploração e expropriação fundiária ali.

Evidencia-se um quadro social que escapa ao controle normativo do Direito, uma vez que as normas que poderiam, em tese, ser aplicadas no caso em questão existem, mas, os agentes escapam ao seu campo de incidência usando o próprio Direito, criando, assim, como que uma “terra de ninguém”, em que a impunidade se revela como a regra maior.

Trata-se não de uma impunidade que se situa à margem do sistema, mas, que se insere no sistema, usando o próprio Direito para criar situações de implícitas imunidades, esvaziando, assim, a capacidade de a norma e o Direito realizar um controle social com vistas a preservar os valores mais elevados e custosos à dignidade humana, como a proteção do ambiente, por exemplo.

Identifica-se um modelo empresarial-político-negocial que nasceu para não encontrar limites. E, diante dessa racionalidade formal, tão bem explicitada por Weber (2012, 52), sobressai a lógica do ecologismo dos ricos, ou, da delinquência do colarinho verde, que se furta, dentro do próprio Direito, a responder pelas consequências diretas de seu modo de gestão e produção expansionista.

Constata-se a nítida expressão do modelo racional de expansão agroindustrial, mercantil e de serviços submetido ao país desde o século passado e que carece de apontar salvaguardas úteis, duradouras, sistemáticas e, principalmente, protegidas pelo direito aos investidores, nacionais e internacionais, de modo a permitir como que uma zona-paraíso fiscal, social, ambiental e, até mesmo, criminal.

Conclusão

O incremento e continuidade do processo de ocupação do território da porção sul do então Estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul apresenta um histórico de completa degradação ambiental e uma série de situações que configuram, no mínimo, motivo de preocupação por parte de ambientalistas e segmentos da sociedade, em especial,

alguns docentes-pesquisadores da UFMS², mestres e mestrandos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia dessa mesma e de outras instituições³, membros do Ministério Público Federal etc.).

O direito acaba sendo utilizado como um instrumento de manutenção do *status quo* das elites reacionárias dominantes: o latifúndio, aliado ao capital industrial que, por sua vez, tem em sua agenda de financiamento eleitoral políticos que se elegem e reelegem, sistematicamente. Volta-se o direito contra os expropriados, que se mantêm como uma ferramenta de amparo do capital. É o direito burguês em sua completa essência e acepção.

Nessa perspectiva, no Mato Grosso do Sul criou-se uma política pública em simbiose com a apropriação capitalista nacional e transnacional que permite a edição de atos normativos que excluem ao direito e, fundamentalmente, ao direito penal, da incidência de suas sanções e, numa espécie de premiação, opta-se pela configuração mínima da proteção ambiental via modelos do SNUC, fundamentalmente, fugindo às formas de proteção integral.

Com o objetivo de passar uma mensagem de Estado “antenado” com as modernas concepções de proteção ambientais internacionais, sob os auspícios da UNESCO, criou-se um geoparque que engloba e ultrapassa, até mesmo, o Parque Nacional Serra da Bodoquena, denominado Geoparque Estadual Bodoquena-Pantanal (MS), cujas finalidades, a par das de pesquisa, se concentram, muito mais, na promoção do turismo e na manutenção das irregularidades ambientais – leiam-se ilícitos – por parte dos entes públicos e do capital ali instalados.

Com efeito, a conclusão a que se chega, aqui, neste artigo, é que o geoparque se apresenta, muito mais, como um grande véu a encobrir a verdadeira vocação histórica da ocupação do Estado do Pantanal: a degradação ambiental como ferramenta do “progresso”, do “desenvolvimento” e da “sustentabilidade”.

² Para exemplo, apenas, os seguintes trabalhos já publicados: AUTOR. Direito ambiental e criminalidade verde. In: Marçal Rogério Rizzo (Org.). Versões & Ponderações: reflexões acadêmicas atuais. Volume II. Birigui/SP: Ed. Boreal, 2015, pp. 23-25; _____. Limites do desenvolvimento. In: Marçal Rogério Rizzo (Org.). Versões & Ponderações: reflexões acadêmicas atuais. Volume I. Birigui/SP: Ed. Boreal, 2015, pp. 251-252; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária. Boletim DATALUTA, v. 1, 2012a, p. 02-10; _____. Impactos socioambientales de la expansión del complejo territorial eucalipto-celulosa-papel em el cerrado brasileño. Revista Estudios Sociales Contemporáneos. Mendoza/Argentina: Instituto Multidisciplinario de Estudios Contemporáneos. V. 5-6, 2012b, p. 15-26 (ISSN 1850-6447); _____. I Simpósio sobre a Formação do Complexo Celulose-Papel em Mato Grosso do Sul: limites e perspectivas..., Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011. KUDLAVICZ, Mieceslau. Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS. 2011, 177p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011; ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes de. Territorialização e reestruturação produtiva dos agronegócios nas microrregiões geográficas de Tangará da Serra/ME e Três Lagoas/MS. 2013, 252p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2013.

³MARINI PERPETUA, Guilherme. A miragem verde: um olhar sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho a partir de Três Lagoas (MS/Brasil). Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

Referências

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-35.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, v. 1, 2012a, p. 02-10.

_____. Impactos socioambientales de la expansión del complejo territorial eucalipto-celulosa-papel em el cerrado brasileño. **Revista Estudios Sociales Contemporáneos**. Mendoza/Argentina: Intituto Multidisciplinario de Estudios Contemporáneos. V. 5-6, 2012b, p. 15-26 (ISSN 1850-6447).

_____. **I Simpósio sobre a Formação do Complexo Celulose-Papel em Mato Grosso do Sul: limites e perspectivas...**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011.

ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes de. **Territorialização e reestruturação produtiva dos agronegócios nas microrregiões geográficas de Tangará da Serra/ME e Três Lagoas/MS**. 2013, 252p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2013.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. Fany Ricardo (Org.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, pp. 53-63.

BRASIL, MMA, ICMBio. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**, abril/2013.

CIRILLO, Bruno. Lucro na floresta. **Globo Rural**. São Paulo: Editora Globo, n. 357, julho/2015, pp. 30-37.

CORREIA FILHO, Virgílio. **Fazendas de gado no pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1955.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. A entrada do direito na resolução de um conflito ambiental. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 7, jan-mar/2010, pp. 9-31.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; BRAGA, Tânia Moreira. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 195-216.

CREADO, Eliana Santos Junqueira; FERREIRA, Lúcia da Costa. O caleidoscópio conservacionista: O SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, ano II, n. 4, outubro/2012, pp. 1-34.

ESTERCI, Neide; FERNANDEZ, Annelise. O legado conservacionista em questão. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, 2009, pp. 15-40.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro – Ed. Paz e Terra, 1974.

KUDLAVICZ, Miecslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011, 177p. Dissertação (Mestre) –

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução: Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

AUTOR. Direito ambiental e criminalidade verde. In: Marçal Rogério Rizzo (Org.). **Versões & Ponderações**: reflexões acadêmicas atuais. Volume II. Birigui/SP: Ed. Boreal, 2015, pp. 23-25.

_____. Limites do desenvolvimento. In: Marçal Rogério Rizzo (Org.). **Versões & Ponderações**: reflexões acadêmicas atuais. Volume I. Birigui/SP: Ed. Boreal, 2015, pp. 251-252.

LOPES, José Sergio leite. A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 217-244.

MARINI PERPETUA, Guilherme. **A miragem verde: um olhar sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho a partir de Três Lagoas (MS/Brasil)**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens e valoração. Tradução Maurício Waldman. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

MININI, Sarah. Indústria florestal: superação de crises desde a primeira semente. **Revista Expressão MS**. Três Lagoas: Expressão MS Ed. E Impr. de Jornais, n. 007, ano 02, junho/julho/2015, pp. 44-60.

OGBURN, William F.; NIMKOFF, Meyer F.. **Cooperação, competição e conflito**. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (organização e introdução). 14. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROLIM, Fábio Guimarães; THEODOROVICZ, Antonio. Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) – proposta. In: **Geoparques do Brasil: propostas**. Volume 1, SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Carlos Roberto da (Org.), Rio de Janeiro: CPRM, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCOTTO, Gabriela; VIANNA, Angela Ramalho. **Conflitos ambientais no Brasil**: natureza para todos ou somente para alguns? Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. No rastro da boiada: pecuária e ocupação do sul de Mato Grosso (1870-1920). **Revista Crítica Histórica**, ano V, n. 9, julho/2014, pp. 174-196.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. Gabriel Cohn, 4. ed., 3. reimpr.. Brasília: Ed. UnB, 2012.

Cláudio Ribeiro Lopes – Graduação em Direito pelo Centro Universitário Toledo (1990); Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2007); Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2016); Atualmente é professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagos, Mato Grosso do Sul. **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-3916-0322>

Napoleão Miranda – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1978); Graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2010); Mestrado em Desenvolvimento Urbano pelo El Colégio de México (1981); Doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (1991); Atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro. **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0003-2319-2167>

Como citar este artigo

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS). Reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista? **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 193-207, set.-dez. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Cláudio Ribeiro Lopes** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição dos dados; o segundo autor, **Napoleão Miranda**, ficou responsável pela orientação metodológica da pesquisa, pelos procedimentos técnicos, interpretação e análise dos dados.

Recebido para publicação em 26 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 12 de janeiro de 2019.
Aceito para a publicação em 21 de maio de 2019.

Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil

Bernardo Mançano Fernandes

São Paulo State University (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brazil.
e-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Abstract

Building territorial policies to free lands for national and international corporations to produce large-scale commodities for export, called agro-extractivism is one of the components of the neoliberal agrarian question. In Brazil, in the last thirty years, the agrarian question had two phases: the Neoliberal and the post-neoliberal. These policies intensified the territorial disputes between the agribusiness corporations and the peasant, indigenous and quilombola movements. To better understand these disputes we analyze the new conflicts from the reading of Brazil agrarian and rural Brazil. Through the method of paradigmatic debate, we analyze theoretical and political references for territorial development. Conflictuality is analyzed on a national scale with emphasis on new territory: MATOPIBA, created exclusively for agribusiness, is territorialized and attracts interest from several companies and international financial capital. Another case that we analyze is the conflict between the Landless Rural Workers Movement (MST) and Del Monte Corporation in the territorial dispute in the Apodi plateau in the state of Ceará. We analyze the hegemony of Agrarian capitalism in the neoliberal and post-neoliberal phases and the actions of the peasantry to resist and advance, facing the binomial latifundio-agribusiness. With this article, we contribute to updating the readings on the Brazilian agrarian question.

Keywords: Land grabbing; peasantry; agro-extractivism; conflictuality, agribusiness.

Estrangeirização de terras de terras para o agroextrativismo na segunda fase neoliberal no Brasil

Resumo

Construir políticas territoriais para liberar terras às corporações nacionais e internacionais produzirem commodities em grande escala para exportação, denominado agroextrativismo, é um dos componentes da questão agrária neoliberal. No Brasil, nos últimos trinta anos, a questão agrária teve duas fases: neoliberal e pós-neoliberal. Estas políticas intensificaram as disputas territoriais entre as corporações do agronegócio e os movimentos camponeses, indígenas e quilombolas. Para compreender melhor estas disputas analisamos as novas conflitualidades a partir da leitura do Brasil agrário e do Brasil rural. Através do método do debate paradigmático, analisamos referências teóricas e políticas de desenvolvimento territorial. A conflitualidade é analisada em escala nacional com destaque para um novo território: o MATOPIBA, criado exclusivamente para o agronegócio se territorializar que atrai interesse de diversas empresas e do capital financeiro internacional. Outro caso que analisamos é o conflito entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Del Monte Corporation na disputa por territórios na chapada do Apodi, no estado do Ceará. Analisamos a hegemonia do capitalismo agrário nas fases neoliberal e pós-neoliberal e as ações do campesinato para resistir e avançar, enfrentando o binômio latifúndio-agronegócio. Com este artigo, contribuimos para atualizar as leituras sobre a questão agrária brasileira.

Palavras-chave: Estrangeirização da terra; campesinato; agroextrativismo; conflitualidade, agronegócio.

El acaparamiento de tierras para el agro-extractivismo en la segunda fase neoliberal en Brasil

Resumen

La construcción de políticas territoriales para liberar tierras para que las corporaciones nacionales e internacionales produzcan monocultivos en gran escala para la exportación, llamada agroextractivismo, es uno de los componentes de la cuestión agraria neoliberal. En Brasil, en los últimos treinta años, la cuestión agraria ha tenido dos fases: neoliberal y post neoliberal. Estas políticas intensificaron las disputas territoriales entre las empresas de agronegocios y los movimientos campesinos, indígenas y quilombolas. Para comprender mejor estas disputas, analizamos los nuevos conflictos de la lectura del Brasil agrario y el Brasil rural. A través del método de debate paradigmático, analizamos referencias teóricas y políticas del desarrollo territorial. El conflicto se analiza a escala nacional, destacando un nuevo territorio: MATOPIBA, creado exclusivamente para que los agronegocios se territorialicen, lo que atrae el interés de varias empresas y capital financiero internacional. Otro caso es el conflicto entre el Movimiento de Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) y la Corporación Del Monte en la disputa sobre los territorios en la meseta de Apodi en el estado de Ceará. Analizamos la hegemonía del capitalismo agrario en las fases neoliberal y post-neoliberal y las acciones del campesinado para resistir y avanzar, frente al binomio latifundio-agroindustria. Con este artículo, contribuimos a actualizar las lecturas sobre la cuestión agraria brasileña.

Palabras clave: Enajenación de tierras; campesinado agroextractivismo; conflicto, agronegocios.

Introduction

The current Brazilian agrarian question is undergoing changes as a result of the policies in progress of the second neoliberal phase. The first neoliberal phase in Brazil occurred from 1986 to 2002, when policies began to facilitate the acquisition of land by foreigners.

From 2003 to 2015, the first post-neoliberal or neo-development phase began when the Lula government limited the acquisition of land to international capital. In 2016, there was a political coup that reopened the policies for international corporations to buy land in Brazil. In this research, we present the first results of the new neoliberal policies that impact different peasant and indigenous territories. We analyze how agribusiness is organized to acquire new lands from landowners. We also study the participation of pension funds, sovereign funds and private funds and their relations with national companies, multinational corporations, and landowners. We present two case studies: one in a region of MATOPIBA that was created by the Dilma government to serve the interests of landowners and multinational corporations. In this case, we find a strong presence of rentier capitalism as well as large acquisitions of land. We find territorial enclaves of agro-extractivism along with expropriation and poverty. And another where we analyze the conflict between Del Monte Company and the Landless Workers' Movement (MST) in the dispute by part of the irrigated

perimeter of the Chapada do Apodi in the state of Ceará. In the land disputes for the expansion of agro-extractivism, there was a huge protected territory: agrarian reform settlements. However, in 2017, a law was passed at the national congress that allows agrarian reform settlements to be marketed in the land market. There are almost 100 million hectares to be disputed. It initiates a new phase of the process of grab of the earth with the dispute by peasant territories. A similar process occurs in indigenous territories. What happens in Brazil is part of a broad process of neoliberal policies that have hegemony in several countries. We will make some references to Paraguay and Mozambique because in the first there is a strong Brazilian presence and in the second the Brazilian presence is declining. There is a movement of resistance to the process of territorialization of international capital in Brazilian lands that involves peasant and indigenous movements as well as sectors of Brazilian agribusiness that are concerned with competition.

We analyze the conditions of this resistance against the hegemony of the neoliberal model. Policies in progress in Brazil and in other countries reveal the rapid advance of a development model that encounters resistance, but also resiliency of national companies and support in the governments of those countries that are subordinated to the interests of corporations and funds. Only a new post-neoliberal government can slow the advance of international capital. It is a great struggle of paradigm disputes and development models.

Neoliberal and post-neoliberal phases

The intentionality of liberal reason, hegemonic thinking of the capitalist system, defends free market and state control, which means liberating power from capitalists and limiting the powers of workers and peasants, with the objective of territorializing capitalist relations and deterritorializing relations not capitalist. The socialist experience of the twentieth century limited this territorialization and had an influence on the creation of the phase of social liberalism and the welfare state. The crisis of socialist experience has encouraged liberals to create neoliberalism that radicalizes the defense of the market, turning everything into commodity, even rights (education, health, security) are bought. From the idea of free market to the idea of absolute market, neoliberal intentionality idealized corporate governance and the participation of workers and peasants is limited to the idea of entrepreneurship, in which capitalism is understood as a perfect system. This mode of political conduct, called a single thought, expanded its spaces in the vacuum of socialist experience, which did not create another political model and left the left to adapt to neoliberalism, creating post-neoliberalism.

Between 2003 and 2016 we know the post - neoliberal experience as a transition phase of capitalism. Neoliberalism and post-neoliberalism are phases of the liberal system

that seek within capitalism the way out of capitalist crises. One of the characteristics of neoliberalism is over accumulation and, consequently, the hegemony of financial capital. 1% of the richest control 50% of the world's GDP and are defended as the most efficient by neoliberal reason ideologues (MANKIW, 2013). This ideology of neoliberalism produces neoliberal governments or governmental corporations, constituting a form of governmentality (FOUCAULT, 2007). This form of rationality presents itself as absolute in a world in which the future seems to be suspended (LAVAL; DARDOT, 2015). Without a critical reason that has political force against neoliberal reason, liberal and post-neoliberal governments expand the hub model by creating policies that strengthen capitalists over the working class and the peasantry. As they are parts of the same system there are no neoliberal and post-neoliberal structural differences, but there are conjunctural differences between these governments, as we show below.

Sader, 2003 and Segrera (2016) present some characteristics of these differences, such as an alliance of post-neoliberal governments with productive capital against speculative "(SADER, 2003, p.185), whose objective is" to encourage small and to the internal market of popular consumption, to the expansion of food production, to support the agrarian reform, to advance socially ..." (SADER, 2003, p.187). Dynamizing the national economy with income redistribution, are also highlighted by Segrera, 2016, p. 64, which adds to the recovery of strategic sectors and South - South (Latin America and Africa) and interregional relations such as the Union of South American Nations (UNASUR) and the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), creation of public policies aimed at the development of peasant agriculture, support of peasant movements and we can add access to markets by the poorest classes. This set of policies continued as the economy grew, allowing post-neoliberal governments to maintain the paradox of concentration and distribution of wealth.

The distribution of wealth determined by the market or politics is one of the main characteristics that differentiate neoliberal and post-neoliberal governments. This means that for the neoliberals the investment in the production of goods is the only possibility of distributing wealth through wages and taxes, while for the post-neo-liberals this possibility produces a strong concentration of wealth, and it must be corrected through the creation of public policies which can minimize inequalities. These two political positions lie in liberal rationality, and the distribution of wealth only happens as economies grow, for wealth is produced for 1% and for 99%. With crises and the consequent decrease in wealth production, the 1% does not accept to reduce its share in wealth in general and therefore, who will receive less will be the 99%. This is roughly the debate on capital in the 21st century (PIKETTY, 2014). This is the trend of political disputes at the beginning of this century, a phase of neoliberal governments to an economic crisis that makes the people elect post-

neoliberal governments until the other crisis, which causes the people to elect neoliberal governments until the next crisis and so on. however, the prospect of overcoming is about to be born.

In Brazil, the post-neoliberal phase (Lula and Dilma governments - 2003-2016) was a transition phase of liberalism or an interval between two neoliberal phases, the first phase being the Sarney governments (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) and Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) and the second phase with the government of Michel Temer, who started in the second half of 2016. In Latin America, Segrera, 2016, p.38, considers the beginning of post-neoliberalism in 1998 with the election of Hugo Chavez in Venezuela and the end in 2016 with the legislative and judicial coup that prevented the Dilma government, which represented a decline in United States hegemony in several (RUBIO, 2014) and expanded the achievements of the working and peasant classes. The coup against the Dilma government was also against the rights won with the end of public policies and maintenance of the concentration of wealth and power. The corruption scandals contributed and were used to justify the crisis that would have been generated by the post-neoliberal governments because of the creation of policies of income distribution, family type and other subsidies for education, housing, health, peasant agriculture, etc. That is, the argument of the second neoliberal wave is that governments should not distribute income because they produce economic crises. So once again, the market needs to control the policy. The paradox of the post-neoliberal phase in Brazil has led some scholars to write about the "hegemony in reverse" (OLIVEIRA, 2010).

The idea of "backward hegemony" is a critique that reveals the alienation that makes post-neoliberal governments believe they have power while in fact they received a concession of capitalism to power politically, that is, they won the elections, but not the power to govern. "Reversed hegemony" would be a concession or permission that capitalism gives workers and peasants to pursue public policies of redistribution of wealth and power, provided they do not destroy the structures of the capitalist mode of production. From this point of view, the workers are licensees in the capitalist system, who found in these subjects a form of government that generates less conflict with capital itself. But what the "backward hegemony" does not analyze is that while it is a permission, it is also a form of resistance from both classes, it is a form of power struggle, by government by the state. In short, while neoliberalism wants to regulate rights, post-neoliberalism wants to regulate the market. The Lula and Dilma governments represented this concession and resistance and fought for power within the limits of the "commodity consensus", without constituting a counter-hegemony. These differences also produce conjunctural changes in the agrarian question in post-neoliberal governments that differentiate them from neoliberal governments.

Brazil agrarian and rural Brazil

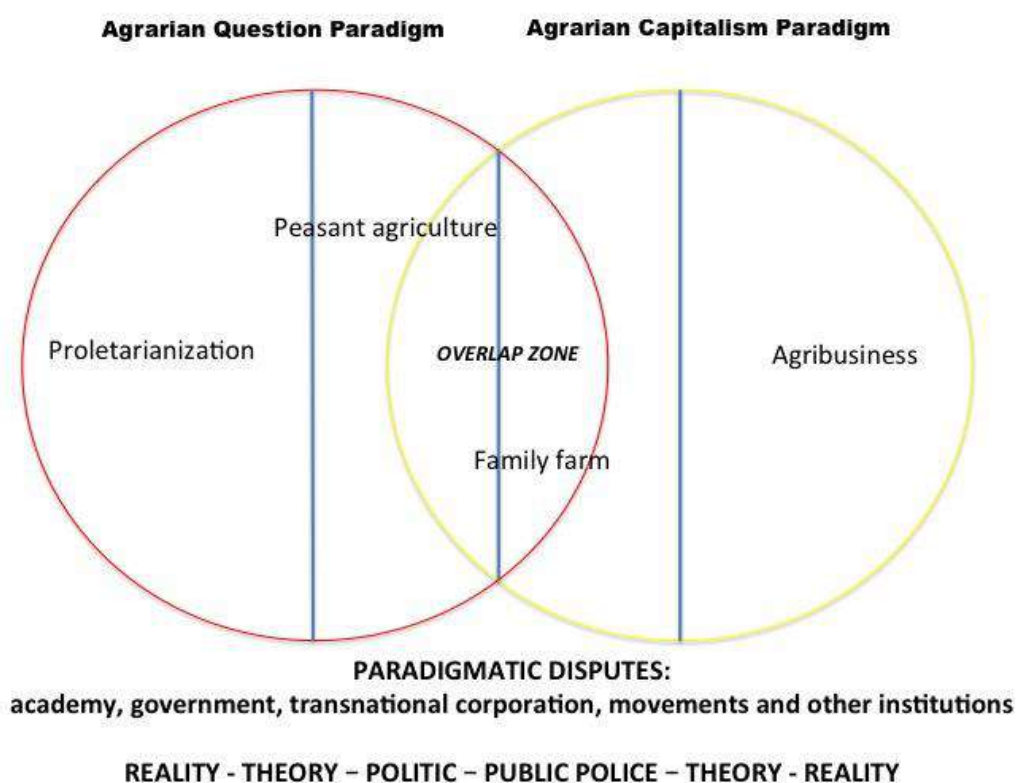
To better understand the changes in the agrarian question, we compare the post-neoliberal phase with the first neoliberal phase and with the present one, even though it is only beginning, there are already references to analyze its policies. The beginning of neoliberalism in Brazil occurred in the 1980s and 1990s with the privatization of state-owned enterprises and the liberation of products. In the countryside, the policies of neoliberalism strengthened agribusiness with the intensification of commodity production, maintaining the agro - extractivist tendency. The first government Fernando Henrique Cardoso was the height of neoliberal policies, which continued in the Lula and Dilma governments and continue with the coup that led Vice President Temer to power. We compare some elements of the agrarian question and agrarian capitalism, such as changes in land structure, agrarian reform, land alienation, public policies, and resistance of the peasant movements.

Before demonstrating them, I present the theoretical basis of our analysis of the agrarian question in neoliberalism and in post-neoliberalism. Agrarian question is a problem produced by capitalist relations that destroys, recreates and subordinates non-capitalist relations, through the capitalized income of the land. The agrarian question is a concept of Marxist origin having as a seminal work the book "The Agrarian Question" of Karl Kautsky, published for the first time in 1899 and is starting point to understand the paradigm of the agrarian question, being one of the fundamental references in the production knowledge about the development of agriculture in the 20th and 21st centuries.

Neoliberal reason produced its own paradigm: agrarian capitalism (FERNANDES, 2013a, p.33). The main references to recognize this paradigm is the absence of conflicts in the analysis, the negation of the agrarian question and the defense of the agribusiness as hegemonic model of development. The agrarian world of the 21st century contains rugosities, whose marks are exposed by analyzes of the paradigms of the agrarian question and agrarian capitalism. One of the references that contribute to a better understanding of the agrarian world today is "History of agriculture in the world" by Mazoyer and Roudart (2008). This work shows that the new agrarian world can not be understood without its history, in opposition to the readings of the ideologues of the paradigm of agrarian capitalism who study a reality that they denominated as rural Brazil, ignoring the conflicts (BUAINAIN et al, 2014). Brazil agrarian and rural Brazil are two terms that represent the paradigmatic dispute for the interpretation of the realities of the field. Studies of the rural world remove the agrarian question from the context, emphasize the power of agribusiness, the resilience of the peasantry and the Indians, and fail to understand the process of destruction and re-creation of the peasantry because it sees the former as natural of the capitalist order and secondly as disorder that is not part of the system.

Agrarian Brazil is an example of the marks of the past recorded in the territories, such as the permanence of the land structure concentrated and controlled by the landowners and the capitalist corporations, constituting a secular hegemonic model and persistence of the peasant struggles that resist, coining their small units of production and living spaces, through the millennial alternative model. The hegemonic and the alternative are models of agricultural development that compete for territories. The respective models, problems and disputes are analyzed by the paradigmatic debate that defend antagonistic positions and combined positions. The incompatibility of models can be understood by analyzing the social relations that produce them and determine their scales, technologies, territorial ordering and relations with nature. By being constituted in capitalist and non-capitalist social relations, that is, family, community, produce different territories and, therefore, different territorialities. The readings that each tendency of the paradigms makes of the differences is presented in figure 1.

Figure 1: Trends in the paradigmatic debate



Paradigms are interpretative models composed of trends. Promoting the paradigmatic debate is a procedure to analyze differences, relationships and overlaps. The construction of knowledge through theoretical elaborations constitutes world views, and is therefore a political option to develop the alternative and or hegemonic models. The

paradigm of the agrarian question interprets that the capitalist relations produce inequalities that provoke the destruction of the peasantry, so the problem lies in the system that by the concentration of land has maintained the hegemonic model of large-scale monoculture production for export for centuries. The paradigm of agrarian capitalism interprets that the problem is not in its relations and therefore it is not of the system, but in the peasant agriculture that is not competitive, although there is a fraction, around 10%, that can be partially subordinated to agribusiness (FERNANDES et al, 2013). From the perspective of the paradigm of agrarian capitalism it would be necessary to deterritorialize 90% of the Brazilian peasants, so that the agribusiness or hegemonic model can appropriate these territories, intensifying land concentration. The impacts of these models can be read on a planetary scale, as we do in the last part of this article.

From Figure 1, we present the views and arguments of each trend of the paradigmatic debate. It is important to remember that the theoretical and political disputes about the problems and viability of the alternative and hegemonic models are the central issue of this debate, where policies are developed for the development of models, which fuel the debate itself, hence its indispensability. For the paradigm of the agrarian question (PQA), the agribusiness model only intensifies the problem, which is not only social, but economic, political, cultural, environmental, or territorial, and the peasant or alternative model is strategic to overcome hunger and promote the production of healthy food. For the paradigm of agrarian capitalism (PCA) the agribusiness model is the only possible model and the peasant model is residual, which may, in the limit, be partially an annex to the agribusiness model.

Let us begin at the extremes of the circles: the proletarian tendency of the PQA believes in the process of destruction of the peasantry by capitalist relations that can lead to a revolutionary process of transformation from the capitalist system to the socialist. The latest theoretical productions of this trend are from the 1980s; the agribusiness trend of the PCA, which has maintained a constant theoretical and political production, believes that agribusiness is the model of development and that family / peasant agriculture are small-scale capitalist relations; the peasantry tendency of the PQA, denies this generalization and argues that family, community relations are non-capitalist relations. It defends the strategic importance of the peasantry for the development of an alternative model to capitalism and its theoretical and political production is permanent; another trend that maintains updated theoretical and political production is family farming, believing that "integration" with capitalism is the only form of existence. There is a zone of overlap between the peasant tendencies of the PQA and family agriculture of the PCA, in which their arguments, theories and policies are mixed, demonstrating that peasant agriculture is familiar, that the family is

peasant, and that resistance to subordination or "integration" To capitalism is the question. It would be in this overlapping possibility to think overcoming (FERNANDES, 2013b).

This debate expresses the disputes over development models: agribusiness as the creation of capitalist corporations and agroecology as (re)creation of peasant organizations. The hegemonic power of agribusiness and the speeches of its ideologues cannot prevent the emergence and insurgency of agroecology. These are - obviously - distinct models of territorial development in which for each one the use of land and territory is thought, planned differently. Various scales, relationships, technologies, knowledge, configurations, innovations, etc. are necessary. They are worldviews that point to opposing and partly overlapping directions, with antagonistic perspectives in which nature and society are understood as commodities and as life, where it is destroyed and constructed, where the product can be commodity or food. In this debate, the idea of consensus does not contain the sense of harmony, but the meaning of the reverse, of the conflict generated by conflict (FERNANDES, 2008).

Conflictuality is an essential concept for understanding territorial disputes over development models and the agrarian policies that produce them. The overcoming of present agrarian Brazil will not happen by consensus, because the models are antagonistic and any possible agreement means to change both. This concept allows us to understand that the conflicts generated are not obstacles, because they are essential for the changes to take place. They will be disputed at micro and macro scales, in the construction of technologies, resources, agrarian policies, etc. Conflict is a constant process of confrontation, produced by the contradictions and inequalities of the capitalist system, evidencing the need for a permanent debate on theoretical and practical levels regarding disputes between development models and territories. These disputes are manifested by a set and conflicts in the field of ideas, in the construction of knowledge, in the elaboration of development policies, in the correlation of forces for the implementation of the models and in their results.

Conflictuality is manifested: by the position of the classes before the effects of capitalist globalization marked by the exclusion of neoliberal policies, which produces inequalities and threatens the consolidation of democracy; by the complexity of social relations constructed in diverse and contradictory forms, producing heterogeneous spaces and territories; by historicizing and spatializing dynamism and not determined; by the persistent possibility of the political construction of the social classes in divergent trajectories and different strategies of territorial reproduction; by the recognition of rule / conflict polarization as a contradiction in opposition to order and "consensus"; by the dispute of definitions of the contents of concepts and theories, of the senses and directions, in which opposition and incompatibility will be exposed.

Agrarian question in the neoliberal and post-neoliberal phases

The inequalities of agrarian Brazil are evident and are based on territorial control by the latifundio - agribusiness and agricultural development policies, especially in the investments in production and in technologies that are mainly directed to the hegemonic model. We began by comparing territorial control to prove the trend of land concentration in the neoliberal and post-neoliberal phases. Note in table 1 the changes in the land structure from the first neoliberal phase (Fernando Henrique Cardoso government) to the end of the post-neoliberal phase (Dilma Rousseff government). First, notice that in the two phases the total area of the properties grew 78%, and the area of the properties with more than 100 thousand hectares grew 372%. This growth occurred mainly in the post-neoliberal phase where the total area of rural properties went from 49% to 87% of the total area of the country in 2014, which would mean the end of the agricultural frontier. This increase will still be analyzed by comparing declaratory data with georeferencing when the correlations of forces change, for the time being, the latifundio - agribusiness binomial, established in the national congress through a ruralist lobby, maintains impediments to access to information, to the maintenance of territorial control which guarantees power. This is the black box of the agrarian question.

LAND GRABBING FOR AGRO-EXTRACTIVISM IN THE SECOND NEOLIBERAL PHASE IN BRAZIL

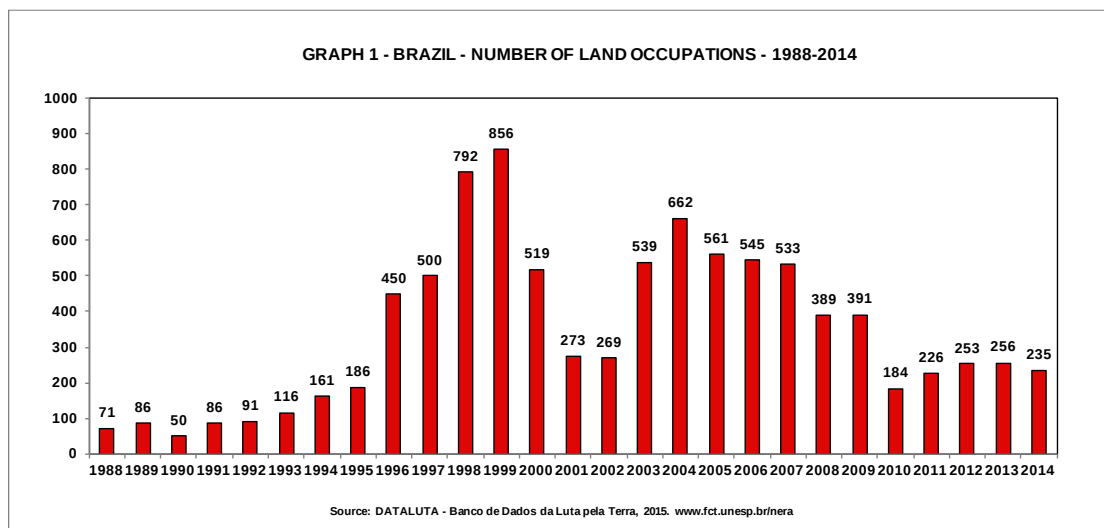
TABLE 1. BRAZILIAN LAND TENURE CHANGES BY REGION AND STATE, 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 AND 2014												
Region/State	1998				2003				2010			
	Amount of properties	%	Total Area (ha)	%	Amount of properties	%	Total Area (ha)	%	Amount of properties	%	Total Area (ha)	%
North	2.255.520	6,3	93.013.658,0	22,4	345.339	8,1	90.156.765,0	21,5	409.067	7,9	171.600.897,3	30,0
AC	13.267	0,4	5.244.582,8	1,3	19.980	0,5	4.176.064,6	1,00	24.479	0,5	7.864.733,6	1,4
AM	36.182	1,0	17.190.488,6	4,1	57.059	1,3	11.180.633,5	2,7	63.890	1,2	30.734.350,0	5,4
AP	5.406	0,2	1.881.688,7	0,5	9.235	0,2	1.364.496,5	0,3	9.631	0,2	3.056.995,4	0,5
PA	73.218	2,0	38.019.689,8	9,2	111.820	2,6	40.095.952,0	9,6	132.935	2,6	62.146.157,7	10,9
RO	43.453	1,2	6.557.893,8	1,6	67.328	1,6	8.227.026,1	2,0	83.796	1,6	30.750.288,8	5,4
RR	15.884	0,4	5.188.083,80	1,3	24.424	0,6	3.853.122,5	0,9	25.653	0,50	10.877.830,2	1,90
TO	38.110	1,1	18.931.230,3	4,6	55.493	1,3	21.259.467,1	5,1	68.683	1,3	26.170.541,6	4,6
Northeast	1.007.819	28,1	79.723.554,0	19,2	1.207.064	28,1	84.632.098,0	20,2	1.441.786	27,8	110.137.304,4	19,3
AL	35.924	1,00	1.297.714,7	0,3	40.770	1,0	1.412.876,0	0,3	44.470	0,9	1.547.952,0	0,3
BA	381.825	10,7	30.550.947,9	7,4	477.902	11,1	31.003.684,3	7,4	561.682	10,8	40.801.952,0	7,1
CE	120.214	3,4	8.375.460,7	2,0	131.003	3,1	8.215.658,6	2,0	167.636	3,2	9.251.814,1	1,6
MA	63.114	1,8	15.336.605,9	3,7	87.979	2,1	17.624.568,2	4,2	121.518	2,4	25.084.396,3	4,4
PB	98.888	2,8	3.643.608,7	0,9	102.061	2,4	3.549.763,2	0,9	115.813	2,2	4.460.778,8	0,8
PE	124.751	3,5	4.705.910,6	1,1	148.931	3,5	5.381.928,7	1,3	171.316	3,3	6.135.634,2	1,1
PI	90.331	2,5	11.481.569,20	2,8	106.480	2,5	12.737.653,6	3,0	124.809	2,4	17.565.776,4	3,1
RN	42.007	1,2	3.005.648,6	0,7	47.432	1,1	3.125.564,8	0,8	55.058	1,1	3.502.087,5	0,6
SE	50.765	1,4	1.326.087,7	0,3	64.515	1,50	1.580.400,3	0,4	79.484	1,5	1.787.695,5	0,3
Midwest	275.905	7,7	132.732.287,0	31,9	335.100	7,8	133.118.666,0	31,8	417.859	8,1	158.015.829,0	27,6
DF	6.653	0,2	205.357,9	0,1	8.601	0,20	245.326,5	0,1	10.362	0,20	337.856,0	0,1
GO	116.683	3,3	27.320.410,9	6,6	142.002	3,3	29.726.702,4	7,10	185.646	3,6	34.106.807,6	6,0
MT	94.712	2,6	72.814.441,7	17,5	115.526	2,7	70.388.184,2	16,8	143.049	2,8	89.664.807,6	15,7
MS	57.857	1,6	32.392.076,2	7,80	68.971	1,6	32.758.452,4	7,8	78.802	1,5	33.906.329,3	5,9
Southeast	945.961	26,4	66.361.007,0	16,0	1.158.037	27,0	68.856.373,0	16,5	1.410.504	27,2	80.331.536,6	14,1
ES	73.131	2,0	3.627.478,6	0,9	94.474	2,20	3.908.043,5	0,9	123.017	2,4	4.898.952,6	0,9
MG	515.980	14,4	40.661.687,9	9,8	617.571	14,4	41.836.348,7	10,00	773.670	14,9	50.298.279,6	8,80
RJ	56.112	1,6	2.415.906,4	0,6	73.029	1,70	2.785.533,8	0,7	87.370	1,7	3.227.307,3	0,6
SP	300.738	8,4	19.655.934,0	4,7	372.963	8,7	20.326.446,8	4,9	426.447	8,2	21.906.997,2	3,8
South	1.131.320	31,5	43.718.380,0	10,5	1.224.991	29,0	41.719.431,0	10,0	1.502.429	29,00	51.655.352,1	9,0
PR	400.518	11,2	16.322.964,2	3,9	439.900	10,3	15.758.752,5	3,8	514.632	9,9	18.812.316,0	3,3
RS	492.303	13,7	20.277.210,80	4,9	530.429	12,4	18.737.783,4	4,5	647.552	12,5	23.953.384,4	4,2
SC	238.499	6,7	7.108.205,2	1,7	274.662	6,40	7.222.895,00	1,7	340.245	6,6	8.889.651,7	1,6
Brazil	3.586.525	100	415.548.885,6	100	4.290.531,00	100	418.483.332,3	100	5.181.645	100	571.740.919,4	100
Region/State	2011				2012				2014			
	Amount of properties	%	Total Area (ha)	%	Amount of properties	%	Total Area (ha)	%	Amount of properties	%	Total Area (ha)	%
North	419.599	7,8	177.577.758,3	30,1	432.713	7,9	182.468.381,6	30,6	491.928	8,0	244.933.667	33,1
AC	25.046	0,5	7.724.573,2	1,3	25.901	0,5	8.748.328,8	1,5	27.953	0,5	11.614.214,7	1,6
AM	65.273	1,2	32.802.573,3	5,6	67.012	1,2	32.922.933,9	5,5	73.201	1,2	44.979.143,7	6,1
AP	9.725	0,2	3.069.250,7	0,5	9.784	0,2	3.083.734,7	0,5	11.030	0,2	11.555.752,6	1,6
PA	135.623	2,5	61.924.301,2	10,5	138.252	2,5	64.382.829,7	10,8	156.905	2,6	94.237.522,2	12,7
RO	87.269	1,6	30.613.159,0	5,2	92.661	1,7	31.112.077,0	5,2	115.016	1,9	35.219.705,7	4,8
RR	26.005	0,5	14.694.754,9	2,5	26.801	0,5	15.493.043,5	2,6	28.895	0,5	17.333.180,7	2,3
TO	70.658	1,3	26.749.044,2	4,5	72.302	1,3	26.725.434,1	4,5	78.928	1,3	29.994.147,8	4,1
Northeast	1.487.602	21,8	113.161.784,2	19,2	1.532.395	27,9	116.502.914,3	19,5	1.800.024	29,3	155.820.352	21
AL	45.518	0,9	1.598.562,3	0,3	46.734	0,8	1.673.572,8	0,3	53.265	0,9	1.936.360,4	0,3
BA	577.131	10,8	41.557.371,7	7,0	588.887	10,7	42.270.340,7	7,1	677.124	11,0	49.167.635,4	6,6
CE	174.516	3,3	9.830.809,3	1,7	182.177	3,3	10.739.760,1	1,8	244.693	4,0	12.548.988,6	1,7
MA	126.485	2,4	25.702.429,6	4,4	133.232	2,4	26.551.255,0	4,4	158.392	2,6	49.690.047,4	6,7
PB	119.375	2,2	4.566.837,39	0,8	122.584	2,2	4.313.874,9	0,7	137.918	2,2	4.780.649,0	0,6
PE	176.069	3,3	6.291.989,0	1,1	181.145	3,3	6.466.568,6	1,1	212.729	3,5	8.197.309,6	1,1
PI	129.293	2,4	18.185.611,0	3,1	134.771	2,5	18.895.387,6	3,2	151.878	2,5	22.806.551,9	3,1
RN	56.580	1,1	3.595.601,4	0,6	57.757	1,1	3.716.547,2	0,6	67.437	1,1	4.483.001,2	0,6
SE	82.635	1,5	1.832.572,3	0,3	85.108	1,5	1.875.607,4	0,3	96.588	1,6	2.209.809,0	0,3
Midwest	432.433	8,1	165.390.986,9	28,00	444.605	8,1	161.377.235,5	27,0	500.221	8,1	188.641.652	25,5
DF	10.586	0,20	346.029,4	0,1	10.797	0,2	355.634,1	0,1	12.015	0,2	421.760,1	0,1
GO	194.209	3,6	34.863.339,8	5,90	201.228	3,7	35.289.440,9	5,9	225.939	3,7	42.528.849,8	5,7
MT	146.758	2,7	89.900.347,5	15,2	149.743	2,7	91.478.969,5	15,3	168.567	2,7	106.911.008,8	14,4
MS	809.980	1,5	40.281.270,2	6,8	82.837	1,5	34.253.190,9	5,7	93.700	1,5	38.780.033,6	5,2
Southeast	1.467.603	27,4	82.047.601,5	13,9	1.511.986	27,5	83.282.993,6	13,9	1.656.571	27,0	92.845.261	12,5
ES	127.011	2,4	4.426.914,0	0,8	130.334	2,4	4.457.224,9	0,7	143.570	2,3	4.802.920,5	0,6
MG	816.526	15,2	51.881.730,2	8,8	848.443	15,4	53.070.267,2	8,9	941.209	15,3	59.158.381,2	8,0
RJ	90.004	1,7	3.740.628,3	0,6	92.560	1,7	3.573.573,9	0,6	101.987	1,7	5.316.664,8	0,7
SP	434.062	8,10	21.998.339,0	3,7	440.649	8,0	22.181.927,6	3,7	469.805	7,7	23.567.294,6	3,2
South	1.549.188	28,9	52.538.744,5	8,9	1.576.752	28,7	53.387.283,8	8,9	1.691.374	27,5	58.160.713	7,9
PR	524.711	9,80	19.071.013,8	3,2	532.840	9,7	19.410.967,8	3,3	567.927	9,2	21.508.014,4	2,9
RS	674.552	12,6	24.604.504,9	4,2	689.075	12,5	25.056.377,3	4,2	749.222	12,2	27.097.904,3	3,7
SC	350.241	6,5	8.863.225,8	1,50	354.837	6,5	8.919.938,8	1,5	374.225	6,1	9.554.793,8	1,3
Brazil	5.356.425	100	590.716.875,3	100	5.498.451	100,0	597.018.808,7	100	6.140.118	100	740.401.646	100

Fonte: DATALUTA: Land Struggle Database, 2015. www.fct.unesp.br/nera

At this time, the area of properties of up to 100 hectares (predominantly peasants) grew 65% while property area of more than 100 hectares grew 81%. Peasant territorialization continues at a slower pace than the territorialization of agribusiness over latifundio and public

lands because of land grabbing and the process of land foreignization with the intensification of land acquisition and leasing by international capital. The Gini index increased while maintaining the intensification of land concentration. These data corroborate that neoliberal and post-neoliberal governments, in political alliances with the latifundio-agribusiness binomial, strengthen the hegemonic model of agro-extractive development, keeping Brazil in a subordinate position in the division of global commodity production.

The only forces that oppose the hegemonic model are the peasant movements and the indigenous movements that fight permanently for the land and dispute territory in the construction of an alternative model. Land occupations, resistance on land and land and territory retakes are examples of resistance and confrontation with the latifundio - agribusiness binomial. In graph 1 we observed two waves of increase and decrease of land occupations, one wave in the first neoliberal phase and another wave in the post-neoliberal phase. These two waves explain the differences of neoliberal and post-neoliberal policies to address the agrarian question. The first wave happened in the Fernando Henrique Cardoso government (1994-2002) when the economic crisis and the organization of the peasant movements resulted in the growth of the struggle for land. Note that the struggles grew between 1994 and 2000, when the Fernando Henrique Cardoso government affirmed that it would do the agrarian reform in Brazil, which meant nothing more than to settle the families encamped. There was no agrarian reform project in order to deconcentrate the land structure. On the contrary, agrarian reform was only a social policy and not a strategic policy for the development of agriculture.

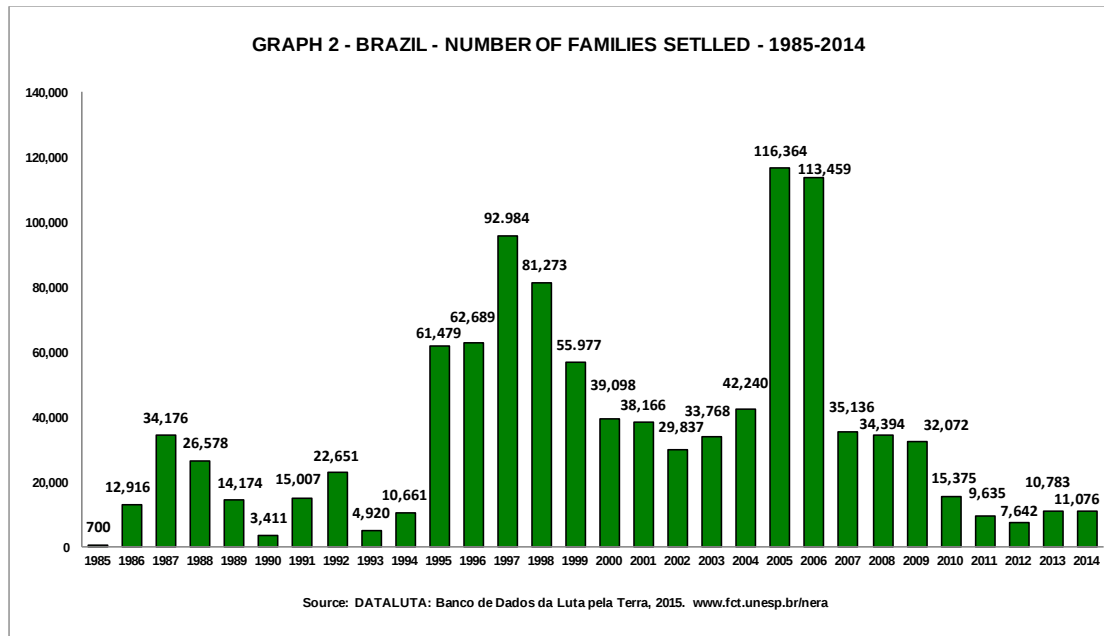


Following the logic of occupying to settle, the number of families in occupations increased as the government increased the number of settled families. However, rising land occupations pressured the government that gave up land reform and created provisional No.

2,109-49, February 23, 2001, to criminalize land occupations. This act had an immediate impact on the decline in occupations that followed until the end of the first neoliberal phase. The second wave begins with the post-neoliberal phase, in 2003 with the election of Luiz Inácio Lula da Silva, the first worker elected President of the Republic. Lula had promised to do the agrarian reform, but already in the elaboration of the plan of agrarian reform it was clear that the agrarian reform of Lula would not be very different from the agrarian reform of Fernando Henrique Cardoso, that is to say it would not decentralize the land structure. Lula did not use the provisional measure of criminalization of the struggle for land, but neither did he suppress it. Lula also treated agrarian reform as a social policy, a way of helping the landless, as another policy of wealth distribution. After two years of growth in the number of families in occupations, it has diminished until the end of the Dilma government, and shows a new wave, the result of the economic crisis, the political coup and the beginning of the second neoliberal phase.

Economic growth and income distribution policies of the two administrations of the Lula government and the first administration of the Dilma government improve the quality of life of the poor and reduce the number of families in land occupations. At this point it is necessary to explain what agrarian reform is for neoliberalism and post-neoliberalism. For neoliberalism, it is a compensatory policy, which aims to compensate peasants for the concentration of wealth, in which capital makes a small territorial concession as a condition of subordinating peasants to the hegemonic model of agricultural development. For post-neoliberalism, it is a policy of distribution of land for the production of family income through a set of public policies aimed at the institutional market, the capitalist market and the strengthening of family agribusiness, among others.

Neither neo-liberal governments nor post-neoliberal governments view agrarian reform as a strategic policy for an alternative development model. Agrarian reform is an initiative of the peasant struggles that through the struggle for land are spatialized and territorialized creating conflicts as the model of hegemonic development. Figure 2 also shows the two waves of growth in the struggle in which more than one million families conquered land and territory, in a process of peasantry creation by its own struggle, increasing the participation of peasant and family agriculture, a strategic condition for production providing healthy food for an increasingly urbanized society.



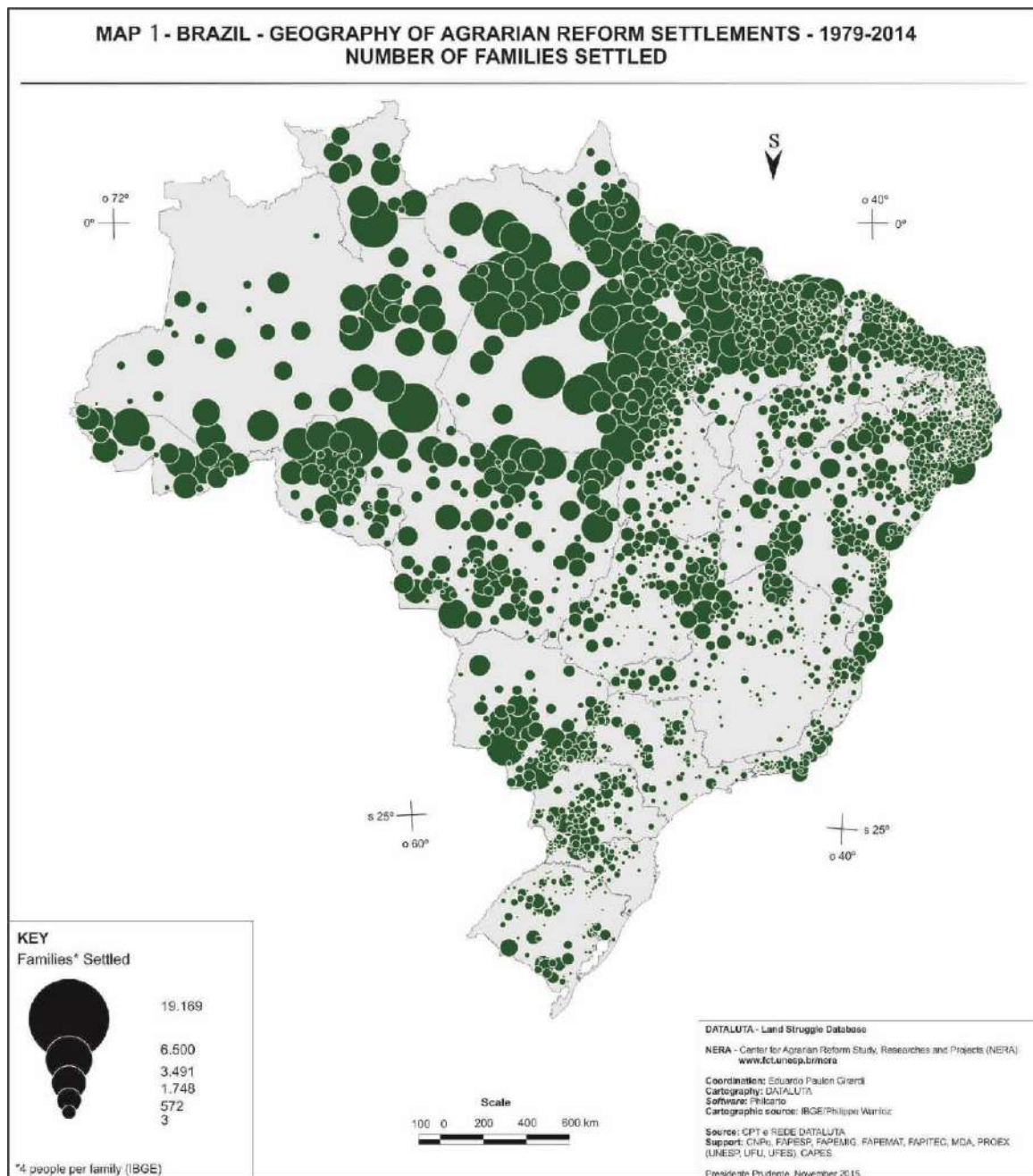
The protagonism of popular struggles for land and territories also created public policies for the development of peasant agriculture. There are two paths to the development of public policies for the peasantry. One way is through the neoliberal perspective of the paradigm of agrarian capitalism that creates subordination policies, in which the peasantry has no control over them and are called policies for integration with capital. These policies bind the peasantry in a relationship of dependence to the capitalist market and, therefore, to capitalist corporations. Another path is from the perspective of emancipation, which found political space in post-neoliberal governments. Emancipatory public policies are those that the peasantry has some control over. They are policies that do not lead to the capitalist market, but to institutional and popular markets, where capitalism does not have absolute control. The creation of emancipatory policies was one of the advances of post-neoliberal governments in Brazil. The tendency of neoliberal governments is to revert these policies to the capitalist market, destroying the perspective of peasantry resistance. An example of this trend is the agrarian market reform implemented in several countries led by World Bank ideologues. Another example is the creation of individual private property in the areas of agrarian reform, as happened in Mexico in 1992, with the Agrarian Law by the Salinas de Gortari government, and in Brazil in 2016 by the Temer government, through provisional measure number 759 of December 22, 2016.

To introduce the peasantry into capitalist relations is the formula for its destruction. Insertion is necessary for the capitalization of peasant income by transforming it into capitalized land income (Fernandes et al, 2013). This is the process of subordination of peasant territory to the territory of agribusiness, which generates the territoriality of agribusiness in peasant territories. This means that production and technology take place in

the territory of the peasantry, but it is controlled by agribusiness and directed to the capitalist market. The territoriality of agribusiness in peasant territories, besides expressing subordination in the name of integration, also represents the process of deterritorialization of the peasantry, through expropriation of land or accumulation by dispossession, as Harvey, 2003 prefers.

Separating the peasantry from capitalist relations is a form of resistance and possibility to promote emancipation from a hegemonic model. The agrarian question is produced in the territory of the capital and territorialized for the territory of the peasantry through the relations of subordination. Therefore, the ways of creating public policies that do not subordinate the peasantry to agribusiness are fundamental to their emancipation and resistance. Fighting the market monopoly for capital is a form of emancipation. The creation of popular and / or institutional peasant markets are concrete possibilities. This means creating immaterial territories that materialize new territories of emancipation. I refer to the appropriate markets and technologies, and they are involved in the creation of new knowledge, education, production, housing, health, quality of life, family succession, industrialization among other themes disputed with the capitalist model. The struggles against capital happen inside and out of capitalist relations. And in these perspectives, the peasants and the indigenous are the main territories of resistance to capitalism and, consequently, to neoliberalism.

The struggles for land and agrarian reform are struggles for material and immaterial territories. Material territories are the fractions of the national territory that add up to one million and one hundred and twenty thousand family units occupying an area of more than eighty-two million hectares as demonstrated in Map 1. Immaterial territories are public emancipatory or subordination policies. Peasant struggles generate and are generated in new spaces, creating material and immaterial territories, in a continuous and inseparable process of spatialization and territorialization. They are subjects creating spaces that create subjects that create material and immaterial territories and are created by the territories. In this perspective, the territory is not flat - one-dimensional, it is not only a surface, an area, as it appears in most texts of sociology, economics, history and even geography. The territory is multidimensional, comprehensive is earth and people, thing and object, material and immaterial, everything and everyone, space and time, territory is a totality, a reality.



Public policies for the peasantry is a recent creation of the late twentieth century. Landowners have always dominated policies for the development of agriculture since the establishment of the Ministry of Agriculture in 1860, before the liberation of the slaves that took place in 1888. Freed slaves, natives and migrants from Europe and Asia are historical subjects that made up the formation of the Brazilian peasantry, who fought and worked for more than a century without access to a policy focused on peasant agriculture. It was only in 1986 that the first public support policy for peasant agriculture was created, called the Special Credit Program for Agrarian Reform - PROCERA, the result of the struggle for land and territory. The PROCERA was an exclusive policy for the peasants of the agrarian reform

settlements, who represent a portion of the Brazilian peasantry. Although it was a breakthrough, being the first policy that differentiated peasants from capitalists, it did not serve the entire peasantry. PROCERA fostered the creation of the Enhancement Program of Small Rural Production - PROVAP in 1994, which was the precursor of the National Program for the Strengthening of Family Agriculture - PRONAF, created in 1996 and which should be a policy for the peasantry in general, however, never met this goal.

The creation of public policies for the peasantry that took place in the first neoliberal phase (1985-2003) analyzed by the paradigmatic debate shows the zone of overlap between the paradigms of agrarian capitalism and the agrarian question in figure 1. Note that the tendency of family agriculture in the paradigm of agrarian capitalism has a part overlapping the tendency of peasant agriculture in the paradigm of the agrarian question. The differences and similarities are in the direction of public policies, which can be used to subordinate or emancipate the peasantry. The paradigmatic tendency of family agriculture is to formulate policies that subordinate the peasantry to agribusiness. The paradigmatic tendency of peasant agriculture is to create policies that emancipate the peasantry by reducing this dependence. They are directionalities resulting from intentionalities. What this means is that public policies created in the neoliberal phase can be disputed with the intention of trying to change its meaning, that is, to reduce the degree of dependence on capitalism and neoliberal thinking. An example of this dispute is the National Program for Education in Agrarian Reform - PRONERA.

The PRONERA was created in 1998 during the Fernando Henrique Cardoso administration and also became a reference for the creation of new educational policies for family agriculture and for the development of the peasant territories. In the post-neoliberal phase, new policies were created such as the Food Acquisition Program (PAA), the National School Feeding Program (PNAE), the National Rural Housing Program (PNHR), which are among the emancipatory policies of the Lula government and the Agroindustrialization in Settlements of Agrarian Reform - TERRA FORTE created in the government Dilma Rousseff. Policies of credit, education, production, housing, market and industry for the peasant territories are basic conditions for the development of an alternative model. The struggle against the hegemonic model has taken place in the neoliberal phase and in the post-neoliberal phase, constituting territorial marks of resistance and emancipation. Occupying the land and developing an alternative model through agroecology, producing healthy food has been the path of peasant innovation in which entrepreneurship has the sense of fighting capital while maintaining the peasantry's nature of being itself.

Agrarian capitalism in the neoliberal and post-neoliberal phases

Agrarian capitalism as a paradigm for the development of capitalist agriculture or agribusiness has become hegemonic and determines the agrarian policies of neoliberal and post-neoliberal governments. The agrarian policies of post-neoliberal governments for agrarian capitalism are the maintenance of neoliberal policies with some measures that have minimized the increase in the intensification of the strong territorialization of agribusiness. These measures are materialized in limited access to land by the peasantry and indigenous peoples, implementation of some emancipatory public policies for the territorial development of peasant communities and acts linked to national sovereignty that limit the territorialization of international capital in the control of agrarian territories. Minimizing means diminishing the speed of the territorialization of agribusiness a little and reducing the speed of the deterritorialization of the peasantry. This is the landscape of agrarian Brazil in which neoliberalism and post-neoliberalism maintain the agribusiness hegemony that recently gained new impetus.

This impulse is a result of its internal dynamics and occurs with the process of foreignization of the land, which has intensified with increased investments in the financial system, through resources from overaccumulation through investment funds and also by pension funds. There is a lack of studies that explain the diverse articulations between different sources of capital and their relations with governments and multilateral institutions. These capitals found a set of possibilities for their reproduction in the binomial latifundio - agribusiness, through the extraction of natural resources. The latifundio are colonial inheritances that serve as a bridge to a new colonization, through the modernization of the plantation (Welch, 2005), with the production of commodities for the food system and the global market of corporations. Agribusiness modernized agro-extractivism by maintaining the colonial logic of domination and subordination. Agro-extractivism is part of agribusiness, with emphasis on the two systems that are at its base: agriculture and livestock. It is from these systems that agribusiness appropriates and extracts natural resources. This primary sector of the economy has been increasingly investing in the production of food, fiber, and in the last decades for the production of energy through agrofuels, which intensified the territorialisation of international capital by several countries in search of land (FERNANDES, 2011).

Agro-extractivism means the separation of agribusiness systems on an international scale, which means that it extracts resources in one country, exports and industrializes in another, thus maintaining the process of colonization and, therefore, territorial domination, hence political domination and economical. Some authors also denominate this process agrarian extractivism (ALONSO-FRADEJAS, 2015). The central idea of agro-extractivism is

based on three classic concepts and a contemporary one that associate accumulation and agribusiness. The concepts of prior accumulation (SMITH, 1996), primitive accumulation (MARX, 1982) and accumulation by dispossession (HARVEY, 2003) represent the original accumulation and extended continuity of the reproduction of capital through its territorialization with the exploitation of natural resources. The concept of agribusiness as a complex of systems (DAVIS; GOLDBERG, 1957) and network (MAZZALI, 2000) explains how it appropriates old forms and modernizes them to intensify the production of commodities.

The understanding of these concepts is the starting point for the study of recent processes of territorialization of international capital in agrarian Brazil. The structure and production process is composed of different systems: agricultural, livestock, industrial, mercantile, financial, technological and ideological (FERNANDES; WELCH, 2008: 49), see figure 2, organized in complex networks that bring together different institutions. are articulated by several companies: industries, banks, supermarkets, business organizations, multilateral organizations, political parties, state institutions and governments at all scales and levels, see figure 3. Agribusiness organization of a complex of productive systems in networks of institutions is a creation of the model of capitalist development constituting the hegemonic way around the world. This modernization promotes territorial exclusion, as we demonstrate in this article.

Figure 2: Agribusiness complex systems.

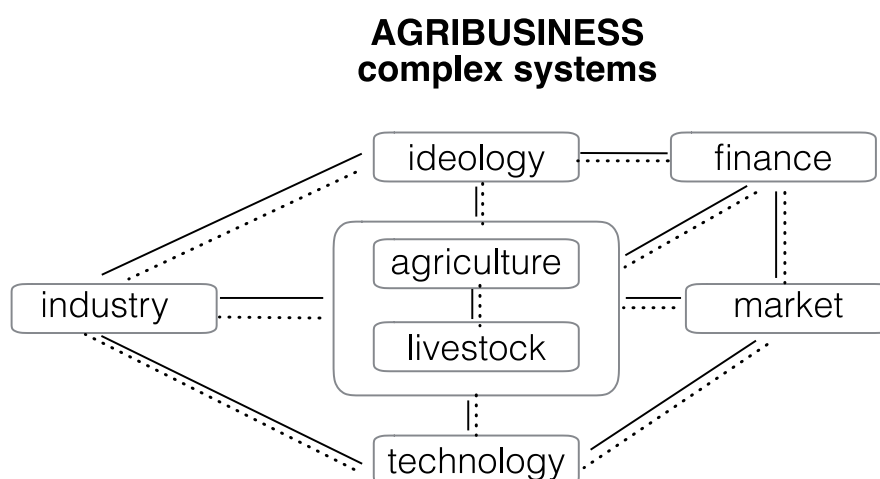
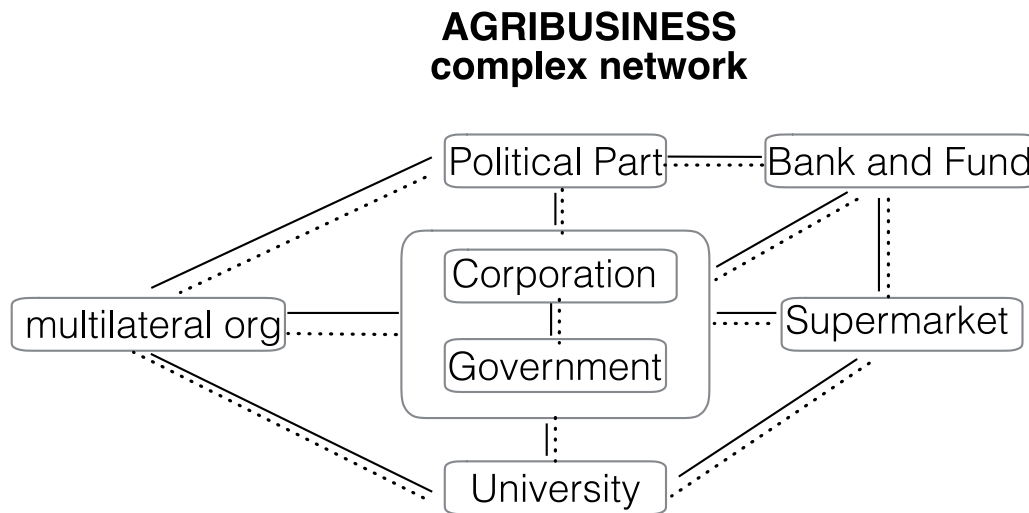


Figure 3: Agribusiness complex network.

The extractive basis of agribusiness (agriculture, livestock, forestry) provides the raw materials that set the complexity of networking systems in motion. All other systems depend on the extractive base. The industrial, financial, technological and mercantile systems can act together or separately with the extractive systems, with the exception of the ideological system that acts in articulation with all systems. The same applies to institutions that may be linked to one, two or all systems. The articulation between the systems and institutions that form the networks takes place through contracts, partnerships, acquisitions or mergers between capitals at various scales: local, national and international, and governmental policies, elaborated from the logic of the hegemonic way, which sustain the articulation. These systems operate through two social relations: the predominance of wage labor in all systems and the residual presence of contract family labor in agricultural and livestock systems. This complex of systems in networks is not a technical division, or a description of the process, but an articulation of interests, of relations that determine the logic of the hegemonic way. For this reason, corporations and governments act on the same logic.

MATOPIBA Region

The Brazilian government created a region - exclusively - to meet the interests of financial capital in territorilize to produce commodities. This new reality produced the concept of a modern agricultural frontier characterized by the presence of an intensive

agriculture in capital and technology, in large areas producing for export, with a strong presence of international corporations with the purpose of appropriating the land rent. The creation of the MATOPIBA region - an acronym for the intersection area of the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia (see map 2) - with an area of 73,173,485 hectares, involves 337 municipalities. Established by Presidential Decree No. 8,447, of 2015, the Agricultural Development Plan of MATOPIBA follows the agro-extractive model for export as the Japanese-Brazilian Cooperation Program for the Development of Cerrados (PRODECER), believed in the 1970s.

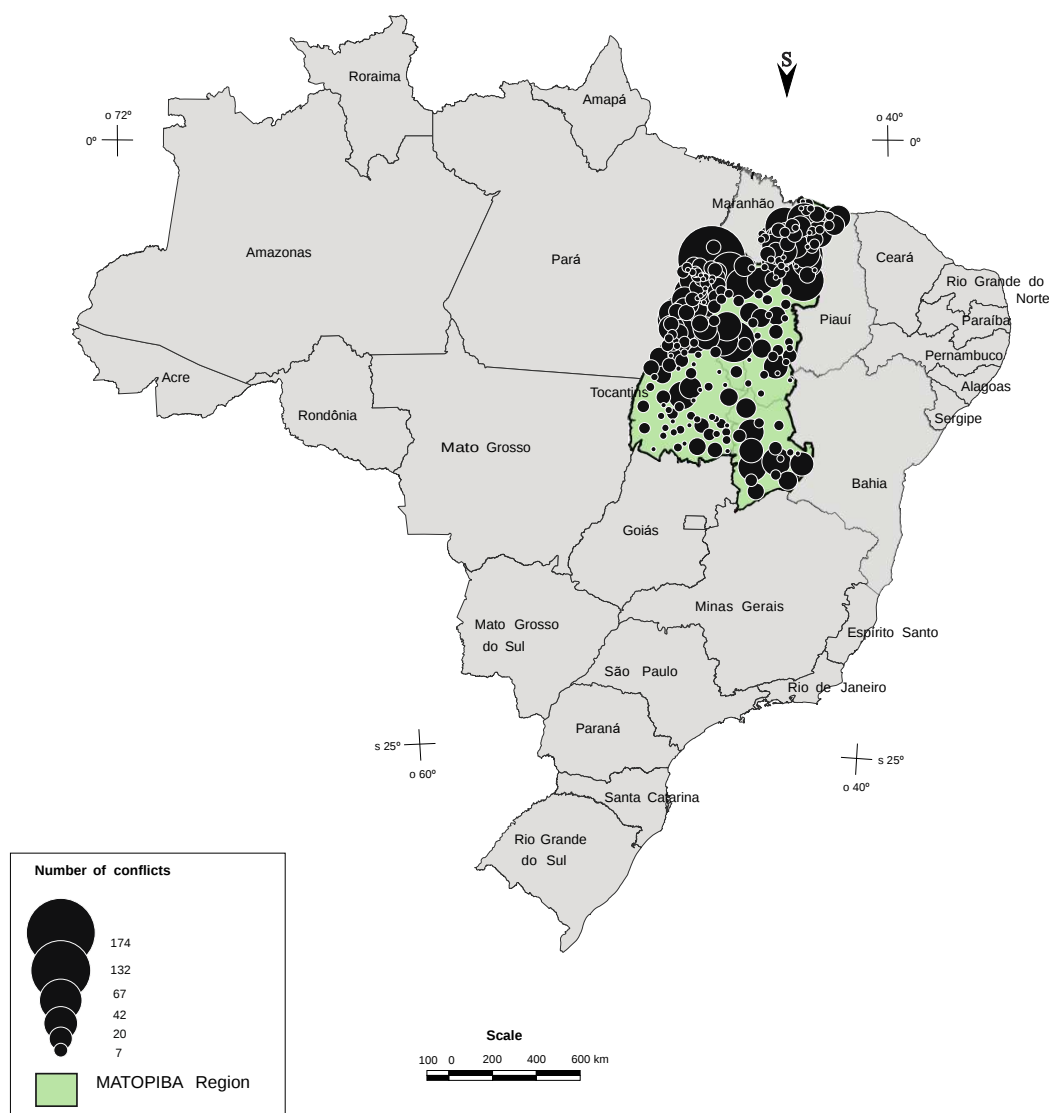
However, the MATOPIBA region is not only agribusiness territory. It is disputed territory with intense conflicts of lands marked by the *grilagem* and violence against indigenous peoples and peasants. Territorial disputes are mapped in the overlapping of peasant agriculture and agribusiness, as can be seen in the comparison of maps 2 and 3. In order to overcome the intensification of the inequalities created by the hegemonic model, it will be necessary to address issues such as the territorial impact of large-scale monoculture for land tenure, agrarian reform, forest preservation, labor qualification, food sovereignty, food quality, appropriate technologies, modes of production, different types of markets. The overcoming will not happen with homogeneous agrarian policies from the hegemonic paradigm, but by the diversity of models, considering the strategic potential of the peasant agriculture.

Map 2: Brazil highlighting the MATOPIBA Region.



Elaboration: Lorena Izá Pereira (2018).

Map 3: Brazil – Territorial conflicts in the MATOPIBA Region – 1996-2016.



Data source: Comissão Pastoral da Terra, 2016. Elaboration: Lorena Izá Pereira (2018).

The agrarian policies for the territorial development of the peasantry, created in the last twenty years, are not enough, but they are original creations that confront with the agribusiness model. We are generating a sustainable model to move towards overcoming inequalities. To think of agrarian Brazil is to think of territorial development in the multidimensional and multi-scalar perspective. It is to think of all the dimensions and scales that the production of food, fiber and energy is not separated from education and investments, health and technology, work and of conflict, housing and industry, preservation

and the market, the countryside and the city, it is necessary to unite what capitalism has separated with its sectoral and fragmentary model.

The coup that deposed President Dilma Rousseff ended the first phase of post-neoliberal governments in Brazil and ended with a set of policies aimed at the development of agrarian Brazil. One of the first acts of the coup government inaugurating the second neoliberal phase was to close the Ministry of Agrarian Development - MDA which affected or eliminated a set of public policies for the peasantry. This new neoliberal phase challenges the peasant movements to fight for land and territorial development policies based on the alternative model they are creating. The peasant way is the way forward for agrarian policies that lead to sustainable development.

MST against Del Monte

The first struggle of the Landless Workers' Movement - MST against several national and foreign agribusiness companies, such as Del Monte, took place in the irrigated perimeter of the Chapada do Apodi, in the state of Ceará. The MST organized a encampment that was named Zé Maria do Tomé, a tribute to peasant murder by the binomial latifundio - agribusiness. It was a region marked by the struggle against latifundio, until the construction of irrigation canals that changed the landscape of the region. Taking possession of water and land by the logic of concentration and agroexport expropriated much of the peasantry in the region, for the territorialization of agro-extractivism of irrigated fruit trees.

Long time ago, the MST of Ceará in its spaces of socializations has long discussed the importance of disputing areas irrigated for agrarian reform. This was no longer one of the occupations in a latifundio, as they had been for decades. It was a new type of occupation, in land of the agribusiness, considered land productive and with water, which was still more rare. It was at dawn on May 5, 2014, on a night of party lit by the fires and with cries of order that echoed a question about who belonged to that territory: Whose is the Chapada? It's ours! Hands off the Chapada is our land! They called peasants and landless peasants from various regions of Ceará. They entered, stuck the flag of the MST and began to build the camp, a space of fight and resistance to dispute a fraction of the irrigated perimeter. The occupation became an icon of resistance and a milestone against the agribusiness of the Apodi plateau, which clearly understood what that occupation meant, especially when several unemployed workers went camping with the landless.

With the increase in the number of families, it was necessary to organize the camp by sectors with families from different communities and their environments, explaining that to create the organism of the MST, trust is essential for everyone to know each other and try to avoid infiltrators. As part of the organizational process the camp meetings and assemblies

are every day, part of the interactive spaces of training and recognition of the processes of struggle they are holding. They are experiences of those who decided to fight for land, because camping is the most difficult part of the fight, it is the place to build future perspectives, what will be the settlement? What are they going to produce? Will they produce commodities? Will they produce without pesticides? Who will sell the production? Which markets? Local, regional, national? With what resources? These questions echo in the void of public policies. The peasant families of the Zé Maria do Tomé encampment are a seed planted in the lands of the latifundio-agribusiness binomial, have been camped for more than three years and negotiations with the government are not advancing. If they conquer the land, it will be a stimulus for new occupations in the region. They may be the beginning of the harvest in the struggle for land, they are opening a new space in the history of peasant struggle.

Innovate to face the binomial latifundio-agribusiness

Capitalism produced a way of seeing the world as a commodity, questioned, among many, by Bové and Dufour (2001), in defending the fight against bad, industrialized and standardized food. The view of the world as a commodity has transformed agriculture into agribusiness, this means that the replacement of culture by business has created a development model that increasingly artificializes food through the intensive use of pesticides and genetic changes. Peasant agriculture persists with its roots in agroecology, producing healthy food in a closer relation to nature. The impacts of these models can be analyzed on a planetary scale, but with proportional differences: due to the large scale and artificialization, agribusiness participation in the impacts is much more intensive. In just over two centuries, human action has altered half the landscape, affecting almost every surface of the planet, provoking climate change (RIBEIRO, 2011, p.40).

This impact is a result of the way capitalist society has organized the countryside and the city, and this form of territorial organization is associated with the agrarian and industrial model. Thinking about food production in a sustainable perspective, in a relation closer to nature, means rethinking the agrarian and industrial model and, therefore, the forms of territorial organization of the countryside and the city, that is, one has to think about the system itself. The production of bad food is the product of an increasingly artificial society. Thinking about the agrarian world means thinking about the scales of impacts, in order to understand the ways in which the countryside and the city can participate in the changes necessary for a less artificial agricultural world. Thinking about food quality in the 21st century is a way of changing the world by changing ourselves. In order to do this reflection, one must be aware of the tendencies of the paradigms. The essential point, we reaffirm, is to

understand that the world, people, food cannot be understood as commodities. markets and commodities are important for economic development, but they cannot be above politics and the state. The history of agriculture has shown that it is not nature that creates limits for agriculture to feed the world. Hunger is a production of a political and economic system that generates permanent inequalities, with the concentration of land and wealth, preventing people from having access to land, labor and food, among other essential rights.

Being more than seven billion people on the planet is no argument to justify the persistence of hunger, nor inequality. The issue is not less people, but rather, more food, and quality. The problem lies in the capitalist system and not in people. Although slightly more than half of the world's population is urban, the levels of consumption and exploitation of natural resources between the north and the south are disproportionate, with the rural half having restricted access to land because of the intense land concentration in almost all over the world, intensified in recent years because of the growth of land acquisitions by foreigners, including corporations, funds and governments, as we highlighted with the creation of the region of MATOPIBA. Research conducted in this region for more than a decade shows that in 2003, there were 1.2 million hectares of cultivated land. Ten years later, agribusiness controlled 2.5 million ha. Three quarters of the territorialization occurred on native vegetation, mostly in the Cerrado. From the analysis of the satellite images it was evaluated that the evapotranspiration is on average 60% higher in the areas with native vegetation than in the cultivated areas. The scale of this impact dries the cerrado, postponing the rainy season and the circulation of the air currents, can reach even the Amazon (FAPESP, 2016). In ten years the exploration of land and water by the agribusiness model impacted a region with possible developments for another region. The hegemonic model has to be rethought and this attitude will not come from itself, but from the alternative model.

In this process of uneven growth, through the concentration of wealth, agribusiness corporations use their economic power as a geopolitical strategy to secure and expand their markets and territories. At transnational, national, regional and local scales, corporations articulate with senators, deputies, presidents, governors, mayors, through lobbies to obtain subsidies and tax exemptions, dominating territories, imposing the hegemonic model, impeding governments when necessary to block the territorialization of agroecological alternatives.

Disputes over territories and resources for production and food and energy is the conflict of the 21st century, because of territorial appropriation: land and water, resources increasingly under the control of corporations. Because of this scenario, people across the world have debated agrarian territorial development in the sense of confronting the hegemonic model and fostering the alternative model. They are rural and urban people who do not accept increasingly poisoned food, produced in other parts of the world, far from their

places, and have decided to promote agroecology. These experiences are happening all over the world and grow every day proposing a sustainable world.

Brazil's agrarian policy allocates only 10% of resources to peasant agriculture, so 90% is concentrated in agribusiness that controls 76% of agricultural land, but produces only 68% of the gross value of production (FERNANDES et al, 2013). Ignoring agricultural census data, the ideologues of the paradigm of agrarian capitalism question the peasantry's participation in food production as a strategy to avoid recognition of its importance. In their day dreams they can see only agribusiness and a residual family farming. The challenge of the alternative model is to confront the political and economic power of agribusiness. There is no government in the world that has an interest in confronting you. What are the possibilities of moving forward with the alternative agroecological model? The strength and weakness of these models lies within themselves, in their institutions, in governments, and in society. Its political and economic power is confronted by the weakness revealed in the unsustainability of the hegemonic model, for example: the increasing poisoning of land, water and food, the increasing destruction of plant and animal species, the transport of sediments caused by large-scale production, the appropriation of most freshwater, the production and application of nitrogen in agriculture in a larger amount than the natural one, and climate change (RIBEIRO, 2011). Other forces that confront agribusiness are the peasant movements of the world, mainly Via Campesina.

In addition to these two fronts that confront agribusiness: its unsustainability and the sustainable model of agroecology, which is being developed by peasant movements, there are fractions of the urban and agrarian worlds practicing agroecology and innovating in public relations and policies, such as the Community Supported Agriculture (CSA). Even if these strategic experiences are ignored by governments or considered only as "social development policies", through compensatory and secondary actions, this reality proves that although governments are subordinated to agribusiness and practice an agrarian policy that finances and strengthens the model hegemonic, there are socio-spatial and socio-territorial movements constructing a new diet. Food regimes determine how food is produced and consumed, its institutions, agrarian policies, possibilities and limits for its development.

The literature shows that food regimes have changed according to the development of agrarian policies consisting of the correlation of forces that can abandon and build diets. The defense of the diet of corporations is only defended by its ideologues, in smaller numbers, following the logic of concentration of land, wealth, power and ideas. The food regimes of the corporations succeeded the diet of the colonization process, based on the plantations. What actually happened was the modernization of capitalist agriculture that has been used in the exploitation of labor and land in increasingly intensive and exclusive ways (McMICHAEL, 2013). In establishing agribusiness, capitalism organized the agricultural,

livestock, industrial, mercantile, technological, financial systems into a complex of systems, expanding its political and economic power, territorializing itself to all the countries of the world. At the same time, it expands, this model faces each more resistance of society with the insurgency of a new food regime.

In order to propose an agro-ecological agrarian Brazil we must understand the world as an existence, where natural resources are essential, so that preserving nature simply means existing. The experiences of agroecology and food sovereignty have re-approximated the food of nature and the community (WITTMAN et al, 2010), subtracting the idea of commodity. These experiences have taken place for at least twenty years and constitute a new diet, and do not accept dependence on large corporations, the persistence of hunger, and defend the sovereignty of nations in guaranteeing the production of food for their peoples. These ideas are multiplying in several countries and, in the dispute over development models, has appeared in the drafting of new laws. The central dispute is with the idea of food security, which seeks to guarantee the right to food, even if food comes from the other side of the world. The ideas of production and production scales separate the policies of food security and food sovereignty.

An agrarian policy based on food sovereignty and agroecology must deal with agrarian reform, because the food regime and the agrarian question are inseparable. The basis of this policy is a ministry of peasant agriculture, which will deal not only with business from a sectoral perspective, but with food production from a multidimensional and multiscale perspective. These are perspectives of agriculture as an art (PLOEG, 2013). Increasing the number of farmers around cities is a fundamental condition for securing supplies from agro-ecological diversity. Agriculture needs to become increasingly urban to the point of making the city-city division disappear, forming a single territory. It will also be necessary to invest in the production of appropriate technologies, in the school and technical training of farmers impoverished by agribusiness. The agrarian policy we need has to deal with new institutional, popular, domestic markets, creating new spaces of mercantile relations based on solidarity and sustainability and not on inequality. The agrarian policy that we need has to create a phase of transition, from agribusiness to agroecology. It needs to create ordering of the territories and define areas for the production of fibers and agroenergy. The agrarian policy we need has already begun to be built with the experiences that occur in several countries and that have Brazil as a reference.

Conclusions

The last years of the post-neoliberal governments in Brazil were a tragedy for agrarian reform, although the peasantry and indigenous peoples were more favored by post-

neoliberal policies than by neoliberal policies. We show that the difference is in the degree of subordination and emancipation. Neo-liberal policies are directed toward subordination with strong resistance to this process. Post-neoliberal policies are directed toward subordination, but also toward emancipation. The perspective of emancipation within post-neoliberal policies is a form of resistance to capital, it is an anti-capitalist stance within the capitalist logic, it is a counter-territory. The struggle for land and sustainable development policies have promoted the territorialization of the peasantry and the construction of an alternative model of agricultural development based on agroecology, whose perspectives are of structural transformation of the agrarian and urban worlds.

The neoliberal coup ended the post-neoliberal phase and began the second neoliberal phase. This transformation benefits agribusiness and further harms the peasantry. Agribusiness, represented by the partnerships between national and international capital, will be the biggest beneficiary of neoliberal policies. The peasantry will have what it can conquer with its persistent resistance to the hegemonic model. This is the central conflict of territorial disputes and development models. There is a new fact in the Brazilian agrarian question: the peasantry has surpassed the barrier of the sectoral vision of fighting for a distributive agrarian reform. The struggle for land has been scaled up and multiplied. It has also become a struggle for development policies, for an alternative model, creating perspectives for overcoming the hegemonic model that goes beyond its own limits and creating social, environmental, economic and political problems. the territorial concentration and riches and the destruction of nature by the intensification of modernized and archaic agro-extractivist production.

We live in a phase of transition between neoliberal and post-neoliberal policies. The peasantry has an important role to change these tendencies by means of their protagonism, creating new possibilities, a condition that capital does not have.

References

- ALONSO-FRADEJAS, Alberto. Anything but a story foretold: multiple politics of resistance to the agrarian extractivist project in Guatemala. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 489-515. 2015.
- BOVÉ, José; DUFOUR, François. **O mundo não é uma mercadoria**: camponeses contra a comida ruim. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- BUAINAIN, Antonio Marcio. **O mundo rural no Brasil no Século XXI**. Brasília: Embrapa, 2014.
- DAVIS, John; H.; GOLDBERG, Ray, A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University Press, 1957.

FAPESP – Revista Fapesp número 242, abril de 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013^a. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (ed.). **10 anos de governos pó-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial: Flacso Brasil, 2013b.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Buainain, A. (ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p.173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 46-70.

FOUCAULT, Michel. **Nacimiento de la biopolítica: curso en el College de France 1978~1979**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon *et al.* **Relatório DATALUTA Brasil**. Presidente Prudente, NERA, 2016.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. New York: Oxford Press, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. Barcelona: Gedisa, 2015.

MANKIW, Gregory N. Defending the One Percent. **Journal of Economic Perspectives**. v. 27, n. 3, 2013, p. 21–34.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1982.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

McMICHAEL, Philip. **Food regimes and agrarian questions**. Fernwood: Winniepeg, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PIKETTY, Thomas. **Capital in Twenty-First Century**. Harvard University Press: Cambridge, 2014

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Peasants and the art of farming: a chayanovian manifesto**. Fernwood: Winnipeg, 2013.

RIBEIRO, Catherine Gerikas. Antropoceno: a época da humanidade? **Ciência Hoje**, 2011, vol. 48, p. 39-43.

RUBIO VEGA, Blanca Aurora. **El dominio del hambre: crisis de hegemonia y alimentos**. Mexico: Juan Pablos Editor, 2014.

SADER, Emir. **A vingança da História**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SEGRERA, Francisco López. **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha**. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

SMITH, Adam. **A RIQUEZA DAS NAÇÕES**. Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

WELCH, Cliff. Plantation. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes. (ed.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro, 2005. p. 353-355.

WITTMAN, Hannah; DESMARAIS, Annette Aurélie; WIEBE, Nettie. **Food Sovereignty: reconnecting food, nature and community**. Fernwood: Winnipeg, 2010.

Sobre o autor

Bernardo Mançano Fernandes – Graduação (1988), Mestrado (1994) e Doutorado (1999) em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Livre Docente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2013), Campus de Presidente Prudente. Professor do Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Territorial - do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI/UNESP, campus de São Paulo. **Orcid**: <http://orcid.org/0000-0001-6521-8949>

Como citar este artigo

FERNANDES, B. M. Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 208-238, set.-dez., 2019.

Recebido para publicação em 80 de julho de 2019.
Aceito para a publicação em 05 de agosto de 2019.

From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource

Samuel Frederico

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Rio Claro, São Paulo, Brasil.
e-mail: samuelfrederico7@gmail.com

Abstract

This article proposes a typology of the appropriation as a resource of the Brazilian Cerrado lands, from subsistence to local peoples, to the current attempt by institutional investors to transform it into a financial asset, without disregarding its use as a source of power and accumulation by large capitalist farmers. Any product of a relationship mediated by the technique between a particular agent and a specific natural matter is considered as a resource. Until 1970s, Cerrado lands were used almost exclusively as a means of subsistence by peasants and indigenous populations. Since then, under a violent expropriation process, land has become a resource for capitalist accumulation and patrimonialist power for large immigrant farmers, with the expansion of the agricultural frontier. In the 21st century, with land grabbing process, the arrival of representatives of international financial capital has made the strategies of appropriation of Cerrado lands even more complex by considering them as financial assets. These different perspectives of using land as a resource increased the number of conflicts and contradictions with profound negative effects on peasant communities in agricultural frontier areas.

Keywords: Modern agricultural frontier; finance capital; resource; land.

De subsistência à ativo financeiro: a apropriação como recurso das terras do Cerrado brasileiro

Resumo

Este artigo propõe uma tipologia da apropriação como recurso das terras do Cerrado brasileiro, desde meio de subsistência para povos locais, até a tentativa atual de investidores institucionais de sua transformação em ativo financeiro, sem desconsiderar seu uso como fonte de poder e acumulação por grandes produtores capitalistas. Considera-se como recurso, todo produto de uma relação mediatizada pela técnica entre um determinado agente e uma matéria natural específica. Até a década de 1970, as terras de Cerrado eram utilizadas quase que exclusivamente como meio de subsistência por camponeses e populações indígenas. Desde então, sob um violento processo de expropriação, as terras se transformaram em recurso para acumulação capitalista e poder patrimonialista para grandes agricultores, com a expansão da fronteira agrícola. A partir do início do século XXI, aos tradicionais agentes estabelecidos na região (camponeses, produtores capitalistas, latifundiários, empresas agrícolas, etc.), se associaram novos representantes do capital financeiro internacional, o que tornou ainda mais complexa as relações de poder e as estratégias de transformação e apropriação dos recursos da região, ao considerá-los como ativo financeiro. Esta última perspectiva fez aumentar ainda mais o número do conflitos e contradições territoriais, com consequências negativas para as comunidades camponesas em áreas de fronteira agrícola.

Palavras-chave: Fronteira agrícola moderna; capital financeiro; recurso; terra.

De la subsistencia a los activos financieros: apropiación como recurso de tierras del Cerrado brasileño

Resumen

Este artículo propone una tipología de la apropiación de las tierras del Cerrado brasileño como recurso, desde subsistencia para los pueblos locales, hasta el intento actual de su transformación por los inversores institucionales en un activo financiero, sin dejar de lado su uso como fuente de poder y acumulación por parte de Los grandes agricultores capitalistas. Se considera um recurso cualquier producto de una relación mediada por la técnica entre un agente particular y una materia natural específica. Hasta la década de 1970, las tierras del Cerrado fueron utilizadas casi exclusivamente como medio de subsistencia por los campesinos y las poblaciones indígenas. Desde entonces, bajo un violento proceso de expropiación, la tierra se ha convertido en un recurso para la acumulación capitalista y para el poder patrimonialista para los grandes agricultores inmigrantes, con la expansión de la frontera agrícola. En el siglo XXI, con el proceso de acaparamiento de tierras, la llegada de representantes del capital financiero internacional ha hecho que las estrategias de apropiación de las tierras de Cerrado sean aún más complejas al considerarlas como activos financieros. Estas diferentes perspectivas del uso de la tierra aumentaron el número de conflictos y contradicciones con profundos efectos negativos en las comunidades campesinas en las zonas de frontera agrícola.

Palabras clave: Frontera agrícola moderna; capital financiero; recurso; tierra.

Introduction

This article analyzes the different forms of appropriation of Brazilian Cerrado lands as a resource—ranging from subsistence use by the local population, to the current attempt by investors to transform the land into a financial asset—without disregarding its strategic use as a source of power and accumulation for large capitalist producers. This analysis takes the perspective proposed by Raffestin (1980), in which a natural material, in this case the Cerrado lands, has been transformed over the last few decades into a strategic resource for large producers and, more recently, for financial investors. More than a historical transition, the article posits how these land-use prospects can coexist, substitute for each other, and also conflict, according to each geographical situation. There is a diachrony in time and a synchrony in the space of these different forms of territorial division of labor (SANTOS, 1996), that is, while they succeed in time, exist side by side in the same region in the current historical period.

Due to its continental dimension and its great historical and population diversity, it is very difficult to propose a unique characterization of the actors and forms of occupation of the Cerrado. However, in general, until the 1970's, Cerrado areas have been occupied by indigenous groups and "quilombolas", as well as by migrants from the mining cycles and state occupation policies and by workers from former farms who become "posseiros", without disregarding the presence of the old cattle ranch elite.

Since then, the Cerrado has gradually become the main grain-producing region of the Brazilian territory, with the introduction of capital- and technology-intensive agriculture on large properties, destined mainly for export (BERNARDES, 1996, FREDERICO, 2010). As recently as the beginning of the 21st century, international investors have considered Cerrado lands as not only a strategic resource for modern agricultural production but also an important financial asset (FAIRBAIRN, 2014; FREDERICO; BUHLER; 2015).

In terms of its physical dimension, the Cerrado is one of Brazil's largest morphoclimatic domains (AB'SABER, 2003). Located in the central part of the country, it has an area of approximately two million square kilometers, equivalent to $\frac{1}{4}$ of Brazil's territorial extent. The predominant topography is plateau, featuring large flat areas and deep soils, and the climate is tropical, with intense sunlight and two distinct seasons per year: one dry and the other rainy. Until the mid-1970s, this large region was covered by a variety of plant formations, from grassland to relatively dense forests, and was considered unfit for modern agricultural production, due to the presence of acidic soils and to the lack of cultivars adapted to its edaphoclimatic conditions (BERNARDES, 1996).

However, the technological revolution of Brazilian agriculture (SILVA, 1982; SZMRECSANYI, 1983; KAGEYAMA et al., 1990; MÜLLER, 1989) in the last quarter of the 20th century transformed Cerrado lands into a key resource class. The introduction of chemical, mechanical, and biological inputs changed the view that the lands were unsuitable, and instead made them, in the logic of capitalism, highly productive and valuable. In this, the Brazilian State played an essential role from the start, through the technical innovations developed by the Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) in partnership with large multinational corporations selling chemical inputs and agricultural machinery; as well as through settlement policies, which attracted farmers from the South and Southeast regions of the country by providing subsidized credit and constructing storage and transport infrastructure for crops (SILVA, 1982; DELGADO, 1985; BERNARDES, 1996; GONÇALVES NETO, 1997; FREDERICO, 2010).

Since the beginning of the 21st century, various factors, including a significant increase in food prices, a search for new agrofuel production areas, and the financial crisis of 2007/08, have attracted new actors to the region (FREDERICO; BUHLER, 2015). The greater volatility and risk of merely financial assets (e.g., titles and shares), the higher profitability provided by investments in land and agriculture, combined with the geopolitical concern of certain nation states to ensure their supply of raw materials, led to a global competition for land, a phenomenon called "global land grab" (GRAIN, 2008; BORRAS et al., 2011; COTULA, 2012; MCMICHAEL, 2012).

Owing to the abundant availability of still untapped arable lands (at least from the perspective of modern capitalist agriculture) at relatively low prices (in comparison to

agricultural land in the South and Southeast regions), the Brazilian Cerrado has become one of the main areas of interest of institutional investors. Despite the announcement of many investments by nation states, such as China, and by Persian Gulf potentates, most of the investments were effectively made by representatives of financial capital, such as private equity firms, banking institutions and pension funds (FREDERICO; BUHLER, 2015; FREDERICO; GRAS, 2017). Thus, the traditional actors established in the region (large producers, landowners, public institutions, transnational exporting companies in the grain sector and the agricultural machinery and input sectors, etc.) partnered with new representatives of international financial capital, adding even more complexity to the power relations and strategies for the transformation and appropriation of the region's resources.

As Raffestin (1980) proposed, resources are nothing more than the product of a technology-mediated "relationship" between a given "actor" and a specific natural "material". Thus, as historically constructed products—the fruits of power relations between different actors—they would not exist, in the mind of the author, as "natural resources", only as "natural materials". Every resource is therefore a hybrid (LATOUR, 1991; SANTOS, 1996; SWYNGEDOUW, 1999), a fruit of the relationship between a natural material and a historically contextualized social power relation.

Corroborating the previously cited authors, Harvey (2006) also argued that resources are never totally natural, being socially constructed. For this author every resource is defined primarily by its social utility. For this reason, the possible requalification of these resources provides the key to understanding the actors' positioning and their interaction with the territories used. Therefore, in contemporary capitalism, "requalification" of a land resource as a financial asset (DANIEL, 2014; FAIRBAIRN, 2014; MARTIN, CLAPP, 2015; OUMA, 2014, DUCASTEL; ANSEEUW, 2014; VISSER, 2015)—beyond a simple means of production, a family estate, a source of income, and a representation of political power, as usually conceived by the large regional producers—has prompted changes in traditional power relations and in the ways that the Cerrado territory is used.

The qualitative research is based on fieldwork and documentary analysis, journal and newspapers articles, reports and secondary data. Six fieldwork campaigns, each lasting ten days on average, were conducted between 2014 and 2017, in the states of Mato Grosso, Goiás, Bahia, Piauí and Maranhão, as well as in the city of São Paulo. We held 42 semi-structured interviews with peasants, capitalist farmers, managers and directors of agricultural companies, directors of investment funds, public authority representatives, social organizations and scholars. Visits to peasant communities, to the offices and farms of capitalist family farmers (typically immigrant producers from the Central-South region of the country), and to the offices of investment funds in the city of São Paulo were especially important for identifying the different operational logics and forms of interpretation and use of

the land, as subsistence (peasants), source of power, accumulation and patrimony (capitalist family farmers), and financial asset (institutional investors).

Thus, this article first analyzes the appropriation of Cerrado lands by modern agriculture, with the expansion of the Brazilian agricultural frontier since the 1970s, and the consequent expropriation of the forms of communal use and subsistence practiced by local populations. It then demonstrates the regulation of production by large transnational companies (TNCs) involved in bulk agricultural exportation, and establishes a typology of the region's capitalist producers and their relationship with the land. Finally, the article discusses international financial capital's current attempt at appropriation of Cerrado lands as a financial asset.

Land as a resource and the expansion of Brazil's modern agricultural frontier

As Li (2014) points out, land is a special type of resource. Unlike other resources such as water, gold and oil, land is more than a source of food and a place of residence and work for many social groups; it cannot be simply appropriated and moved to another place. As the author states, it can be divided, but not removed. Thus, to make land productive, "exclusion regimes" must be established to define, for each place and region, which users and types of use are considered legitimate and which are not.

This can be accomplished through various forms of expropriation, be they physical or forced (limits, fences and weapons), regulatory (laws, zoning, property rights, etc.), or market-related (such as increasing its prices). Thus, the appropriation of land as a resource depends less on its "natural or intrinsic quality" (LI, 2014, p. 589) and much more on the necessary technology, rules and power plays for its transformation.

In Brazilian Cerrado areas, expansion of the modern agricultural frontier resulted in progressive transformation of the land from a local resource to a national-global resource, through forceful expropriation from the native populations (MARTINS, 2009; ALVES, 2015). Here, the modern agricultural frontier refers to the areas of Brazilian territory occupied since the 1970s by large-scale, export-oriented, capital- and technology-intensive monocultures that replaced the original vegetation, traditional crops (grown by the Cerrado peoples such as the peasant, indigenous, ribeirinho, geraizeiro and quilombola populations, etc.) and areas of extensive grasslands (CASTILLO, 2011; FREDERICO, 2013). There are older and more recent frontiers within the Cerrado. The oldest areas, occupied between the 1970s and 1990s, are called by Bernardes (2015) as "consolidated frontiers", while the other areas are expanding frontiers. Despite this and other major sub regional disparities, they will not be addressed in this particular article.

In several areas of the Cerrado occupied by peasant populations and still not reached by the agricultural frontier there are a certain common characteristic in their spatial organization¹. In general, local people construct their dwellings on the valley floor, close to the fluvial watercourses, embedded between the higher areas of the flat plateaus (called Chapadas). In addition to its proximity to water and the presence of soils that are deeper and more fertile compared to the higher plateau areas, the valley floor facilitates subsistence crop cultivation (cassava, beans, rice, corn, fruits, etc.) and small animal husbandry (swine and birds). Conversely, the plateau areas—dominated by flat lands covered by native vegetation and, since the colonial period, sometimes used by peasants for extensive cattle ranching—are traditionally appropriated by the “Cerrado people” for communal grazing (bovine and caprine livestock), hunting, and gathering of wood, wild fruits and medicinal herbs². As Alves (2015, p.51) notes, the plateau areas are interpreted in the imagination of the local populations as a “place of seizure of all existing resources, without any impediment” (translated from Portuguese).

Capitalist appropriation, however, resulted in expropriation from local populations through a combination of the three mechanisms noted by Li (2014, p. 598): regulatory, forced, and market-related. From the legal (“regulatory”) point of view, most of the Cerrado lands were unsettled, *i.e.*, public properties that, despite being occupied, never officially belonged to an individual and therefore constituted a good of the Union (Brazilian federal government) or federative states. The local people never had formal land tenure documents, the lands’ occupation derived from customary use established over generations. However, with the implantation of modern agriculture, the unsettled Cerrado lands were gradually being privately appropriated, either officially through state settlement policies of the 1970s and 80s³, with colonizing companies (public and private) being offered titles of ownership of public lands, or through illegal appropriation using falsified tenure documents, a process commonly referred to as *grilagem* (in Portuguese).

Modern capitalist agriculture occupied mainly the flat plateau areas conducive to the use of machinery for large-scale monoculture production. To this end, communal lands were divided into lots (boundaries) and assigned to immigrant farmers from the southern regions of the country (HAESBAERT, 1997). Soon after, the capitalist farmers, beneficiaries of the public settlement policies, enclosed their lots and cleared them through removal of the native vegetation. The enclosure of the lands and prohibition of their communal use resulted in a series of conflicts (“forced”) between the local people and the capitalist agricultural

¹ Due to the scope of this article and the complexity of the forms of organization and use of the territory of the different peoples that inhabit the Cerrado, such as indigenous, quilombolas, etc., we will only address one of the forms of peasant occupation.

² Information obtained through interviews and longitudinal observations during fieldwork in peasant communities in the states of Maranhão and Piauí between 2014 and 2017.

³ For a more in-depth analysis of the Cerrado settlement policies, see Pessoa (1988) and Cleps Jr. (1998).

producers, with armed disputes, forced expropriation from peasants (squatters) and indigenous groups, as well as numerous judicial processes (MARTINS, 2009; PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017).

Expropriations brought about through securitization of the land and the use of force were followed by those resulting from the commercialization of the land. If local people were the main victims of the articulation of the first two types of expropriation (regulatory and forced), many of the farmers that benefitted from the state policies of Cerrado occupation, during the 1970s and 1980s, were expropriated by the market. Rising land prices and the development of increasingly capital- and technology-intensive agriculture have led to an increased concentration in land ownership, to the exclusion of producers considered as less competitive (FREDERICO, BUHLER, 2015; IORIS, 2016). Furthermore, as reported in interviews, clashes and judicial disputes have been recurrent among the capitalized producers themselves⁴. Most of the conflicts arise from overlapping ownership of the same area, a result of illegitimate acquisition of properties whose titles are forged (even though current buyers may not be responsible for the original falsification).

The Brazilian State played a central role in the process of appropriating Cerrado lands as a strategic resource in the expansion of modern capitalist agriculture. The deliberate policies of Cerrado occupation during the 1970s responded to concerns of both an economic and a geopolitical order (BECKER; EGLER, 1994; MACHADO, 1994; FREDERICO, 2010). In the first case, the intention was to increase agricultural production to expand exportation and to supply a country in the process of industrialization and urbanization. While increased grain production provided raw material for the growing national industry, exportation also increased, generating the foreign exchange necessary to implement the import substitution policy. From a strategic (geopolitical) perspective, particularly in a period of military government control (1964–1985), the idea was to guarantee the integrity of the national territory through occupation of frontier areas and through migration of people from regions of high population density and major land conflicts, such as the Northeast.

To achieve these objectives, the State played a key role in the capitalization of producers and agroindustries by providing subsidized credit, at rates below inflation, through the National Rural Credit System (1965–1980) (DELGADO, 1985). These financial resources enabled agroindustrial plants to expand and modernize and stimulated agricultural producers to acquire machines and lands. In addition to the public credit policy, the State also worked on other important fronts to induce the expansion and modernization of the agricultural frontier: Embrapa created and disseminated new cultivars (with special emphasis on soybean), which were adapted to the lower latitudes of the Cerrado rather than to the

⁴ Several examples of judicial processes for land tenure among capitalized farmers in the Cerrado can be found on the website www.jusbrasil.com.br.

traditional producer regions of the South and Southeast; producers received technical assistance, with new forms of land use and management being introduced; transport and storage systems were built to facilitate harvest outflows; and, finally, public and private settlement programs were implemented to stimulate the migration of producers, especially from the southern region (BERNARDES, 1996; HAESBAERT; 1997; FREDERICO, 2010).

In a sense, the state has succeeded in its objectives, withdrawing territorial capital (MORAES, 2000)—*i.e.*, the "reserve areas" occupied by traditional populations—and implanting a large-scale, capital- and technology-intensive monocropping agriculture in the Cerrado areas. For example, in 1970, less than 2% of the national soybean production (the country's main export crop) was harvested in the Cerrado (CENSO AGROPECUÁRIO, 1970). As the frontier expanded, this percentage increased to 20% in 1980, 40% in 1990, and reached 54% in 2012 (CENSO AGROPECUÁRIO, 1980; 1990; PAM/IBGE, 2014).

Currently, the Cerrado areas are Brazil's main grain producers, presenting the highest productivity indexes for several crops, including soybean, herbaceous cotton and corn⁵. However, productive efficiency contrasts with growing agrarian problems (SILVA, 1982). These problems are related to a high concentration of land ownership, which excludes peasants and small and medium producers and increases inequalities both in the countryside and in cities; they also arise due to the external regulation imposed on places of modern agricultural production, influencing management techniques, the inputs used, logistics, credit availability, and prices. This form of organization and regulation of production favors a few key beneficiaries: large agribusinesses and TNCs (ADM, Bunge, Cargil, Louis Dreyfus, etc.), which control logistics, marketing and a substantial part of agricultural financing; and international financial capital, such as pension funds, private equity firms, foundations and banking institutions, through corporate participation in agricultural companies and through control of land and other resources, as shown in the following items.

National actors and local resources: appropriation of Cerrado land as patrimony, source of power and accumulation

The last decade of the 20th century was a moment of great transformation on the Brazilian agricultural frontier. The fiscal crisis of the Brazilian State (1980s and 1990s) and the adoption of neoliberal ideology and policies (PECK, TICKEL, 2002, HARVEY, 2003) prompted drastic changes in the ways agricultural production was regulated and organized. The State's prominent role was gradually assumed by large international companies, particularly those tied to agriculture and livestock trading (FREDERICO, 2010; IORIS, 2016).

⁵ In the 2008/2009 crop year, among the main producing states, Goiás had the highest average yield in maize crops (6,469 kg/ha), Maranhão had the highest yield in herbaceous cotton production (4,102 kg/ha) and Mato Grosso had the highest yield in soybean production (3,076 kg/ha) (PAM/IBGE, 2011).

With the frontier's expansion, the increase in production, and the diminished role of the State, a small group of transnational companies (TNCs), which historically controlled the global grain trade (MORGAN, 1979), became an important regional actor⁶.

Despite not buying land and not participating in the aforementioned agricultural production, companies such as ADM, Bunge, Cargill and Louis Dreyfus began to subordinate the producers. The State continued to have an important role, particularly in planning and building costly infrastructure such as transportation, communication and energy. The TNCs, however, were fundamental to the frontier's continuous expansion during that time. Extending to areas increasingly distant from the main ports of export and lacking in infrastructure, the TNCs facilitated the logistics of harvest outflows and input supplies, as well as providing the necessary credit for production.

The presence of TNCs increased the complexity of power relations on the Brazilian agricultural frontier. On one hand, large producers progressively appropriated unsettled lands, causing severe environmental impacts and expropriation from the local populations. On the other hand, these same producers became subordinate to the interests of the large grain-trading companies. However, some producers achieved more autonomy than others. Buhler and Oliveira (2013) demonstrate that, despite commonly being considered as members of a single social and economic group reorganized under the general term "agribusiness", an internal diversity exists among companies and producers linked to primary production.

The authors recognize the presence of at least two types of agricultural company linked to "southern immigrants" (coming from Brazil's Central-South region), which they differentiate as "familiar" and "patrimonial". The first type is composed of small agricultural companies whose productive activities are developed directly by the nuclear family itself (with periodic hiring of workers for specific activities). In the patrimonial companies, the family group is again integral to the structure, but the ownership of larger territories require a more complex organization, with outsourcing of some more specialized tasks such as administration, management and marketing the harvests. These two types of company represent the most frequent form of organization among the agriculturalists responsible for modern production in Cerrado areas.

Although they are distinct in size and organizational form, land ownership is fundamental to both types of companies, as much in the economic sense, for obtaining credit⁷ (DELGADO, 2012) and as a principal source of revenue (IORIS, 2016), as in the political sense, in defining power relations. As Raffestin (1980, p.51) asserts, "if there is a

⁶ Regionally, these transnational companies are called "tradings", an abbreviation of input/trading companies.

⁷ Generally, land is given as collateral to obtain credit from financial institutions. The greater the price and extent of land, the greater the capacity for financing.

word rebellious to any definition, this word is power” (translated from French). For the author, despite being difficult to define, and largely based on the propositions of Foucault (1976), power is not restricted to the “set of institutions and apparatus that ensure the subjection of a state’s citizens”; it is multidimensional, also understood as an intrinsic part of every relationship of force, aiming to establish “control and domination over men and over things” (RAFFESTIN, 1980, p. 58; translated from French).

This definition seems coherent and operational in the face of the analyzed reality, although at first seem to contradict the Marxist propositions of the debate about the land grabbing phenomenon. It is not restricted to the idea of class domination, allowing to analyze how within the same class, as of the representatives of the agribusiness, there are agreements and cooperation, but also disputes and conflicts of power, as approached in the final considerations.

For Raffestin (1980, p.58), power manifests through not only the strategic control of populations and territory, but also the control of resources, which in turn determines the “horizon” and the “reach of action”. This affirmation was never so true as in the case of control over land on the Brazilian agricultural frontier. Despite their subordination under TNCs, some farmers in the Cerrado controlled large extents of land and were thus able to build an important power structure through both the control of the State apparatus and the creation of their own grain trading and logistics companies.

The most emblematic situation is that of the Maggi family. Originally from the state of Paraná, in the South region of Brazil, the family expanded its dealings to the state of Mato Grosso in the 1980s. To do so, Mr. André Maggi (patriarch of the family) initially “purchased” about 70 thousand hectares on the Chapada dos Parecis, in the northeast of the state, in a transition zone between the Cerrado and the Amazon Forest (SILVA, 2003). In addition to becoming large agricultural producers by acquiring large extents of land at low prices and with subsidized credit, the pioneering spirit led the Maggi family to create a settlement project on their own farm, eventually establishing the current municipality of Sapezal. As proprietors of the colonizing company, the Maggi family was responsible for the planning and division of all the urban lots and rural properties, in addition to negotiating with the other immigrants arriving there from the South region.

Nevertheless, it was the consolidation of the Northwest Exportation Corridor that transformed Grupo Maggi into one of the largest companies in Brazil (listed among the billionaires in Forbes Magazine in 2014), and Mr. Blairo Maggi (son of André Maggi) into one of the most influential politicians in the country (two-time governor of the state of Mato Grosso, and currently a senator of the Republic, was considered by Forbes Magazine, in 2009, as the 62nd most influential leader in the world) (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

The Northwest Exportation Corridor facilitates the outflow of grains from northwestern Mato Grosso and southern Rondônia through the Madeira-Amazonas waterway (SILVA, 2003).

Given the vast distance (almost 3,000 km) between the Chapada dos Parecis and the traditional ports of export in Santos and Paranaguá (in the Southeast and South regions, respectively), the creation of an alternative route for harvest outflows and input supplies was crucial. The Madeira waterway allowed harvests to flow northward, with ports located in the municipality of Porto Velho (RO) on the banks of the Madeira River (where the highway-to-waterway transshipment of grains occurs), and in Itacoatiara (AM) on the banks of the Amazon River (where transshipment to seaborne vessels occurs). Control over their own export corridor enabled Grupo Maggi to compete with the large TNCs, as well as to create direct partnerships with importers and financial institutions abroad (to obtain credit).

Currently, Grupo Maggi has its own navigation company (with 115 bulk carriers), energy production company (five small hydroelectric plants), grain trading and processing company (with offices and soybean mills in Brazil and abroad), and an agriculture and livestock production company. Just like their diversification of activities, their dominion over the land never stops growing, encompassing more than 250 thousand hectares in 2012, with soy crops (first harvest) covering circa 130 thousand hectares and producing approximately 400 thousand tonnes (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014). However, the title of King of Soy, bestowed on the world's largest individual producer of soy in the 1990s, was given to another member of the family: Blairo Maggi's cousin Iraí Maggi, proprietor of Grupo Bom Futuro, which supplanted Grupo Maggi in the crop year 2009/2010 by planting 230 thousand hectares of soy, with a production of 720 thousand tonnes (SAVANACHI, 2010).

Demonstrably, the control of land by local agricultural companies, even those lacking the size of Grupo Maggi, has a clear connection to the power relations established within the local, regional and national contexts. Unlike the companies controlled by financial capital, analyzed in the next item, the family groups establish a perennial relationship with the land. For them, the land is not just a means of production and a source of income and financing; it also serves as a source of power, used to obtain favors and concessions, to rise to public office, and, when necessary, to subjugate local communities.

Global actors and local resources: the appropriation of Cerrado land as a financial asset

Since the 2000s in particular, with the significant increase in food prices and the global financial crisis of 2007/08, investments in land and agricultural production by large financial investors and sovereign states have multiplied, constituting what is commonly called "global land grabbing" (BORRAS, et al., 2011). The globalized financial market's current

requirement of competitiveness and profitability, coupled with nation states' geopolitical necessity of ensuring their supply of raw materials, means that regions with abundant resources attract the attention of investors. Although the current land grabbing phenomenon varies in origin, destination and impact, which is still inconclusive, it can be generally defined as the intensive use of capital to control lands and resources, as a form of accumulation and as a response to a combination of current crises (financial, energy, food, ecological) of the neoliberal globalization project (BORRAS, et al., 2011; MCMICHEL, 2012; COTULA, 2012).

Initially, research was focused primarily on large-scale land investments by sovereign states (e.g. China, India, South Korea, and Persian Gulf potentates), especially in Sub-Saharan Africa (GRAIN, 2008). However, studies on the acquisition of land by financial capital in other regions of the globe, such as Southeast Asia and Latin America, have also proliferated (BORRAS, et al., 2012). The abundance of land available for incorporation by modern agriculture, at prices below the average of the world's major agricultural regions (e.g. the US and Argentina), has made the Brazilian territory one of the main targets of international financial investors (SAUER, LEITE, 2011). Although present throughout the Brazilian territory, their force is most salient in the modern agricultural frontier's expansion areas, the Cerrados of the North, Northeast and Central-West regions in particular.

Despite seeming contradictory, due to institutional investors' aversion to capital immobility, recent investments in land are entirely linked to the current speculative logic of financial accumulation. According to Paulani (2012), this constitutes rentier capitalism par excellence, either through interest earned by the monopoly of money, or through rent derived from the monopoly of land. As Harvey (2006) argues, these investors understand land as a fictitious capital, *i.e.*, equivalent to an investment that earns interest. From the capitalist's perspective, posits the author, "what is bought and sold is not the land, but entitlement to the ground rent produced by it" (p.471; translated from Portuguese). The growing intensification in capital and labor on the land assures the raising of future rent, proving attractive to interest-bearing capital.

As Fairbairn (2014) notes, financialization of the world economy since the 1970s opened new possibilities for financial circuits to incorporate land, transforming it into an asset. In other words, the central concern of some who acquire land is the attainment of capital gains. In most cases, the strategies of financial capital couple the attainment of profits from the production of grains, agrofuels, and planted forests with the capture of ground rent via productive intensification and real estate speculation. For Li (2014), the dual function performed by the land—productive use and value reserve/source of speculation—distinguishes it from other resources. While some resources, such as oil, have a productive use, and others serve as a value reserve, such as gold, the land potentially offers both functions. Thus, some investors call it "gold with yield" (FAIRBAIRN, 2014).

However, one of the main factors that seem to differentiate the land grabbing phenomenon from other instances and forms of land appropriation is the current financial logic present in the negotiations. In addition to demanding the maximum from the land (in the form of rent or profit) to meet investors' and shareholders' expectations (generation of shareholder value), the decisions of financial capital to keep, expand or dispose of properties are influenced much more by changes in, and prospects for, the profitability of international financial capital (e.g., change in interest rates, profitability of other assets, inflation indexes and exchange rates) than they are by the requirements and productive performance of the farms (DUCASTEL, ANSEEUW; 2014; OUMA, 2014)

Since the mid-2000s, the Brazilian agricultural frontier has received the arrival of countless companies controlled by international financial capital (FREDERICO; BUHLER, 2015; FREDERICO, GRAS; 2017). Despite their distinct origins and strategies, these companies have something in common: the quest to control land and resources. Unlike other instances and other global companies, analyzed in the previous item, the companies controlled by financial capital are not restricted to the control of flows, *i.e.*, of grain trading, logistics, credit, and input supplies; they coordinate with national companies and local producers in the acquisition of land and in agricultural production itself.

Given their characterization as agricultural commodities, cultivated products are unlikely to obtain a differential pricing, their prices being determined by the international market and depending on factors beyond any company's control. Therefore, the large agricultural companies controlled by financial capital seek a differential profitability by increasing production efficiency, which, consequently, increases yield and decreases unit costs. For this, they use a series of technical and organizational systems with significant informational content (SANTOS, 1996). Among the various production methods, a few stand out for their persistence on the modern agricultural frontier: direct planting (planting directly over the vegetation cover, without the need for plowing); double cropping (two harvests cultivated per year); and even those methods requiring large capital investments in machines, software and implements for their optimal usage, such as variations of what is known as precision agriculture (use of satellite images and georeferencing systems to identify the chemical needs, pest and disease infestations, and productivity of each field).

In addition to differential productivity, the intensive application of capital to new agricultural techniques also promotes higher land prices (referred to by Marx (1986) as differential rent II). By artificially increasing the quality and productivity of land, capital investment also raises its market price. Indeed, this is the main strategy used by companies dedicated to the purchase, transformation and sale of land. According to information obtained from the companies Adecoagro (2010), SLC Agrícola (2014) and Tiba Agro (VISION BRAZIL INVESTMENTS, 2013), what they call the thesis of investment in land

development generally implies the acquisition, transformation and sale of land, with significant increase in its market price over an average five-year term⁸. To achieve this, they seek to acquire land at relatively low prices, usually located in areas of frontier expansion, with adequate phytoclimatic and pedological conditions for rainfed production (without irrigation) and, in many cases, covered with native vegetation.

The land pricing cycle adopted by these companies has five stages: acquisition, licensing, clearing, transformation and sale. The first step consists of prospecting and negotiation for the land. As the vast majority of lands have entitlement problems, a series of maneuvers, which are not always legal, is necessary to obtain land tenure documents⁹. Hence the necessary relationship between the companies controlled by international financial capital and the “squatters” (landlords), brokers and local notaries. Without the participation of the latter in prospecting, enclosure and land legalization, it is practically impossible to access the promising regional land market.

After this first stage, the area is cleared through deforestation, cleaning (root removal) and leveling of the plot, followed by transformation of the land through plowing, soil correction and fertilization, and construction of infrastructure. Lastly, a buyer for the farm must be found, which often may not be as easy as initially expected¹⁰.

According to information provided by SLC Agrícola (2014), a natural Cerrado area initially acquired at an average price of US\$ 2 thousand/ha can be sold for US\$ 7 thousand/ha at the end of a five-year cycle. In addition to the initial expenditure to purchase the property, the company also spends about US \$ 1.5 thousand/ha during the land transformation process, which takes an average of three years.

The results of the purchase, transformation and sale of farms, between 2007 and 2012, by the private equity firm Vision Brazil, parent company of the agricultural enterprise Tiba Agro, illustrate more concretely the strategies for appropriation of rent produced from the land (differential rent II). According to the company, during that period, four farms were sold in the states of Goiás, Mato Grosso, Piauí and Bahia. In total, just over 100 thousand hectares of land were traded between 2007 and 2012, with R\$ 390.1 million invested

⁸ In terms used by Marx (1986), this type of rent is called Differential Rent II. For the author, Differential Rent I is associated with differences in the degree of soil fertility and the location of land in relation to the market, whereas Differential Rent II derives from the additional investment of means of production and labor in areas of equal fertility.

⁹ In a report from May 20, 2015, in the magazine *180 Graus do Piauí*, the Judge of the Agrarian Court of Piauí (presides over land issues in the state) affirmed that almost all the lands in the state's southern region presented entitlement problems.

¹⁰ According to a report from January 28, 2014, by the newspaper *Valor Econômico*, land deals in Brazil lost their vigor in 2013, due to various factors such as restrictions on the purchase of large tracts of land by foreigners, high prices for the sale of farms, and the deceleration of the world economy. On the sellers' side, the report emphasizes how international capital's inability to acquire farms diminished the number of potential buyers. On the buyers' side was the allegation by representatives of LandCO (belonging to SLC Agrícola and the English fund Valiance) that, although capitalized, they would not be interested in acquiring land at such high prices.

(purchase and transformation of land)¹¹ and R\$ 602.6 million redeemed (through the sale of properties). While the negotiation of the farm in Goiás, dedicated mainly to cattle farming and located in a consolidated agricultural frontier area, obtained an Internal Rate of Return (IRR)¹² of 4.8%, between 2007 and 2012, the farms located in frontier expansion areas of Mato Grosso, Piauí and Bahia offered significantly higher rates of return of 40.2%, 38.5% and 29.7%, respectively. The comparison between the return rates of these negotiations demonstrates how the properties located in the frontier expansion areas allow a greater appropriation of rent produced from the land (due to the lower acquisition price), justifying investors' interest in these areas.

The most lucrative deal for the company was the sale of a property of just over 30 thousand hectares in the state of Mato Grosso, acquired for R\$ 700.00/ha and sold five years later for R\$ 5,100.00/ha (VISION BRAZIL INVESTMENTS, 2013). Other examples are mentioned by the company SLC Agrícola (2014) when comparing the market price of its already transformed and highly productive lands with the prices charged for the acquisition of natural land in the same regions. In western Bahia, the company's farm Panorama had a market price of US\$ 6.6 thousand/ha in 2014, while an area of natural land was negotiated in the same year for US\$ 1.6 thousand/ha; in Goiás, the Fazenda Pamplona had a market price of US\$ 6.9 thousand/ha, while a natural area was sold for US\$ 2.7 thousand/ha. The data demonstrate how the quest for appropriation of ground rent became the main business of these companies. As Delgado (2012) states, the acquisition of land in expansion areas of the agricultural frontier enables one to attain "first-mover advantage". In addition to government support in the form of credit and infrastructure, the pioneering spirit of these companies enables them to acquire the best lands (differential rent I) with the best possibilities for transformation in highly productive areas (differential rent II).

Final considerations

The analysis of the three ways of land's relation presented in this article - called peasants, patrimonial and financial - allows to verify a diachrony in time and a synchrony in the space of these different forms of territorial division of labor. While each of them is representative of its moment of origin and succeed in time, they also coexist in space in the present time. However, this coexistence does not occur without the creation of different forms of conflict and cooperation.

At first, the peasant mode of production coexisted and was articulated with other forms of production of local people, such as indigenous and quilombolas. This was a slower

¹¹ Value corrected by IGP-M (FGV).

¹² The Internal Rate of Return (IRR) is the rate of profit of a project. It equals the value of an investment (present value), with its respective future returns or cash balances generated in each period.

time of the territorial division of labor, based on the use of local techniques, the lack of private land ownership, the communal use of the Chapada areas, among other characteristics, such as subsistence cultivation, plant extractivism, practice of hunting and neighborhood cooperation in more labor-intensive tasks such as planting and harvesting crops. The peasant mode of production is partly replaced, but also transforms and continues with the arrival of capitalist agriculture in the region. Most areas of communal use are surrounded and many peasant communities are expropriated by land grabbing. Nevertheless, the peasant territorial division of labor is also transformed to adapt to the arrival of modern agriculture. Besides the fact that many peasants go to work on soybean farms, in activities that are generally low-skilled and low-paid, other families also begin to produce soybeans as a means of survival on the land.

However, the recent arrival of financially-owned agribusiness makes relations even more complex. While many capitalized family/patrimonial farmers are functional in prospecting, opening up, and developing land, through partnerships with financial capital, increasing competitiveness and land rent compel many to adjust to the new productive pace, or abandon (sell or lease) land and migrate to new fronts of expansion. In this struggle, peasant production becomes even more fragile and threatened.

The tension between large capitalized producers and companies controlled by financial capital was evident in the discussion of the bill that would again authorize the purchase of land by foreigners, by repealing Opinion No. 1, 2010, of the Federal Attorney General's Office. While the then Minister of Agriculture, soybean producer Blairo Maggi - largest representative of the interests of the major soy producers -, opposed the liberalization project, other agribusiness representatives, interested in large-scale land trade, were in favor. This shows that the so-called agribusiness is not a totally homogeneous bloc, with the presence of agents with diverse and sometimes conflicting interests.

But, the most interesting to discuss at this point is the current interest and the ways in which international financial capital operates to land control. The control of agricultural enterprises by international financial capital demonstrates new forms of interference in agriculture, with important repercussions for the expansion of Brazil's modern agricultural frontier. As authors like Chesnais (2005) and Plihon (2005; 2013) point out, after assuming control of large companies, interest-bearing capital can impose its logic of profitability on productive activities. As Paulani (2012) argues, it is the external position of the shareholder that ultimately directs decisions related to production.

As reported by some of the visited companies¹³, there is a certain “pressure to grow”, *i.e.*, to raise their market price, respond to the expectations of the shareholders, and attract new investors. New company management rules, called corporate governance, are nothing more than the shareholders’ way of ensuring a company’s plans and actions are in accordance with their expectation of profitability (PLIHON, 2005; CHESNAIS, 2005).

Of course, familial and patrimonial companies also aim to grow and to increase their profitability; the main difference, however, is in the immediacy and the expected return. From a financial perspective, it is not enough that a company is profitable; it needs to generate, within a predetermined period, a shareholder value (as dividends, mysteriously taxed at 15% p.a., and as an increase in the company’s value) superior to the other investments opportunities available in the international financial market

Imposition of the financial logic forces companies to adopt several mechanisms, including hyper-exploitation of labor—through precarity, automation, outsourcing and subcontracting—and of “nature”. Regarding the latter, most relevant is the acquisition of large tracts of land, especially in areas still unexploited by modern agriculture, and the repeated implantation of large monocultures, labor-saving machinery and intensive expropriation of resources such as soil, vegetation and water. These prerogatives are not exclusive to companies controlled by financial capital, but have accelerated in the contemporary period.

The differing forms of appropriation and use of Cerrado lands are notable. While peasants and other “Cerrado populations” have a perennial relationship with the land, considering it their main source of subsistence and reproduction, financial investors (controllers of agricultural companies) have a more ephemeral link. For them, the land is comparable to a financial asset, which needs to be profitable on time and in predetermined amounts. Between these two extremes are different types of capitalist agricultural producers and enterprises for whom land is the main family estate, necessary as a source of income, profits and power.

The relationships, contradictions and conflicts resulting from the interaction between these different logics of appropriation and uses of Cerrado lands constitute a promising field of research. To what extent will agribusiness controlled by financially-owned firms expand and become hegemonic? What are the chances of survival, reproduction and adaptation of the peasant mode of production forward to new forms of land grabbing and agribusiness accumulation strategies? What will be the role and what will happen with the patrimonial agriculture in this context? This article is only a first proposal of a typology of the different

¹³ Technical visits, which included interviews with company managers and directors at the companies Adecoagro, in the city of Luís Eduardo Magalhães (BA) in October 2013, and El Tejar, in the city of Primavera do Leste (MT) in June 2015.

agents and strategies present in the region. More detailed analyses are needed to understand how the current regime of financial accumulation subjects agricultural production to an external logic tied to international rentism and dilates the Brazilian agricultural frontier through accelerated expropriation of local resources and populations.

References

AB'SÁBER, A. *Os domínios de natureza no Brasil*. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 159 p.

ADECOAGRO, Institutional presentation, 2010.

ALVES, V. E. A formação das condições para a instalação do agronegócio nos cerrados piauienses e as mudanças nas formas de uso da terra dos Gerais. In: *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil, 2015. Disponível in: www.social.org.br.

BECKER, B.K.; EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1994.

BERNARDES, J. A. As Estratégias do Capital No Complexo da Soja. In: Iná Elias de Castro; Paulo César da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa. (Orgs.) *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996, p. 325-366.

BERNARDES, J. A.. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. *Scripta Nova (Barcelona)*, v. XIX, p. 1-28, 2015.

BORRAS Jr., S.; HALL, R.; SCOONES, I.; WHITE, B.; WOLFORD, W. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. *Journal of Peasant Studies*, 38 (2): 209-216, 2011.

BORRAS Jr, S.; KAY, C., GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land Grabbing and Global Capitalist Accumulation: Key Features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies* 33 (4): 402-416, 2012.

BÜHLER, E.A., OLIVEIRA, V. L.. La localisation des entreprises agricoles dans l'ouest de l'État de Bahia. *Etudes Rurales*, nº191, 2013, p. 91-114.

CASTILLO, R. A.. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: Márcio Rogério Silveira. (Org.). *Circulação, transportes e território: diferentes perspectivas*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v. , p. 331-354.

CENSO AGROPECUÁRIO. (1970; 1980; 1985; 1990; 1996). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*. 1975 e 2006

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p. 35-67.

CLAPP, J. Financialization, distance and global food politics. *The Journal of Peasant Studies*, 41 (5), 2014, p. 797-814.

CLEPS Jr., J., Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. rio Claro, Tese de Doutorado, Unesp. 1998.

COTULA, L. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. *Journal of Peasant Studies*, 39(3–4), 649–680. 2012

DANIEL, S. Situating private equity in the land grab debate. *The Journal of Peasant Studies*, 2014, 41(4), 797-814.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985*. São Paulo: Ícone/UNICAMP. 1985.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2012, 142p.

DUCASTEL, A., ANSEEUW, W., Agriculture as na asset class: reshaping the South African farming sector. Paper Presented at the International Conference “*Finance, Food and Farmland*”, Institute for Social Studies, Haia. 2014.

FAIRBAIRN, M. ‘Like gold with yield’: evolving intersections between farmland and finance. *Journal of Peasant Studies*. Volume 41, Issue 5: Global Agrarian Transformations Volume 1: New Directions in Political Economy, 2014. DOI: 10.1080/03066150.2013.873977.

FREDERICO, S. *O Novo Tempo do Cerrado: Expansão dos Fronts Agrícolas e Controle do Sistema de Armazenamento de Grãos*. São Paulo: AnnaBlume, 2010, 259 p.
FREDERICO, S.. Agricultura Científica Globalizada e Fronteira Agrícola no Brasil. *Confins* (Paris), v. 17, p. 1-17, 2013.

FREDERICO, S.; BUHLER, E. A. . Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. In: ALVES, V.E.L.. (Org.). *Modernização e regionalização nos cerrados do Centro- Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins*. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, v. 1, p. 199-226.

FREDERICO, S.; GRAS, C. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, J.A. et al. *Globalização do agronegócio e land grabbing*. A atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Lamparina. 2017, p. 12-32.

FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité*. 1. La volonté de savoir. Paris, Galimard, 1976. p.121.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*. Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997, 245p.

GRAIN. Seized: The 2008 landgrab for foodand financial security”, disponível em: <https://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>. 2008.

HAESBAERT, R.. *Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: Eduff, 1997, 320 p..

HARVEY, D. *The new imperialism*. New York: Oxford University Press. 2003.

HARVEY, D. *The Limits to capital*. London; New York: Verso, 2006, 478p.

IORIS, A.A.R. Rent of agribusiness in the Amazon: A case study from Mato Grosso. *Land Use Policy* 59, 2016, 456–466 <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2016.09.019>

KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa et al.(orgs.), *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990, p. 113-223.

LATOUR, B. *Nous n'avons jamais été modernes*. Essai d'anthropologie symétrique, Paris, La Découverte, « Poche / Sciences humaines et sociales », 1991.

LI, T. M. What is land? Assembling a resource for global investment. *Transactions of the Institute of British Geographers. Royal Geographical Society*, 2014, 39 (4), p. 589-602.

MACHADO, L. O. *A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro - RJ, v. 54, n.2, 1994, p. 27-55.

MARTIN, S.; CLAPP, J. Finance for agriculture or agriculture for finance? *Journal of Agrarian Change*, 15(4) 549: 559. 2015.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, 187 p.

MARX, K. *O Capital*, Livro III – Tomo 1. São Paulo, Abril Cultural (Coleção "Os Economistas"). 1986.

MCMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. *Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), 681–701. 2012.

MORAES, A. C. R. (2000) *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 431 p.

MORGAN, D. *Les Géants du Grain*. Fayard: Paris, 1979, 317 p.

MÜLLER, G. *Complexo Agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Família Maggi, do rei da Soja, entra na lista de bilionários da Forbes, 11 de abril de 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,familia-maggi-do-rei-da-soja-entra-na-lista-de-bilionarios-da-forbes,181831e>. Acessado em: 22 de março de 2016.

OUMA, S.. Situating global finance in the Land Rush Debate: A critical review. *Geoforum* 57, 2014. p.162–166. <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2014.09.006>0016-7185/

PAM/IBGE. (2014) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal*. Série Histórica 1990-2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>. Acesso em: 24 de março de 2014.

PAULANI, L. *Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo*. *Paper*, Rio de Janeiro, ANPEC, 2012.

PECK, J.; TICKEL, A. Neoliberalizing Space. In: BRENNER, N.; THEODORE, N. *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America an West Europe*. Malden, USA: Blackwell Publishing. 2002.

PESSOA, V. L. S. A ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba, MG. Rio Claro, *Tese de Doutorado*, Unesp. 1988.

PITTA, F.T.; BOECHAT, C. A.; MENDONÇA, MARIA LUISA. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Estudos Internacionais*, v. 5, p. 155-179, 2017.

PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pelas finanças. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PLIHON, D. La globalisation financière. In: BÉNASSY-QUÉRÉ, A.; CHAVAGNEUX, C.; LAURENT, É.; PLIHON, D.; RAINELLI, M.; WARNIER, J-P. *Les enjeux de la mondialisation*. Les grandes questions économiques et sociales. Paris: La Découverte, 2013. p. 23-40.

RAFFESTIN, C. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: LITEC, 1980.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, S.; LEITE, S. P. *Agrarian structure, foreign land ownership and land value in Brazil*, In : International Conference on Global Land Grabbing, 6-8 abril, Sussex, 2011, 36 p.

SAVANACHI, E., Rei da soja, rei do boi. *Revista Dinheiro Rural*, setembro de 2010, edição 69.

SILVA, C. A. F. da. *Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SLC AGRICOLA, *Apresentação Farm Day*, 2014.

SILVA, J.G. da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 192 p.

SZMRECSANYI, T. Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil. *Revista de Economia Política*. São Paulo, 3(2): 141-144, abril-junho de 1983.

SWYNGEDOUW, E. Modernity and hybridity: nature, regeneracionismo, and the production of the Spanish waterscape, 1890-1930. *Annals of the Association of American Geographers*, 89(3), 1999, p. 443-465.

VISSER, O. Finance and the global land rush: Understanding the growing role of investment funds in land deals and large-scale farming. *Canadian Food Studies* 2(2). 2015. p. 278–286.

VISION BRAZIL INVESTMENTS. *Estratégias dos fundos de participações no Brasil* (Palestra). ANBIMA, 2013.

Sobre o autor

Samuel Frederico – Graduação (2002) e Mestrado (2004) em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (2009) e Livre-Docência pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)

(2018). Professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro. **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0003-1586-0794>

Como citar este artigo

FREDERICO, Samuel. From subsistence to financial asset: the appropriation of the brazilian Cerrado lands as a resource. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 239-260, set.-dez., 2019.

Recebido para publicação em 25 de junho de 2019.

Aceito para a publicação em 29 de julho de 2019.

Financial capital and land control: New rentiers on the Brazilian agricultural frontier

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rio Claro, São Paulo, Brasil.
e-mail: rodrign80@gmail.com

Samuel Frederico

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rio Claro, São Paulo, Brasil.
e-mail: samuelfrederico7@gmail.com

Yuri Martenauer Saweljew

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rio Claro, São Paulo, Brasil.
e-mail: yurimartenauer@yahoo.com.br

Abstract

Although not new to capitalism, Brazil experienced a dizzying increase in the Initial Public Offering (IPO) between 2004 and 2008. In the case of agribusiness, 18 companies made IPOs in this short period. Who are these companies? What were the objectives with the IPO? What are your drivers? What is the relationship of these companies with the global land grabbing? These are some of the questions that this article seeks to answer, when analyzing more specifically, two pioneering companies in their respective areas to open stock capital: one linked to agricultural grain production and another specialized in the land real estate market. These examples allow us to analyze the transformation of land into a financial asset, with the unprecedented integration between financial capital and land ownership, a *sine qua non* characteristic of the land grabbing process. Instead of a barrier to capital inflows, as the classic theory of ground rent points out, the examples demonstrate how land can be used as fictitious capital, with serious social and environmental impacts in areas of expansion of modern agriculture in Brazil.

Keywords: Financial capital; land control; land rent; agricultural companies; modern agricultural frontier.

Capital financeiro e controle de terras: a monopolização neorrentística da terra

Resumo

Apesar de não ser um fenômeno novo no capitalismo, entre 2004 e 2008, o Brasil conheceu um aumento vertiginoso na oferta pública de ações. No caso do agronegócio, 18 empresas fizeram IPO neste pequeno período. Quem são essas empresas? Quais os objetivos com o IPO? Quais os seus controladores? Como a abertura de capital levou as empresas a novas estratégias de acumulação (rentismo) e formas de uso do território? Como a financeirização dessas empresas se relaciona com o fenômeno global de land grabbing? Essas são algumas questões que este artigo procura responder. Mais especificamente, o artigo dedica-se à análise de duas empresas pioneiras nos seus respectivos ramos de atuação a abrir capital em bolsa: uma vinculada à produção agrícola de grãos e outra especializada no mercado imobiliário de terras. Estes exemplos, permitem analisar a transformação da terra em ativo financeiro, com a integração sem precedentes entre o capital financeiro e a propriedade da terra, característica *sine qua non* do atual fenômeno de land grabbing.

Ao invés de barreira de entrada de capitais, como assinala a teoria clássica da renda, os exemplos analisados neste artigo, demonstram como a terra pode ser utilizada como uma forma fictícia de capital, negociada no mercado em função da renda gerada.

Palavras-chave: Capital financeiro; Controle de terras; Renda da terra; Empresas agrícolas; Fronteira agrícola moderna.

Capital financiero y control de la tierra: la monopolización neorentista de la tierra

Resumen

Aunque no es un fenómeno nuevo en el capitalismo, entre 2004 y 2008, Brasil experimentó un fuerte aumento en la oferta pública de acciones. En el caso de la agroindustria, 18 empresas hicieron IPO en este corto período. ¿Quiénes son estas empresas? ¿Cuáles son los objetivos con la salida a bolsa? ¿Cuáles son tus conductores? ¿Cómo el IPO llevó las empresas a nuevas estrategias de acumulación (rentismo) y formas de uso de la tierra? ¿Cómo se relaciona la financiarización de estas empresas con el fenómeno global del acaparamiento de tierras? Estas son algunas preguntas que este artículo busca responder. Más específicamente, el artículo está dedicado al análisis de dos empresas pioneras en sus respectivos campos para hacerlas públicas: una vinculada a la producción agrícola de granos y otra especializada en el mercado inmobiliario. Estos ejemplos nos permiten analizar la transformación de la tierra en un activo financiero, con la integración sin precedentes del capital financiero y la propiedad de la tierra, que es una característica sine qua non del fenómeno actual de apropiación de tierras. En lugar de una barrera de entrada de capital, como lo señala la teoría clásica de la renta de la tierra, los ejemplos analizados en este documento demuestran cómo la tierra puede ser utilizada como una forma ficticia de capital negociada en el mercado por el ingreso generado.

Palabras clave: Capital financiero; control de la tierra; renta de la tierra; empresas agrícolas; frontera agrícola moderna.

Introduction

In 2007, SLC Agrícola became the first company dedicated to agricultural production to go public on the world stock markets. One year earlier, BrasilAgro, a company created for the exploration and negotiation of rural real estate, had also been a pioneer when it realized its own IPO (Initial Public Offering)¹. Although public offering is not a new phenomenon in capitalism, between 2004 and 2008, Brazil experienced a vertiginous increase in public stock offerings. In the case of agribusiness, 18 companies went public on the São Paulo Stock Exchange (BM&FBovespa) in that short time. This phenomenon is due largely to the great availability of capital in the

¹ To have shares traded on the BM&FBovespa, the companies need to publicly list their stock and request to register as a *companhia aberta*, or publicly traded company, with the Comissão de Valores Mobiliários (CMV)—the body that regulates and monitors the Brazilian capital market. Upon meeting this condition, companies are authorized to sell their shares to the public in an initial public offering, or IPO (GRAS; NASCIMENTO, 2016, p. 124).

international market, and to the strong increasing trend in the prices of food and agricultural land and the expectation of agrofuel expansion.

The acquisition of shares capitalizes these companies while simultaneously facilitating the inflow of financial capital in agribusiness. Generally averse to high-risk and low-liquidity investments such as land/agriculture, shareholder participation enables interest-bearing capital to participate in this promising market without losing its investment flexibility. The great availability of capital makes the companies' expansion projects feasible, in some cases resulting in the acquisition of large extents of land, especially in areas of the modern agricultural frontier within the Brazilian territory.

But, who are these companies? What are their drivers? How does opening capital enable the creation of new accumulation strategies through the capture of ground rent? How is the financialization of these companies related to the global phenomenon of land grabbing? What are the territorial consequences of these investments? These are some of the questions this article seeks to answer. To that end, the article is dedicated to the analysis of two previously mentioned companies: SLC Agrícola and BrasilAgro.

These companies' modes of operation permit an analysis of the transformation of land into a financial asset, with unprecedented integration between financial capital and land ownership, a *sine qua non* of the current phenomenon of land grabbing. Characterized by the strong relationship between financial capital and the land market, land grabbing can be defined by the intensive use of capital to appropriate control (control grabbing) over land and resources, as a means of accumulation and a response to current crises (financial, energy, food security, ecological) of neoliberal globalization (BORRAS et al, 2012; MCMICHAEL, 2012; COTULA, 2012; SAUER; BORRAS, 2016).

In the eagerness of financial investors to enter into the promising land market, the analyzed examples demonstrate how land can be interpreted as fictitious capital, negotiated on the market according to the expectation of future revenue, rather than a barrier to capital inflows, as the classical rent theory states.

However, as Ioris (2016) emphasizes, the theory of ground rent is not restricted to payment made to a landowner for the use of their land, but also involves a series of disputes and power relations between social classes. In this context, this article seeks to demonstrate how large investments in land in agricultural frontier areas resulted in a series of contradictions, amplifying land conflicts between agribusiness companies and peasant's communities, as well as causing various environmental impacts.

To address the questions stated above, this article is divided into four parts in addition to this introduction and the final considerations. The first item lists the agribusiness companies that made an IPO on the BM&FBovespa (Sao Paulo Stock Exchange), as well as their main drivers, analyzing in greater detail the public listing processes of the companies SLC Agrícola and BrasilAgro. The second item discusses the ground rent theory, emphasizing the approaches that consider ground rent a fictitious capital (HARVEY, 2006) as well as a financial asset (LI, 2014; OUMA, 2016; DUCASTEL; ANSEEUV, 2016; VISSER, 2016). The third item analyzes more concretely the two aforementioned companies' strategies of accumulation through extraction of different forms of ground rent. Finally, the fourth item demonstrates how financial capital imposes pressure on companies to grow and incorporate new lands, resulting in various territorial consequences such as significant environmental damages and an increase in land conflicts.

In terms of methodology, the data and information used in item 1, regarding the corporate structure of agribusiness companies, were collected directly from the BM&FBovespa website. More specific information about the companies BrasilAgro and SLC Agrícola, such as the quantity and price of controlled lands, was gathered and systematized from the institutional reports produced by the companies themselves and made available on their respective websites. Visits, including semi-structured interviews, were also made to the BrasilAgro headquarters in the city of São Paulo in 2015, and to SLC Agrícola's farms in the states of Maranhão and Piauí in 2017. The interviews enabled qualification of the data available in the reports, particularly regarding investment strategies and forms of ground rent extraction. Information on the environmental impacts and territorial conflicts between agribusiness and farming communities were surveyed during fieldwork and visits, in 2017, to eleven communities in the south of Piauí and Maranhão. These communities are assisted by the Comissão Pastora da Terra (Pastoral Land Commission, Piauí and Maranhão regions) in their fight to remain on the land. In addition to on-site observation, the communities' reports allowed us to catalog the main problems caused by the land grabbing in the region.

Interest-bearing capital and public offering of agribusiness companies in BM&FBOVESPA

Although companies going public on the stock exchange is not a new phenomenon in capitalism, from 2004 to 2008, Brazil saw an acceleration in public stock offerings from firms in different sectors of the economy. Attracted by the

abundant supply of capital in the international market, many companies saw an IPO as an opportunity to capitalize and expand their investments.

In the case of agribusiness, the global expectation, during most of the 2000s, of a long-term increase in demand for, and prices of, food and agrofuels, combined with the domestic possibility of territorial expansion of agro-industrial production, led 18 companies to put forward initial public offerings in that short period (2004–2008): Cosan and São Martinho (sugarcane biofuel), Laep Investments and Guarani—currently, Tereos Internacional (diverse foods); Marfrig, Minerva, BRF and JBS (meats and by-products); Nutriplant and Heringer (fertilizers and agrochemicals); Suzano and Duratex (paper and cellulose); SLC Agrícola, Vanguarda Agro, Renar Maçãs and Pomifrutas (agriculture); Agrenco (agricultural trading); BrasilAgro (rural real estate exploration)².

The following table shows companies connected to the agricultural, sugar and alcohol, and property exploration sectors, that have public offerings on the Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa); their majority shareholder (April 2016), total value of their assets, and year of their IPO are also shown.

Table 1: Agribusiness companies with public offerings – BM&FBovespa, Brazil, 2016.

Company	Sector	Shareholder position	%	Total assets (billion Reals) 31/12/2015	Year of IPO
SLC Agrícola S.A.	Agriculture	Slc Participações S.A. Others Deutsche Bank Verde Asset Management Neuberger Berman Llc	51.03 31.73 6.28 4.6 4.55	5.3	2007
Vanguarda Agro	Agriculture	Laplace Invest. Gestão de Recursos Ltda. Ewz Investments Llc - Socopa Corretora Gavea Investimentos Fim Cp Vnt Silvio Tini de Araújo Others	22.95 15.62 14.95 11.99 10.65 23.82	2.4	2007
Pomifrutas S.A.	Agriculture	Edgar Rafael Safdié Siwa Fundo de Investimento Multimercado Efc Participações Sa Willyfrey Participações Merav Bender Safdie Others	28.63 14.09 11.88 9.82 6.17 30	0.11	2005
Suzano Papel	Paper and	Suzano Holding S.A. ¹	95.47	28.2	2004

² Before 2004, only three companies linked to agribusiness had public offerings in Brazil—the pioneer Sadia (1971), Perdigão (1980) and Fوسفertil (1992); similarly, after 2008, only four companies made an IPO: Fibria Celulose (2010); Biosev (2012); Vigor Alimentos (2012) and Raízen (2013).

e Celulose	Cellulose	Ipplf Holding Others	2.69 1.83		
Duratex S.A.	Paper and Cellulose	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. Companhia Ligna de Investimentos Commonwealth Bank of Australia Others	35.4 14.69 5.02 40.77	9	2007
Fibria Celulose	Paper and Cellulose	Bndes Participações S.A. - Bndespar Votorantim S.A. Others	29.08 29.42 41.44	29.4	2009
São Martinho S.A.	Sugar and Alcohol	Ljn Participações Others	55.96 44.04	7.1	2007
Biosev S.A.	Sugar and Alcohol	Sugar Holdings B.v. International Finance Corporation Santa Elisa Participações S.A. Hédera Inv. E Participações Ltda. NI Participations Holdings 4 B.v. NI Participations Holdings 2 B.v. Others	59.58 5.84 5.51 4.47 4.06 4.06 16.48	10.2	2012
Cosan Limited	Sugar and Alcohol	Queluz Holdings Limited Usina Costa Pintos.a. Açúcar E Álcool Fundos Gavea Skaden As Blackrock Inc. Others	26.44 11.09 8.24 5.16 3.52 43.35	52.3	2007
Raízen Energia	Sugar and Alcohol	Cosan Investimentos E Participações S.A. Shell Brazil Holding Bv	50 50	24.5	2013
Marfrig Global Foods S.A.	Meats and By- products	Mms Participações Ltda. Bndes Participações S.A. Brandes Investment Partners. L.p. Skagen S.A. Others	26.21 19.62 12.28 5.43 36.41	20.9	2007
Minerva S.A.	Meats and By- products	Vdq Holdings S.A. Brf S.A. Fmr Llc Others	32.87 15.1 6.17 45.85	8.3	2007
BRF	Meats and By- products	Petros – Fund. Petrobras de Seg. Social Tarpon Gestora de Recursos S.A. Previ Caixa Previd. Funci.B. do Brasil Blackrock Inc. Others	11.64 11.27 10.73 5.01 60.64	40.3	2006
JBS S.A.	Meats and By- products	Fb Participações S.A. Bndes Participações S.A. - Bndespar Caixa Econômica Federal Others	42.17 23.9 10.37 23.55	121.7	2007
Vigor Alimentos	Dairy	Fb Participações S.A. Jbs S.A. Arla Foods International A/s Others	72.35 19.43 8 0.22	4.5	2012
Tereos Internacional	Diverse Foods	Tereos Agro-industrie Tereos Participations Tereos Do Brasil Participações Ltda. Others	52.65 13.23 3.95 30.17	15.2	
Brasilagro	Real Estate Exploration	Cresud S.A.c.i.f.y.a Autonomy Capital Cape Town Llc Elie Horn Others	39.76 15.09 4.53 1.09 38.05	0.9	2006

Nutriplant	Fertilizers and Agrochemicals	Tripto Participações Ltda Others	76.61 23.3	0.08	2005
Fertilizantes Heringer	Fertilizers and Agrochemicals	Dalton Dias Heringer Ocp International Cooperatieve U.a. Potashcorp Sales Dalton Carlos Heringer Juliana Heringer Rezende Others	39.16 10 9.5 6.19 6.13 29.02	3.3	2007

Source: Novo Mercado, BM&FBovespa, 2016.

Public offerings by agribusiness companies further facilitated the inflow of financial capital toward livestock activities, agro-industries, and the land market. Among the largest shareholders in the companies, most notable is the participation of pension funds of large Brazilian public companies (Petros/Petrobrás and Previ/Caixa Econômica Federal); investment funds of the companies' founding families (FB Participações, MMS Participações, etc.); high-income individuals (Heringer family, Otaviano Piveta, Silvio Tini de Araújo, etc.); as well as national and foreign asset management companies (Autonomy Capital, Cape Town, Tereos Participations, Gavea, Tarpon, Blackrock, Deutsch Bank, Investimentos Itaú, BNDESPar, etc.)

In most cases, financial investors acquire minority shareholder positions, entering through funds managed by specialized companies, as is the situation with Deutsche Bank and the asset manager Neuberger Berman in SLC Agrícola. As Fix (2010) states, this form of insertion allows greater flexibility and mobility of capital, since its application does not require a long-term commitment.

In the specific case of companies linked to the land grabbing phenomenon, such as those dedicated to agricultural production and to the land market, a public offering was innovative in the second half of the 2000s. While SLC Agrícola was the first grain production company to have shares listed on the stock exchange (2007), BrasilAgro was the pioneer in the rural property exploration sector (2006). The public offering process of the latter is emblematic of the combination between excess financial liquidity on the international market and institutional investors' heightened expectations of the opportunities offered by investments in natural resource exploration at that time.

Unlike other companies that are first formally constituted and later enter the stock market to attract more resources (SLC Agrícola and Vanguarda, among others), BrasilAgro began to operate on Novo Mercado without having a single asset (goods and rights to receive). Only with a proposal in hand—for purchase, valuation and sale of agricultural properties—the company's initial public offering, in April 2006, attracted US\$ 270 million. The company first emerged in 2005, a product of Argentinian businessman Eduardo Elsztein's interest in expanding his rural property investment

model, developed in Argentina in the 1990s, through the company CRESUD (*Sociedad Anónima Comercial Inmobiliaria Financiera e Agropecuaria*).

As Gras and Nascimento (2017, p. 121) note, from the outset, CRESUD “operated as a vehicle of entry for financial capital in the Argentinian countryside” (translated from Portuguese). By the end of the 1990s, with public listings on the Buenos Aires Stock Exchange (BCBA), the company became the largest owner of Argentinian land, from an initial 20 thousand hectares to its current 475 thousand hectares. Subsequently, CRESUD began a forceful expansion into other South American countries, with capitalization coming from its public listing on the New York Stock Exchange as well.

To create BrasilAgro, CRESUD partnered with the Brazilian businessman Elie Horn, whose experience includes urban real estate investment³. Currently, BrasilAgro controls CRESUD, with 39.63% of its shares; Autonomy Capital holds 10.62%, and Elie Horn himself holds 5.76%, followed by other minority shareholders (BOVESPA, 2018). Just as BrasilAgro constitutes a rural extension of the business dealings linked to the urban real estate of Brazilian businessman Elie Horn, in Argentina, CRESUD is part of the group *Inversiones y Representaciones S.A.* (IRSA), owner of commercial buildings and shopping centers in Buenos Aires and of Banco Hipotecário, which specializes in property mortgage lending.

Thus, BrasilAgro’s constitution and mode of operation demonstrate how the strong financialization of the urban real estate market, particularly in the 2000s (FIX, 2010; HARVEY, 2006), is extended to the countryside, with a strong speculative bias. In its more than ten years of operation, BrasilAgro acquired a total of 319 thousand ha, located in agricultural frontier expansion areas in seven Brazilian states (Piauí, Maranhão, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais and Goiás) and in Paraguay. This acquisition also included the transformation of 110 thousand ha and the sale of around 80 thousand ha, with an investment of more than US\$ 200 million in the purchase and development of land, and a revenue of around US\$ 600 million from the sale of eight farms (BRASILAGRO, 2016).

SLC Agrícola’s history is quite distinct from BrasilAgro’s. While the latter can be considered an extension of the dealings of urban real estate owners into the rural environment, SLC Agrícola is a company with its origin in the livestock sector. However, with the IPO in 2007 and the sharp increase in land prices in subsequent years, the organization and operations of both companies eventually converged, to a

³ Elie Horn is a Brazilian entrepreneur and businessman with shareholdings in various real estate companies, including Cyrela Brazil Realty S.A., Brazil Realty Cia Securitizadora de Créditos Imobiliários, Cyrela Commercial Properties S.A. and Brazil Realty (a product of the union between Cyrela and the Argentinian Inversiones y Representaciones S.A. – IRSA).

large degree, with the constant pursuit to price their lands to generate income (dividends) for their shareholders.

SLC Agrícola was founded in 1977, in the state of Rio Grande do Sul, by Grupo SLC, which has manufactured automated harvesters since the 1940s. The subsidiary was created to expand operations to the production of agricultural commodities, particularly cotton, soy and corn in Cerrado areas. Even prior to the IPO, SLC Agrícola was already one of the largest Brazilian land owners and agricultural producers, with control of around 250 thousand ha and a planted area of 150 thousand ha. However, after the capitalization prompted by the stock offering⁴, the quantity of controlled lands increased significantly, reaching a planted area of approximately 380 thousand hectares in the 2015/16 crop year (323 thousand ha owned, 94 thousand ha leased, 81 thousand ha of second harvest, and 49 thousand ha in joint-venture).

Like other publicly held companies, after the IPO, generating value for shareholders became the principal objective, as affirmed by SLC Agrícola itself: “our objective is to expand production with an attractive return rate for our shareholders” (p. 50; translated from Portuguese). As Plihon (2005) and Guttman (2008) argue, the emergence of value creation for the shareholder as a fundamental principle of so-called corporate governance (AGLIETTA; RIBÉRIOUX, 2004) imposes great pressure on companies to demonstrate high performances to the capital market. Inserted into a highly competitive context, the firms are pressured to achieve rapid responses and high returns for their investors.

To that end, the company emphasizes the importance of “expanding production and productivity, taking better advantage of properties” and renting neighboring properties, as well as “identifying and acquiring properties in the Cerrado that present attractive conditions, potential for valuation on the market and importance for the development of our operations” (p. 40; translated from Portuguese). Thus, the company emphasizes the importance of constantly expanding production, productivity and planted area through the incorporation of new lands, as a way to ultimately remunerate the share capital.

Consequently, Chesnais (2005) argues the idea of the “insatiability of finance”, *i.e.*, the propensity of interest-bearing capital to demand from the real economy “more than it can give” (p. 61; translated from Portuguese). Thus, the immediacy and the pressure to grow and achieve high rentability obligates companies to adopt a series of mechanisms, including hyper-exploitation of labor and nature. The latter case is most notably the acquisition of vast extents of land, especially in areas still unexploited by

⁴ More than US\$ 150 million were collected in the IPO alone (SLC Agrícola, 2014).

modern agriculture, with repeated implantation of large monocultures, labor-saving technologies and intensive expropriation of resources such as soil, vegetation and water.

In 2016, SLC Participações (a company belonging to the founding Logemann family) owned 51.03% of the shares of SLC Agrícola; followed by Deutsche Bank, which owned 6.28%; Verde Asset Management and Verde Serviços Internacionais S.A., belonging to the Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management S.A., holding 4.6%; the asset management company Neuberger Berman LLC., holding 4.55%; and the rest of the minority shareholders holding 31.73%⁵.

The increasing valuation of agricultural lands, added to the expertise gained in the negotiation and transformation of Cerrado lands since the 1980s, led SLC Agrícola to create, in 2012, SLC LandCo Empreendimentos Agrícola S.A., which specializes in the purchase and development of new land. The subsidiary was created in partnership with the English fund Valiance Asset Management Ltd., which holds 18.7% of the shares (against 81.3% held by SLC Agrícola), and which made an initial input of US\$ 238 million to purchase new farms. Currently, SLC LandCo controls three farms, with a planted area of approximately 80 thousand ha (2015/16 crop year). The farms' lands are leased to SLC Agrícola itself, which is responsible for developing the plantation.

Lending continuity to its expansion plan through the formation of partnerships with national and foreign companies, in 2013, SLC Agrícola created two other joint-ventures: MIT-SLC, with the Japanese Mitsui, and SLC-Roncador, with the Brazilian group Dois Vales Participações. In the first case, to circumvent the land law nº 5.709 (7/10/71), which restricts foreigners' acquisition of land in Brazil⁶, SLC Agrícola holds 50.1% of the shares (against 49.9% held by Mitsui); in the second case, ownership of the joint-venture is divided equally between the two parties. Currently, MIT-SLC controls two farms, with almost 40 thousand hectares planted (2015/16 crop year), and SLC-Roncador manages only one farm of 27 thousand ha in the state of Mato Grosso (SLC Agrícola, 2016).

⁵ Neuberger Berman LLC is a company specialized in asset management of diversified investments, including agricultural commodities. Deutsche Bank, in Brazil since 1911, is a multi-purpose bank, but also acts as an asset management company. Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management S.A. (CSHG) originated from the purchase of 51% of Hedging-Griffo—a national company active in the asset management market and private banking—by the Swiss bank Credit Suisse in 2006. Hedging-Griffo, in the 1980s, was one of the largest national brokers of agricultural commodities. The fund qualifies as “one of Brazil's largest private banking, asset management and stock brokerage institutions”, managing around R\$ 94.4 billion in investments, with net equity estimated at R\$ 52.8 million.

⁶ In 2010, with the promulgation of Law 5.709/1971, at Federal Executive request, the Attorney General of the Union (AGU) restricted the acquisition of lands by foreign persons or companies. This 2010 ruling, which was based on the first federal law of 1971, established a maximum limit of 50 undefined exploratory units, which can vary from 05 to 100 hectares, according to the municipality; the foreign possession of a maximum of 25% of the total area of the municipality. These limits can only be overcome by the authorization of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), the Presidency of the Republic or the National Congress.

Ground rent: fictitious capital and the transformation of land into financial asset

Ground rent is one of the most debated and controversial categories in the history of political economics. It can be defined generally as a category referring to payment, by capitalists to landlords, for the right to use the land for grain production. The set of formulations, by economists ranging from Adam Smith (1776) to Marx (1864), including David Ricardo (1817) and Malthus (1820), is known as rent theory. Adam Smith (1776) is credited as being the first author to identify ground rent as an economic category. He was the pioneer in relation to ground rent, questioning the determination of values and prices and the distribution of income among distinct social classes, as well as examining its trajectory throughout the process of economic development of national wealth (LENZ, 1993). For Smith (1776), rent can be defined as the transfer payment from the capitalist class to the landlord class, for the 'original and indestructible' properties of the soil.

David Ricardo (1817) showed, based on the theory of diminishing returns, the connections between ground rent and profit rate and the accumulation of capital, and the consequent antagonism between landowners and capitalists. For the author, the cost of producing wheat on low-quality (or distant) land is exempt from ground rent. The continuous process of incorporating marginal lands would lead to successive diminution of producers' profit rate, whereas rent on better land would increase. For Malthus (1820), ground rent is closely related to his population growth theory. Increasing rent derived from the increasing demand for food by an expanding population. Thus, an increase in rent is a natural consequence of a growing economy; *i.e.*, rather than being considered a negative for capitalist development, as proposed by Ricardo (1817), rent would be an expression of the increase in national wealth.

It was Marx (1864), even after an inconclusive critique, who suggested, albeit hypothetically, the existence of absolute rent and monopoly rent in addition to differential rents. The assumption of the existence of absolute rent derives from the inconsistency of Ricardian theory by admitting the payment of rent for low-quality soils. While differential rents derive from the land's natural differences (Differential Rent I) or from the set of additional capitals applied to the land (Differential Rent II), absolute rent is directly linked to the existence of private land ownership. Absolute rent is obtained by the surplus of value over the general price of production, due to the lower organic composition of capital in agriculture when compared to industry (CARCANHOLO, 1984). Monopoly rent would be a special case of rent derived from an increase in price

above market value, due to the existence of exceptionally favorable natural conditions, such as in the production of high-quality wines.

After the Classical School arguments, rent theory evolved little between the end of the 19th century and the first half of the 20th century. According to Ioris (2016), in that period, works were focused on the notion of utility of the land, considering it as basically another form of capital⁷. Since the 1970s, however, with the increase in land and housing prices in the USA, discussion about ground rent has emerged and evolved significantly within a critical perspective based particularly on the propositions of Marx⁸. For Haila (1990, p. 278), this period can be subdivided into three phases: a) consensus phase; b) transition phase; c) rupture phase. The first phase, beginning in the 1970s, not only refuted neoclassical propositions, which disregarded the social relations of rent appropriation, but also aimed to construct a rent theory applicable to the urban question. The consensus had three aspects: a) the argument about absolute rent and monopoly rent, in disregard of the concept of differential rent (considered very technical and ahistorical); b) the conception of rent as a pre-capitalist/neo-capitalist element, and c) as a barrier to the process of accumulation.

In the second phase, at the turn from the 1970s to the 80s, the previous consensus began to fragment. Many of its widely-accepted conceptions were being criticized and rejected, and new theories and redefinitions emerged. Many of the proposals developed in this period served as the background for the perspective adopted in this article, with increasing interest in differential rent to the detriment of absolute and monopoly rents; the desire to interpret rent as something intrinsic to capitalism (and not as a pre-capitalist element)—which, rather than a barrier to capitalist development, can be coordinated and utilized within the capitalist logic of accumulation—and as not appropriated by a homogeneous class (landowners) but by diverse agents and interests.

As Haila (1990, p. 284) emphasizes, this period of transition did not create a new consensus, but rather a division into two camps that characterized the following phase (Third Phase: 1980s). This division revolves around the argument concerning the possibility of constructing a general theory of rent, *i.e.*, the opposition between idiographic and nomothetic approaches. While the first advocated the impossibility of a

⁷ Ioris (2016) cited some exceptions that enabled the advance of “Rent Theory”, such as Lenin, in 1901, on the agrarian question; Hilferding, in 1910, on “cartel rents”; Schumpeter, in 1934, on “entrepreneurial rents”; and Sraffa, in 1960, on the neo-Ricardian Theory of Value. In the 1960s, due to the rapid increase in land and housing prices in the USA, Ioris (2016, p. 458) reported the resurgence of the study of rent, highlighting neo-classical authors such as Alonso, who, in 1964, advanced the concept by maintaining that “the supply of land cannot be increased when the demand and its price increase” (translated from Portuguese).

⁸ For Haila (1990), this debate includes, among others, Emmanuel (1972), Harvey (1973), Walker (1974), Scott (1976), Edel (1976), Ball (1976), Fine (1979), Massey and Catalano (1978), Lipietz (1980).

general theory of rent, invoking instead the need to analyze concrete situations (MASSEY; CATALANO, 1978), the second defended the possibility of a general theory of rent in the context of advanced capitalism.

This debate gave rise to a central argument in the analysis of the relationship between financial capital and land. Within the nomothetical approach, Harvey (2006), in *The Limits of Capital*, introduced a new perspective in which land is considered a financial asset. For the author, the financialization of the world market (post-1970s) led gradually to the consideration of land as a form of fictitious capital. In other words, the expectation of future income from land determines its use and negotiation (purchase, development, rental and sale). From this perspective, rent stops being a barrier to capitalist investments (MASSEY; CATALANO, 1978) and is instead considered as a determinant of the form of land use.

In the current land grabbing phenomenon, various authors adopted the perspective of land as a financial asset—*i.e.*, as fictitious capital—in the attempt to interpret the institutional investors' interest and modes of operation in agriculture (CLAPP; 2012; GUNNOE, 2014; FAIRBAIRN, 2014; LI, 2014; OUMA; 2016; DUCASTEL; ANSEEUW, 2016; VISSER, 2016). As Visser (2016, p. 02) observes, the commodification of land is old, far preceding the recent financialization of agriculture. The author emphasizes that “land has been sold, hired, valued, and taxed for many centuries in various parts of the world”. Thus, more than a binary transformation of common lands into new commodities, the current insertion of financial agents into agriculture represents a new step in the commodification of land.

Land is understood not only as a commodity but also as a financial asset. Thus, besides meeting various requirements for its comparison and negotiation (standardization, profit potential, liquidity, legitimacy, specific rules, etc.), future creation of positive revenue is not enough for land to be considered an asset; also necessary is that its anticipated rentability is equal or higher, and the investment risk lower, than the other financial instruments available in the market (OUMA, 2014; 2016; DUCASTEL, ANSEEUW, 2016).

Despite seeming contradictory due to the aversion of institutional investors to capital immobility, the recent investments in land are entirely related to the “insatiable” logic of financial accumulation (CHESNAIS, 2005). According to Paulani (2012), it is a matter of rentier capitalism par excellence, whether by interest earned through the monopoly of money, or by rent derived from the monopoly of land. As Harvey (2006, p. 369) argues, these investors understand land as a fictitious capital, *i.e.*, equivalent to an investment that earns interest. For the author, from the capitalist perspective, “what is bought and sold is not the land, but title to the ground-rent yielded by it. The money

laid out is equivalent to an interest-bearing investment. The buyer acquires a claim upon anticipated future revenues, a claim upon the future fruits of labour”. The growing intensification in capital and labor on the land assures the elevation of future rents, constituting an attractor of interest-bearing capital.

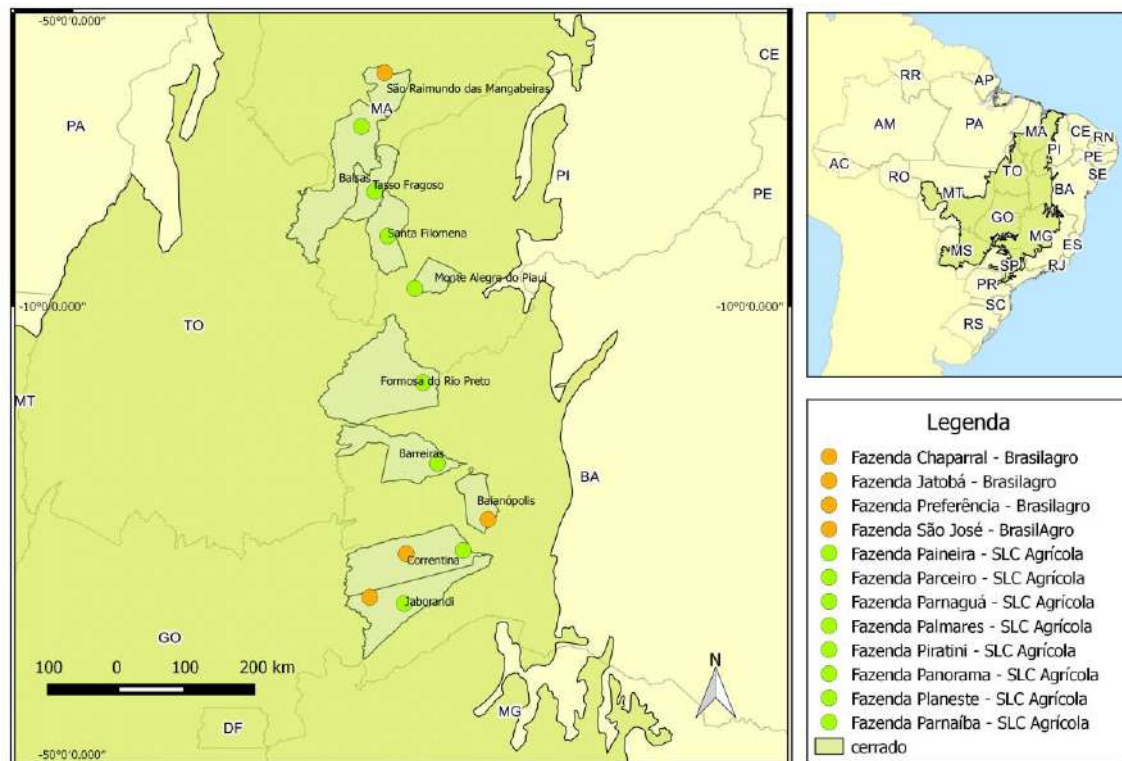
Strategies of accumulation through ground rent: The case of BrasilAgro and SLC Agrícola

The pressure exerted by interest-bearing capital, via ever-increasing appropriation of rent produced from the land, subjects ‘financialized’ agricultural companies to an endless cycle of intensifying productivity and increasing the scale of production. When artificially increasing quality and productivity, capital investments—in machinery, equipment, inputs and state-of-the-art infrastructure—also promote the pricing of agricultural properties. This, incidentally, is the main strategy used by companies dedicated to the land market, such as BrasilAgro and SLC Agrícola.

According to information obtained in reports from the aforementioned companies, what they call the “thesis on investments in land development” generally implies the acquisition, transformation and sale of lands that have high pricing potential in an average five-year term. For this, they seek to acquire lands at relatively low prices, generally located in areas of agricultural frontier expansion, with adequate edaphoclimatic and pedological conditions for unirrigated production and, if possible, the development of two harvests per crop year. Thus, the constant pursuit of an increase in productive efficiency results in rising costs, which enforces the continual incorporation of new areas to decrease the expenditures per hectare.

Among the most sought-after areas, the region known by the acronym Matopiba stands out. The region is a more or less continuous area of Cerrado at the intersection of the states of Maranhão, Piauí, Tocantins and Bahia. The Matopiba has been noted by various authors (ALVES, 2015; FREDERICO; BÜHLER, 2015; PITTA; MENDOÇA, 2015), and by the State, as the new area of expansion of the modern agricultural frontier in the Brazilian territory (IMAGE 01).

Image 1: Location of the BrasilAgro and SLC Agrícola farms in the Matopiba region, 2018



Source: SLC Agrícola; BrasilAgro; IBGE, 2018.
Elaboration: SAWELJEW, 2018.

Currently, SLC Agrícola holds 457 thousand ha of land in the Brazilian territory. Of this total, around 290 thousand ha, or 63% of all the company's lands within the country, are in the Matopiba. BrasilAgro has 141 thousand ha of land in the Brazilian territory, with 47% of that total, or just over 100 thousand ha, in the Matopiba. Most notable is the western region of Bahia, where both companies collectively control around 230 thousand ha of land.

One of the main factors that attracts companies to the Matopiba is the availability of relatively inexpensive land. According to Rudorff et al. (2015), in 2015, the Brazilian Cerrado had around 40 million ha of unused arable land. In that same year, while one productive hectare of soy in the state of Iowa (primary grain-producing state in the USA) cost around US\$ 20 thousand, an unconverted area of Cerrado in the state of Piauí (expansion area of the agricultural frontier) cost an average of only US\$ 1.6 thousand/ha (APPRAISAL DELLOITTE, 2015; FNP, 2015).

Currently, almost all Brazilian companies operating in the land market have teams specialized in prospecting and mapping arable land. First, they seek to appropriate the most naturally fertile tracts for appropriation of differential rent I. As Marx (1986) asserts, the owner of lands of high natural fertility can appropriate not only the normal profit, but also additional profit derived from the difference in productivity relative to less fertile lands. In the Brazilian agricultural frontier, a direct relationship

exists between productivity and edaphoclimatic conditions. The greater the rainfall in a given region, the greater its productive capacity (two harvests per crop year; use of the most productive cultivars; exploitation of larger areas, even with low clay content).

For appropriation of the best lands, the relationship between producers, companies and local brokers is now indispensably supplemented by the use of satellite images and by cross-referencing soil quality with historical rainfall databases. BrasilAgro claimed that, by 2015, the company had completed a preliminary survey of georeferenced information of approximately 30 million hectares in Brazil, Colombia and Paraguay. Of this total area, around six million hectares were visited, and “due diligence” (investigation of business opportunity to assess the risks of the transaction) was done on approximately 2.5 million hectares.

Selection of the best lands is followed by the collection of differential rent generated from the land (Differential Rent II). As Paulani (2016) noted, this rent does not arise by an accident of nature, but rather from the application of different amounts of capital on tracts of equally fertile land. In those lands with the highest capital investment, the individual price of production is lower than the regulated market price, enabling the creation of additional surplus value. Such a condition can be demonstrated concretely by the differences between the soy productivity (kg/ha) of SLC Agrícola (considered one of the most efficient in terms of productivity and reduction of production unit costs) and the average productivity of the main producer regions and countries. Averaging five crop years (2010/11 to 2014/15), the company obtained a productivity of 3,006 kg/ha, higher than the averages of the Brazilian (2,922), American (2,919), and Argentinian (2,673) producers and of its main region of operation, Western Bahia (2,819).

In addition to increasing productivity, the intense application of capital also increases the prices of agricultural properties. According to information available from SLC Agrícola (2014), once the land has been productive for a five-year period, a natural area of Cerrado initially acquired for an average of US\$ 2 thousand/ha can be sold for an average of US\$ 6.5 thousand/ha.

However, the more interesting situation is that of BrasilAgro. In its first years of operation, the company was dedicated mainly to the acquisition and transformation of land. After maturation of the agricultural development (five years), the company began the process of liquidating its properties. In total, the company invested around US\$ 250 million for the acquisition of 319 thousand hectares, including the transformation of 110 thousand ha, and then received more than US\$ 200 million from the sale of only 77 thousand ha. Currently, the company has around 240 thousand ha, with 86 thousand

ha of legal reserve, 15 thousand ha developed, just over 50 thousand hectares in transformation, and almost 90 thousand ha to be transformed (BRASILAGRO, 2016).

The land appropriation and transformation strategies of large agricultural enterprises illustrate the existence of another type of ground rent, which Marx (1986) called absolute rent. In his own words, “The mere legal ownership of land does not create any ground rent for the owner. However, it does give him the power to withdraw his land from exploitation until economic conditions permit a valuation that will yield him a surplus” (p. 225; translated from Portuguese). When acquiring large extents of land covered by native vegetation, the conversion of the property occurs gradually, from the most naturally fertile areas to those that demand greater capital expenditure to meet the requirements of modern agriculture.

The untransformed land stock, referred to by investors as the land bank, does not provide its owner an income, as Marx (1986) noted, but is used by companies in different ways: in marketing strategies that demonstrate its potential for growth and, consequently, attract investors; and to obtain credit for defrayment and investment, without disregarding its function as a value reserve and its future pricing potential.

As part of BrasilAgro’s business, for example, the continuous transformation of land requires existing reserve areas for future pricing. In 2006, 94% of the company’s 56 thousand hectares of arable land were undeveloped. With its first cycle of transformation, this percentage was reduced, even with the acquisition of new land, to a minimum of 45% of the total in 2012, or about 50 thousand hectares in absolute terms. Then, with the acquisition of another 141 thousand hectares, the land bank again grew in percentage (57%) and absolute (98 thousand ha) terms, allowing the company to continuously transform and sell land.

Ground rent and territorial conflicts

However, the pressure that financial capital imposes on companies to expand and incorporate new lands results in various territorial consequences. As Ioris (2016) proposes, ground rent is not only the payment to the owner for use of the land, but also involves the establishment of different and complex class relations. For the author, it can be defined by the obtainment of gains through an unequal power relationship and through private possession of an economically valuable asset. In the case of agricultural frontier areas, as in the Matopiba region, extraction of ground rent entails various problems, from environmental issues related to deforestation of the Cerrado and pollution by agrottoxins, to fraudulent appropriation and land conflicts.

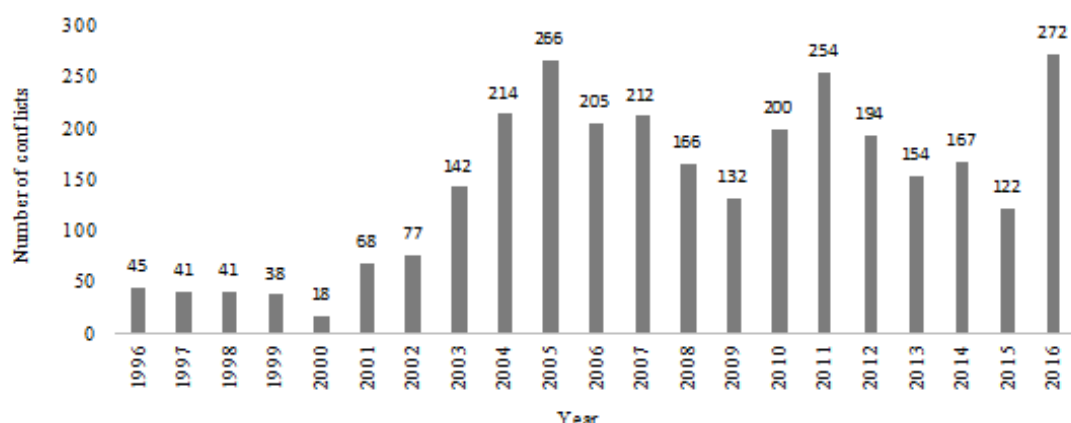
In addition to the rents extracted by agricultural companies, acquisition of lands in frontier expansion areas is also of great interest to agents involved in the local land market. Growing demand for lands results in the proliferation of illegal and violent schemes to appropriate public lands, a mechanism known in Brazil as *grilagem* (squatting, in English). The term, according to Benatti (2009, p. 18), can be understood as the illegal transfer of public lands to the private domain through the falsification of documents, fraudulent negotiations, corruption and expropriation from small occupiers.

From a legal standpoint, most of the Cerrado lands are unsettled; *i.e.*, they are public properties that, although occupied, have never officially belonged to anyone and therefore constitute a good of the Union (Brazilian federal government). The local people have never had formal land-tenure documents, and their occupation of the land derives from its customary use established over generations. However, with the implantation of modern agriculture, the unsettled lands of the Cerrado were gradually appropriated as private property—either officially, by state colonization policies of the 1970s and 80s⁹ which offered titles of ownership of public lands to colonizing companies (public and private), or by illegal appropriation through squatting.

The enclosure of lands and the prohibition of their communal use results in a series of conflicts between local people and capitalist agricultural producers, with armed disputes, forced expropriations of *campesinos* (peasants) and indigenous groups, as well as numerous judicial processes (MARTINS, 2009; PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017). According to the data of the Comissão Pastoral da Terra (2017), the number of conflicts over land grew significantly throughout the Matopiba region beginning in the early 2000s, peaking in 2016. This period coincided with an accelerated rate of expansion of agribusiness in the region. Between 1996 and 2016, the number of conflicts increased over five-fold, from 45 to 272, as illustrated in the graphic below.

⁹ For a deeper analysis of the policies on colonization of the Cerrados, see Pessoa (1988) and Cleps Jr. (1998).

Graphic 1: Matopiba region, Land Conflicts, 1996 – 2016.



Source: Comissão Pastoral da Terra, 2017.

The areas of the Chapada, currently occupied by large farms, were always used communally by local populations for extensive animal husbandry and plant extraction. There were no fences or boundaries. They were public areas occupied without any constraints. Upon appropriation by agribusiness, the Cerrado vegetation was deforested, and communities were prohibited from using the lands, resulting in conflicts and in serious impacts on the communities' forms of reproduction. Furthermore, the lands currently occupied by the local communities have also been the target of squatters' interest, for the creation of a legal reserve. According to the Brazilian Forest Code, farms in Cerrado areas need to preserve the native vegetation on 20% of their total area. With the depletion of plateau lands, many companies have established their reserve areas on valley floors, where the local peasant's communities reside.

Beyond the land conflicts between local populations, squatters and agricultural companies, land grabbing processes also result in a series of environmental problems. Due to the proximity of agribusiness plantations, farming communities are directly affected by deforestation and agrototoxic pollution. The most common cases are contamination by aerial spraying of agrottoxins, which destroys subsistence crops; siltation and contamination of rivers, traditionally used for fishing, feeding and personal hygiene; the spread of new pests theretofore nonexistent in the region, such as whitefly; and the disappearance of bees and of certain types of animals used for food.

Final considerations

Characterized as an innovation in the second half of the 2000s, public offering on stock exchanges enabled strong capitalization of various Brazilian agribusiness companies. The most interesting cases involved an unprecedented supply of shares by companies engaged in agricultural production and the land market. On the one hand, the inflow of financial capital into their corporate structure enabled companies' rapid capitalization; on the other hand, however, it imposed new logics of control and expectations of profitability and growth.

As Chesnais (2005) asserts, the insatiability of finance—*i.e.*, financial capital's imposition of immediacy and strong pressure for growth—results in the hyper-exploitation of labor and nature. In the case of companies dedicated to agricultural production and to the land market, this is becoming ever more evident. The demand for high profitability, derived largely from the extraction of ground rent, results in many contradictions.

In this perspective, ground rent is not limited to payment to the landowner for use of the land, but involves disputes and power relations (IORIS, 2016). Access to the land market requires a network of relationships, from large financial investors who are connected to global power networks and think about their strategies on a worldwide scale, to the squatters, politicians, landowners and local notaries, without disregarding the crucial role of the State (in the standardization of lands and in the construction of infrastructure).

By providing an outlet for overaccumulated capital—often allocated to tax havens and of dubious origin—large investors animate the regional land market through speculation. Attracted by the great demand for land, local and extra-regional squatters illegally appropriated unclaimed public areas, which are then resold to agricultural companies. Although financial investors are not, in most cases, directly responsible for squatting on the land, they indirectly encourage it by fostering the land market.

Despite being an old practice in agricultural frontier areas, squatting is intensified by financial capital's recent interest in land. In addition to harming the State, land appropriation promotes a series of environmental damages and territorial conflicts, such as indiscriminate deforestation of Cerrado areas and expropriation of farming communities.

The space is thus dialectically produced. The confrontation of such different logics of land use sets in opposition a global order, which includes the financialized agricultural enterprises, and a local order, represented by peasant's communities. In

this dialectical pair, proposed by Santos (2012), the former is characterized by the imposition of a dominant rationality and a hegemonic discourse, while the local order establishes the scale of shared daily life, cooperation and resistance. On the one hand, investors and agricultural companies are inducers of entropy, creating a topology of points of exclusivist interests, with little or no relationship to their surroundings; on the other hand, the interaction and socialization created by communities are what confer meaning and future.

Bibliography

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

AGLIETTA, M.; REBÉRIOUX, A. **Dérives du capitalisme financier**. Paris: Albin Michel, 2004.

AGROESTAT. **Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. 2014. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT_CADASTRO.html>. Acesso em: 15 de março de 2014.

ALVES, V. E. L. A formação das condições para a instalação do agronegócio nos cerrados piauienses e as mudanças nas formas de uso da terra dos Gerais. In: **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil. Disponível in: www.social.org.br. 2015.

BALL, Michael. **Marx's theory of rent and the role of landed property**. Department of Economics of the Birbeck College of the University of London, 1976.

BENATTI, J. H. A lei de regularização fundiária e o debate sobre justiça social e proteção ambiental na Amazônia. **Hiléia – Revista do Direito Ambiental da Amazônia**, no. 11, Jul.-Dez. de 2008, e no.12, Jan-Jun de 2009, p. 15-30.

BORRAS Jr, S.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land Grabbing and Global Capitalist Accumulation: Key Features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies** 33 (4): 402–416, 2012.

BRASILAGRO, Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas. **Relatório de Demonstrações Financeiras** – Brasilagro, 30 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.brasilagro.com/brasilagro2011/web/conteudo_pt.asp?tipo=36826&id=0&idioma=0&conta=28&submenu=0&img=0&ano=2015>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Renda da terra: uma concreção teórica necessária. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 4, p. 108-123, 1984.

CASTILLO, R. A. Agronegócio e logística em áreas de cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v.3, p. 21 – 27, 2007.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências**. Tradução: Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo. Editora: Boitempo. 2005.

CHIARA, M. **Novo eixo exportador valoriza terras**. O Estado de São Paulo (Jornal), 10 de março 2014.

CLAPP, J. **Food**. Malden, MA: Polity Press. 2012.

CLEPS JUNIOR, João. Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial do cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. 291f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. UNESP – Campus Rio Claro, São Paulo, 1998.

COTULA, L. The international political economy of the global land rush: A critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. **The Journal of Peasant Studies**, 39 (3-4), 649-680 pp. 2012.

CPT, COMISSÃO DA PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo - Brasil 2017**. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

CRESUD, SOCIEDAD ANÓNIMA, COMERCIAL, INMOBILIARIA, FINANCIERA Y AGROPECUARIA. **Memoria y Estados Financieros 2015**. Disponível em: <<http://www.cresud.com.ar/archivos/Memoria-Cresud-FY15-vF.pdf>>. Acesso em: 25 de junho de 2016.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

DUCASTEL, A.; ANSEEUW, W. Agriculture as an asset class: reshaping the South African farming sector. **Agriculture and Human Values**. Online First, 2016. <http://dx.doi.org/10.1007/s10460-016-9683-6>.

EDEL, Matthew. **Marx's theory of rent: urban applications**. University, Department of Economics of the Birkbeck College, 1976.

EMMANUEL, A. **Unequal Exchange**: A Study of the Imperialism of Trade. Monthly Review Press, New York, 1972.

FAIRBAIRN, M. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. **J. Peasant Stud.** 41 (5), 777–795, 2014.

FERNANDES, B. M. Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil. The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies October 13-16, **RANEP**, Moscow, Russia, 2017.

FINE, Ben. **On Marx's theory of agricultural rent**. Economy and Society, v. 8, n. 3, p. 241-278, 1979.

FIX, Mariana. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. **Tese** (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

FNP- CONSULTORIA. **Relatório de Análise do Mercado de Terras**, 2012.

FREDERICO, S. **O Novo Tempo do Cerrado**: Expansão dos Fronts Agrícolas e Controle do Sistema de Armazenamento de Grãos. São Paulo: AnnaBlume, 2010, 259 p.

FREDERICO, S. Território, Capital Financeiro e Agricultura: Investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro. **Relatório de Pós Doutorado**. Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladyss), Universidade Paris 8, 213 f, 2016.

FREDERICO, S; BÜHLER, E. A. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. In: **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins.

Organizadores: Vicente Eudes Lemos Alves. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p. 199-225, 2015.

GRAIN. SEIZED! The 2008 Land Grab for Food and Financial Security, 2008. Disponível em: <[http:// www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security](http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.

GRAS, C; NASCIMENTO, R. C. Monopólio de terras e capital financeiro: a atuação da empresa Cresud na América Latina. In: BERNARDES, J. A.; FREDERICO, S.; GRAS, C.; MALDONADO, G.; HERNANDEZ, V.. (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 118-134, 2017.

GUIBERT, M.; FREDERICO, S. Trajectoires de grandes entreprises agricoles en Amérique Latine. Rôle de la ressource foncière, logiques productives et logiques financières. In: Purseigle, F.; Nguyen, G; Blanc, P. (Org.). **Le nouveau capitalisme agricole. De la ferme à la firme**. 1ed. Paris: Science Po Les Presses, v. 1, p. 153-182, 2017.

GUNNOE, Andrew. The political economy of institutional landownership: Neorentier society and the financialization of land. **Rural Sociology**, v. 79, n. 4, p. 478-504, 2014.

GUTTMANN, R. **Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças**. Novos Estudos. Nov. 2008.

HAILA, Anne. The theory of land rent at the crossroads. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 8, n. 3, p. 275-296, 1990.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, MD., 1973.

HARVEY, D. **The Limits to Capital**. London and New York: Verso, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agricultura**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1970**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

IORIS. A. **Rent of agribusiness in the Amazon**: A case study from Mato Grosso. Land Use Policy 59, p. 456–466, 2016.

KNUTH, S.E. Global finance and the land grab: mapping twenty-first century strategies. **Canadian Journal of Development Studies**, 36:2, p. 163-178, 2015. DOI: 10.1080/02255189.2015.1046373.

LAZONICK, W; O’SULLIVAN, M. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. **Economy and Society**. Volume 29. Number 1. February 2000: 13 – 35.

LENZ, Maria Heloisa. A teoria da renda da terra em Adam Smith. **Ensaio FEE**, v. 14, n. 1, p. 144-178, 1993.

LI, Tania Murray. What is land? Assembling a resource for global investment. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 39, n. 4, p. 589-602, 2014.

LIPIETZ, Alain. **The structuration of space, the problem of land, and spatial policy**. Centre d’études prospectives d’économie mathématique appliquées à la planification, 1980.

- MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, 187 p.
- MARX, K. **O Capital**, Livro III – Tomo 1. São Paulo, Abril Cultural (Coleção "Os Economistas"). 1986.
- MASSEY, D.; CATALANO, A. **Capital and land: landownership by capital in Great Britain**. Edward Arnold, London, 1978.
- MCMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. **J. Peasant Stud.** 39 (3–4), p. 681–701, 2012. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2012.661369>.
- MORGAN, D. **Les Géants du Grain**. Fayard: Paris, 1979, 317 p.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OUMA, S. Situating global finance in the land rush debate: A critical review. *Geoforum*, v. 57, p. 162-166, 2014.
- OUMA, S. From Financialization to Operations: Historicizing and Disentangling the Finance-Farmland-Nexus: In: **Geoforum** 72: 82-93. 2016. doi:10.1016/j.geoforum.2016.02.003
- PAULANI, L. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. Paper, Rio de Janeiro, **ANPEC**, 2012.
- PAULANI, L. M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, vol. 36, nº 3 (144), pp. 514-535, julho-setembro/2016.
- PEREIRA, L. I. Liberação na aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil e o controle de terras. **Boletim DATALUTA** n. 112 – Artigo do mês: abril de 2017. ISSN 2177-4463.
- PÊSSOA, V.L.S. Ação do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba. 239f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". UNESP – Campus Rio Claro, São Paulo, 1988.
- PITTA, F. T.; MENDONÇA, Maria Luisa. A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil. **Rede Social de Justiça e direitos humanos**, GRAIN, Inter Pares, and Solidarity Sweden Latin America, São Paulo, 2015.
- PITTA, Fábio; BOECHAT, Cássio; MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. Belo Horizonte: **Estudos Internacionais**, v.5 n.2, p.155 – 179, 2017.
- PITTA, F. T.; VEGA, G. C. Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA: Comunidades e meio ambiente. **Rede Social de Justiça e direitos humanos**. Actionaid. Rio de Janeiro, 2017.
- PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pelas finanças. In: **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. (Org.) CHESNAIS, F. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RUDORFF, et al. Análise geoespacial da dinâmica das culturas anuais no bioma Cerrado: 2000 – 2014. **Relatório Síntese**. Agrosatélite Geotecnologia Aplicada. Florianópolis, SC, 2015.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 20ª edição, 2011, 174 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 7ª ed., 2012, 392 p.

SAUER, S; PIETRAFESA, J. P. Cana de açúcar, financiamento público e produção de alimentos no Cerrado. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 7, n. 14, p. 1-29, agosto, 2012.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SCOTT, Allen John. **Land and land rent**: an interpretative review of the French literature. *Progress in Geography* 9, 102 - 145, 1976.

SPADOTTO, B. R; SAWELJEW, Y. M; FREDERICO, S; PITTA, F. T. Financial capital, land grabbing, and multiscale strategies of corporations specializing in the land market in the Matopiba region (Brazil). The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies October 13-16, 2017, **RANEPA**, Moscow, Russia.

STOCKHAMMER, E. Some stylized facts on the finance-dominated accumulation regime. **Political Economy Research Institute** (PERI). University of Massachusetts Amherst. Working paper series. Number 142. July 2007: 01 – 26.

STOCKHAMMER, E. Financialization and the Global Economy. **Political Economy Research Institute** (PERI). University of Massachusetts Amherst. Working paper series. Number 240. November 2010: 01 – 17.

SWYNGEDOUW, E. Rent and landed property. In: Fine, B., Saad-Filho, A. (Eds.). **The Elgar Companion to Marxist Economics**. Edward Elgar, Cheltenham, UK, pp. 310–315, 2012.

VISSER, O. Running out of Farmland? **Agriculture and Human Values** (print), 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.1007/s10460-015-9679-7>

WALKER, Richard A. **Urban ground rent**: Building a new conceptual framework. *Antipode*, v. 6, n. 1, p. 51-58, 1974.

WILLIAMS, James W. Feeding finance: a critical account of the shifting relationships between finance, food and farming. **Economy and Society**, v. 43, n. 3, p. 401-431, 2014.

Sobre os autores

Rodrigo Cavalcanti do Nascimento – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2012); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2018). **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-7627-6906>.

Samuel Frederico – Graduação (2002) e Mestrado (2004) em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (2009) e Livre-Docência pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2018). Professor Adjunto da Unesp, campus de Rio Claro. **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0003-1586-0794>.

Yuri Martenauer Saweljew – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2016); Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-4797-7623>.

Como citar este artigo

NASCIMENTO, Rodrigo; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri Martenauer. Financial capital and land control: New rentiers on the Brazilian agricultural frontier. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 261-286, set.-dez., 2019.

Declaração de Contribuição Individual

Este artigo deriva do projeto de pesquisa Fapesp 2017/12100-0, intitulado “Território, Capital Financeiro e Agricultura: O controle de terras pelo capital financeiro na região do Matopiba”, coordenado pelo coautor **Dr. Samuel Frederico**, assim como da tese de doutorado defendida pelo coautor **Rodrigo Cavalcanti do Nascimento**, sobre a empresa BrasilAgro, e da dissertação de mestrado do coautor **Yuri Martenauer**, sobre a empresa SLC Agrícola. Tanto a tese quanto a dissertação derivam diretamente da temática geral do projeto Fapesp anteriormente mencionado. Dessa forma, enquanto o coautor **Samuel Frederico** ficou responsável, sobretudo, pelas discussões mais teóricas do artigo - sobre renda da terra, capital fictício, transformação da terra em ativo financeiro, capital portador de juros e abertura de capital das empresas agrícolas -, os autores **Rodrigo Cavalcanti do Nascimento** e **Yuri Martenauer** se debruçaram no levantamento e análise de dados e informações mais empíricos (incluindo pesquisas de campo), especialmente, sobre as empresas analisadas em seus trabalhos de pós-graduação.

Recebido para publicação em 28 de maio de 2019.
Aceito para a publicação em 27 de julho de 2019.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar corporativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORREIA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORREIA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano.** V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbrólio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dietersen; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina**. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná**. Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoní; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR**. Ano 15, n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**. Ano 18, n. 29, p. 70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio**. Ano 18, n. 28, p. 223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas**. Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba**. V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**. V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema**. Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária**. Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais**. Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro**. Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivania; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA**. V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta**. Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18, n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15, n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista**. Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**. Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18, n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18, n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin**. Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**. V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17, n. 24, p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacialdas políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.** V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15, n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18, n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em**

fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question**. Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação**. Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raísa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17, n. 24, p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso.** V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97,

2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa**. V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas**. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOIPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato**. V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra**. V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A. W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15, n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato.** V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry.** V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14, n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16, n. 23, p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18, n. 26, p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n.28, p.149-164, 2015.

WALLENIIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14, n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)**. Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature**. Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil**. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio**. Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS**. V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelмира Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97,

2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along**

India's Narmada river. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORREIA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14, n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMAYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea**. Ano 14, n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação**. Ano 14, n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. Ano 14, n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14, n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil**. Ano 14, n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14, n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14, n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14, n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15, n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15, n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15, n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15, n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15, n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoní; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios**. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA**. Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação**. Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoní. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dietersen; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria hacia una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raísa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT’ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics**. Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense**. v. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato**. V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas**. V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA**. V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra**. V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro**. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**. V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”.** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná.** V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.